

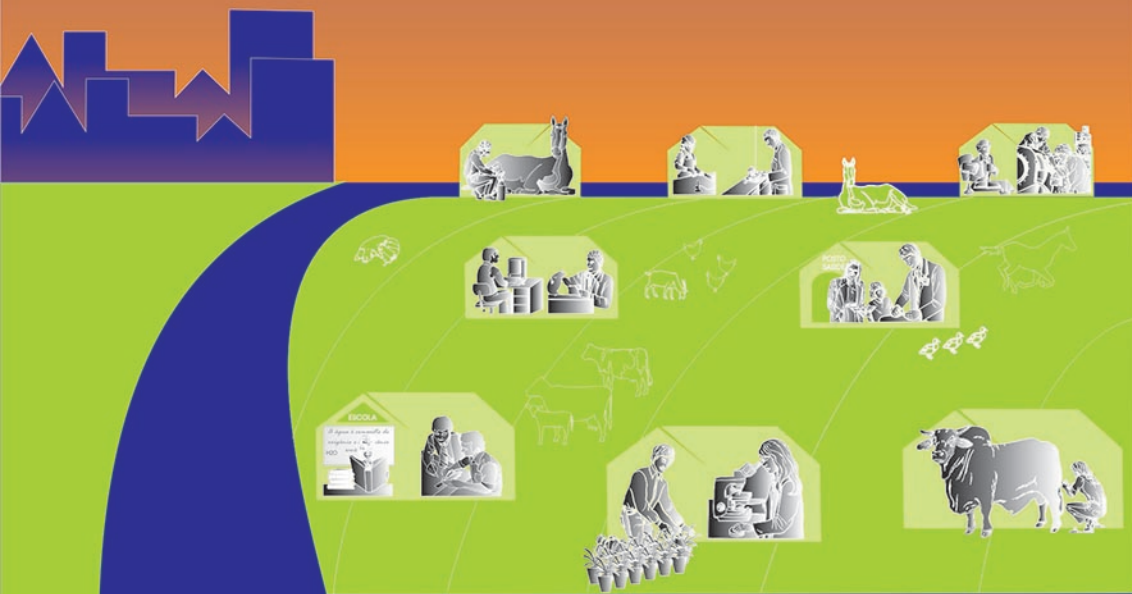


Série BNB Teses e Dissertações Nº II

PLURIATIVIDADE, POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma análise comparada entre Brasil e União Européia

Carlos Alves do Nascimento



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

PLURIATIVIDADE, POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma Análise Comparada entre
Brasil e União Européia

Série BNB Teses e Dissertações

Obras já publicadas na série:

- V. 01 – Trabalho e Sociabilidade em Espaços Rurais
- V. 02 – A Morte do Sertão Antigo do Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia
- V. 03 – Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST
- V. 04 – O Extrativismo da Carnaúba no Ceará
- V. 05 – A Aventura da Sobrevivência: migrações cearenses na década de 1990
- V. 06 – A Gestão Ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco: uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente
- V. 07 – O Programa Pólo da Bacia Leiteira do Banco do Nordeste à Luz da Teoria do Desenvolvimento Sustentável
- V. 08 – O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido
- V. 09 – As Relações Geopolíticas da Agricultura Brasileira no Contexto Mundial
- V. 10 – A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais
- V. 11 – Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia

Série BNB Teses e Dissertações

Nº 11

PLURIATIVIDADE, POBREZA RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma Análise Comparada entre
Brasil e União Européia

Carlos Alves do Nascimento

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2008

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana

Luiz Carlos Everton de Farias

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa e Silva

Oswaldo Serrano de Oliveira

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Pedro Rafael Lapa

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Coordenador da Série BNB Teses e Dissertações

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Cássia Alencar

Revisão Vernacular: Antônio Maltos Moreira

Capa: Carminha Campos

Tiragem: 2.100 exemplares

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta / Ouvidoria: 0800.7283030 e clienteconsulta@bnb.gov.br

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.

Copyright © 2007 by Carlos Alves do Nascimento

Nascimento, Carlos Alves do.

N244p Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia / Carlos Alves do Nascimento. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (BNB Teses e Dissertações; n. 11)

284 ' p.

ISBN 978-85-7791-011-3

1. Pluriatividade. 2. Pobreza Rural. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDD: 338.1

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Conselho Editorial

José Sydrião de Alencar Júnior

Sâmia Araújo Frota

Francisco das Chagas Farias Paiva

José Maurício de Lima da Silva

Ozeas Duarte de Oliveira

José Maria Marques de Carvalho

Maria Odete Alves

Biágio de Oliveira Mendes Júnior

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Ademir da Silva Costa

A dois nordestinos muito especiais na minha vida:
minha Mãe, Alzerira, e meu Pai, Adalberto
(in memoriam).

A Soraia, fonte de amor.

“Se nós, economistas, prestássemos menos atenção aos nossos próprios desejos e mais aos fatos, imediatamente surgiriam dúvidas quanto às virtudes realistas de uma teoria que nos levasse a esperar um resultado muito diferente”.

Joseph A. Schumpeter

AGRADECIMENTOS

Este livro é originário de pesquisas que resultaram na minha tese de doutoramento, defendida em 2005, no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Agradeço o financiamento recebido da FAPESP, no período de 2002 a 2005, para a consecução deste trabalho.

Devo um especial agradecimento ao Prof. José Graziano da Silva pela orientação da tese de doutoramento e pela oportunidade que recebi de participar do grupo de pesquisadores do Projeto Rurbano, do qual ele é o coordenador, e no âmbito do qual pude compartilhar com os demais pesquisadores as discussões que foram cruciais para a elaboração da tese. Sou muito grato também ao Prof. Rodolfo Hoffmann pela constante disponibilidade e prestatividade com que dirimia minhas dúvidas de estatística (durante o mestrado e o doutorado), além de também ter lido e feito comentários valiosos ao meu primeiro texto a partir do qual construí o restante da tese. Agradeço também ao meu querido amigo Prof. Marcelino Souza pelos constantes estímulos e opiniões preciosas nos primeiros passos da construção da tese. Não poderia deixar de mencionar também o inestimável apoio que sempre recebi do meu estimado amigo pesquisador do Cesiit/Unicamp Dr. Alexandre Gori, assim como também a prestatividade incansável dos funcionários do IE/Unicamp Tiana, Cida, Alberto e Ademir.

PREFÁCIO

O livro “Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia”, de Carlos Alves do Nascimento, propõe-se investigar a evolução da pluriatividade em distintas regiões do Brasil, com o intuito de responder às seguintes questões: em qual região a pluriatividade tem mais perspectiva de crescer e servir de apoio à agricultura familiar? No mesmo sentido, em qual região do país a pluriatividade tem contribuído para ampliar ou pelo menos sustentar a base social (agricultura familiar) do novo modelo de desenvolvimento rural para o país? Qual o tipo familiar, segundo a tipologia adotada, que mais cresce nas áreas rurais brasileiras? Esse tipo representa a base familiar do novo modelo de desenvolvimento rural sugerido pelo PRONAF?

No contexto atual de crise urbano-industrial, governos e instituições constataram que políticas no meio rural influenciam o meio urbano e vice-versa. Assim, decisões tomadas em cada campo deveriam ser pensadas visualizando sua influência para toda a sociedade, tanto para os moradores do meio urbano, quanto do meio rural.

Existem aquelas famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não-agrícolas, denominadas famílias pluriativas, as quais passaram ao plano central das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural – este compreendido de forma ampla envolvendo também a questão sobre o futuro de toda a sociedade (rural e urbana). A pluriatividade passou, então, a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns às áreas urbana e rural de um país.

O autor apresenta as distintas políticas adotadas pela União Européia e o Brasil, no tocante a incentivos para a agricultura familiar e para o desenvolvimento da pluriatividade. Enquanto na União Européia, as políticas adotadas já observavam essa característica da agricultura familiar, incentivando o produtor rural a permanecer no campo apoiado em outras atividades, além da agrícola, no Brasil, a pluriatividade teve maior importância em discussões acadêmicas, sendo pouco observadas políticas adotadas que abrangessem essa característica.

Desse modo, o autor apresenta, ainda, como a pluriatividade tem se desenvolvido nas diferentes regiões do país, demonstrando sua evolução ao longo dos últimos anos. Observou-se que a pluriatividade tende a crescer e persistir em áreas rurais pobres como as da região Nordeste, e na região Sul, com entornos rurais (economias locais) mais dinâmicos do ponto de vista não-agrícola, a pluriatividade tende a declinar, especialmente em períodos de dificuldades econômicas para os pequenos agricultores familiares. Ou seja, de acordo com o contexto sócio-econômico, a pluriatividade tende a movimentos distintos, ora de crescimento, como é o caso da Região Nordeste, ora de retração, como observado na Região Sul.

O livro torna-se relevante, em virtude do seu tema, a pluriatividade, ser um fenômeno observado em todo o território nacional. Em cada subespaço regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência da pluriatividade. Portanto, para inseri-la na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua dinâmica em termos de tendência com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras opções de políticas públicas para o meio rural.

Finalmente, é importante registrar que o estudo fornece elementos importantes para a compreensão da sociedade rural, em virtude de apresentar a evolução de suas atividades, incorporando aquelas não diretamente relacionadas à atividade agrícola, de modo a determinar o que acontece no âmbito da agricultura familiar, ou de forma mais abrangente, na sociedade rural. A compreensão desse tema é de fundamental importância para que o poder público elabore políticas de desenvolvimento consistentes e adequadas à realidade socioeconômica na qual se encontra inserida a população rural do País.

José Sydrião de Alencar Júnior

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	17
LISTA DE TABELAS	19
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1: A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA UNIÃO EUROPÉIA: FAVORÁVEL AO CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE	35
1.1 – Introdução	35
1.2 – PAC – 1ª Fase (Pré-reforma)	37
1.3 – PAC – 2ª Fase (Pós-reforma)	47
1.4 – Considerações Finais do Capítulo	56
CAPÍTULO 2: POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL: DESAVORÁVEL AO CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE	59
2.1 – O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	59
2.2 – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Pronaf	67
2.3 – Considerações Finais do Capítulo	74
CAPÍTULO 3: PLURIATIVIDADE E POBREZA RURAL: DOIS TRAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	79
3.1 – Introdução	79
3.2 – Um primeiro Esclarecimento: O Reprocessamento dos Microdados das PNADs (1992/1999) e a Evolução das Famílias Rurais no Nordeste e no Sul	81
3.3 – A pluriatividade na Literatura Nacional e Internacional: Um Breve Resgate	89
3.4 – Pluriatividade e Pobreza Rural: Persistência e Crescimento em Meio à Pobreza	96
3.5 – Considerações Finais do Capítulo	124

CAPÍTULO 4: PLURIATIVIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	127
4.1 – Introdução	127
4.2 – Pluriatividade e Agricultura Familiar.....	128
4.3 – Famílias Rurais, Pluriatividade e Agricultura Familiar: Construções Políticas	142
4.4 – O Caráter Transitório da Pluriatividade no Sul do Brasil ..	161
4.5 – O Autoconsumo como uma Alternativa à Pluriatividade e a Baixa Expressividade desse Tipo Familiar na Regiões Sul e Nordeste	164
4.6 – As Condições Materiais de Vida dos Domicílios Rurais Agropecuários nas Regiões Nordeste e Sul.....	169
4.7 – Primeiros Anos do Século XXI (2001 a 2004): Mantém-se a Tendência de Não-crescimento da Pluriatividade na Região Sul	171
4.7.1 – Mantém-se a Tendência de Não-crescimento da Pluriatividade Sulina 2001/2004	173
4.8 – Considerações Finais do Capítulo	175
CAPÍTULO 5: A RAIZ ESTRUTURAL DA “CRISE” AGRÍCOLA NOS ANOS 1990 E DO DECLÍNIO DA PLURIATIVIDADE NO SUL DO BRASIL.....	179
5.1 – Introdução	179
5.2 – Pluriatividade e o Modelo Agrícola Capitalista.....	185
5.3 – Efeitos das Políticas Macroeconômicas Brasileiras dos Anos 1990 sobre a Agricultura Familiar	197
5.4 – 2001 a 2004: Atenuação dos Efeitos Negativos da Contradição Intrínseca ao Modelo Agrícola Capitalista sobre os Pequenos Produtores da Região Sul: A Dialética da Pluriatividade	214
5.5 – Considerações Finais do Capítulo	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	221
REFERÊNCIAS.....	237
ANEXO	253

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1910-1970.....	42
Gráfico 2 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1911-1970.....	42
Gráfico 3 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1950-1970.....	43
Gráfico 4 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1911-1970.....	43
Gráfico 5 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1909-1970.....	44
Gráfico 6 – Evolução do FEOGA, 1980 – 2001	50
Gráfico 7 – Evolução da Participação (%) dos Subsídios Agrícolas na Composição da Renda Média Agrícola Familiar por Tamanho Econômico (em ESU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos, 1989-2001 (Em ECU).....	51
Gráfico 8 – Evolução dos Subsídios (Em ECU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos, por Classes de Tamanho Econômico (ESU) da CEE, 1989-2001	52
Gráfico 9 – Evolução dos Subsídios (Em ECU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos, por Classes de Tamanho Econômico (ESU) da CEE, 1989-2001	53
Gráfico 10 – Distribuição e Evolução do PIB Per Capita, 1994-1999	282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução (%) do Emprego Agrícola, por País da CEE	40
Tabela 2 – Evolução do Número de Explorações Agrícolas por Classes de Tamanho, 1979/80 e 1987, CEE-10	40
Tabela 3 – Distribuição (%) da Força de Trabalho por Setores da Economia	41
Tabela 4 – Taxas de Crescimento dos Rendimentos de Leite e Cereais em Alguns Países, 1958-1972	41
Tabela 5 – Taxas de Crescimento da População Agrícola por Países da CEE	41
Tabela 6 – Repartição (%) dos Estabelecimentos Agrícolas em Função da Estrutura de Renda e Variação entre 1987 e 1991, por Grupos de Regiões de Estudo	55
Tabela 7 – Distribuição (%) do Crédito Declarado na Amostra segundo Classificação das Fazendas pelo Crédito do Incra, 1978	62
Tabela 8 – Brasil: Estabelecimentos Agropecuários, VBP e Crédito Rural Concedido a Produtores e Cooperativas por Região, 2001	63
Tabela 9 – Crescimento do Número de Estabelecimentos Totais e de Estabelecimentos com Menos de 10ha, segundo Regiões e Brasil, 1970/1975	64
Tabela 10 – Distribuição dos Imóveis por Categoria e suas Respectivas Taxas de Crescimento (% ao Ano), Estado do Paraná, 1967/1972/1976	65
Tabela 11 – Estabelecimentos Potenciais Beneficiários do Pronaf no Brasil e Regiões, 1995/1996	68
Tabela 12 – Distribuição dos Recursos do Crédito Rural do Pronaf Alocados por Regiões e Estados Brasileiros entre 1995 e 2001 e da Safra 2001/2002	70
Tabela 13 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: 1992/1999	84
Tabela 14 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: 1995/1999	87

Tabela 15 – Composição da Estrutura de Ocupação segundo os Ramos de Atividade Não-Agrícola: Nordeste, 1999 ...	88
Tabela 16 – Proporção (%) e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Região: 1992/1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de Set./1999) ..	98
Tabela 17 – Proporção (%) e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Não-Pobres segundo o Local de Domicílio e Região: 1995/1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de Set./1999) ...	100
Tabela 18 – Proporção (%) de Famílias Pobres sobre o Total de Famílias Contas-Próprias (Agrícolas mais Pluriativos), 1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de Set./1999)	102
Tabela 19 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas de Contas-Próprias Pobres segundo o Local de Domicílio e Tamanho de Estabelecimento. 1995/99 (½ S.M. em R\$ de Set/1999)	103
Tabela 20 – Proporção (%) dos Tipos de Famílias Residentes nas Áreas Não- Metropolitanas Rurais Agropecuárias de Municípios com Menos de 50 Mil Habitantes sobre o Total das Famílias Residentes nas Áreas Rurais Totais Não-Metropolitanas: Nordeste e Sul, 2000	105
Tabela 21 – Renda Per Capita Familiar Média, segundo Tipos de Famílias, Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000	108
Tabela 22 – Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual, em Equivalentes-Homem-Ano. Brasil e Regiões: 1990-2000	110
Tabela 23 – Distribuição e Taxas de Crescimento da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação do Domicílio, Ocupações Principais Agregadas. PEA Restrita: 1992-1999, 1995-1999	111
Tabela 24 – População Ocupada e Procurando Emprego segundo a Área Censitária dos Domicílios, Situação dos Domicílios, Ramos de Atividades e Regiões. 1992-1999. População de 10 Anos ou Mais	118

Tabela 25 – Renda <i>Per Capita</i> Familiar Média, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000	.119
Tabela 26 – Distribuição e Proporção (%) das Famílias com Algum Membro Ocupado em Emprego Formal, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões: 2000	121
Tabela 27 – Renda <i>Per Capita</i> Familiar Média e Taxa de Formalidade* dos Tipos de Famílias, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal: São Paulo, 2000	122
Tabela 28 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio e Regiões: 1992/1999 e 1995/1999	125
Tabela 29 – Agricultores Familiares – Estabelecimento, Área, VBP, Segundo as Regiões	131
Tabela 30 – Agricultores Familiares, segundo as Regiões, em 1999	132
Tabela 31 – Estrutura dos Tipos de Acesso à Terra, segundo o Tipo de Família e Faixas de Tamanho de Área: Nordeste, 1999	133
Tabela 32 – Estrutura dos Tipos de Acesso à Terra, segundo o Tipo de Família e Faixas de Tamanho de Área: Sul, 1999	..133
Tabela 33 – Evolução dos Tipos de Famílias de Contas-Próprias segundo o Local de Domicílio e Faixa de Área, 1992/1999 e 1995/1999	135
Tabela 34 – Evolução dos Tipos de Famílias de Contas-Próprias segundo o Local de Domicílio e Faixa de Área, 1992/1999 e 1995/1999	136
Tabela 35 – Evolução das Famílias Proprietárias, segundo Local de Domicílio, Faixas de Tamanho do Estabelecimento e Região: 1992/1999 e 1995/1999	138
Tabela 36 – Taxas de Crescimento da Renda Média das Famílias Proprietárias, segundo Local de Domicílio, Faixas de Tamanho do Estabelecimento e Região, 1995/1999	.141
Tabela 37 – Distribuição e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: Rio	

Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 1992/1999 e 1995/1999	144
Tabela 38 –Evolução da Participação (%) da Agricultura Familiar (Famílias de Contas-Próprias Agrícolas e Pluriativos, sem e com Empregadores – Agrícolas e Pluriativos – com até 2 Empregados) no Total das Famílias Rurais Agropecuárias, segundo as Regiões: 1992/1999 e 1995/1999	153
Tabela 39 –Participação (%) da Agricultura Familiar (Contas-Próprias Agrícolas e Pluriativos) no Total de Famílias Rurais Agropecuárias em Análise, por Região: 1981/1990	153
Tabela 40 –Evolução da Participação (%) das Famílias Não-Agrícolas, Pluriativas e Agrícolas no Conjunto de Famílias Rurais Agropecuárias (Contas-Próprias, Assalariados e Não-Ocupados), segundo as Regiões: 1992/1999 e 1995/1999	157
Tabela 41 –Participação (%) dos Tipos de Famílias no Total de Famílias Rurais Agropecuárias, em Análise, por Região: 1981/1990	158
Tabela 42 –Participação (%) das Famílias de Contas-Próprias Pluriativas no Total de Famílias Rurais Agropecuárias em Análise, por Região: 1981/1990	158
Tabela 43 –Evolução da Participação (%) das Famílias de Contas-Próprias Pluriativas no Total de Famílias Rurais em Análise, por Região: 1992/1999 e 1995/1999	159
Tabela 44 –Evolução do Total das Famílias Extensas e das Famílias de Não-Ocupados, segundo as Regiões Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999	162
Tabela 45 –Taxas de Crescimento do Número de Pessoas Ocupadas por Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio e o Ramo de Atividade: 1992/1999 e 1995/1999	163
Tabela 46 –Distribuição e Evolução dos Tipos de Famílias com Autoconsumo, e Proporção das Mesmas sobre o Total	

de Cada Tipo Familiar, segundo o Local de Domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999	167
Tabela 47 – Distribuição e Evolução dos Tipos de Famílias sem Autoconsumo, e sua Proporção sobre o Total de Cada Tipo Familiar, segundo o Local de Domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999	168
Tabela 48 – Porcentagem (%) de Famílias com Algum Tipo de Infra-Estrutura Domiciliar e com Algum Tipo de Posse de Bens, segundo o Local de Domicílio e a Região: 1999	170
Tabela 49 – Renda Familiar <i>Per Capita</i> Média das Famílias Rurais Agropecuárias, segundo a Região: 1999	172
Tabela 50 – Distribuição e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias, segundo o Local de Domicílio e Regiões, 2001/2003	175
Tabela 51 – Distribuição e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Contas-Próprias (Agricultura Familiar), segundo o Local de Domicílio, Região e Estratos de Tamanho de Estabelecimento, 2001/2003	176
Tabela 52 – Agricultura Familiar e Patronal: Resultado Médio dos Anos 1990: Taxas de Crescimento (Produção, Área Cultivada e Produtividade Física)	189
Tabela 53 – Agricultores Familiares – Acesso à Tecnologia e à Assistência Técnica (em %)	192
Tabela 54 – Agricultores Familiares, segundo Tipos – Tecnologia e Assistência Técnica (em %)	192
Tabela 55 – Distribuição do Número de Tratores em Relação ao Número de Estabelecimentos (Familiares e Patronais) por Classe de Área e Regiões (em %)	193
Tabela 56 – Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimentos Físicos para os Principais Produtos em Períodos Selecionados	206
Tabela 57 – Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários da Região Sul (1970 a 1995)	207
Tabela 58 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio: Nordeste	269

Tabela 59 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio: Nordeste	270
Tabela 60 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Nordeste	271
Tabela 61 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Nordeste	272
Tabela 62 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio: Sul	273
Tabela 63 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio: Sul	274
Tabela 64 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Sul	275
Tabela 65 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Sul	276
Tabela 66 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. Sul, 1992-1999	277
Tabela 67 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. PR, 1992-1999	278
Tabela 68 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. SC, 1992-1999	279
Tabela 69 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. RS, 1992-1999	280
Tabela 70 – Estrutura do PIB Total e por Setores, 1992-1998	281
Tabela 71 – Produto Interno Bruto Per Capita do Brasil, Nordeste e Sul – 1994 a 1999	282

Introdução

No cenário atual de crise urbano-industrial (desemprego, superpopulação urbana, violência, poluição etc.) provocada pelas transformações capitalistas ocorridas nas três últimas décadas, instituições e governos de países desenvolvidos passaram a compreender que políticas voltadas para o meio rural podem surtir reflexos positivos sobre o meio urbano. Sob esta compreensão, os problemas urbanos passaram a ser vistos como problemas rurais e vice-versa. (GRUPO DE BRUGGE, 1996).

As famílias rurais que conciliam entre seus membros atividades agrícolas e atividades não-agrícolas (no interior ou fora do estabelecimento), denominadas famílias pluriativas, encontram-se no palco das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural – este compreendido de forma ampla, envolvendo também a questão sobre o futuro de toda a sociedade (rural e urbana).

Diante dessa nova realidade desafiadora, a pluriatividade passou a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns às áreas urbana e rural. A pluriatividade, por esse prisma, significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente, além da possibilidade de permanecer ligado à terra (e a uma atividade agrícola), uma maior estabilidade na reprodução familiar em face das incertezas do mercado de trabalho.

Dessa maneira, evitar-se-iam potenciais fluxos migratórios dessas populações para as áreas urbanas, cumprindo assim um duplo e simultâneo efeito: de um lado, seria evitado o risco de despovoamento de áreas rurais; e, de outro, como contrapartida do primeiro, seria evitado o amontoamento de pessoas nas periferias das médias e grandes cidades, atenuando a crise de desemprego destas.

Ademais, estudos mostram que, em termos comparativos, os níveis de renda e qualidade material de vida das famílias pluriativas têm-se mostrado superiores aos das famílias exclusivamente agrícolas. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Convém ressaltar, todavia, que a importância da pluriatividade como um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, especialmente a partir dos anos 1970, tem sido reconhecida, de forma crescente e diferenciada, pelas autoridades políticas e econômicas da União Européia (UE), em virtude da sua histórica preocupação em preservar a sua estrutura agrária baseada na agricultura familiar. Esse reconhecimento encontra-se explicitado não apenas em trabalhos acadêmicos, mas, sobretudo, em seus documentos oficiais. (CEE, 1988; PARLAMENTO EUROPEO, 1998).

No Brasil, ao contrário, a pluriatividade só tem encontrado relativa importância entre alguns pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo tema – cuja origem remonta aos estudos dos *part-time farmers*, no contexto da modernização da agricultura na UE e da especialização produtiva do trabalho, os quais depois evoluíram para a noção de pluriatividade. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; SOUZA, 2000; MATTEI, 1999; SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003; NASCIMENTO, 2005a).

Na UE, a pluriatividade é, a nosso juízo, claramente uma “construção política”, no sentido de que as políticas agrícolas da Comunidade criam as condições necessárias para proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do tempo. O objetivo explícito, desde a origem da Política Agrícola Comum (PAC), no final dos anos 1950, de preservar a estrutura agrária preexistente de caráter familiar, ao mesmo tempo em que a economia européia se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra Mundial, criou as condições para configuração de uma verdadeira “cultura da pluriatividade” na Comunidade. (NASCIMENTO, 2005b).

A conotação da idéia de uma “construção política” de uma cultura da pluriatividade na UE torna-se explícita com as reformas da PAC, de 1988 e 1992. Essas reformas foram realizadas com o intuito de promover o desenvolvimento rural – sendo este compreendido como bem mais amplo do que o espaço da agricultura produtora de alimentos. É nesse contexto que a pluriatividade ganha mais notoriedade entre acadêmicos e políticos, tornando-se uma esperança para resolver parte dos problemas rurais e urbanos da atualidade. Para se ter uma noção do porquê de considerarmos uma “construção” política, basta ter em mente que, com as reformas de 1988 e 1992, os agricultores da Comunidade passaram a receber, além dos benefícios da política de preços administrados e do princípio da “Preferência

Comunitária”, ajudas diretas à renda agrícola – as chamadas ajudas compensatórias, com as quais, em vários casos, os agricultores passam a desfrutar essas ajudas sem dar em contrapartida nenhum acréscimo de produção. (ETXEZARRETA et al., 1995).

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura, conduzida através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só recentemente, meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), “a agricultura familiar” como a “base social” sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país. (BRASIL, 1996; CARNEIRO, 2000).

Contudo, diferentemente da PAC da UE, o Pronaf não tem a ambição de atingir todos os segmentos de agricultores familiares existentes no país, deixando de lado os estabelecimentos classificados como “periféricos”. Além disso, mesmo para aqueles que são o seu público-alvo (os “em transição e os consolidados”), o Programa não tem sido bem-sucedido em atingir a todos; apenas a uma pequena parte deles. (BITTENCOURT, 2003).

Assim, a pretensa “base social” de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil fica cindida entre famílias de agricultores viáveis e famílias de agricultores inviáveis – do ponto de vista da orientação da sua produção para o mercado. O Pronaf se encarregaria dos primeiros e a pluriatividade poderia vir a ser – segundo o ponto de vista acadêmico – um instrumento de apoio para ambos os segmentos.

Além do mais, em virtude de essa base social se concentrar nas regiões Nordeste e Sul (praticamente quase 80% do total nacional, sendo mais da metade do total nacional na região Nordeste), a questão do desenvolvimento rural no Brasil torna-se uma questão “regional”. (WANDERLEY, 2006).

É, em parte, nesse sentido que ganha relevo o estudo da pluriatividade neste trabalho. Ou seja, conforme mencionado acima, a pluriatividade é vista na literatura especializada como uma espécie de baluarte para a agricultura familiar (evitando o êxodo rural e a proletarianização com empobrecimento), especialmente para aqueles segmentos mais desestruturados

(descapitalizados, não integrados aos circuitos mercantis e produtivos, sem acesso a inovações tecnológicas etc.). Nesses termos, o reconhecimento e o incentivo à pluriatividade podem representar uma importante alternativa de reprodução para os milhões de produtores familiares que povoam e estruturam as áreas rurais do país e que não têm a possibilidade de se tornar viáveis para o mercado.

Portanto, a questão que julgamos central consiste em: os problemas sociais (rurais e urbanos) – os quais a pluriatividade poderá enfrentar como uma forte aliada no esforço para sua resolução – são crescentes e, deste modo, para a pluriatividade cumprir a função a ela atribuída, deverá acompanhar mencionado crescimento. Destarte, torna-se incoerente esperar que a pluriatividade contribua no esforço de reduzir o desemprego rural e de amenizar o drama social dele decorrente, se ela apresentar um crescimento negativo – contrário à trajetória dos problemas que deve enfrentar. Dessa forma, a pluriatividade só servirá para um contingente de famílias rurais progressivamente reduzido, resultado que frustrará as expectativas em relação a ela.

Nesse sentido, para inferir se a pluriatividade está cumprindo sua função de forma crescente no seio da agricultura familiar, a fim de esta se consolidar, realmente, como a base social de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, importa acompanhar a evolução da pluriatividade nas diferentes regiões do Brasil.

Esse é o objetivo do presente trabalho. As ponderações anteriores justificam investigar a evolução da pluriatividade em distintas regiões com o intuito de responder às seguintes indagações: em qual região a pluriatividade tem mais perspectiva de crescer e servir de apoio à agricultura familiar? No mesmo sentido, em qual região do país a pluriatividade tem contribuído para ampliar ou pelo menos sustentar a base social (agricultura familiar) do novo modelo de desenvolvimento rural para o país? Em acréscimo, qual o tipo familiar, segundo a tipologia adotada, que mais cresce nas áreas rurais brasileiras? Representa esse tipo a “base familiar” do novo modelo de desenvolvimento rural sugerido pelo Pronaf?

Nossa hipótese é que a pluriatividade persiste ao longo do tempo, e até mesmo cresce, justamente em regiões mais pobres como o Nordeste e que, contrariamente ao que alguns trabalhos procuraram demonstrar (SCHNEIDER, 2001; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003), o

conjunto de famílias pluriativas existente na região Sul tende a regredir e, com ela, a agricultura familiar da região.

Pretendemos demonstrar que, no Brasil, a pluriatividade tende a crescer e persistir em áreas rurais pobres como as da região Nordeste e, na região Sul, com entornos rurais (economias locais) mais dinâmicos do ponto de vista não-agrícola, a pluriatividade tende a declinar, especialmente em períodos de dificuldades econômicas para os pequenos agricultores familiares.

Para tanto, julgamos ser necessário abordar a “evolução” da pluriatividade – no caso da região Sul, por exemplo – levando em consideração o contexto político (políticas agrícolas). Vale dizer, deve-se levar em consideração, na realidade, o histórico descaso das políticas agrícolas no que toca aos pequenos segmentos de produtores familiares. Quanto à região Nordeste, deve-se considerar, a despeito do descaso das políticas agrícolas para com a imensa massa de produtores familiares “inviáveis”, a própria dinâmica de reprodução histórica da pobreza e atraso econômico e tecnológico da região.

Uma segunda hipótese, complementar às anteriores, é que, principalmente na região Sul – para a qual mostraremos existir uma trajetória declinante da pluriatividade –, as famílias rurais de trabalhadores contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) estão se tornando, de forma acelerada, famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariadas) ou famílias de não-ocupados. Pretendemos mostrar essa alteração na composição das famílias rurais sulinas, especialmente na década de 1990 (também analisamos a década de 1980), a qual representou uma fase de inúmeras dificuldades econômicas para a grande maioria de pequenos agricultores familiares.

A pluriatividade é um fenômeno social “encontrável” em todo o território nacional. Em cada subespaço territorial regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência (estática) da pluriatividade. No entanto, para abordá-la inserida na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua “dinâmica” em termos de tendência (evolução) com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras opções de políticas públicas para o meio rural – assim como também, nesses termos, faz-se importante conhecer a evolução dos demais tipos de famílias que estruturam as áreas rurais.

Isso posto, buscaremos demonstrar que, no caso da região Sul do país, não obstante a pluriatividade aí continuar a existir entre seus produtores familiares, a tendência é de declínio (ou de não-crescimento) – ou seja, correspondente a um universo de famílias pluriativas cada vez mais estreito. Por outro lado, a questão subjacente nesse trabalho é se existe a possibilidade de a pluriatividade conformar-se como uma alternativa de reprodução familiar para milhões de agricultores que jamais encontrarão seu lugar ao sol no agronegócio.

É nesse sentido que consideramos de extrema relevância investigar a “evolução” da pluriatividade em diferentes contextos regionais. Não pretendemos estudar suas especificidades enquanto categoria social diferenciada no meio rural. O estudo da pluriatividade em si mesma não é o objeto de investigação neste trabalho.

Nesses termos, entendemos que, se os formuladores de políticas públicas (*policy makers*) para o rural brasileiro passarem a considerar a pluriatividade como uma importante forma de combater o desemprego e conter as populações rurais em seu lugar de origem, assegurando a sua reprodução social – especialmente no que respeita à grande parcela de agricultores pobres, conforme já mencionado –, então, apenas nesses termos, ganha sentido a discussão que ora nos propomos fazer sobre a “possibilidade de crescimento” de uma cultura da pluriatividade em contextos distintos – na região Sul e na região Nordeste.

Transformações econômicas nos entornos rurais podem provocar reações por parte das famílias rurais e daí resultarem em proliferação de casos de pluriatividade. Porém, o que garantirá a persistência e o crescimento desses casos de pluriatividade não serão simplesmente as especificidades intrínsecas a cada região e/ou as decisões internas das famílias desprovidas de estímulos externos para tal.

Entendemos que o crescimento da pluriatividade não é um resultado automático decorrente de transformações em economias locais provocadas pelo progresso técnico e da reação das famílias rurais a tais transformações.

A nosso ver, somente o elemento político é capaz de explicar a razão de hoje se poder considerar que existe uma trajetória de crescimento da pluriatividade na Comunidade Econômica Européia. Naquela Comunida-

de, o Estado foi capaz de “construí-la”, ao defender milhares de pequenos agricultores familiares (“inviáveis” para o mercado) dos efeitos adversos do “moinho satânico”¹ da revolução verde, materializado no avanço das relações capitalistas sobre a agricultura daquele continente. (NASCIMENTO, 2005b).

Nesse sentido, objetiva-se incorporar, no presente trabalho, o elemento político para a compreensão da evolução da pluriatividade na região Sul, e o elemento pobreza para a evolução da pluriatividade na região Nordeste.

Nas áreas rurais não-metropolitanas da região Sul – em que a “modernização dolorosa” da agricultura se fez mais intensa do que na região Nordeste –, as pesquisas do Projeto Rurbano Instituto de Economia/Universidade de Campinas (IE/Unicamp) indicam uma persistente queda da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola e, por outro lado, o sistemático crescimento da PEA não-agrícola e de desempregados. Enquanto na região Nordeste a PEA agrícola permaneceu estável ao longo dos anos 1992 a 1999, na região Sul, mais rica e modernizada, a PEA rural agrícola sofreu uma significativa queda de 3,8% ao ano, no mesmo período. Na região Sul, no início da década (1992), a PEA agrícola era formada por 2.512 mil trabalhadores, caindo para 1.925 mil, em 1999, de acordo com dados do Projeto Rurbano².

Em relação ao desemprego aberto, trágica característica do mercado de trabalho do Brasil dos anos 1990, constata-se esse fenômeno em todas as regiões rurais em análise, sendo mais intenso na região Sul do que no Nordeste. Enquanto na área rural do Nordeste o crescimento dos desem-

1 Utilizando a feliz expressão de Polanyi (1980).

2 Trata-se de um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP. O Projeto Rurbano foi coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann, ambos do IE/UNICAMP. Atualmente, apenas o professor José Graziano da Silva exerce essa coordenação. No âmbito do Projeto Rurbano, um dos primeiros passos para a análise da pluriatividade foi identificar as ocupações exercidas pelas pessoas no meio rural. O Projeto Rurbano desenvolveu, em suas duas primeiras fases, trabalhos nesse sentido. Na Fase II, contudo, deu-se também início aos estudos diretamente da pluriatividade. Nessas duas fases, vários trabalhos concernentes às ocupações das pessoas e à pluriatividade foram desenvolvidos para diversos estados da federação (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, RN, BA, PI, DF). A grande maioria dos trabalhos desenvolvidos nessas duas fases foi baseada em dados organizados em Tabulações Especiais sobre a evolução da ocupação e da renda das pessoas e famílias rurais em todo o país. Tais Tabulações foram construídas a partir do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Fase III procurou aprofundar as pesquisas realizadas nas fases anteriores. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a Fase IV, contemplando a realização de diversas pesquisas de campo e atualização das Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

pregados atingiu a taxa de 4,4% a.a., no Sul girou em torno dos 18% a.a. – todas as taxas significativas do ponto de vista estatístico, de acordo com dados do Projeto Rurbano. Esses dados são apenas alguns sinais que corroboram nossas hipóteses.

Considerando que esse breve quadro sobre a evolução da PEA rural no período 1992 a 1999 se reflete sobre o comportamento das famílias rurais, procuraremos investigar a validade das hipóteses levantadas analisando a evolução das famílias rurais pluriativas nas regiões Nordeste e Sul. Faz parte das hipóteses levantadas a de que a tendência no meio rural, em vez de ser o crescimento das famílias pluriativas (assim como também das famílias agrícolas), será a do crescimento de famílias completamente não-agrícolas e/ou de não-ocupadas – considerando, em especial, o contexto de crise na agricultura nos anos 1990 e a ausência de políticas públicas que promovam as condições para o crescimento da pluriatividade. Por essa razão, analisaremos também a evolução de um conjunto mais amplo de tipos de famílias rurais.

Para cumprir esse objetivo, utilizaremos a tipologia de famílias construída pelo Projeto Rurbano (IE/Unicamp). “Os tipos de famílias” aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não-ocupado) e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não-agrícola, pluriativo). A construção dessa tipologia de famílias será mais bem explicada em um momento oportuno.

O conceito de “pluriatividade” adota a família como unidade de análise, introduzindo no centro das atenções as atividades não-agrícolas exercidas pelos membros da família – independentemente de serem desempenhadas dentro ou fora da exploração agrícola. O termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *stricto sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, “grosso modo”, da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: além desta introdução, foram produzidos mais cinco capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta o resultado de uma pesquisa acerca do “crescimento sustentável” da pluriatividade na União Européia (UE). Embora nosso enfoque central neste livro sejam as regiões Nordeste e Sul do Brasil, justifica-se a inclusão do referido estudo por duas razões: primeiro, porque a discussão da pluriatividade é oriunda daquela realidade; segundo, porque esse estudo servirá de “contraponto”, particularmente, à análise feita sobre a pluriatividade na região Sul do Brasil. Ressaltamos nesse primeiro capítulo que o “crescimento sustentável” – revelado por Arkleton Trust (1992) – da pluriatividade na UE resulta da forte regulação estatal do setor agropecuário, por meio da sua Política Agrícola Comum (PAC), de modo que sugerimos ser – este “crescimento sustentável” – uma verdadeira “construção política”. Objetiva-se com esse estudo fornecer subsídios para que se evitem tentativas de transpor para o Brasil experiências de realidades alhures sem fazer as devidas ponderações. Ou seja, no caso da presente questão (pluriatividade), deve-se considerar como ponto fundamental a diferença do papel do Estado, no Brasil e na UE, no tocante, entre outras coisas, à organização da atividade agrícola

No segundo capítulo, tomando como referência a experiência radicalmente distinta apresentada no primeiro capítulo, discorreremos sobre a política agrícola brasileira que modernizou a agricultura de algumas regiões do país em detrimento de outras, calcada no favorecimento da grande propriedade patronal, sem nenhum apoio a uma enormidade de agricultores familiares, ao contrário do que ocorreu na UE com a PAC. Defende-se que a política agrícola levada a cabo no país, a partir dos anos 1960, financiada pelo Estado através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), logrou, por um lado, criar as condições para o crescimento da pluriatividade nas regiões mais atingidas, mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, criou também as condições para o seu não-crescimento (até mesmo para o declínio). Isso fica evidente nos momentos de crise do setor agrícola – à semelhança do que ocorreu nos anos 1990. Observa-se também que o único programa estatal criado, em meados dos anos 1990, para atender os segmentos familiares de produtores rurais (Pronaf), continua a reproduzir as mesmas condições, criadas pela “modernização dolorosa” da agricultura, para o não-crescimento da pluriatividade na região Sul. Enfim, o intuito do capítulo é fornecer elementos para as análises dos demais capítulos, mostrando que, em virtude da completa indiferença do Estado brasileiro, expressa nas suas políticas agrícolas, em relação aos agricultores familiares incapacitados historicamente de atenderem às exigências mínimas do capital para se integrarem às

correntes mercantis e produtivas, consideramos difícil consolidar de forma ampliada (e crescente) a pluriatividade como um importante instrumento para o novo modelo de desenvolvimento rural na região Sul.

No terceiro e quarto capítulos são apresentados os dados estatísticos que evidenciam o crescimento da pluriatividade entre as famílias rurais da região mais pobre: Nordeste. Por outro lado, comprova-se que na região Sul a tendência é de declínio da pluriatividade. As explicações para essas constatações estão associadas à realidade de pobreza historicamente reproduzida na região Nordeste. E no caso da região Sul, o declínio da pluriatividade acha-se associado, por um lado, à ausência de políticas públicas estimulando o não-abandono das atividades agrícolas por parte dos pequenos produtores familiares; e, por outro lado, à existência de economias locais dinâmicas espalhadas pelo interior da região – *vis-à-vis* à região Nordeste. Mostra-se nesses capítulos que essa combinação – ausência de políticas públicas e redes urbanas dinâmicas – explica o rápido crescimento de famílias sulinas não-agrícolas, em vez de resultar em crescimento da pluriatividade.

O quinto e último capítulo procura mostrar que a raiz da redução do contingente da agricultura familiar e das famílias pluriativas na região Sul reside no modelo agrícola especificamente capitalista largamente difundido nessa região. Nos anos 1990, isso ficou mais evidente em virtude de a organização desse modelo agrícola passar a ser sistematicamente conduzida por critérios de mercado. As mudanças macroeconômicas ocorridas nesse período agudizaram a contradição interna a esse modelo agrícola que, por um lado, exige a modernização dos produtores rurais e, por outro, exclui do processo os inaptos à corrida modernizante. A consequência desse processo contraditório – na ausência de políticas públicas capazes de compensar os “ineficientes” – é a tendência não apenas à redução da demanda por mão-de-obra, mas também de redução do número de produtores familiares, reduzindo, em uníssono, o número de famílias pluriativas.

Capítulo 1

A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA UE E A OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS³

1.1 – Introdução

Este capítulo objetiva mostrar – através de evidências presentes na literatura e em informações estatísticas – que o crescimento continuado de casos de famílias rurais que conciliam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas⁴ na UE⁵ deve-se ao aspecto central da sua Política Agrícola Comum (PAC)⁶, que, ao longo de toda a sua história, logrou preservar numerosas explorações agrícolas, as quais sem a PAC – ou seja, em um ambiente de mercado concorrencial – teriam sido aniquiladas há tempos pela penetração do capitalismo nas áreas rurais da Comunidade.

Defende-se que, em virtude do êxito da PAC, foi possível preservar um “elemento-chave” para a configuração de casos crescentes de pluriatividade na Comunidade. Vale dizer, logrou-se preservar numerosas explorações agrícolas e pessoas ocupadas nestas atividades, as quais, sem a PAC, não seriam tão numerosas assim e, possivelmente, não haveria uma estatística de crescimento de casos de famílias pluriativas. Ou seja, através da ação

3 Este capítulo é uma versão levemente modificada de um artigo nosso (NASCIMENTO, 2005b) publicado na revista *Economia e Sociedade*, do IE/Unicamp, intitulado *A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil*. Agradecemos aos editores da revista por nos terem autorizado a sua publicação neste livro.

4 As denominadas famílias pluriativas, que doravante denominaremos por pluriatividade, conforme a literatura especializada também o faz.

5 Atestado pelos relatórios das pesquisas do Arkleton Trust (1992) e da OECD (1998).

6 Identificada na política de preços administrados, juntamente com o princípio da Preferência Comunitária.

do Estado, consubstanciada na PAC, o avanço do capitalismo no campo foi amenizado no que respeita à destruição de unidades produtivas e ocupações agrícolas – ingredientes imprescindíveis para a pluriatividade.

Nas diferentes fases da PAC – pré e pós-reforma –, estiveram sempre presentes políticas públicas destinadas a preservar o ingrediente-chave para a constituição de casos crescentes de pluriatividade: o vínculo de numerosos agricultores a uma atividade agrícola.

Na primeira fase (pré-reforma), foram criadas todas as “pré-condições” para a proliferação da pluriatividade –, embora tais condições não tenham sido criadas/construídas com este objetivo. Na segunda fase, esse objetivo tornou-se explícito. Então, restava consolidar e expandir as pré-condições através de novos instrumentos.

A Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE), gestada no Tratado de Roma, em 1957, foi arquitetada sobre dois pilares – segurança alimentar e exploração familiar – que garantiram sua legitimidade não somente perante os grupos de interesses mais beneficiados – setores industriais, agroindústrias processadoras, grandes empresas varejistas, segmentos de agricultores mais competitivos –, mas, sobretudo, diante de toda a sociedade.

É sob o marco desta arquitetura baseada no consenso e na legitimidade da sociedade que deve ser entendida a idéia que aqui estaremos defendendo de que a pluriatividade na UE é uma “construção política” que, na primeira fase da evolução da PAC, gestou-se de forma não-planejada (“inconsciente”), mas que, a despeito disso, foram criadas todas as pré-condições para sua proliferação e “sustentabilidade”⁷, tais como: política de preservação da estrutura agrária preexistente (mantendo numerosos pequenos produtores familiares “ineficientes”); política de modernização das unidades produtivas (objetivo claro de elevar o nível de produtividade agrícola, redundando em liberação de parte da força de trabalho familiar para se ocupar em outros setores da economia); política de geração de ocupação e emprego não-agrícolas (*off-farm*); políticas especiais para as áreas desfavorecidas (explicitamente favoráveis à pluriatividade).

A pluriatividade é, em primeiro lugar, uma cultura que, para crescer e ter futuro, precisa ser antes de tudo reconhecida como importante pela

7 Termo empregado pelo Arkleton Trust (1992).

sociedade e, em seguida, pensada, planejada e finalmente construída. Em segundo lugar, a sustentabilidade da pluriatividade depende da sustentabilidade da atividade agrícola (seja de que tipo for, seja para qual finalidade for⁸). Complementarmente, em terceiro lugar, sem a sustentabilidade das ocupações rurais agrícolas (ORA), não se pode esperar que uma maior dinamização do ponto de vista não-agrícola nos entornos rurais (economias locais) juntamente com estratégias familiares pró-atividade não-agrícola redundarão em mais pluriatividade.

O capítulo está dividido em três seções, além dessa introdução. As duas primeiras abordam as fases pré e pós-reforma da PAC e sua factível relação com o crescimento de casos de famílias pluriativas. A última seção apresenta os comentários finais do capítulo.

1.2 – PAC – 1ª Fase (Pré-reforma)

Na opinião de Marques (1988), o que possibilitou a unificação das políticas agrícolas dos diferentes países originários da PAC⁹ foi a construção de uma política de preços comuns elevados e estáveis que assegurava que “todos” os produtores da Comunidade fossem beneficiados através da garantia da realização da sua produção a preços remuneradores.

Não obstante os resultados práticos da PAC – intensificação da produção e da produtividade e profissionalização –, a sua estratégia de uma política de preços comuns altos foi capaz de atender a amplos interesses. Do ponto de vista dos produtores rurais, a política de preços comuns altos beneficiou sobremaneira os produtores mais capitalizados e eficientes. Mas, por outro lado, evitou apenas os produtores menos eficientes pela exposição às forças do mercado, garantindo a esses últimos, de acordo com o princípio da “Preferência Comunitária”¹⁰, a realização da sua produção com preços elevados.

Comparando as Tabelas 1 e 2, pode-se verificar também que, a despeito da acentuada retração da população agrícola nos países da UE, a redução

8 Se para o mercado ou para o autoconsumo da unidade familiar ou para preservar a natureza.

9 Os primeiros seis países que formaram a CEE foram Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1973, aderiram também Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Em 1981, foi a vez da Grécia e, em 1986, da Espanha e Portugal. Somente em 1992 passaram a fazer parte da Comunidade Áustria, Suécia e Finlândia.

10 A garantia da Preferência Comunitária implicava tanto a realização de toda a produção de todos os produtores como também assegurava a todos os produtores a proteção da competição dos produtos estrangeiros.

do número de estabelecimentos agrícolas, no conjunto, foi bem menos pronunciada. Enquanto na maioria dos países apresentados a população agrícola diminuiu, em menos de dez anos, a taxas superiores a 20%, a queda do número de estabelecimentos na CEE-10 ficou abaixo dos 10%. Estas evidências são importantes para se perceber que a PAC cumpriu seu objetivo de preservar em grande número a *peça-chave* para a configuração de casos crescentes de pluriatividade na Comunidade: o vínculo da família a uma atividade agrícola – mesmo que esta “família” cada vez mais se reduza a uma instituição envelhecida e masculinizada. (OECD, 1998; ARKLETON TRUST, 1992).

A política de garantia (para todos os produtores) de preços comuns elevados foi legitimada perante a sociedade em geral em virtude não somente do seu caráter econômico de modernização – com vistas ao objetivo de segurança alimentar e o fim da dependência externa – mas, sobretudo, por seu caráter social de preservação de um número enorme de explorações familiares “não-eficientes”.

Hill (1984, p. 19, grifo nosso) chama a atenção para o fato de que o segundo objetivo do Artigo 39¹¹ do Tratado de Roma, de 1957, estava “[...] no coração de todas as políticas agrícolas [inerentes à PAC] [...]”. O Artigo 43 da Conferência de Stresa de 1958, o qual propôs a PAC, realizaria os objetivos do Artigo 39. Os objetivos delineados no Artigo 43 tornavam mais explícitos os objetivos do Artigo 39 firmados no Tratado de Roma. Dois dos objetivos contidos no Artigo 43, que nos importa mais de perto, são os seguintes: “[...] f) preservar a estrutura familiar da unidade produtiva; g) fomentar indústrias rurais, as quais forneceriam novas oportunidades de emprego, dariam assistência ao excedente de trabalho agrícola e forneceriam especial ajuda às regiões em desvantagem”. (HILL, 1984, p. 21, grifo nosso).

Perceba-se que, para a proliferação e sustentação de casos de pluriatividade, faz-se necessária a conjugação desses dois fatores: a preservação da atividade agrícola e a criação de ocupações não-agrícolas, para que as famílias possam conciliar ambas as possibilidades. Sem uma delas não existe pluriatividade.

11 O Artigo 39 do tratado de Roma especificava que a PAC deveria ter os seguintes objetivos: i) aumentar a produtividade agrícola promovendo o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola; ii) assegurar um padrão justo de vida para a comunidade agrícola, em particular pelo crescimento dos ganhos individuais das pessoas inseridas nas atividades agrícolas; iii) estabilizar os mercados; iv) assegurar a disponibilidade da oferta; v) assegurar que a oferta alcance os consumidores a um preço razoável. (HILL, 1984).

Aqui cabe qualificar melhor alguns dados referentes à evolução da população rural da UE. Geralmente os autores associam a redução da população agrícola às políticas de modernização da agricultura. Abramovay (1992: 185), por exemplo, associa a queda da população ocupada na agricultura da República Federal da Alemanha (RFA), França, Itália, Países Baixos e Bélgica – cujas taxas são, respectivamente, -1%, -40%, -53%, -35% e -51% – no período de 1958 a 1972, ao forte aumento da produtividade da terra e do trabalho, em decorrência do emprego crescente de insumos químicos e mecanização. Hill (1984), por seu lado, relata que, entre 1958 e 1968, cinco milhões de pessoas haviam deixado a agricultura, associando este movimento aos efeitos da PAC (perceba-se que ambos os períodos referenciados pelos autores coincidem com a primeira década da PAC).

Não discordamos dos efeitos negativos da elevação das produtividades da terra e do trabalho promovidos pela PAC sobre a população agrícola na UE. Contudo, comparando aquelas informações com os dados das Tabelas 3, 4 e 5, e dos Gráficos 1 a 5 (adiante), é possível levantar a suposição de que os dados de Abramovay e de Hill poderiam ser mais expressivos, caso não houvesse sido adotada a política de garantia de preços comuns elevados e a Preferência Comunitária – políticas medulares da PAC. Essa plausível suposição decorre, por um lado, do fato de que o êxodo agrícola¹² já ocorria desde as décadas anteriores à aplicação efetiva das medidas da PAC (que passou a ser implementada em 1962) e, por outro lado, o crescimento do emprego não-agrícola servia como componente de atração da população rural-agrícola.

Pode-se ver na Tabela 3 que a composição da distribuição setorial da força de trabalho altera-se, década a década, em favor do setor industrial e, especialmente, do setor de serviços. Importante perceber que, na primeira década de efetivação das políticas modernizantes da PAC (1960-1970), a variação decrescente da participação do setor agrícola na distribuição setorial da força de trabalho não é tão mais intensa do que a variação na década anterior (1950-1960). Importa notar também que, a despeito de Portugal e Espanha só terem entrado na Comunidade em 1986, portanto não beneficiada pela PAC até então, a queda da participação do seu setor agrícola é tão expressivo quanto a dos demais países da Comunidade. Lembrando que, entre 1958 e 1962, a PAC ainda não estava sendo aplicada.

12 “Êxodo agrícola” no sentido de a população rural substituir atividades agrícolas por atividades não-agrícolas.

Tabela 1 – Evolução (%) do Emprego Agrícola por País da CEE

PAÍSES (período)	Área Censitária	
	Predominantemente rural	Significativamente rural
Áustria (1986-1990)	-23,4	-22,1
Finlândia (1980-1990)	-30,0	-29,0
França (1985-1993)	-27,4	-30,0
Alemanha (1985-1993)	-	-23,4
Grécia (1985-1993)	-9,5	-35,6
Itália (1985-1993)	-5,2	-5,5
Portugal (1987-1993)	-24,0	-23,4
Espanha (1987-1993)	-23,2	-22,8
Reino Unido (1985-1993)	-	-10,6

Fonte: Adaptada de OECD (1998, p. 41).

Tabela 2 – Evolução do Número de Explorações Agrícolas por Classes de Tamanho, 1979/80 e 1987, CEE-10

Classes de Tamanho	Nr. de explorações (em 1.000) 1979/80	Nr. de explorações (em 1.000) 1987	Evolução (%) 1979/80-1987
< 10 ha	4.781,1	4.336,1	-9%
10 - < 20 ha	847,7	719,4	-15%
20 - < 50 ha	852,9	788,6	-8%
50 - < 100 ha	241,2	266,6	+11%
100 ha ou mais	97,4	106,6	+9%
Total	6.820,3	6.217,3	-9%

Fonte: Arkleton Trust (1992, p. 91).

A Tabela 4 mostra que, na primeira década de vigência da PAC, a produtividade na agricultura (considerando o período 1956/60 a 1973/74) era bem mais elevada do que na década precedente. Entretanto, as Tabelas 3 e 5 e os Gráficos (1 a 5) mostram que a redução da força de trabalho agrícola não teve muita diferença entre os dois períodos comparados (pré-PAC e pós-PAC). Isto sugere que o efeito negativo do aumento da produtividade do trabalho sobre a população agrícola foi contido pela própria política que impulsionou a produtividade: a PAC. A comparação entre as Tabelas 4 e 5 é bem clara a esse respeito.

Os Gráficos (1 a 5), por seu lado, ilustram o que os dados das tabelas estão sugerindo: sem a política de preços administrados da PAC, a queda do emprego agrícola poderia ter sido mais intensa. Perceba-se que o declive da curva acentua-se desde antes da adoção da PAC, e não, a partir desta.

Esta leitura dos dados sugere a importância da PAC da UE atenuando a queda do contingente da força de trabalho e das explorações agrícolas decorrentes do aprofundamento das práticas capitalistas na sua agricultura.

Nada mais imprescindível, juntamente com o crescimento das ofertas de ocupação não-agrícolas (decorrentes da reconstrução europeia, pós-Segunda Guerra), para o crescimento e a sustentabilidade da pluriatividade que se configurou naquele continente, atestados por importantes relatórios de pesquisa. (OECD, 1998; ARKLETON TRUST, 1992).

Tabela 3 – Distribuição (%) da Força de Trabalho por Setores da Economia

País	Setor primário				Setor secundário				Setor terciário			
	1950	1960	1970	1974	1950	1960	1970	1974	1950	1960	1970	1974
Bélgica	11,1	8,7	4,7	3,7	46,9	46,8	43,2	41,2	42,0	44,6	52,0	55,1
França	31,7	22,4	14,0	11,6	35,4	37,8	38,5	39,2	32,8	39,8	46,2	49,2
Alemanha	24,7	14,0	8,6	7,3	42,9	48,8	49,3	47,6	32,4	37,3	42,1	45,1
Itália	41,7	32,8	19,5	16,6	31,7	36,9	43,8	44,1	26,5	30,2	36,6	39,3
Luxemburgo	-	16,4	8,8	6,6	-	44,0	46,7	49,0	-	39,8	44,5	44,4
Holanda	14,3	11,5	7,2	6,6	41,4	40,4	38,6	35,5	44,3	48,2	54,2	57,9
Portugal	49,7	43,6	31,7	28,2	24,8	28,9	32,3	33,7	25,5	27,5	36,0	38,2
Espanha	49,8	42,3	29,5	23,1	25,0	32,0	37,3	37,2	37,2	25,7	33,2	39,7

Fonte: Adaptada de Teixeira (1983, p. 214).

Tabela 4 – Taxas de Crescimento dos Rendimentos de Leite e Cereais em Alguns Países, 1958-1972

Produtividade Técnica	Alemanha	França	Itália	Holanda	Bélgica
Rendimento Leite (kg/vaca) – variação 1957/1952	+34%	+42%	+64%	+16%	+9%
Rendimento cereais (kg/ha) – variação 1956/60 a 1973/74	+48%	+87%	+52%	+45%	+42%

Fonte: Abramovay (1992, p. 183).

Tabela 5 – Taxas de Crescimento da População Agrícola por Países da CEE

PAÍSES	1930-1947	1947-1961	1961-1970
Bélgica	-34,2	-40,2	-30,7
	1946-1954	1954-1962	1962-1970
França	-30,6	-24,8	-32,2
	1950-1961	1961-1970	
Alemanha	-30,2	-36,9	
	1951-1961	1961-1970	
Itália	-31,5	-31,4	
	1947-1960	1960-1970	
Holanda	-40,2	-35,3	

Fonte: Adaptada de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

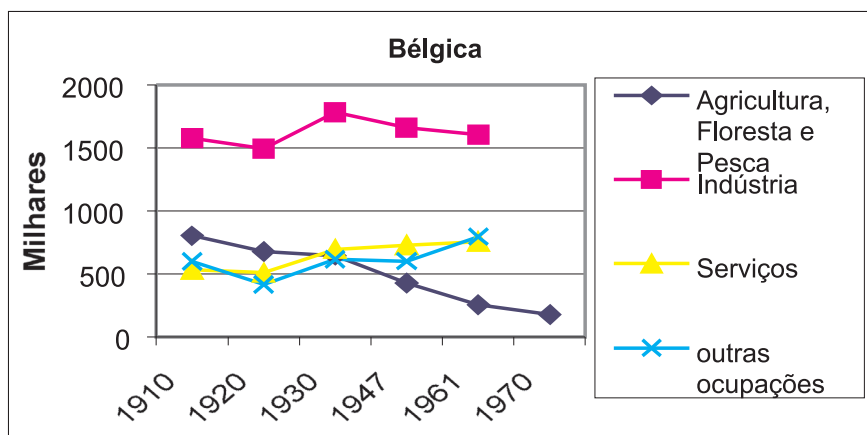


Gráfico 1 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1910-1970

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

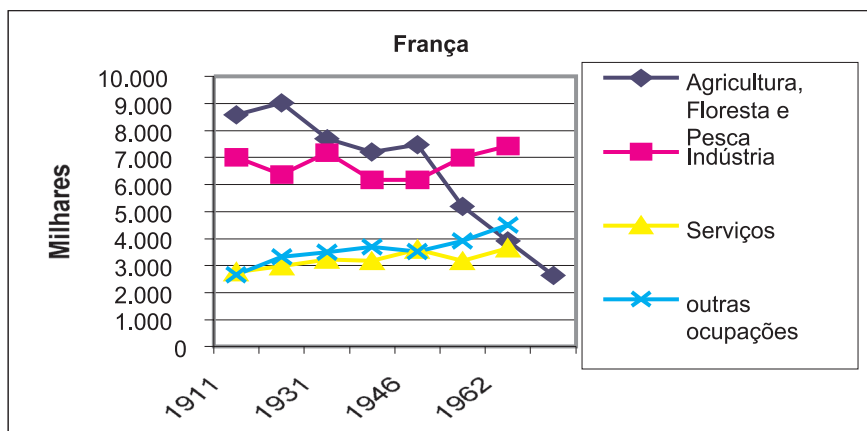


Gráfico 2 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1911-1970

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

Corroborando as evidências extraídas dos dados acima expostos nas Tabelas 3, 4 e 5 e Gráficos 1 a 5, Post e Terluin (1997) destacam que, após a Segunda Guerra Mundial, países da UE desenvolveram políticas com alto grau de proteção para a agricultura. Estas políticas impulsionaram a produção agrícola e evitaram (*prevented*) um êxodo de trabalhadores agrícolas maior do que o ocorrido. Argumentam esses autores que a política de preços altos “importou emprego” de países com baixa taxa de proteção

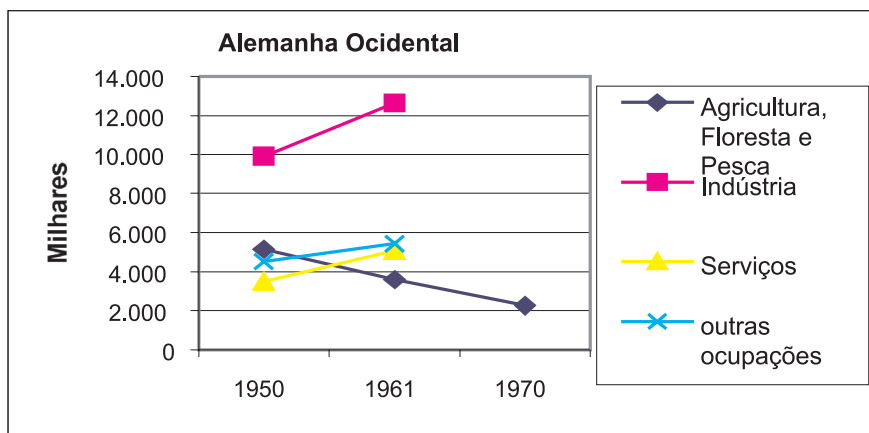


Gráfico 3 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1950-1970

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

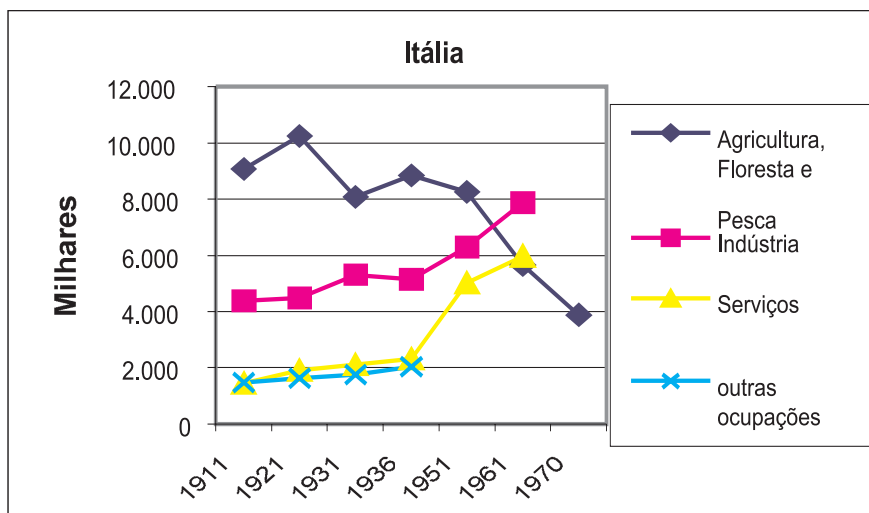


Gráfico 4 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1911-1970

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

agrícola. A política de preços administrados não apenas afeta a distribuição do emprego agrícola entre países, como pode também afetar a distribuição do emprego agrícola dentro de um país por causa das diferenças na política de preços entre produtos agrícolas.

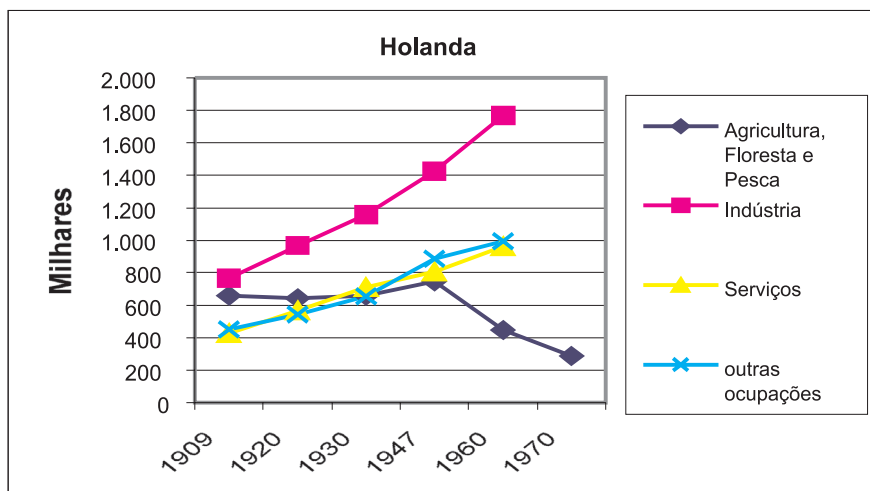


Gráfico 5 – Evolução da Força de Trabalho por Setor da Atividade Econômica, 1909-1970

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976a) e Cipolla (1976b).

Mantendo essa idéia de que a PAC atenuou o declínio do número de produtores familiares, um aspecto que sempre se acha presente em alguns autores, ao fazerem a discussão das etapas da reforma da PAC, concerne ao grande número de estabelecimentos marginais – do ponto de vista da produção para o mercado – associados à política de preços administrados. Esse aspecto – relevante para os propósitos desse texto – esteve presente desde as primeiras identificações do insucesso da PAC em relação ao seu objetivo de alçar a renda do setor agrícola (ainda confundida com a renda rural) para o mesmo patamar de renda dos setores urbanos. Importante perceber que as recomendações contidas no famoso Plano Mansholt, em 1967¹³ – primeira tentativa de reforma da PAC – partia da premissa de que a política de garantia de preços altos estava preservando numerosos estabelecimentos considerados “ineficientes” e que, por esta razão, não estava sendo bem-sucedida em elevar a renda do setor agrícola. (HILL, 1984).

O diagnóstico do referido Plano reconhecia que a modernização e a produtividade do setor estavam aumentando, mas não estavam sendo suficiente para por elas mesmas aumentarem a renda dos produtores e atribuía isso ao fato de que a renda total do setor estava tendo que ser dividida entre

¹³ Refere-se a um relatório do Comissário da Agricultura, Dr. Sicco Mansholt, para o Conselho de Ministros da Agricultura da CEE, em 17 de outubro de 1967 – cinco anos após a efetiva aplicação da PAC.

muitos produtores. Hill (1984, p. 31, grifo nosso) relata que o Plano Mansholt expressava a percepção de que a ênfase dada pela PAC à:

Policy of high prices designed to give farmers a 'fair' standard of living was treating the symptoms of the disease rather than attempting a cure, which would surely have paid more attention to the main cause of low incomes: too many farmers.

Em virtude desse diagnóstico, o Plano Mansholt prescrevia, como premissa central para se elevar a renda do setor, realizar um amplo ajuste estrutural para tornar os estabelecimentos maiores e mais modernos. O corolário era que deveria haver poucos estabelecimentos e poucos produtores. (HILL, 1984).

No entanto, em virtude da preocupação com o problema do despovoamento do rural e com o inchaço das cidades – entre 1958 e 1968, cinco milhões de pessoas já haviam deixado a agricultura (HILL, 1984) – o Plano Mansholt não foi posto em prática. Contudo, ele ainda logrou influir na elaboração de três diretivas orientadas aos problemas estruturais: a primeira delas seria o aprofundamento da modernização dos estabelecimentos e a qualificação profissional dos produtores; a segunda refere-se ao apoio à cessação da atividade agrícola aos produtores mais velhos, realocando-a para um melhoramento estrutural e estimulando os mais jovens a assumi-la; terceiro, expandir a oferta de ocupações/emprego não-agrícola.

Essas três medidas não puderam ser aplicadas em determinadas áreas (montanhas e áreas desfavorecidas), pois causariam problemas, o que resultou na formulação de novas diretrizes para as referidas áreas. Estas diretrizes relacionavam-se francamente a apoios diretos aos produtores. Segundo Hill (1984, p. 41, grifo nosso), para os produtores destas regiões serem beneficiados, teriam que:

[...] to promise to stay in farming for at least five years. They then receive annually a subsidy – a 'compensatory amount' [...] this was intended to compensate farmers for the permanent natural handicaps of these areas and so to encourage them to continue in farming [...]

Esse relato de Hill (1984) fornece uma evidência da interferência da política agrícola na manutenção do vínculo da população rural a uma atividade agrícola. Com efeito, esta é uma forte pré-condição para a proliferação de

casos de pluriatividade na UE. Supomos poder imaginar que, por trás desse diagnóstico, é possível considerar a existência de um “comportamento”, que revela uma certa dose de “conveniência”, por parte de muitos agricultores, em manter algum tipo de atividade agrícola, a qual lhes permitiria o acesso à política de subvenção ao setor.

Muito se escreve sobre as diversas alternativas de renda dos estabelecimentos rurais, cujas fontes têm servido para “viabilizar” o estabelecimento rural, melhor dizendo, para assegurar a reprodução familiar. Essas fontes podem ser identificadas por diversas situações. Uma delas diz respeito a remessas feitas por familiares que migraram para áreas urbanas, a fim de se ocupar em outros setores da atividade econômica. Uma outra diz respeito a transferências governamentais na forma de aposentadorias e pensões. Outra, concerne ao acesso dos membros da unidade familiar ao mercado de trabalho local, além do desenvolvimento de atividades “para-agrícolas” (artesanato com material dos produtos do estabelecimento) no interior do próprio estabelecimento. Outro tipo de fonte de ocupação e renda que também ajuda a manter a família no estabelecimento tem sido o empreendimento de atividades de turismo rural. (FULLER, 1990; BAPTISTA, 2000; VALLE, 2000).

Importa, porém, indagar sobre o que efetivamente preservou o vínculo de inúmeros estabelecimentos rurais à atividade agrícola na UE. Por trás desta indagação, reside a compreensão de que se faz necessário diferenciar atividade agrícola de estabelecimento rural. Um não é necessariamente sinônimo do outro. Essa distinção é importante para a questão da pluriatividade na UE, uma vez que a discussão que aqui levantamos, subjacente à pluriatividade, passa não somente pelas diversas fontes de renda que efetivamente “viabilizam” a reprodução familiar nos estabelecimentos rurais da UE, mas também porque tenta identificar o que efetivamente “compromete” o vínculo do estabelecimento (do domicílio/família) com a atividade agrícola.

O que se quer destacar é que as diferentes fontes de renda, para muitos estabelecimentos rurais da UE, contribuem para sua reprodução; porém, não necessariamente para a manutenção de uma atividade agrícola neles. Para um número grande de estabelecimentos rurais considerados “ineficientes”, o vínculo a uma atividade agrícola se fez possível por causa da universalidade da política de garantia de preços comuns elevados e estáveis para “todos”, além da Preferência Comunitária que assegurava a realização da produção de “todos” os produtores.

Sem o vínculo com a atividade agrícola (não importando a natureza desta), o estabelecimento deixaria de participar dos benefícios da política agrícola. Por outro lado, a ausência do referido vínculo não impede o acesso do domicílio (*household*) às demais fontes de rendas governamentais (aposentadorias, por exemplo) e não-governamentais – Ocupações Rurais Não-agrícolas (ORNAs etc.) – e, por conseguinte, também não impede a reprodução familiar, a viabilidade do domicílio. Assim como também o inverso faz sentido, ou seja, o acesso “exclusivo” às rendas não-agrícolas (aposentadorias, remessas, ORNAs etc.) pode ser um fator de suporte à preservação de alguma atividade agrícola do domicílio, mas não necessariamente por si só significará (nem muito menos “condicionará”) a manutenção de algum tipo de atividade agrícola do estabelecimento. Será um domicílio rural que se reproduz socialmente sem uma de suas fontes de renda, a agrícola.

Se as atividades não-agrícolas são mais importantes para a maior parte das pequenas explorações agrícolas a tempo parcial¹⁴, por que estas mantêm o vínculo com a agricultura? Uma razão importante não seria a possibilidade de participar das subvenções da PAC? A redução das subvenções poderia afetar drasticamente esse contingente!! (ETXEZARRETA; ROSELL; VILLADOMILE, 1989). Em outras palavras, seriam as “rendas exteriores” que explicariam o fato de numerosos estabelecimentos conservarem seu vínculo com a agricultura, ou boa parte da explicação residiria nas subvenções do Estado? Responder positivamente essa última interrogação certamente não possa ser generalizado a ponto de não deixar nenhum estabelecimento de fora dela, mas certamente explica grande parte. Porque de outra forma, o que justificaria a apreensão ao forte impacto negativo esperado da reforma da PAC sobre “numerosos”¹⁵ pequenos agricultores?

1.3 – PAC – 2ª Fase (Pós-reforma)

A “crise do sucesso” (superprodução) levou, em meados dos anos 1980, a um acirramento das discussões acerca da continuidade das práticas excedentárias. A reforma de 1988 já continha a tentativa de reduzir os excedentes produtivos. Juntamente com isso, colocava-se a necessidade de fazer um amplo ajuste estrutural com vistas à redução da produção e dos excedentes. Inicialmente, estava em questão a diminuição também do forte aparato de proteção social intrínseco à PAC.

¹⁴ Confirma Arkleton Trust (1992) e OECD (1998).

¹⁵ Conforme será visto no próximo tópico em, por exemplo, Etxezarreta; Rosell e Villadomile (1989).

O interesse pela pluriatividade cresceu nos fins da década de 1980, em parte devido à crise (de sucesso) da PAC e, em parte, pela conjugação de desemprego rural com saturação do emprego urbano. Fuller (1990) menciona que a partir de então os *policy-makers* se tornaram “conscientes” (*aware*) do potencial da pluriatividade como instrumento de ajustamento do problema do desemprego e da reestruturação agrícola.

Tolosana e Persiva fornecem uma idéia do crescimento da “conscientização” em torno da importância da pluriatividade como instrumento a ser usado no enfrentamento dos problemas contemporâneos do desemprego. “[...] *políticos y instituciones de la Comunidad han manifestado una actitud positiva frente a la pluriactividad económica de las explotaciones agrarias, considerándola un elemento importante de la reforma política y rural*”. (TOLOSANA; PERSIVA, 1992, p. 107).

Neste ponto, o que importa reter é o alerta feito por outros analistas de que a redução do sistema de proteção social incutido nos objetivos de política da PAC, vigente até antes da reforma, pudesse ter:

[...] consecuencias muy negativas en la pequeña agricultura familiar que se encuentra desde hace tiempo con grandes dificultades para su reproducción. No obstante, por multiples razones – políticas, ambientales y regionales – se considera que es de interés social el mantener muchas de estas pequenãs explotaciones familiares. (ETXEZARRETA; ROSELL; VILLADOMILE, 1989, p. 78, grifo nosso).

Em um outro momento de seu texto, Etxezarreta; Rosell e Villadomile (1989) apresentam a dimensão do problema (embutido na proposta de reforma da PAC) que reflete o quanto a PAC é importante para muitos agricultores e, por que não dizer, para a sustentação do crescimento da pluriatividade na UE: “Por su parte, la Comunidad, en el Libro Verde, parte de una manifestación explícita de apoyo al mantenimiento **de numerosas explotaciones agrarias** y de rechazo al modelo agrario de los Estados Unidos”. (ETXEZARRETA; ROSELL; VILLADOMILE, 1989, p. 77, grifo nosso).

“[...] Se sabe que una parte de sus agricultores [da CEE] no pueden resistir una desprotección considerable.” (ETXEZARRETA; ROSELL; VILLADOMILE, 1989, p. 79).

Esta colocação dos autores reforça duas suposições importantes para este texto: i) a importância da PAC para a preservação de muitos estabe-

lecimentos/produtores pequenos e “ineficientes”; e ii) contraria a idéia de que “outras fontes de renda” (não-agrícolas: *off-farm job*, aposentadorias e pensões, remessas de parentes etc.) preservam o vínculo com a atividade agrícola – o que pode ser; porém, não necessariamente (o que não impede dizer que asseguram a reprodução familiar no estabelecimento, com ou sem um vínculo com a atividade agrícola), conforme reflexão feita anteriormente. A reforma da PAC teria importantes conseqüências no âmbito social – que é o que nos interessa.

A primeira fase da PAC viabilizou muitos estabelecimentos considerados “inviáveis” (mantendo seu vínculo à agricultura), porém, ainda não tinha sido suficiente para atender aos desafios da contemporaneidade (desemprego urbano e rural etc.). Isso implicou a necessidade de uma intervenção mais direta, pensada, planejada, para fomentar mais pluriatividade. Mas é importante atentar para a questão que se pretende manter em mente de que as medidas todas pensadas e efetivadas (política de estruturas voltadas para a questão do desenvolvimento rural) “não seriam suficientes” para garantir o crescimento da pluriatividade na UE, na ausência dos gastos do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)¹⁶-garantia¹⁷ e das ajudas diretas aos agricultores (*a priori*, os que seriam mais atingidos pela redução dos preços administrados).

Dito de outra forma, o crescimento de casos de pluriatividade está muito mais na dependência do comportamento das ocupações agrícolas – se o domicílio rural mantém ou não algum vínculo com a atividade agrícola – do que na ampliação das oportunidades ocupacionais não-agrícolas nos entornos das áreas rurais. O que se pretende sustentar, na verdade, é que a reforma da PAC contém o potencial de estimular mais pluriatividade na UE “não” porque a reforma possui um conteúdo mais voltado para a promoção de medidas destinadas ao desenvolvimento rural (políticas de investimentos em infra-estruturas, promoção de ORNAs etc.), embora sejam necessárias, mas, sobretudo, porque mantém o compromisso de continuar apoiando numerosos pequenos produtores, os quais, sem esse apoio (finan-

16 A Seção Garantia financia o gasto da Comunidade em política de mercados e preços, incluindo os pagamentos compensatórios da reforma da PAC. A maior parte dos créditos do FEOGA vai a esta Seção, em que quase metade destes é feita em pagamentos diretos aos agricultores. A Seção Orientação é a Seção que recebe os recursos comunitários destinados à política estrutural. Juntamente com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE), financia as medidas de desenvolvimento rural.

17 O FEOGA-garantia é o maior fundo responsável por mais de 90% do Orçamento da Comunidade voltado para suportar a política de preços administrados.

ceiro), veriam suas explorações comprometidas com o tempo e, com elas, a perspectiva de crescimento da pluriatividade.

Estas considerações podem ser bem ilustradas pelos números apresentados a seguir, os quais fornecem a medida do apoio financeiro que os agricultores da Comunidade recebem da política agrícola. No Gráfico 6, pode-se verificar o constante e sistemático aporte de recursos destinados ao suporte dos preços agrícolas de “todos” os produtores do setor. Pode-se perceber que, mesmo sob o crescente peso do discurso do desenvolvimento rural, os recursos orçamentários do FEOGA continuam concentrados na garantia da política de preços (vide a trajetória do FEOGA-garantia em relação ao FEOGA-orientação).

Além do apoio da política de sustentação de preços, os agricultores da Comunidade podem contar com outras formas de apoio financeiro. O Gráfico 7 ilustra muito bem o salto que houve nas “ajudas diretas” sobre a renda agrícola na UE. Pode-se ver que, a partir da data da reforma de 1992, a participação percentual das ajudas financeiras da política agrícola sobre a formação da renda familiar agrícola registrou uma nítida acentuação positiva na inclinação das curvas que mostram a evolução dessa participação.

Importante perceber que a participação das ajudas diretas na composição da renda agrícola familiar sofreu uma forte alteração positiva em “todos” os estratos de tamanho (econômico) dos estabelecimentos da Comunidade. Esse dado é de fundamental importância para corroborar os argumentos até aqui tecidos. De fato, as pequenas explorações (veja-se que aqui “pequeno” é empregado não em termos físicos, mas econômicos) foram bastante favoreci-

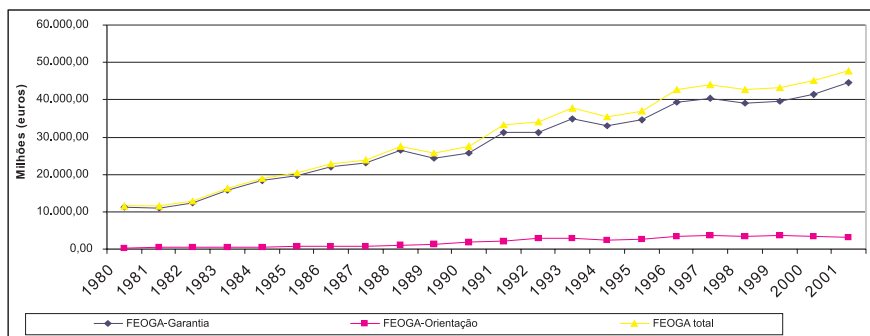


Gráfico 6 – Evolução do FEOGA, 1980 – 2001

Fonte: União Européia (2006).

das com a reforma da PAC a partir de 1992. Como estas constituem a fração mais numerosa do conjunto dos estabelecimentos da Comunidade, e as que seriam mais atingidas pela reforma, caso não houvesse a política de ajudas diretas, e que, em acréscimo, é a parcela do conjunto dos estabelecimentos nos quais mais se registram casos de pluriatividade (OECD, 1998; ARKLETON TRUST, 1992), fica mais fácil supor que, desta forma, as medidas efetivas em termos de apoio aos pequenos agricultores expressam claramente o que se deve fazer para assegurar o crescimento da pluriatividade.

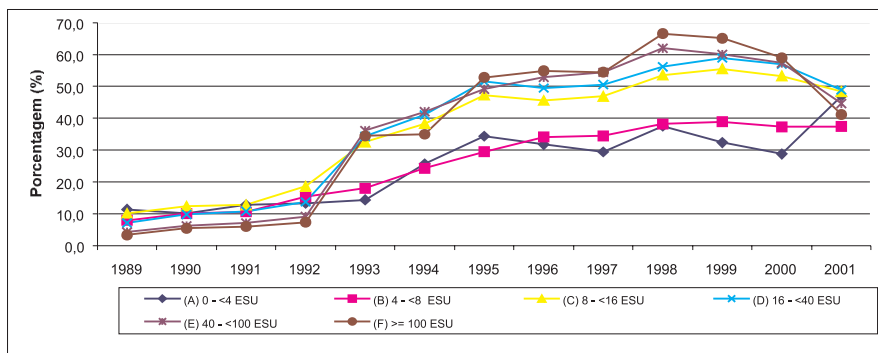


Gráfico 7 – Evolução da Participação (%) dos Subsídios Agrícolas na Composição da Renda Média Agrícola Familiar por Tamanho Econômico (em ESU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos¹⁸, 1989-2001 (Em ECU¹⁹)

Fonte: Elaboração do Autor Baseada em EU-FADN. Disponível em: <www.europa.eu.int>.

Nota: 1) O total de subsídios que incide sobre a renda líquida do estabelecimento compreende a soma de:

- i) Total de subsídios sobre a produção agrícola, incluindo os pagamentos compensatórios e prêmios por *set-aside*;
- ii) Total de subsídios sobre a produção da pecuária;
- iii) Subsídios sobre os investimentos;
- iv) Prêmios pela cessação da produção de produtos lácteos (*dairy farming*). 2) ESU: é a medida do tamanho econômico do estabelecimento (*European Size Units*) – que corresponde ao valor da produção de 1 ha ou de um animal menos o custo dos insumos requeridos.

18 A amostra anual da *Farm Accountancy Data Network of the European Union* (FADN) cobre aproximadamente 60.000 estabelecimentos, os quais representam uma população próxima a 4 milhões de estabelecimentos em 15 países-membros, que correspondem a praticamente 90% do total da Área Agrícola Utilizada (AAU) e contabilizam mais que 90% do total da produção da Comunidade. Faz parte da amostra o conjunto de estabelecimentos de no mínimo 1ha. e aqueles de menos de 1ha. que fornecem ao mercado uma certa proporção da sua produção ou que produzem mais que um montante especificado.

19 *European Currency Unit* (ECU) é o resultado de uma cesta de moedas dos Estados Membros da UE, formulada em razão do peso das economias nacionais, e que passou a ser utilizado como unidade de conta e para o recolhimento de taxas e direitos aduaneiros.

Os Gráficos 8 e 9 ilustram bem a forte inflexão sofrida na trajetória dos gastos públicos diretos por classes de tamanho econômico dos estabelecimentos agrícolas. O Gráfico 8 mostra a disparidade entre as classes de tamanhos dos estabelecimentos em favor dos estratos mais altos. Esses dados apenas reforçam o que vários analistas já haviam apontado em relação aos gastos com a política de preços administrados e outros subsídios: eles são mais apropriados pelos grandes estabelecimentos. (BAPTISTA, 2000; ETXE-ZARRETA; ROSELL; VILLADOMILE, 1989; MEDEIROS et al., 1994).

O Gráfico 9, por sua vez, mostra com clareza que, embora os estabelecimentos de menor tamanho econômico sejam menos beneficiados do que os de maior tamanho, os primeiros também tiveram uma forte alteração positiva (em termos absolutos) na apropriação dos recursos sociais da política de ajudas diretas às rendas agrícolas. Entre 1993, primeiro ano após a reforma da PAC, e 2001, o menor estrato (0 a 4 ESU) viu praticamente triplicar seus ganhos financeiros com as ajudas diretas (em ECU). O segundo menor estrato (4 a 8 ESU), por sua vez, teve seu aporte das ajudas diretas

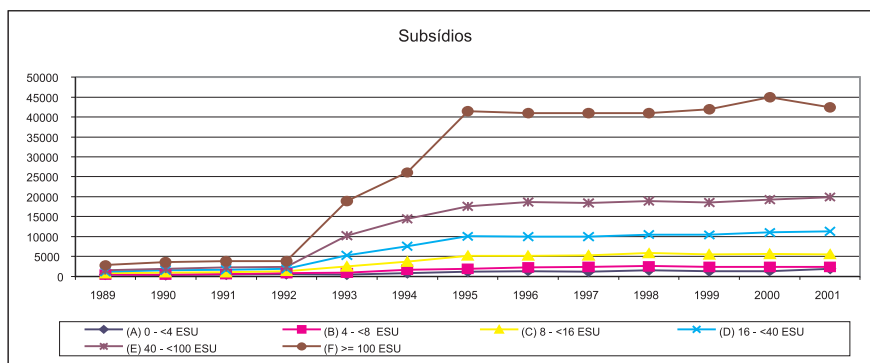


Gráfico 8 – Evolução dos Subsídios (Em ECU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos, por Classes de Tamanho Econômico (ESU) da CEE, 1989-2001

Fonte: Elaboração do Autor Baseada em EU-FADN. Disponível em: <www.europa.eu.int>.

Nota: 1) O total de subsídios que incide sobre a renda líquida do estabelecimento compreende a soma de:

- i) Total de subsídios sobre a produção agrícola, incluindo os pagamentos compensatórios e prêmios por *set-aside*;
- ii) Total de subsídios sobre a produção da pecuária;
- iii) Subsídios sobre os investimentos;
- iv) Prêmios pela cessação da produção de produtos lácteos (*dairy farming*). 2) ESU: é a medida do tamanho econômico do estabelecimento (*European Size Units*) – que corresponde ao valor da produção de 1 ha ou de um animal menos o custo dos insumos requeridos.

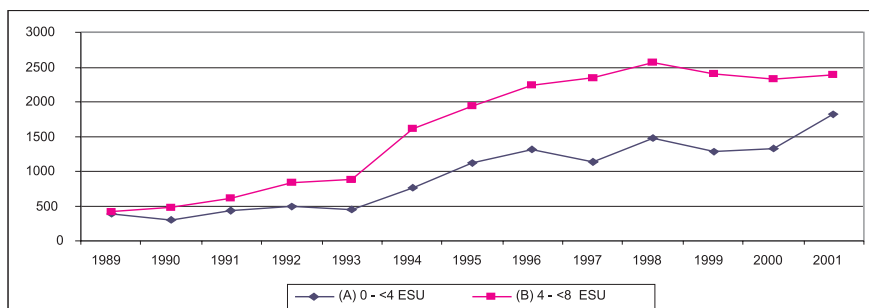


Gráfico 9 – Evolução dos Subsídios (Em ECU) dos Estabelecimentos com um Acesso Mínimo ao Mercado de Produtos, por Classes de Tamanho Econômico (ESU) da CEE, 1989-2001

Fonte: Elaboração do Autor Baseada em EU-FADN. Disponível em: <www.europa.eu.int>.

Nota: 1) O total de subsídios que incide sobre a renda líquida do estabelecimento compreende a soma de:

- i) Total de subsídios sobre a produção agrícola, incluindo os pagamentos compensatórios e prêmios por *set-aside*;
 - ii) Total de subsídios sobre a produção da pecuária;
 - iii) Subsídios sobre os investimentos;
 - iv) Prêmios pela cessação da produção de produtos lácteos (*dairy farming*).
- 2) ESU: é a medida do tamanho econômico do estabelecimento (*European Size Units*) – que corresponde ao valor da produção de 1 ha ou de um animal menos o custo dos insumos requeridos.

aumentado duas vezes e meia, no referido período. Isso explica o aumento da participação das ajudas diretas (subsídios de diferentes formas) na formação da renda agrícola familiar desses dois estratos menores, que, em 1992/93, correspondia a menos de 20% e, ao final da década, girava em torno dos 40% (Gráfico 7).

Além das ajudas diretas (Gráficos 7, 8 e 9), as explorações ainda são muito favorecidas pela política de preços administrados (Gráfico 6). Isso significa que a competitividade de muitos estabelecimentos familiares (grandes ou pequenos) pode ser “artificial”, “construída” pela PAC. Baptista, citando o trabalho de Avillez (1997), mostra que, em 2000, 56% do total das explorações (Portugal, continente) teriam competitividade e viabilidade assegurada, independentemente do nível das ajudas diretas aos rendimentos. Contudo, caso se admitisse “uma rápida harmonização dos preços agrícolas comunitários aos mundiais”, a percentagem das explorações “competitivas” e viáveis cairia para 29%. (BAPTISTA, 2000, p. 89).

Todos esses dados nos permitem supor ser “conveniente” para numerosos produtores familiares da UE manter algum tipo de atividade agrícola

(mesmo que seja apenas para “preservar a paisagem”), uma vez que isso lhes assegurará alguma fração dos recursos sociais. Junte-se a isso o esforço das políticas de desenvolvimento rural voltadas para ampliar a infra-estrutura e a oferta de ocupações não-agrícolas. O resultado final só pode ser o crescimento do número de famílias pluriativas.

O resultado da pesquisa do Arkleton Trust (1992) em relação à evolução da pluriatividade no período da sua investigação (1987 a 1991) assinala a consolidação dessa cultura no interior dos domicílios agrícolas da Comunidade, a ponto de o Relatório afirmar que a “pluriatividade é um fenômeno estável, sendo que 63% dos estabelecimentos possuem certa proporção da força de trabalho engajada na pluriatividade”. (ARKLETON TRUST, 1992, p. 254).

Esta afirmação está baseada na Tabela 6. Observa-se nessa tabela que, em praticamente todos os grupos de regiões²⁰ estudadas – exceção do grupo B2 (embora este fosse o grupo com maior porcentagem de estabelecimentos pluriativos) –, houve um crescimento do número de estabelecimentos pluriativos no período analisado. Pode-se perceber também que, diferentemente da evolução da pluriatividade, os estabelecimentos com mais de 95% da mão-de-obra ocupada exclusivamente na agricultura apresentam em todos os grupos de regiões taxas negativas de crescimento – novamente, a exceção foi o grupo B2.

A OECD (1998) mostra que, embora seja mais prevalente entre operadores de pequenas propriedades, operadores de todos os tamanhos de propriedade podem estar envolvidos em empregos *off-farm*. Em adição, o tamanho e o tipo da exploração (*farming*) são importantes. Trabalho *off-farm* é mais importante nas pequenas explorações que nas maiores. Na CEE-12, 30% dos agricultores em pequenas explorações (isto é, menos de 5ha), os quais contam com aproximadamente 60% seu do total, estavam ocupados em trabalhos *off-farm* em 1993, enquanto a porcentagem de agricultores de grandes estabelecimentos agrícolas (isto é, mais de 50ha) com trabalho *off-farm* era de apenas 14%. Estas informações dão uma idéia do impacto negativo que a reforma da PAC de 1992 teria sobre a pluriatividade na UE, uma vez que, sem as ajudas diretas e um possível ajuste da política de preços em direção ao mercado, a cultura da pluriatividade na UE poderia ser

²⁰ A pesquisa do Arkleton Trust abrangeu várias regiões no interior da CEE, as quais foram repartidas em 5 grupos de estudo. Para quem tiver interesse, a descrição e características completas dos referidos grupos encontram-se no Capítulo 3 do Relatório do Arkleton Trust (1992, p. 64-82).

Tabela 6 – Repartição (%) dos Estabelecimentos Agrícolas em Função da Estrutura de Renda e Variação entre 1987 e 1991, por Grupos de Regiões de Estudo

Região de estudo	Monoatividade (> 95% da mão-de-obra ocupada em)						Pluriatividade	
	Agricultura		Para-agricultura		Trabalho no exterior (do estabelecimento)			
	1987	1991	1987	1991	1987	1991	1987	1991
Grupo A	43,8	-6,6	0,1	-	0,1	+2,4	56,0	+4,2
Grupo B1	47,0	-1,7	0,1	+0,4	0,5	+0,6	52,4	+0,7
Grupo B2	13,1	+4,3	0,4	+0,2	0,3	+3,3	86,3	-7,8
Grupo C1	44,7	-3,4	0,1	+0,3	0,4	+2,4	54,8	+0,7
Grupo C2	20,4	-3,8	0,0	+0,3	0,2	+0,6	79,4	+2,9
Total	36,9	-3,1	0,1	+0,2	0,3	+1,8	62,7	+1,1

Fonte: Arkleton Trust (1992, p. 225).

abalada, à medida que a reforma sem as ajudas compensatórias atingisse pesadamente os pequenos – o grupo com mais pluriatividade.

Para a OECD (1998), está claro que a pluriatividade é importante e está crescendo, ao longo do tempo, na maioria dos países para os quais os dados estão disponíveis. Entretanto, em quase todos os casos, a parcela dos agricultores *part-time* é mais alta que a fração dos agricultores com outras atividades remuneradoras (isto é, aqueles produtores agrícolas *part-time* que estão ocupados em outras atividades remuneradoras em adição às atividades agrícolas). Isto levanta a suspeita da existência de “desemprego disfarçado” entre os estabelecimentos (*farm households*) nos países-membros da OECD²¹. Este ponto revela um dos elementos explicativos da crescente preocupação em fomentar mais casos de pluriatividade no seio da UE, ou seja, a forte presença de “desemprego disfarçado” de pessoas (estabelecimentos) que mantêm algum vínculo com a atividade agrícola (talvez em virtude dos subsídios e ajudas compensatórias). Isso posto, pode-se levantar a seguinte conjectura: unindo essa informação (desemprego dos *part-timers*) a, de um lado, políticas de preços administrados e de ajudas diretas e, de outro, política de desenvolvimento rural (aumentando a oferta de ocupações e empregos não-agrícolas), o resultado será sempre a existência de um latente potencial de crescimento da pluriatividade na UE!

21 Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Fuller (1990) também apresenta dados semelhantes, os quais dão margem para esta mesma questão.

Grandes e pequenos ganham com a PAC. Os grandes ganham mais, conforme atestam vários analistas, entre eles Baptista (2000). A pluriatividade cresce no meio dos dois grupos. (OECD, 1998). As referências a diversos analistas da PAC feitas até aqui serviram para mostrar que, a despeito de os grandes ganharem muito mais, numerosos pequenos também mantêm o vínculo com alguma atividade agrícola porque são subvencionados para tanto (recordando os Gráficos 7 e 9, que mostraram que os pequenos estabelecimentos também tiveram expressivo ganho com a reforma de 1992). Sem esta subvenção, esse vínculo com a atividade agrícola ficaria comprometido. Sem a subvenção, sem os preços acima dos de mercado e as ajudas diretas, estaria comprometido o referido vínculo até mesmo entre muitos grandes, ver Baptista (2000). Em outras palavras, sem a subvenção, sem o Estado apoiando os pequenos produtores, ficaria comprometida a sustentabilidade do crescimento da pluriatividade entre muitos pequenos e grandes estabelecimentos agrários da UE, uma vez que não existe pluriatividade só com atividades não-agrícolas, sem atividade agrícola.

1.4 – Considerações Finais do Capítulo

Antes de qualquer coisa, importa ressaltar que não estamos querendo dizer que a “existência” e o “crescimento” da pluriatividade na UE se devem exclusivamente às subvenções da PAC. Na verdade, enfatiza-se a hipótese da existência de uma relação direta entre subvenção pública (política pública deliberada) e a “sustentabilidade” do crescimento da pluriatividade. Ressalta-se que, sem o aporte da política pública compensando as perdas dos pequenos (até mesmo parte dos grandes) produtores familiares no processo do *tread mill* do modelo agrícola especificamente capitalista hegemônico, a “sustentabilidade do crescimento” da pluriatividade na UE ficaria comprometida, especialmente em momentos de crise no setor agrícola (momentos de seleção dos capitais mais competitivos). Por esta razão, reafirmamos que o desejo de (e o esforço para) fomentar mais casos de pluriatividade na UE não será bem-sucedido só com políticas de desenvolvimento rural promotoras de mais ORNAs (ocupações rurais não-agrícolas). Políticas dessa natureza são necessárias; porém, não suficientes. O sucesso ocorrerá porque a PAC continua, simultaneamente àquelas políticas, incentivando o vínculo das famílias rurais a uma atividade agrícola (mesmo que seja como “guardiões da natureza”). O que equivale dizer que a preservação do vínculo a uma atividade agrícola precede a sustentabilidade do crescimento da pluriatividade.

Nesse mesmo sentido, os dados fornecidos ao longo do capítulo sugerem o quanto a ação do Estado na UE, organizando o setor agrícola, foi (e continua sendo) capaz de escamotear a tendência apontada pelos “clássicos marxistas”²² de decomposição do “campesinato”, levando autores contemporâneos a considerar equivocado esse prognóstico. Ausente-se o Estado e delegue-se ao mercado a regulação da atividade agrícola para ver o que acontece com a agricultura familiar (e, particularmente, com a pluriatividade) na UE.

Em suma, não se nega nesse texto a importância da pluriatividade para o enfrentamento dos problemas contemporâneos associados ao desemprego crônico em áreas rurais e urbanas. Contudo, enfatiza-se ser imprescindível a existência de políticas públicas específicas voltadas a evitar o abandono dos pequenos produtores familiares das suas atividades “tradicionais”, ao mesmo tempo em que lhes proporcione oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas. Sem esse duplo vetor de ação, não haverá tendência de crescimento de uma pluriatividade que possa enfrentar os problemas do desemprego e do empobrecimento no meio rural.

Querer transpor para o Brasil a expectativa de que a pluriatividade tende a crescer, sem considerar que deve ocorrer conjuntamente uma alteração no papel do Estado na organização do setor agropecuário do país, revela-se um equívoco, conforme pretendemos mostrar nos capítulos seguintes.

22 Especialmente Lênin (1982).

Capítulo 2

POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL: DESAVORÁVEL AO CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE

2.1 – O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

Uma característica histórica da sociedade brasileira desde sua origem colonial tem sido a permanente exclusão social dos empobrecidos do país – sem sombra de dúvida uma parcela significativa da população. Esse é um traço marcante da realidade brasileira que permeia todos os espaços regionais, rural e urbano.

No que respeita ao mundo rural, a exclusão social esteve posta desde a fundação colonial do país, assentada na grande propriedade da terra, a qual foi – na fase transitória da colônia para a República (fase imperial) – legitimada juridicamente pela Lei de Terras de 1850, que instituiu pela primeira vez no país o acesso a terra mediado pelo mercado, dificultando a obtenção de terras pelo trabalhador livre, tornando-se proibida a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra “colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras através de posses e através de doações da Coroa”. (VIOTTI DA COSTA, 1987, p. 140). Depreende-se disso que, desde as origens do Brasil, aos pobres foi negado o direito à propriedade da terra e que foi “sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processaram as transformações históricas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial”. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30).

Quando finalmente o progresso técnico capitalista entranhou-se de forma intensa na agropecuária do país, na década de 1960, em algumas regiões, notadamente Sudeste e Sul, desvelou-se o caráter “descartável” que

milhões de agricultores brasileiros – que viviam nas propriedades de outrem – possuíam com a terra, e o país assistiu ao intenso êxodo rural-urbano (30 milhões de pessoas) nas décadas de 1960 e 1970.

Referido processo foi financiado pelo Estado brasileiro, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – criado em 1965²³. Processo que provocou rápidas e profundas alterações na estrutura produtiva e econômica do setor rural das regiões que o vivenciaram – Sudeste e Sul.

O SNCR serviu de alicerce para as transformações na agricultura. Tais transformações, todavia, estiveram calcadas no objetivo explícito da modernização da agricultura, traduzido em termos de adoção de novas tecnologias utilizadoras de pesados insumos modernos. Os recursos subsidiados destinados à agricultura objetivavam cumprir o desiderato da modernização desse setor.

Além de crédito farto e barato e garantia de preços, o Estado realizou um grande esforço para difundir as modernas tecnologias junto aos agricultores, consolidando uma grande estrutura operacional de apoio e suporte ao novo modelo a ser implantado para a agropecuária do país. Nesse contexto, instituições foram criadas e fortalecidas, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural (Embrater) e a Companhia Brasileira de Silos e Armazéns (Cibrazem). Em uníssono a esse processo, a assistência técnica desempenhou um importante papel na difusão dos “pacotes tecnológicos” por todo o país. (ICHIKAWA, 2000).

Cabe aqui ressaltar que a política agrícola, a despeito de não excluir formalmente nenhum segmento, teve como resultado um forte favorecimento principalmente aos latifundiários e segmentos de agricultores familiares que se encontravam mais estruturados para acessar os recursos do SNCR, ou, ainda, que detinham maior acesso à informação e à assistência técnica, ficando à margem do processo – este é o ponto que mais importa ao nosso trabalho – a maioria dos agricultores familiares. (SORJ, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1982; SPOLADOR, 2001).

23 A origem do crédito rural formal no Brasil remonta a 1931, quando o governo federal, através do Banco do Brasil e da criação do Departamento do Café, passou a financiar compras de café. Depois, com a crise financeira dos anos 1930, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAL) – se tornou o primeiro grande mecanismo de crédito agrícola no Brasil. A partir de 1965, através da Lei 4.289, a política de crédito agrícola se consolidou no Brasil com a criação do SNCR. (SPOLADOR, 2001).

A exclusão ocorria, na prática, por meio dos procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as transações de maior volume e de menor custo administrativo. Dentro desse esquema administrativo do setor bancário repassador do crédito rural, “aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais não tiveram acesso ao crédito subsidiado, em contrapartida 1% dos tomadores do crédito (cerca de 10 mil grandes produtores) receberam 40% do total dos recursos”. (BITTENCOURT, 2003, p. 62).

Entre os diversos impactos da adoção dessas políticas, importa sublinhar o aprofundamento das diferenças entre as classes sociais produtivas do meio rural. Ou seja, acentuaram-se as diferenciações existentes entre os produtores denominados patronais e os familiares. Sendo que, também no interior do universo da agricultura familiar, o processo de modernização da agricultura agravou o distanciamento entre os mais estruturados ligados às cadeias produtivas agroindustriais e os agricultores “atrasados” do ponto de vista da integração ao novo modelo²⁴.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os segmentos mais favorecidos pela política do Estado de modernização da agricultura foram aqueles que representavam a menor fração do conjunto dos produtores rurais do país – agricultores patronais e uma pequena parcela da agricultura familiar associada às agroindústrias. Esse favorecimento decorria de falhas no mecanismo de distribuição do crédito rural, levando-o a se concentrar nas mãos daqueles grupos de produtores com maior acesso a informações e maior influência política, de modo que o crédito se concentrou nas mãos de poucos agricultores e foi destinado a poucas culturas. (GOLDIN; REZENDE, 1993).

Quanto aos pequenos produtores rurais e os sem-terra, estes permaneceram severamente marginalizados do processo. Dentre os diferentes segmentos sociais na agricultura brasileira, encontra-se o grupo que foi inteiramente negligenciado pelo padrão de financiamento vigente na década-

24 Goodman; Sorj e Wilkinson (1985, p. 45) ressaltam os conflitos gerados pela diferenciação crescente entre os produtores – de um lado, os produtores integrados aos circuitos dos capitais agroindustriais e, de outro lado, os não-integrados. Os produtores integrados lutam continuamente para atenderem às exigências tecnológicas mínimas (em constante modificação) das agroindústrias, a ponto de suas reivindicações centrais desfocarem as questões tradicionais (históricas: luta pela terra) para se concentrarem nos termos do “crédito, custos dos insumos, preços e acesso a mecanismos institucionais”, expressando assim seu caráter corporativista. Aos produtores não-integrados aos circuitos dos CAIs, sua luta ainda se concentra na exigência de terra (Reforma Agrária). Entretanto, “com um mercado de terras mais desenvolvido e com mecanismos institucionais que facilitam a sua compra, o acesso à terra tenderá cada vez mais a ser encarado como uma questão individual, e menos como um objeto de luta coletiva”, sentenciam os autores.

da de 1970, assim como no padrão emergente nos anos 1980 – trata-se da imensa “parcela de cerca de 4 milhões ou mais de microestabelecimentos rurais, totalmente incapacitados para uma inserção no sistema financeiro privado ou mesmo estatal”. (DELGADO, 1985, p. 129). Em relação ao precário acesso desse imenso segmento de produtores rurais ao sistema de crédito oficial, Bittencourt (1997, p. 131) oferece uma noção da dimensão da exclusão dos pequenos agricultores ao afirmar que, em 1979, “foram realizados 1.375.417 contratos de custeio. Considerando apenas um contrato por produtor, atingiria menos de 27% do total de agricultores do país”.

No período de aceleração inflacionária, após 1974, o subsídio implícito²⁵ no crédito rural elevava-se vigorosamente e a proporção dos produtores que obtinham crédito formal não ultrapassava, em 1978, a 20% do total de agricultores do país, e, além disso, entre os que obtinham crédito, a maioria era formada de médios e grandes proprietários de terra, conforme atesta a Tabela 7. Pode-se observar na tabela que a forte exclusão também ocorria dentro desse conjunto dos tomadores de crédito, uma vez que os pequenos produtores que logravam participar dos recursos do SNCR não chegavam a atingir 20% do total do crédito declarado em 1978.

Tabela 7 – Distribuição (%) do Crédito Declarado na Amostra segundo Classificação das Fazendas pelo Crédito do Inkra, 1978

	Crédito Total	Crédito de Curto Prazo	Crédito de Longo Prazo
Minifúndios	19,5	15,9	21,2
Empresas Rurais	29,9	45,2	19,9
Latifúndios por Exploração	52,8	39,1	59,1
Total	100	100	100

Fonte: Sayad (1978 apud SPOLADOR, 2001).

A política de crédito rural não era neutra em relação à classificação social dos agricultores e o crédito era direcionado e concentrado para alguns produtos, regiões e categorias de produtores. (SORJ, 1980). Na atualidade, percebe-se ainda de maneira muito marcante a herança dessa política agrícola excludente. Ainda hoje, independentemente do número

²⁵ Ao passo que a taxa de inflação se elevava, a taxa de juros nominal não a acompanhava, tornando negativa a taxa de juros real – que é a taxa que importa para o tomador de crédito – configurando-se um subsídio implícito.

de estabelecimentos agropecuários em uma dada região, a distribuição do crédito rural concentra-se, a exemplo das décadas anteriores, nas regiões e unidades da federação onde a agricultura tornou-se mais desenvolvida e se aproxima mais da participação de cada região no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do que do número de estabelecimentos.

Essa realidade fica explicitada na Tabela 8, a qual mostra que a região Nordeste, a despeito de abrigar 47,2% dos estabelecimentos agropecuários do país (responsáveis por 14,6% do VBP), é a mais prejudicada, respondendo por apenas 19,3% dos contratos, ficando tão-somente com 6% do valor aplicado. Diferentemente, os 21,2% dos estabelecimentos pertencentes à região Sul detêm 31,6% do VBP e ficam com 53,4% dos contratos e 40,9% do valor total aplicado.

Tabela 8 – Brasil: Estabelecimentos Agropecuários, VBP e Crédito Rural Concedido a Produtores e Cooperativas por Região, 2001

REGIÃO	Estab. Agropec.		VBP		Crédito Rural (2001)			
	Número (*)	%	Valor (R\$ mil)	%	Número Contratos	%	Valor (R\$ mil)	%
Norte	414.386	8,8	2.209.120	4,7	56.990	3,9	653.918	3,6
Nordeste	2.216.698	47,2	6.885.528	14,6	283.808	19,3	1.072.830	6,0
Sudeste	835.711	17,8	16.449.351	34,8	250.615	17,1	5.374.992	30,0
Sul	994.543	21,2	14.935.946	31,6	783.765	53,4	7.334.499	40,9
Centro-Oeste	232.532	5,0	6.777.629	14,3	93.734	6,4	3.505.879	19,5
BRASIL	4.693.532	100,0	47.257.575	100,0	1.468.912	100,0	17.942.118	100,0

Fonte: Bittencourt (2003, p. 97).

(*) Número total de estabelecimentos familiares e patronais, desconsiderados os demais formados por "Entidades Públicas", "Instituição Pia ou Religiosa", que somam 165.994 estabelecimentos em todo o país.

Percebe-se que a opção clara do Estado foi pela grande propriedade, em detrimento da grande maioria dos pequenos produtores rurais, e não, ao contrário da opção da UE, de apoio também à fração da estrutura produtiva rural mais fragilizada (descapitalizada, desconectada dos circuitos mercantis e das agroindústrias etc.).

O SNCR foi (e continua sendo) excludente, concentrador de renda, além de muito caro para a União. É excludente porque só atende a uma demanda restrita aos grandes proprietários. É concentrador de renda porque

os subsídios são vinculados ao valor financiado e não aos produtores – de modo que poucos produtores com empréstimos de elevado valor ficam com grande parcela dos subsídios. É muito caro porque utiliza fontes de elevado custo e paga aos bancos operadores um *spread* relativamente alto. (BITTENCOURT, 2003).

Sob o suporte dessa política de subsídios estatal, o capitalismo avançou no meio rural brasileiro de uma forma completamente desigual, conforme as regiões do país, transformando as relações de produção em algumas e, em outras, deixando-as quase que intocadas. Além disso, provocou também, naquelas regiões mais atingidas, uma alteração na estrutura agrária a favor dos médios e grandes estabelecimentos.

Pode-se ver na Tabela 9 que, nas regiões onde mais se verificou o processo de modernização da agricultura (Sudeste e Sul), nos anos 1960 e 1970, observou-se uma expressiva redução do número de estabelecimentos rurais no período analisado (1970/1975), sendo que essa alteração ocorreu de forma mais rápida entre o estrato com menos de 10ha em relação ao conjunto de estabelecimentos, evidenciando um dos efeitos da política de incentivo à modernização tecnológica, que foi a concentração da (média e grande) propriedade possibilitada pela sua expansão através do crédito subsidiado e pela compra de terras (dos pequenos pelos grandes) como mecanismo de defesa diante de uma economia inflacionária (terra como um ativo de valorização).

Tabela 9 – Crescimento do Número de Estabelecimentos Totais e de Estabelecimentos com Menos de 10 Ha, Segundo Regiões e Brasil, 1970/1975

REGIÕES	Estabelecimentos com menos de 10 ha			Estabelecimentos totais		
	1970	1975	Variação (%)	1970	1975	Variação (%)
Norte	108.125	150.913	9,57	261.145	337.515	29,24
Nordeste	1.503.280	1.651.325	9,85	2.206.788	2.361.047	6,99
Sudeste	311.802	280.325	-10,10	928.945	881.041	-5,16
Sul	537.803	462.448	-14,01	1.274.009	1.158.093	-9,10
Centro-Oeste	63.912	71.654	12,11	253.132	269.473	6,46
BRASIL	2.524.982	2.616.575	3,63	4.924.019	5.007.169	1,69

Fonte: Adaptada de Sorj (1980, p. 139-140).

A Tabela 10 ilustra o efeito desse processo ocorrido no Estado do Paraná. Pode-se ver nessa tabela que, no período compreendido entre 1967 e 1976, houve uma clara tendência de alteração da composição da estrutura

agrária do Estado do Paraná em favor da média e grande propriedade, especialmente a categoria “Empresa Rural”²⁶.

**Tabela 10 – Distribuição dos Imóveis por Categoria^a e suas Res-
pectivas Taxas de Crescimento (% ao Ano), Estado do
Paraná, 1967/1972/1976**

Categorias Legais	Número de imóveis (%)			Variação (%)
	1967	1972	1976	1967/1976
Minifúndio	76,2	68,7	68,6	-0,3
Empresa rural	3,1	7,9	8,0	12,1
Latif. de Exploração	20,8	23,5	23,4	2,2
Latif. de Dimensão	-	-	-	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	0,9

Fonte: Adaptado de Graziano da Silva (1982, p. 95-97).

^a Excluídos os imóveis com inconsistência da área total. O traço indica valor inferior a 0,1%.

Diante dessas breves considerações acerca da política de financiamento da agricultura brasileira das décadas anteriores aos anos 1990, cabe lembrar que até a primeira metade da década de 1990 não havia uma política específica orientada para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Além do mais, não existia nem mesmo o conceito de agricultura familiar. Como esclarece Belik (2000), o agricultor familiar era considerado “miniprodutor” para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. De acordo com as normas desse Manual, o produtor familiar não somente tinha que disputar o crédito com os demais produtores, mas também era obrigado a seguir a mesma rotina bancária cujas modalidades de empréstimo atendiam basicamente o perfil do grande produtor.

Para tentar superar esses problemas e compensar os efeitos desestruturadores da política econômica sobre os pequenos produtores – e mediante pressão de entidades representativas dos trabalhadores rurais – em 1995, o governo federal lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar. Um ano depois, através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o *status* de programa gover-

26 Considera-se, de acordo com o Cadastro de Imóveis Rurais, “minifúndio” o imóvel rural com área inferior a um módulo (que é fixado para cada região e tipo de exploração); “latifúndio de dimensão” o imóvel rural com área superior a 600 módulos; “empresa rural” o imóvel explorado econômica e racionalmente que tenha área de um módulo até 600 vezes esse valor; “latifúndio de exploração” o imóvel rural que, mantidos os mesmos limites da empresa rural, seja inexplorado [...] com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado. (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

namental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente. (BITTENCOURT, 2003).

Antes de fazer alguns comentários a respeito do Pronaf e, a nosso ver, de sua incapacidade para ser um instrumento de estímulo ao crescimento da pluriatividade no seio da agricultura familiar, resta ainda dizer que essas rápidas ilustrações do efeito da política agrícola brasileira dos anos 1960 e 1970 sobre a estrutura agrária das regiões atingidas têm, primeiramente, o intuito de tentar sucintamente situar o ambiente dentro do qual foi criada a primeira política governamental de alcance nacional destinada exclusivamente ao segmento de produtores rurais historicamente aliçados das políticas agrícolas federais, os agricultores familiares. Ou seja, o objetivo de, em parte, contextualizar os antecedentes do Pronaf, do ponto de vista da exclusão desse amplo segmento de agricultores familiares, assim como apontar para a incapacidade do programa de sustentar uma cultura da pluriatividade no país.

O segundo intuito é resgatar a compreensão de que a forma específica do desenvolvimento capitalista na agricultura no Brasil, ao reafirmar a grande propriedade como um de seus baluartes, engendrou, do ponto de vista das relações de produção, um tipo de desenvolvimento capitalista no meio rural extremamente desigual entre as regiões do país. (GRAZIANO DA SILVA, 1981). E, em terceiro lugar, a conjugação dessas duas realidades – a coexistência entre pequenos produtores familiares “desamparados” pelas políticas e um modelo de produção agrícola especificamente capitalista cada vez mais regido por regras de mercado – dificulta, trava mesmo, o crescimento de casos de famílias pluriativas; pior, leva ao seu declínio.

A partir dessa percepção, importa-nos reter a idéia de que na região Sul – mais atingida pelo avanço capitalista no campo (através do processo de modernização dolorosa, excludente e concentrador de capital) do que a região Nordeste – referido processo criou uma situação paradoxal:

- a) de um lado, engendrou as condições para a proliferação de casos de pluriatividade entre as famílias rurais daquela região, quais sejam:
 - i) o aumento da produtividade do trabalho e da terra, liberando mão-de-obra familiar das tarefas agrícolas;
 - ii) ampliou as oportunidades ocupacionais não-agrícolas para os residentes rurais.Esses dois elementos, complementares entre si, são importantes para a família agrícola tornar-se pluriativa;

- b) de outro lado, ao perpetuar o favorecimento à grande propriedade *vis-à-vis* à pequena agricultura familiar – entregue à própria sorte –, criaram-se as condições para que, especialmente em tempos de crise agrícola, como foram os anos 1990 (notadamente para os pequenos produtores familiares descapitalizados), se configure um quadro de tendência à “redução” do contingente de famílias pluriativas e de famílias agrícolas e à conversão delas em famílias não-agrícolas ou em famílias de não-ocupados.

Em outras palavras, a própria política modernizante, fundada na grande propriedade e na busca obsessiva por elevação da produtividade na agricultura, criou as bases para o surgimento de uma cultura da pluriatividade – nas condições pensadas por Carneiro (1997)²⁷ – na região mais atingida por esse processo (Sul, em comparação com o Nordeste). Entretanto, esse mesmo modelo de agricultura, consolidado na região Sul, relegando aos excluídos do processo as regras de mercado (indiferença por parte do Estado), criou também, em simultâneo, as condições para que, em momentos de crise na agricultura (à semelhança do que ocorreu no Brasil dos anos 1990), passe a ocorrer um visível declínio do número de famílias pluriativas (e famílias agrícolas) na referida região, traduzido em termos de conversão acelerada de famílias agrícolas e pluriativas em famílias rurais não-agrícolas e/ou de famílias de não-ocupados. Mais adiante, ao final deste capítulo, retomaremos essa ponderação. Os dados apresentados nos capítulos seguintes, comparativos entre as regiões Nordeste e Sul, e entre as décadas de 1980 e de 1990, podem apoiar tal observação.

2.2 – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

Antes de qualquer coisa, cabe esclarecer que não se pretende aqui fazer uma análise pormenorizada do Pronaf nem uma avaliação de seu desempenho enquanto política pública. Para esse propósito, os autores nos quais este tópico se ampara podem atender muito melhor.

27 Segundo Carneiro (1997), a pluriatividade de hoje é diferente da pluriatividade do período pré-capitalista – no qual o mercado ainda não atendia a todas as necessidades materiais das populações agrícolas – pelo fato de o recurso às atividades não-agrícolas, pelas famílias agrícolas de hoje, constituir-se em uma “recriação” por uma parte da população rural em reação às próprias transformações capitalistas modernizantes da agricultura. É, portanto, no contexto da política agrícola de especialização da produção e do trabalho na agricultura que a noção de pluriatividade ganha um sentido moderno, novo.

O que interessa extrair dos estudos já publicados sobre o Pronaf são apenas as avaliações de todos eles, sem exceção, de que esse programa, a despeito de sua suma importância e ineditismo histórico no Brasil, não tem sido capaz de estender seu alcance para aquela imensa fração, já mencionada no tópico anterior, do universo de agricultores familiares secularmente marginalizados pelas políticas públicas federais. Nesse sentido, serão brevemente pontuadas as razões apontadas pelas pesquisas para as fortes limitações do programa.

Partimos da premissa empírica, alardeada pelos analistas, de que o Pronaf reproduz, na prática, o caráter excludente do modelo agrícola especificamente capitalista vigente nas décadas que o precederam. Capitalista porque permanece incentivando o uso de tecnologias da “revolução verde”, dando prosseguimento ao processo histórico de proletarianização do “campesinato”. Excludente porque, dentro do próprio universo de “agricultores familiares”, somente uma parcela menor é beneficiada pelos recursos do programa.

Portanto, quais as razões para isso? Em seguida, discorreremos sobre os diversos argumentos registrados por diferentes analistas do Pronaf para atender a essa indagação. Nosso único propósito é expor a completa ausência de possibilidade de fomento e de impulso ao crescimento de uma cultura da pluriatividade presente nas regiões mais beneficiadas pelo crédito agrícola do Pronaf (ou de qualquer outro do SNCR, em vigor).

Tabela 11 – Estabelecimentos Potenciais Beneficiários do Pronaf no Brasil e Regiões, 1995/1996

REGIÕES	ESTABELECIMENTOS	
	Total	%
Norte	375.385	9,8
Nordeste	1.983.950	52,0
Sudeste	518.218	13,6
Sul	809.559	21,2
Centro-Oeste	128.421	3,4
BRASIL	3.815.533	100,0

Fonte: Di Sabbato (2000 apud AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004).

Segundo Aquino; Teixeira e Tonneau (2004), ao definir quem seria beneficiado pelo Pronaf, o governo seguiu a recomendação do Projeto Fao/Incrá, 1994/1995, a respeito do público-alvo a ser atingido pelas políticas públicas. O Pronaf-C (crédito) foi criado, então, para atender o conjunto dos agricultores familiares, porém, com prioridade para os agricultores familiares “em

transição”, dados os riscos de os produtores dessa modalidade regredirem para a condição de agricultores familiares “periféricos”, e o seu potencial para serem alçados para o modelo da agricultura familiar “consolidada”²⁸.

Somente os agricultores que se enquadrarem em determinados parâmetros²⁹, aplicados uniformemente em todo o território nacional, poderão tornar beneficiários do Pronaf-C. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, sabe-se que esse número ultrapassa os 3,8 milhões de propriedades rurais. Desse total, como pode ser observado na Tabela 11, 52% estão concentrados na região Nordeste (mais da metade, portanto), seguida das regiões Sul (21,2%) e Sudeste (13,6%). Já as regiões Norte e Centro-Oeste abrigam, respectivamente, somente 9,8% e 3,4% dos estabelecimentos potenciais beneficiários do programa.

Ao ser analisado em termos regionais, descobre-se que o Pronaf mantém a mesma distribuição desigual dos demais programas de crédito rural do Brasil. As regiões Sul e Sudeste são as mais favorecidas, concentrando 71% do valor aplicado na safra 2001/2002, segundo mostra a Tabela 12. Essa tabela mostra que a despeito de a região Nordeste abrigar a maior fração do universo de estabelecimentos familiares do país (cerca de 50% do total nacional), (BRASIL, 2000) essa região tem sido uma das mais prejudicadas no que concerne à apropriação dos recursos aplicados do Pronaf; teve uma participação no acesso aos recursos aplicados do Pronaf claramente bem inferior à da região Sul, que detém menos da metade dos estabelecimentos familiares da região Nordeste (22% do total nacional). O crédito nesta região se concentra em investimentos, com muito pouca presença do crédito de custeio em função dos problemas climáticos inerentes ao Semi-Árido. (BITTENCOURT, 2003).

28 Pelo critério da diferenciação da renda monetária bruta (RMB) do estabelecimento, medida em salários mínimos, subdividiu-se o conjunto dos estabelecimentos familiares em três categorias, a saber: i) a agricultura familiar “consolidada”, com 1,5 milhão de estabelecimentos; ii) a agricultura familiar “de transição”, com 2,5 milhões de estabelecimentos; e iii) a agricultura familiar “periférica”, com 2,5 milhões de estabelecimentos. Segundo essa classificação, os estabelecimentos enquadrados nesta última categoria foram considerados simplesmente como “locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada, do que propriamente empresas do setor agropecuário”. (FAO, 1995 apud AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004).

29 Tais parâmetros são: i) que explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; ii) que mantenham até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual da ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; iii) que não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; iv) que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária e/ou extrativa; v) que residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Tabela 12 – Distribuição dos Recursos do Crédito Rural do Pronaf Alocados por Regiões e Estados Brasileiros entre 1995 e 2001 e da Safra 2001/2002

REGIÕES / ESTADOS	1995 a 2001			Safra 2001/2002	
	Total (R\$)	% Regional	% Nacional	(R\$ mil)	% Nacional
Região Norte	254.991.802,50	100,0	3,3	99.353	4,6
Acre	3.108.293,11	1,2	0,04	5.078	0,2
Amapá	1.253.277,21	0,5	0,02	1.424	0,1
Amazonas	2.382.370,20	0,9	0,03	4.516	0,2
Pará	46.378.322,47	18,2	0,59	15.646	0,7
Rondônia	165.194.814,07	64,8	2,11	48.642	2,2
Roraima	1.076.166,01	0,4	0,01	1.326	0,1
Tocantins	35.598.559,43	14,0	0,45	22.722	1,0
Região Nordeste	1.073.654.262,59	100,0	13,7	323.960	14,9
Alagoas	56.060.844,27	5,2	0,7	29.487	1,4
Bahia	346.648.286,01	32,3	4,4	111.888	5,1
Ceará	120.338.709,86	11,2	1,5	26.838	1,2
Maranhão	92.697.469,08	8,6	1,2	41.725	1,9
Paraíba	81.590.114,21	7,6	1,0	16.284	0,7
Pernambuco	132.140.561,40	12,3	1,7	12.804	0,6
Piauí	110.499.638,17	10,3	1,4	29.243	1,3
R. G. do Norte	55.352.981,34	5,2	0,7	21.230	1,0
Sergipe	78.325.658,25	7,3	1,0	34.462	1,6
Região Sudeste	1.346.928.154,41	100,0	17,2	374.168	17,2
Espírito Santo	187.401.448,37	13,9	2,4	70.487	3,2
Minas Gerais	816.180.167,24	60,6	10,4	214.080	9,8
Rio de Janeiro	55.455.859,59	4,1	0,7	18.847	0,9
São Paulo	287.890.679,21	21,4	3,7	70.753	3,2
Região Sul	4.790.945.210,65	100,0	61,2	1.174.980	53,9
Paraná	1.201.720.094,82	25,1	15,3	301.098	13,8
R. G. do Sul	2.272.658.565,04	47,4	29,0	600.606	27,5
Santa Catarina	1.316.566.550,79	27,5	16,8	273.276	12,5
Região Centro-Oeste	367.766.994,44	100,0	4,7	207.998	9,5
Distrito Federal	5.989.650,07	1,6	0,1	713	0,0
Goiás	120.640.349,53	32,8	1,5	56.058	2,6
M. G. do Sul	120.173.304,58	32,7	1,5	34.444	1,6
Mato Grosso	120.963.690,26	32,9	1,5	116.784	5,4
TOTAL BRASIL	7.834.286.424,59	100,0	100,0	2.180.459	100,0

Fonte: Brasil (2002 apud AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004) e Bittencourt (2003).

Até dezembro de 1998, o Pronaf teve uma pequena participação diante do universo de produtores familiares a serem atingidos. Foram beneficiados apenas 958.995 agricultores familiares. (REVISTA..., 1999 apud AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004). Esse montante representa somente 25% dos 3.815.533 estabelecimentos familiares que compõem seu público potencial (Tabela 11). Dessa forma, pode-se ter uma idéia mais concreta do alcance do programa, ficando evidente que é realmente atingida apenas uma pequena parte dos agricultores familiares. Além do seu pequeno alcance, o Pronaf-C não chega aos agricultores familiares de forma homogênea. Dos

958.995 produtores que tiveram acesso ao crédito, aproximadamente dois terços podem-se caracterizar como integrantes de uma agricultura familiar em processo de consolidação, e um terço como agricultores mais fragilizados. (REVISTA..., 1999 apud AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004).

Esses dados permitem identificar o perfil dos beneficiários do crédito rural destinado à agricultura familiar, demonstrando o seu caráter discriminatório materializado no privilégio dos agricultores mais bem estruturados economicamente, em geral ligados à atividade agroindustrial. Na região Sul, tem-se concentrado a maior fatia dos recursos aplicados do Pronaf (53,9%, na safra de 2001/2002, Tabela 12).

Bittencourt (2003) considera que a elevada participação da região Sul nos recursos aplicados do Pronaf pode ser atribuída a uma série de fatores, destacando-se os seguintes:

- a) a forte organização social dos agricultores familiares, apoiados pelos três principais movimentos sociais representativos dos agricultores familiares no Brasil – Fetags/Contag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/Central Única dos Trabalhadores (Fetrafi/CUT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);
- b) a assistência técnica estatal ainda tem uma forte atuação entre os agricultores familiares da região, contribuindo na elaboração de projetos técnicos;
- c) o grande número de cooperativas de crédito – Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), Sistema de Crédito Solidário (Cresol) e Sistema de Cooperativas de Crédito Rural (Crehnor);
- d) a presença de muitas agências bancárias na região, especialmente do Banco do Brasil;
- e) a concentração de muitas agroindústrias que mantêm contratos de integração com muitos agricultores familiares, facilitando e intermediando o acesso aos financiamentos (fumo, aves, suinocultura e sericicultura);

- f) a grande participação da agricultura familiar da região no VBP agropecuário nacional, respondendo por 50% do VBP da agricultura familiar do país, evidenciando seu grau maior de estruturação.

Abramovay e Veiga (1998) associam a concentração dos recursos na região Sul ao fato de esta possuir, fundamentalmente, Estados e Municípios onde existe maior tradição dos agricultores familiares em realizar operações bancárias e onde:

A agricultura familiar tem maior força econômica. Oeste e Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai no Rio Grande do Sul e Sul de Minas são as regiões onde mais a agricultura familiar conseguiu ligar-se a mercados dinâmicos. (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998, p. 29).

Outro problema enfrentado pelo Pronaf tem sido a enorme dificuldade de atender à larga demanda (reprimida) por crédito por parte do conjunto dos produtores familiares, principalmente nas regiões mais atrasadas economicamente, como é o caso da região Nordeste, que detém 50% dos estabelecimentos familiares.

Bittencourt (2003) defende que a dificuldade do Pronaf para fazer chegar seus recursos às mãos de um contingente mais amplo de agricultores familiares reside, em primeiro lugar, na completa ausência de instituições bancárias próximas dos potenciais contratantes do crédito. Para se ter uma idéia disso, nos pequenos municípios e no meio rural do país, mais de 85% da população está excluída do sistema bancário. Segundo o autor, em dezembro de 2002, dos 5.658 municípios brasileiros, 1.665 não contavam com nenhuma instituição financeira e 654 contavam com atendimento de apenas um Posto Avançado de Atendimento, de alguma cooperativa de crédito ou banco.

Em segundo lugar, Bittencourt (2003) levanta a questão do elevado custo de transação envolvido na operacionalização bancária do repasse dos recursos do programa, do Tesouro Nacional para os tomadores do crédito, intermediados pela rede bancária. O Pronaf foi constituído dentro do SNCR, estando, portanto, submetido às mesmas regras e limitações impostas pelos agentes financeiros para operar os demais financiamentos rurais. O autor sustenta que o Pronaf, por ser um Programa dentro do SNCR, enfrenta dificuldades para operar com o público para o qual se destina, uma vez que as instituições que o operam não estão preparadas para essa função. E, por

essa razão, o envolvimento dessas instituições acarreta custos elevados para o Tesouro Nacional, o qual cobre os custos de transação e a equalização de juros, e esses custos são, em última análise, responsáveis pela menor abrangência do Pronaf.

Para Aquino; Teixeira e Tonneau (2004), o peso de todos esses aspectos limitantes da capacidade de alcance do Pronaf deve ser encarado como resultado e não como ponto crítico do programa. Isso porque as razões do favorecimento das regiões e dos agricultores mais abastados dizem respeito a uma questão distinta. Em outras palavras, para esse autor, embora existam razões operacionais para explicar as limitações do programa, a questão central se encontra na sua própria concepção fundante. Ou seja, na visão do autor, a reprodução do caráter excludente da política governamental implícita no Pronaf encontra-se na sua própria concepção metodológica, cujo caráter seletivo e excludente é fundamentado em um viés setorial.

Seguindo essa ótica de análise, entende-se que o Pronaf não foi concebido para atender todos os agricultores familiares, uma vez que ele foi elaborado para responder às necessidades dos agricultores familiares “em transição”, ou seja, “aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em ‘empresas familiares viáveis’, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado”. (CARNEIRO, 2000, p. 133-134). De acordo com essa autora, o programa incorporou uma visão da agricultura familiar como um segmento produtivo “atrasado”, porém com “potencialidade”, levando à formulação de propostas que se limitam à modernização tecnológica e ao acesso a formas modernas de produção. Em outros termos, à medida que se arroga à não-utilização de tecnologias modernas o ponto central do “atraso” do desenvolvimento da agricultura familiar, o problema fica restrito a apenas uma questão de ordem técnica. Desse modo, as propostas e políticas são orientadas ao segmento que apresenta melhores condições (objetivas e subjetivas) de superar o referido “atraso”.

Dessa forma, acaba por se eleger um único tipo de agricultor familiar – aquele capaz de sobreviver e se reproduzir sustentado basicamente numa única atividade econômica (ligada preponderantemente à agricultura) – como o “verdadeiro agricultor” a ser atendido pelas limitadas verbas públicas. Assim sendo, associando progresso técnico ao aumento da capacidade produtiva e à imagem de agricultor viável, o Pronaf:

[...] assegura um enquadramento técnico-ideológico do agricultor familiar que se torna referência para a implementação de metas e, sobretudo, um critério para a avaliação da eficácia das medidas adotadas e do desempenho do próprio agricultor. (CARNEIRO, 1999, p. 332).

A partir desse modelo, a classificação dos beneficiários do programa é feita levando em conta a capacidade de competitividade da unidade de produção, traduzida em taxas de rentabilidade e de produtividade alcançáveis pela absorção de tecnologias e de saberes tidos como “modernos”. Em consequência disso, é selecionado como agricultores “viáveis” um número reduzido de produtores que se enquadram na perspectiva do modelo agrícola capitalista, excluindo do horizonte do programa uma grande massa considerada “atrasada” ou “periférica”.

Em outras palavras, a incapacidade de agricultores familiares nordestinos – quase 50% do total nacional de agricultores familiares – de obterem o grosso de sua renda das atividades agropecuárias é vista como evidência clara da impossibilidade de esse tipo de produtor assimilar uma lógica que se oriente pelas demandas do mercado e pela incorporação das inovações tecnológicas. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma categoria social periférica acaba por reforçar e cristalizar a marginalização desse grande contingente da população rural “[...] que terá a sua sobrevivência dependente de políticas sociais sem que lhe seja atribuída a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, aprofundando mais ainda o abismo entre as camadas sociais no campo”. (CARNEIRO, 1997, p. 8).

2.3 – Considerações Finais do Capítulo

No primeiro capítulo, procuramos mostrar que a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE) construiu, a partir do final da década de 1950 e início da década seguinte, o desenvolvimento rural da Comunidade assentado na estrutura agrária familiar preexistente de uma forma especial; ou seja, conservando a referida estrutura, assegurando a realização de toda a produção de todos os seus produtores familiares, grandes e pequenos, eficientes ou não – segundo a ótica do mercado.

No Brasil, conforme vimos anteriormente, o Pronaf pretende também construir um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, tendo por

base social a agricultura familiar. A diferença, no entanto, entre o Pronaf e a PAC é que, diferentemente desta, o Pronaf, logo na sua origem, na sua formulação, excluiu do seu horizonte de atuação uma expressiva parcela de produtores familiares considerados “irrecuperáveis” para o mercado: os agricultores familiares “periféricos”.

Conquanto, independentemente dessa exclusão institucionalmente assumida, o Pronaf tenha a pretensão de atingir, além dos segmentos de produtores familiares “consolidados”, o segmento dos “em transição”, deve-se destacar que, mesmo entre esses eleitos, ainda existe uma elevada porcentagem que permanece aguardando o “bonde da história” – lembrando que, em 2005, o Pronaf completou uma década de existência.

Tanto a política agrícola levada a cabo através do SNCR, quanto a política do Pronaf resultam em modelos excludentes. Tal conclusão distancia-se por completo da experiência da UE, na qual a preservação da estrutura produtiva familiar preexistente foi eleita como o alicerce para o modelo de desenvolvimento rural da Comunidade, o qual resultou, por conseguinte, na construção de uma cultura da pluriatividade crescente e “sustentável”. (ARKLETON TRUST, 1992).

A diferença da UE em relação ao Brasil é que, naquela Comunidade, a despeito de também a Política Agrícola Comum (PAC) favorecer as grandes propriedades, houve desde a sua constituição, em fins dos anos 1950, a preocupação explícita e *efetiva* de apoiar a preservação também das estruturas consideradas ineficientes, as não-competitivas à luz dos critérios de mercado. Lá como cá, os grandes proprietários foram (e continuam a ser) os mais beneficiados. Porém, no velho continente existe um mínimo de preocupação com a questão “social” envolvida na preservação dos pequenos produtores familiares. Por essa razão, a pluriatividade na UE é passível de crescimento. No Brasil, como não existe esse tipo de preocupação por parte das velhas e novas políticas voltadas para o setor, a pluriatividade é uma cultura a ser constantemente esvaída pelo progresso econômico, conduzido nos moldes da “modernização dolorosa”, em simultâneo às crises pelas quais passam constantemente os pequenos produtores desprovidos dos aportes públicos para enfrentá-las.

No Brasil, na região onde se concentram os aportes da política agrícola voltada para os segmentos patronal e familiar mais estruturado (região Sul), o que existe de pluriatividade no seio da agricultura familiar está cedendo

lugar para as famílias rurais de assalariados e/ou não-agrícolas e de não-ocupados, como procuraremos mostrar neste trabalho.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento desigual do capitalismo no meio rural do país criou, em algumas regiões mais atingidas (no nosso caso, a região Sul), as condições para a proliferação de casos de pluriatividade no seio das famílias rurais, foram criadas, a um só tempo, também as condições para a impossibilidade de continuar crescendo essa cultura pluriativa, especialmente em momentos de crise na agricultura.

O desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro engendrou na região Sul (mais atingida pelo processo de modernização agrícola do que a região Nordeste) o aumento da produtividade do trabalho e da terra, possibilitando com isso a liberação de parte da força de trabalho agrícola familiar para que pudesse ocupar-se ou em outros estabelecimentos como assalariada (permanente e/ou temporária) ou em atividades não-agrícolas que foram surgindo como oportunidade de ocupação para a população rural em decorrência do progresso econômico mais intenso nessa região – seja pelo aumento das oportunidades ocupacionais oriundas dos Complexos Agroindustriais (CAI) em consolidação, seja pelo processo de interiorização de indústrias (industrialização difusa).

Além dessas dinâmicas econômicas geradoras de Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA), outras dinâmicas (imobiliárias etc.) também potencializaram a proliferação de casos de pluriatividade nessas regiões modernizadas. Contudo, não é o caso de aqui discorrer sobre elas³⁰.

Na região Nordeste, na qual o desenvolvimento capitalista no campo foi introduzido de forma ainda muito parcial (HOFFMANN, 1992; SOUZA; KHAN, 2001), a pluriatividade também proliferou, porém, de forma mais intensa do que na região Sul, não apenas em termos absolutos, em virtude de ser uma região que abriga a maior população rural do país, mas também em termos relativos. Nesse caso, contudo, afirmamos no presente trabalho que no Nordeste tem-se consolidado uma cultura da pluriatividade que se vem sustentando há duas décadas (1980 e 1990) – ao contrário da região Sul –, derivada de uma outra cultura, a cultura de resistência à pobreza.

30 A esse respeito, sugere-se a leitura de Graziano da Silva (1999) e Del Grossi (1999).

Não que na região Sul, mais abastada economicamente do que o Nordeste, uma parcela da pluriatividade não possa ser associada à pobreza. O fato é que, no Nordeste, essa relação é bem mais patente, conforme indicam os dados apresentados neste trabalho.

A pluriatividade está presente em todas as regiões do país – nas ricas e nas pobres, nas modernizadas e nas atrasadas tecnologicamente. Todavia, o que procuramos sublinhar com o breve resgate da literatura que analisa a política pública para o meio rural, em vigor ao longo das últimas quatro décadas, é a percepção de que, por um lado, o processo de avanço desigual do capitalismo no campo criou as condições para a proliferação de casos de pluriatividade entre as famílias rurais em várias partes do país. Mas, por outro lado, pela forma como foi realizado esse processo – subordinado ao grande capital, elegendo a grande propriedade como o baluarte da modernização e do progresso econômico, em detrimento sistemático dos pequenos produtores (que representam a esmagadora parcela dos estabelecimentos rurais do país) – foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região Sul (de agricultura mais modernizada do que a região Nordeste), ao longo do tempo, especialmente em momentos de aprofundamento das dificuldades no setor. Acrescente-se a esses elementos o permanente descaso das políticas públicas para com a maioria da população rural de pequenos produtores familiares.

A partir dessa compreensão, procuraremos mostrar nos capítulos seguintes as razões pelas quais consideramos que a pluriatividade na região Sul tende a um constante declínio, contrariamente ao que ocorre na região Nordeste, que se apresenta persistente nas duas décadas analisadas. Entendemos que, na região Sul, a coexistência entre um modelo agrícola capitalista predominante e entornos rurais dinâmicos do ponto de vista não-agrícola, juntamente com a completa ausência do Estado amparando os pequenos produtores nos momentos de crise do setor – semelhantemente ao que ocorreu nos anos 1990 – leva as famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas a, paulatinamente, converter-se em famílias não-agrícolas ou de não-ocupados. Na região Nordeste, como os entornos rurais (economias locais) são precários e ainda predomina a prática de uma agricultura de subsistência, essa combinação é que leva à proliferação crescente de casos de pluriatividade, que se confunde com a luta diária de resistência à pobreza.

Capítulo 3

PLURIATIVIDADE E POBREZA RURAL: DOIS TRAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 – Introdução

Os dados que serão apresentados mais adiante revelam que, no Brasil, a pluriatividade prolifera muito mais em regiões pobres (caso do Nordeste) do que em regiões que passaram por processos de modernização tecnológica e crescimento econômico (caso da região Sul). É no Nordeste que a pluriatividade tem cumprido o papel de conter o declínio da agricultura familiar. Mais ainda, numa futura conjuntura de crescimento econômico e modernização das estruturas agrícolas no Nordeste, a tendência apontada pelos dados não autoriza aguardar um maior crescimento da pluriatividade (e da agricultura familiar). Pelo contrário, a não ser que o Estado, através de políticas públicas específicas, intervenha evitando o abandono das atividades agrícolas pelos produtores familiares.

Antes, contudo, convém recordar que os “tipos de famílias” aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não-ocupado)³¹ e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não-agrícola, pluriativo)³². Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto

31 Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não-ocupados.

32 Se, por exemplo, numa família de contas-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional”

Rurbano, no Instituto de Economia (IE), Núcleo de Economia Agrícola (NEA) da Universidade de Campinas (UNICAMP).

As análises seguintes ficarão restritas ao conjunto de famílias 'contas-próprias' e 'assalariados' residentes nas áreas rurais não-metropolitanas denominadas "rural agropecuário"³³. Justifica-se isso pelo fato de que, para o Brasil como um todo e para as regiões em particular (especialmente Nordeste e Sul), todos os tipos de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras, contas-próprias, assalariadas e não ocupadas) declararam residência, em sua grande maioria (uma média que varia entre 65% e 80%), nas áreas não-metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas "rurais agropecuárias" que se concentraram as famílias rurais não-metropolitanas (variando a proporção, na média, em torno de 83%, no total geral das áreas rurais não-metropolitanas das regiões). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias contas-próprias e assalariadas em 1999.

Considera-se como o universo da "agricultura familiar" a soma dos tipos de famílias de 'empregadores' (com até dois empregados) e de 'contas-próprias' – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude de este trabalho se concentrar nos tipos 'contas-próprias' e 'assalariados', nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias contas-próprias (agrícolas e pluriativas). A discussão posteriormente realizada sobre "agricultura familiar e pluriatividade" não ficará comprometida, já que o percentual de famílias de 'empregadores com até dois empregados' sobre o total ('empregador com até dois empregados' mais 'contas-próprias') corresponde, na média nacional, a apenas 1,03%, e nas regiões aqui em análise (Nordeste e Sul), a porcentagem média gira em torno de 2,4%. Isso equivale a dizer que o percentual de famílias contas-próprias no universo da "agricultura familiar" gira em torno de 98%, isto é, um contingente altamente representativo das análises realizadas a seguir.

a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não-agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

33 As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusive aglomerado rural. O "rural agropecuário", portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o "rural agropecuário" é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

Por fim, a base de dados utilizada para processar grande parte das tabelas apresentadas ao longo do livro, a partir do próximo item (3.2), foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNAD/IBGE, cujo processamento foi realizado pelo autor, utilizando o *software Statistical Package for Social Science* (SPSS). O autor faz parte do grupo de pesquisadores do Projeto Rurbano³⁴, IE/Unicamp. Além de ser um dos pesquisadores desse grupo, o autor também foi responsável, a partir da Fase III desse Projeto, pelo processamento do conjunto de Tabulações Especiais, referente à Tipologia de Famílias (os “tipos de famílias” explicitados acima) criada no âmbito desse projeto. Portanto, as fontes dos dados das tabelas, concernentes aos diferentes tipos de famílias, que serão apresentadas ao longo do livro, são, na verdade, elaboradas a partir das referidas tabulações especiais, que o próprio autor as processou a partir das PNAD/IBGE.

3.2 – Um Primeiro Esclarecimento: O Reprocessamento dos Microdados das PNADs (1992/1999) e a Evolução das Famílias Rurais no Nordeste e no Sul

Tomando como referência a sugestão enunciada em nosso trabalho anterior (NASCIMENTO, 2002) de que é importante estudar a pluriatividade de forma desagregada o mais detalhadamente possível, reprocessamos com mais minúcias os microdados das PNAD dos anos 1990 em busca de uma maior precisão no tratamento da evolução da pluriatividade.

No presente trabalho, desdobramos a tipologia de famílias do Projeto Rurbano em “11 tipos” de famílias pluriativas “intersectoriais”: 10 deles combinam atividade agrícola³⁵ com um ramo específico de atividade não-agrícola³⁶; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com mais de um ramo de atividade não-agrícola³⁷ (agrícola “com” mais de um ramo não-agrícola). Portanto, 11 tipos de famílias pluriativas derivadas do segundo tipo trabalhado em Nascimento (2002), além dos dois outros (concebidos inicialmente), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas:

34 Conforme explicado na nota n. 2.

35 Agrícola entenda-se por agropecuária.

36 Os ramos de atividades não-agrícolas correspondem aos que as PNAD agregam nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços; vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades.

37 A este novo tipo com mais de um ramo de atividade foi somado o quarto tipo, de Nascimento (2002): o tipo ‘agrícola “com” não-agrícola “com” serviço doméstico remunerado’.

i) agrícola “com” agrícola; ii) agrícola “com” mais de um ramo não-agrícola; iii) agrícola “com” indústria de transformação; iv) agrícola “com” indústria da construção; v) agrícola “com” outras atividades industriais; vi) agrícola “com” comércio de mercadorias; vii) agrícola “com” transporte e comunicações; viii) agrícola “com” serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola “com” prestação de serviços; x) agrícola “com” serviço social; xi) agrícola “com” administração pública; xii) agrícola “com” outras atividades (não-agrícolas); xiii) agrícola “com” serviço doméstico remunerado.

Observando a série 1992 a 1999 com o referido nível de desagregação da pluriatividade, observa-se nas áreas rurais agropecuárias da região Nordeste, como elemento novo, uma tendência de crescimento (11,2% a.a.) do tipo de família pluriativa que combina atividade agrícola com atividade do ramo de ‘transporte e comunicação’, conforme pode ser visto na Tabela 13, o que dá uma indicação de uma relativa divergência com a afirmação conclusiva em Nascimento (2002).

Quando tomamos o subperíodo 1995/1999, as Tabelas 13 e 14 revelam expansão significativa³⁸ da pluriatividade intersetorial na região Nordeste. A Tabela 14 ainda traz a tipologia adotada em Nascimento (2002) e a Tabela 13 apresenta a nova tipologia construída para o presente trabalho. Na Tabela 13³⁹, observa-se o crescimento significativo da pluriatividade “intersectorial” total (agrícola “com” não-agrícola) nordestina (8,5%), paralelamente à estabilidade da pluriatividade tradicional (agrícola “com” agrícola). Desagregando a pluriatividade “intersectorial” nordestina, observa-se também na Tabela 13 a expansão significativa de quatro tipos de famílias pluriativas “intersectoriais”: combinação de atividade agrícola com os ramos da ‘construção civil’ (31,6% a.a.), dos ‘transportes e comunicação’ (18,5% a.a.), dos ‘serviços sociais’ (7,2% a.a.) e, também, com mais de um ramo de atividade não-agrícola (13% a.a. para as famílias de contas-próprias, e 24,9% a.a. para as famílias de assalariados). A Tabela 14, igualmente, mostra elevadas taxas positivas e significativas de crescimento, no agregado, de famílias nordestinas pluriativas “intersectoriais”, de contas-próprias e de assalariados, no período em foco.

38 Esse qualificativo – “significativo” – refere-se ao sentido estatístico, que corresponde ao nível de significância do teste. Sempre que doravante falarmos em crescimento “significativo”, é nesse sentido que estaremos tratando.

39 Para evitar o acúmulo de dados no corpo da tabela, optamos por deixar todos os respectivos números absolutos em tabelas em anexo no final do livro.

Comparando a evolução dos diferentes tipos de famílias pluriativas nordestinas com suas congêneres sulinas, constata-se ainda, reforçando a confirmação da nossa hipótese central, que, no período 1995 a 1999 – período de intensificação da crise agrícola que recaiu sobre os pequenos produtores rurais, especialmente sulinos conforme Capítulo 5 –, houve maior expansão de diferentes tipos de famílias contas-próprias pluriativas “intersetoriais” na região Nordeste do que no Sul do país (Tabelas 13 e 14). Na verdade, na região Sul, nenhum tipo de família conta-própria pluriativa (que faz parte do contingente da agricultura familiar da região) apresentou tendência positiva de crescimento, nos períodos 1992/1999 e 1995/1999; pelo contrário, quase todas as taxas de crescimento são negativas, ainda que algumas sejam não significativas (no sentido estatístico).

Convém esclarecer que a soma das famílias contas-próprias pluriativas “intersetoriais” nordestinas (455 mil) era igual a 4,1 vezes o total de suas congêneres sulinas (109 mil), em 1999. Essa diferença ganha mais significado para os propósitos deste trabalho quando se considera que o efetivo da agricultura familiar (composto pelas famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativos) no Nordeste (1,7 milhão de famílias) possui diferença relativamente menor (2,8 vezes) em relação ao efetivo da agricultura familiar da região Sul (605 mil famílias). Esses números demonstram, para o que nos interessa mais de perto, que a pluriatividade intersetorial (no seio da agricultura familiar) no Nordeste é mais expressiva do que no Sul, não porque o universo populacional rural da agricultura familiar é maior no Nordeste. Pelos números apresentados, essa afirmação está descartada. Adiante exporemos outras explicações para isso.

Somando os quatro grupos de famílias pluriativas contas-próprias “intersetoriais” nordestinas que apresentaram taxas positivas e significativas de crescimento⁴⁰, chegou-se a 80,7% do conjunto de famílias contas-próprias “intersetoriais” nordestinas, cujo total também cresceu significativamente (8,5%), no período 1995/1999, conforme Tabela 13 acima.

A título de informação adicional, a Tabela 15 apresenta a composição dos diferentes tipos de famílias nordestinas pluriativas e não-agrícolas segundo o ramo de atividade “não-agrícola” em que seus membros encontravam-se ocupados em 1999. Para cada tipo de família foi contado o número de

40 Os quais são: ‘construção civil’, ‘transportes e comunicação’, ‘serviços sociais’ e ‘agrícola com mais de um ramo não-agrícola’.

Tabela 13 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: 1992/1999
(1.000 Famílias)

Continua

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE	Sul	Nordeste		Sul	
			tx cresc.		tx cresc.	
			(% aa.)		(% aa.)	
Mil fam	Mil fam		1992/99 a	1995/99 a	1995/99 a	
1999	1999					
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria						
Agrícola	1.799	671	1,6	**	-2	***
Pluriativo	1.015	467	1,7		-2,9	***
	653	138	0,7		-2,2	**
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	199	27	1,8		-4	***
Intersetorial Total (Agr. Com Não-agríc.)	455	109	0,5		-1,8	*
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	239	51	2,5		1,5	***
Agrícola com indústria de transformação	19	15	-10,9	***	-5,1	
Agrícola com indústria construção	48	5	8,1		-	***
Agrícola com out atividade industrial	6	2	-	-	-	-
Agrícola com comércio	21	6	-5,6	*	-5,8	-
Agrícola com transp e comunicação	6	2	11,2	***	-	-
Agrícola com serv aux ativ econôm.	1	2	-	-	-	-
Agrícola com prestação serviços	22	4	-6,7	*	-10,3	-
Agrícola com serviço social	55	8	-1,4		-10,7	*
Agrícola com administração pública	11	3	6,2		-	***
Agrícola com outras atividades	1	1	-	-	-	-
Agrícola com SDR	26	13	4,5	**	2,5	-
Não-agrícola	131	67	5,9	***	9,4	0,5
						5,9

Tabela 13 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: 1992/1999
(1.000 Famílias)

Conclusão

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE		Nordeste		Sul		Nordeste		Sul	
	Mil fam	Mil fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	1999	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
Empregados	852	428	-0,1		3,2	***	2,6	*	4,4	***
Agrícola	462	185	-2,6	*	0,5		-4,8		1,3	
Pluriativo	161	42	1,4		-1		16,9	*	-3,8	
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	71	18	4,6		0,9		24,9	*	-1	
Agrícola com indústria de transformação	9	5	-2,3		-3		14,9		0,6	
Agrícola com indústria construção	25	0	3,6		-		48,3		-	
Agrícola com out atividade industrial	2	0	-		-		-	-	-	
Agrícola com comércio	3	1	-		-		-	-	-	
Agrícola com transp e comunicação	1	0	-		-		-	-	-	
Agrícola com serv aux ativ econôm.	2	1	-		-		-	-	-	
Agrícola com prestação serviços	3	1	-		-		-	-	-	
Agrícola com serviço social	20	2	-6		-		-	-	-	
Agrícola com administração pública	3	1	-10,2		-		2,8		-	
Agrícola com outras atividades	1	0	-		-		-6,7		-	
Agrícola com SDR	23	14	4,2	*	-		-1,7	-	-	
Não-agrícola	230	201	5,8	*	7,6	***	12,5	*	10,1	***

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os "-,-" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos)

Serviço Doméstico Remunerado (SDR)

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 14 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	Mil fam	tx cr. (% aa.)	Mil fam	tx cr. (% aa.)
	1999	1995/99 ^a	1999	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-Própria	1.799	1,9	671	-2
Agrícola	1.015	-0,4	467	-2,6
Pluriativo	653	5,4	138	-2,8
Agrícola com Agrícola	199	-0,5	27	-5,5
Agrícola com não-agrícola	414	9,5	95	-2
Agrícola com SDR	26	-1,2	13	0,5
Agríc.com não-agríc. com SDR	15	-1	-	-
Não-agrícola	131	3,9	67	5,9
Não-agrícola sem SDR	124	3	62	5,6
Não-agrícola com SDR	7	-	5	9,2
Empregados	852	2,6	428	4,4
Agrícola	462	-4,8	185	1,3
Pluriativo	161	16,9	42	-3,8
Agrícola com não-agrícola	136	21,9	24	-4,5
Agrícola com SDR	23	-1,7	14	-2
Agríc. com não-agrícola com SDR	3	-	3	-
Não-agrícola	230	12,5	201	10,1
Não-agrícola sem SDR	204	13,3	165	10
Não-agrícola com SDR	26	6,6	35	10,6

Fonte: Elaboração do Autor baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os “-” indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).

Serviço Doméstico Remunerado (SDR).

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 15 – Composição da Estrutura de Ocupação segundo os Ramos de Atividade Não-agrícola:
Nordeste, 1999

Continua

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO												
Conta-própria	14,0	16,5	2,9	17,9	4,1	0,8	15,5	15,2	3,9	1,2	7,9	100,0
Pluriativo	13,3	16,9	2,0	13,8	3,1	0,8	12,9	21,7	5,0	0,1	10,3	100,0
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	15,0	16,2	2,1	18,3	4,0	1,7	15,4	21,1	6,0	0,2	0,0	100,0
Agrícola com indústria de transformação	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria construção	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com out atividade industrial	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com comércio	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com transp e comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com prestação serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serviço social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com administração pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com outras atividades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Agrícola com SDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Não-agrícola	15,4	15,9	4,5	25,7	6,0	0,7	20,5	2,8	1,8	3,3	3,5	100,0
Empregado	14,1	31,8	4,9	3,6	2,5	1,2	3,8	18,1	6,2	0,4	13,3	100,0
Pluriativo	9,4	25,7	3,9	3,1	1,5	1,6	3,6	23,5	7,3	0,7	19,7	100,0
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	14,0	25,1	5,9	4,3	2,5	0,9	4,1	31,6	11,5	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria de transformação	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria construção	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com outra atividade industrial	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com comércio	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com transp e comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Tabela 15 – Composição da Estrutura de Ocupação segundo os Ramos de Atividade Não-agrícola:
Nordeste, 1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com prestação serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serviço social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com administração pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com outras atividades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Agrícola com SDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Não-agrícola	16,6	35,0	5,4	3,9	2,9	1,0	3,9	15,3	5,7	0,3	10,0	100,0

Fonte: Elaboração do Autor baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
Legenda: as letras referem-se à % (porcentagem) de pessoas ocupadas nos seguintes ramos de atividades:

- A - Indústria de transformação;
- B - Indústria da construção;
- C - Outras atividades industriais;
- D - Comércio;
- E - Transporte e comunicação;
- F - Serviços auxiliares da atividade econômica;
- G - Prestação de serviços (exclusive o serviço doméstico remunerado);
- H - Serviço social;
- I - Administração pública;
- J - Outras atividades;
- K - SDR: Serviço Doméstico Remunerado;
- L - Total de ocupados

peças ocupadas em cada um dos ramos de atividades “não-agrícolas”. Foi contado também o total das pessoas ocupadas (em todos os possíveis ramos não-agrícolas) dentro de cada fam lia⁴¹.

Cada uma das colunas (Tabela 15) corresponde   porcentagem de pessoas ocupadas por ramo de atividade no total de pessoas ocupadas por grupo de tipo de família. Pode-se ver que os ramos em que mais as famílias contam próprias pluriativas intersetoriais ‘agrícola com não-agrícola’ se ocuparam em 1999 foram: indústria de transforma o, indústria da constru o, comércio, presta o de serviço e serviço social.

Os dados resultantes do reprocessamento dos microdados das PNAD, com a nova tipologia de famílias mais detalhada por ramos de atividade, revelaram, portanto, o crescimento da pluriatividade intersetorial nas áreas rurais agropecuárias da região Nordeste, ao contrário da região Sul, embora, na média da década (1992/1999), a pluriatividade intersetorial como um todo no Nordeste tenha ficado estabilizada (com exce o dos tipos de famílias que combinam atividade agrícola com ‘serviço doméstico remunerado’ e com ‘transporte e comunica o’).

Em suma, até aqui o mais importante de todas essas observa es preliminares   apreender que esses resultados estão sugerindo a existência de uma rela o forte entre entorno rural pobre (caso do Nordeste) e crescimento de famílias pluriativas intersetoriais.

  sobre essa rela o – pobreza rural e pluriatividade – que as próximas se es irão se ocupar.

3.3 – A Pluriatividade na Literatura Nacional e Internacional: Um Breve Resgate

O tratamento mais detalhado dos dados mostrou que não existe uma explica o única (universal) para a “existência” e “reprodu o” da pluriatividade, no Brasil.

A literatura internacional e nacional acerca desse segmento social já demonstrou que ele não   um caso exclusivo de determinadas áreas rurais. Pelo contrário, a pluriatividade   uma realidade generalizada por todas as áreas rurais de todas as regiões e países pesquisados. Nesse aspecto, o

41 Representado pela coluna L.

que nos interessa mais de perto neste trabalho é realçar que os estudos já realizados sobre o tema, tanto nacionalmente como no exterior, procuram apontar as especificidades da pluriatividade em cada realidade regional na qual ocorre. Em virtude da enorme heterogeneidade regional (dentro e fora do Brasil), o resultado das pesquisas registra também uma grande heterogeneidade de fatores explicativos da “existência” da pluriatividade nas distintas regiões.

À guisa de exemplo, a OECD (1998) relata que, em regiões da União Européia (UE) com acesso a maiores centros urbanos e industriais e com um setor produtor de alimentos modernizado, é mais comum a pluriatividade como um meio de manter a atividade agrícola, sendo a renda não-agrícola usada para apoiar a atividade agrícola; em regiões caracterizadas por apresentarem dificuldades na produção agrícola – seja em virtude de terem uma força de trabalho velha ou por serem bastante isoladas e terem dificuldade de diversificar suas atividades produtivas – a pluriatividade pode ser vista como um meio de diversificar os negócios, sendo o *link* entre as atividades agrícolas e não-agrícolas dado pela utilização das rendas não-agrícolas.

Nesse sentido, a pluriatividade pode refletir uma variedade de estratégias familiares: a busca por inserção em novos mercados em resposta às dificuldades financeiras; uma tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola; ou ainda uma resposta às oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos. (OECD, 1998).

Como assinala Fuller (1990), a pluriatividade representa a segunda etapa de um processo de reconceitualização que acontece desde o final dos anos 1980 a partir do conceito de agricultura a tempo parcial (*part time farming*). A adoção do termo pluriatividade obedece a seu mais amplo significado ao estar referido a uma unidade econômica que realiza outras atividades além da agricultura, tanto dentro como fora da exploração, e pelas quais obtém distintos tipos de remuneração. Para esse autor, entre as atividades realizadas pela unidade familiar agrária em adição à agricultura, incluem-se as seguintes: a) o emprego em outras explorações agrárias; b) as atividades denominadas para-agrárias, no interior do estabelecimento, como a transformação de alimentos; c) as atividades não-agrárias realizadas na exploração, como o turismo e o artesanato; e d) o emprego fora da exploração e do setor agrário.

Os determinantes que levam as unidades familiares agrárias a empreenderem novas atividades dependem de um conjunto de variáveis tanto internas como externas à própria unidade familiar e à exploração.

Dentre os fatores externos, destacam-se principalmente as características de mercado de trabalho. Fuller (1990) assinala a percepção de que as estratégias e condutas das unidades familiares agrárias estão determinadas de uma forma crescente pelas oportunidades de trabalho fora da exploração. Nesse sentido, o entorno de núcleos de população maiores ou o seu nível de desenvolvimento são aspectos que incidem diretamente nas oportunidades de emprego. As infra-estruturas das economias locais, os recursos naturais, culturais e humanos são também aspectos a serem levados em conta ao analisar-se o maior ou menor êxito da pluriatividade em um determinado território.

Como determinantes internos da unidade familiar, encontram-se tanto as características dos membros da unidade familiar como as da exploração agrária. Entre os primeiros, a idade tem-se revelado como uma das variáveis mais determinantes: a maior capacitação e formação dos mais jovens se unem às suas maiores necessidades econômicas; a idade dos membros da unidade familiar, fundamentalmente do titular da exploração agrária e do cônjuge, mostra-se um dos fatores que mais incidem na disposição a empreender novas atividades; a idade também influi no tipo da nova atividade empreendida. Os resultados da pesquisa do *Arkleton Trust Project*⁴² assinalam a existência de uma relação inversa entre o tamanho da exploração e o trabalho realizado fora dela. (BARDAJÍ; GIMENEZ, 1995)⁴³.

Alguns trabalhos recentes desenvolvidos no Brasil também apresentam explicações distintas para a existência da pluriatividade no país, em geral, e na região Sul, em particular. Por um lado, sua existência é atribuída às transformações ocorridas no macroambiente socioeconômico onde estão imersas as famílias rurais, de modo que o novo ambiente que se configura oferece alternativas de ocupação e renda às famílias rurais, alternativas estas estranhas ao universo estritamente identificado com a agropecuária.

42 Trata-se de uma ampla pesquisa desenvolvida no âmbito dos países componentes da Comunidade Econômica Européia (CEE), realizada por uma equipe interdisciplinar, no período 1987/1991, com o intuito de abordar questões que ultrapassassem os limites estreitos do estabelecimento agrícola – tais como, por exemplo, as diferentes fontes de renda da família (não apenas do estabelecimento) etc.

43 Para uma lista mais extensa de exemplos de estudos de casos sobre as diferentes determinações da pluriatividade em diferentes contextos nacionais e regionais, consultar Kageyama (1998) e Schneider (2000).

O conjunto de características observadas por Mattei (1999, p. 149, grifo nosso) em um estudo de caso sobre a pluriatividade no município de Blumenau/SC levou-o à conclusão de que a:

Incidência da pluriatividade no município de Blumenau guarda menos correspondência com as variáveis relacionadas às estruturas internas das famílias e está mais articulada ao ambiente socioeconômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão da pluriatividade.

Convergindo com Mattei (1999), o resultado que Souza (2000, p. 300-301, grifo nosso) apreende, ao realizar um estudo de caso sobre a pluriatividade no distrito de Itaiacoca (município de Ponta Grossa/PR), é de que uma:

Análise pormenorizada das famílias que combinam atividades mostra que: a explicação não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar [...] [de modo que] as características do entorno social desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias consolidando um tipo de desenvolvimento e de integração particular.

Por outro lado, depois de fazer um extenso esforço de revisão da literatura internacional sobre a pluriatividade, Schneider (2003) atribuiu ao tipo de explicação aludida acima por Mattei (1998) e Souza (2000) uma determinação menor à compreensão do “fenômeno” da pluriatividade no Sul do Brasil. À luz do arcabouço teórico chayanoviano, esse autor procura enfatizar mais os aspectos microssociológicos intrínsecos às unidades familiares agrícolas com certo detrimento da importância das transformações no ambiente externo à unidade produtiva familiar (mercado de trabalho, mercado de produtos etc.).

Para Schneider (2003), a pluriatividade deve ser estudada a partir da dinâmica interna da família, além de terem que ser apreendidas suas reações ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. A dinâmica das famílias e sua relação com a estrutura agrária é que tem a supremacia em modificar a estratégia da pluriatividade, e não o ambiente exterior.

O autor aceita a idéia de que a industrialização difusa e a flexibilização das relações de trabalho podem estimular a geração e expansão da pluria-

tividade no Sul do Brasil. Porém, ele considera difícil aceitar que a pluriatividade decorre diretamente dos referidos processos sociais e econômicos que são externos às unidades produtivas familiares, sem implicar qualquer tipo de reação dos sujeitos afetados, resultando estes apenas em simples coadjuvantes, não contribuindo, em alguma medida, para a afirmação e significação da pluriatividade.

Do ponto de vista de Schneider (2003), os aspectos macrossociológicos pelos quais se explica o recurso dos agricultores às atividades não-agrícolas “têm muito pouco a dizer” sobre as motivações dos indivíduos, seja sobre tomadas de decisões de dispêndio ou investimento, seja sobre seus projetos alternativos de reprodução social. Portanto, defende o autor que é preciso descer ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que maneira ela exerce essa pluriatividade. Somente com base nessas informações, pondera o autor, é que se pode discutir o que ele considera a questão teórica central, isto é, a possibilidade de a pluriatividade constituir-se em uma nova estratégia de reprodução social das unidades agrícolas familiares.

Ao final de seu livro, Schneider (2003) conclui que a pluriatividade não pode ser confundida com a dinâmica do mercado de trabalho, nem pode ser tomada como efeito das transformações nesse mercado. Tem-se que apreender as dinâmicas microssociais intrínsecas às famílias em interação com o meio ambiente econômico e social em modificação. Essa é, para o autor, a chave explicativa para a não-identificação da pluriatividade com a dinâmica dos mercados de trabalho.

Há também autores que, por seu lado, procuram mostrar a importância de considerar ambas as determinações. Sacco dos Anjos (2003) se aproxima da compreensão de Kageyama (1998) de que certos elementos internos à unidade produtiva familiar não são por si só suficientes para definir a pluriatividade. Para Sacco dos Anjos (2003, p. 91, grifo nosso), devem-se:

Incluir outros aspectos para chegar a um conceito integrado. A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modelo de produção capitalista. Mas, por outra parte, sua consolidação nos distintos países adquire especificidades geográficas, econômicas, políticas e

sociais [...] Em definitivo, parece igualmente lógico que não é possível interpretá-la sem levar em conta o contexto amplo que lhe engendrou.

Para Kageyama (1998), dependendo do nível analítico em que seja investigada (micro, meso, macro), a pluriatividade tem significados distintos conforme o estágio de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto.

No nível micro, a unidade de análise pode ser a família. Mas a 'segunda atividade' não se exerce em abstrato ou deslocada do resto da economia, e sim num mercado de trabalho, que deve constituir um outro nível analítico. Este não é propriamente macro, mas talvez 'mesoeconômico' (contexto), pois a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes. (KAGEYAMA, 1998, p. 21).

As par dessas referências, que na sua maioria se ancoram em estudos de casos específicos de algumas localidades da região Sul do Brasil, exceção de Kageyama (1998), cujo texto é respaldado em grande parte em resultados de trabalhos sobre a pluriatividade em outros países, entretanto, as informações até aqui apresentadas – extraídas dos microdados das PNADs, conforme apresentadas na seção anterior – sugerem, por seu turno, que é importante distinguir duas coisas: a existência da pluriatividade, de um lado, e a sua reprodução/evolução, de outro.

As explicações arroladas acima procuram dar conta da existência no Brasil da pluriatividade. Entretanto, parece-nos não serem suficientes para explicar a sua evolução (e significado) nas diferentes regiões brasileiras, nos anos 1990. Esse ponto nos parece ficar claro ao compararmos a evolução (expressa pelas taxas de crescimento) das famílias pluriativas nordestinas e sulinas, nas tabelas da seção precedente. Pelas ponderações contidas nos trabalhos dos citados autores, era de esperar uma maior expansão da pluriatividade intersetorial na região Sul do país, mas não no Nordeste, uma vez que é no Sul que se encontram mais bem reunidas as condições mais profícuas para o desenvolvimento da pluriatividade intersetorial, como por exemplo: processos mais intensos de transformações produtivas e de relações de produção e trabalho, assim como processos de industrialização difusa, criando economias locais mais dinâmicas; maiores PIBs (setores e *Per Capi*-

ta)⁴⁴; cultura camponesa (imigrantes europeus) e de pequena propriedade; concentração de recursos de financiamento para a agricultura familiar⁴⁵; etc. Contudo, a despeito de todos esses elementos, os dados mostram que é justamente na região em que cada um desses fatores se mostra mais “precarizado”, ou mesmo inexistente, (região Nordeste) que se encontra a maior proporção e se desenvolve com mais força a pluriatividade intersetorial (expressa em diferentes tipos de famílias pluriativas), além da pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola com assalariamento agrícola).

A nosso juízo, a despeito de a pluriatividade ocorrer em todas as regiões do Brasil, observar e analisar sua evolução é mais importante do que simplesmente atestar a sua existência. Existência que certamente possui significados diferenciados entre as diversas regiões do país, mas, como procuraremos discorrer em seguida, no que concerne ao futuro das famílias rurais das distintas regiões do Brasil, essa existência diferenciada da pluriatividade (em contextos distintos) poderá vir a apresentar um destino comum: a contração do seu universo e, com ele, o não-cumprimento da função que lhe é atribuída – ou seja, sustentar a parcela mais desestruturada do conjunto da agricultura familiar e, com isso, servir de instrumento para solucionar boa parte dos problemas comuns ao rural e ao urbano. Diante disso, acredita-se que falta agregar outros componentes explicativos para o declínio da pluriatividade na região mais abastada economicamente (Sul), e o substancial crescimento significativo dela na região Nordeste. Esse componente já foi explicitado anteriormente: trata-se de considerar a ação do Estado consubstanciada em políticas públicas para o setor (ou sua ausência) e a pobreza recorrente no Nordeste.

Do que foi apresentado até aqui, pode-se apreender que os dados (apresentados na seção precedente) estão contradizendo qualquer idéia no sentido de se fazer associação direta entre o crescimento da pluriatividade e contextos rurais com economias locais dinâmicas, sem a mediação de outros fatores explicativos. A pluriatividade no Brasil, não obstante ocorra em todas as regiões do país – seja no interior da agricultura familiar, seja entre famílias de assalariados ou de unidades patronais –, parece ser mais característica, tanto em termos absolutos como em termos de evolução/reprodução (crescimento), em regiões pobres. É, como pudemos ver, na região Nordeste que a pluriatividade tem encontrado o ambiente propício para expandir-se

44 Ver tabelas (ao final do livro, em Anexo).

45 Ver informações fornecidas no Capítulo 2.

de forma bem mais expressiva do que nas regiões do Brasil com economias mais dinâmicas e mais modernizadas tecnologicamente, como é o caso da região Sul. É o que veremos, mais ainda, em seguida.

3.4 – Pluriatividade e Pobreza Rural: persistência e crescimento em meio à pobreza

A Tabela 16 procura dar respaldo empírico às considerações acima. Ela compara, respectivamente, a evolução (1995/1999)⁴⁶, em termos de taxas de crescimento, e a proporção⁴⁷ das famílias pobres residentes nas áreas rurais agropecuárias das regiões Nordeste e Sul, em 1999 (com uma linha de pobreza correspondente à renda média familiar *Per Capita* de $\frac{1}{2}$ s.m. em R\$ de set./1999)⁴⁸. A Tabela 16 mostra que é na região Nordeste que predominam as famílias pobres sobre o total de famílias (de cada tipo), para praticamente todos os tipos de famílias apresentados. Observe-se que, no Nordeste, de maneira quase generalizada, as proporções de famílias pobres constituem, em média, 64% dos seus respectivos totais (por tipo de família), enquanto no Sul esse percentual médio fica abaixo dos 30%.

Também é no Nordeste que as famílias rurais agropecuárias contas-próprias (agricultura familiar) pobres pluriativas intersetoriais, no agregado, mais crescem significativamente (9,4%; Tabela 16). Note-se nessa região o crescimento significativo e acelerado entre três desses tipos familiares (coluna 1): ‘agrícola com mais de um ramo não-agrícola’ (14,4%), ‘agrícola com indústria da construção’ (49,2%) e ‘agrícola com serviço social’ (6%). Convém dizer que esses três tipos familiares correspondem juntos a 75,3% do total das famílias pluriativas intersetoriais nordestinas. Um dado interessante de se perceber também na Tabela 4 é que no Nordeste, a despeito do crescimento significativo das famílias de contas-próprias pluriativas ‘agrícola com SDR’⁴⁹ (NASCIMENTO, 2002), a parcela pobre dessas mesmas famílias diminuiu, o que pode significar que o SDR contribuiu para alçar parte dessas famílias para cima da linha de pobreza adotada. (NASCIMENTO, 2004b).

46 O deflator usado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – restrito, o mesmo índice deflator que é utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs. Importa notificar que optamos por considerar apenas a série 1995/1999 e desconsiderar os anos 1992 e 1993, para as tabelas de famílias pobres, com a intenção de evitarmos incorrer em erros graves, posto que parte do crescimento das rendas captado pelas PNAD de 1992 a 1995 se deve ao fato de que o deflator utilizado pode não ter captado adequadamente a inflação da época da implantação do Plano Real no ano de 1994.

47 Proporção sobre o total de cada tipo familiar.

48 O salário mínimo em set./1999 era de R\$ 136,00.

49 Serviço doméstico remunerado.

Em relação ao Sul, diferentemente, a Tabela 16 evidencia basicamente a redução significativa do efetivo das famílias contas-próprias pluriativas tradicionais (agrícola com agrícola) pobres, segundo a linha de pobreza adotada. Considerando que a Tabela 13 mostrou que houve uma queda significativa das famílias contas-próprias pluriativas sulinas como um todo, pode-se cogitar que a pluriatividade não está evitando o aprofundamento da proletarização dessas famílias, na região Sul, uma vez que essas famílias não estão se tornando famílias contas-próprias ‘não pobres’⁵⁰, as quais apresentaram taxas negativas de crescimento, embora não significativas, conforme mostra a Tabela 17. Aquelas famílias podem estar deixando de ser contas-próprias e se tornando assalariadas.

A esse respeito, importa considerar também que, voltando a análise às famílias contas-próprias pluriativas pobres da região Nordeste na Tabela 16, nesta região o registro do crescimento significativo das famílias contas-próprias pluriativas intersetoriais pobres (Tabela 16), conforme já mencionado, indica que a pluriatividade não está contribuindo para retirar essas famílias de debaixo da linha de pobreza estipulada. Ou seja, a pluriatividade intersetorial ou tradicional, além de ser um sinal claro do processo de proletarização das unidades agrícolas familiares nordestinas, não está evitando o empobrecimento dessas famílias.

Em suma, no Sul, a pluriatividade não está evitando o aprofundamento do processo de proletarização das famílias contas-próprias pobres – a sua conversão em famílias assalariadas; e, no Nordeste, a pluriatividade entre as famílias contas-próprias pobres não consegue reverter a combinação ‘proletarização com empobrecimento’ em ‘proletarização com superação do empobrecimento’ – ou seja, essas famílias se proletarizam, tornando-se pluriativas, permanecendo pobres.

Desse modo, podemos concluir que não basta a família agrícola tornar-se pluriativa para deixar de ser pobre; tem que se tornar pluriativa numa região não pobre. Porém, se, na região não-pobre (ou menos pobre), predomina um modelo agrícola capitalista que exclui pequenos produtores rurais e, se, na mesma região, existem redes urbanas com economias dinâmicas espalhadas pelo território regional, as famílias agrícolas (pobres ou não-pobres) tenderão a se proletarizar, tornando-se não-agrícolas em vez

50 As famílias não pobres da Tabela 17 são o resultado da diferença entre o total de famílias (de cada tipo) e as famílias pobres (segundo a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *Per Capita* familiar).

Tabela 16 – Proporção (%) e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Região: 1992/1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de set./1999)

Continua

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul		Nordeste		Sul	
	tx cresc.		tx cresc.		Mil fam		Mil fam	
	(% aa.)		(% aa.)		pobres		pobres	
	1995/99 ^a		1995/99 ^a		1999		1999	
NÃO-METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-Própria								
Agrícola	1,7	-5,8 ***			1.072	59,6	179	26,6
Pluriativo	-1,1	-6,4 ***			616	60,7	151	32,4
	6,5	-4,7			392	60,1	18	13,1
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	1,1	-15,5 *			124	62,6	5	17,2
Intersetorial Total (Agr Com Não-agric.)	9,4 *	1,2			268	59,0	13	12,1
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	14,4 ***	-			139	57,6	6	13,1
Agrícola com indústria de transformação	0,9	-			13	67,5	2	11,5
Agrícola com indústria construção	49,2 ***	-			29	60,3	0	0
Agrícola com out atividade industrial	-	-			4	67,2	0	0
Agrícola com comércio	-14,5	-			9	41,1	1	10
Agrícola com transp e comunicação	-	-			2	33	0	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	-	-			1	100	0	0
Agrícola com prestação serviços	-4,2	-			13	60	0	0
Agrícola com serviço social	6	-			34	61,1	1	15,2
Agrícola com administração pública	-	-			8	69,5	0	0
Agrícola com outras atividades	-	-			0	0	0	0
Agrícola com SDR	-2,1	-			17	66,2	3	26,3
Não-agrícola	2,7	2,1			63	48,4	9	13,7
Empregados	2,3 *	1,6			570	66,9	129	30,2
Agrícola	-5,7	-0,9			324	70,1	82	44,3
Pluriativo	16,5	-1,3			105	65,3	9	20,9

Tabela 16 – Proporção (%) e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Região: 1992/1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de set./1999) Conclusão

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul		Nordeste		Sul	
	tx cresc.		tx cresc.		Mil fam pobres	% fam pobres s/ total	Mil fam pobres	% fam pobres s/ total
	(% aa.)		(% aa.)		1999	1999	1999	1999
	1995/99 ^a		1995/99 ^a		1999	1999	1999	1999
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	25,1	-	-	-	48	66	2	8,1
Agrícola com indústria de transformação	-	-	-	-	5	58,4	0	0
Agrícola com indústria construção	73,8	**	-	-	16	63,2	0	-
Agrícola com out atividade industrial	-	-	-	-	0	0	0	-
Agrícola com comércio	-	-	-	-	3	100	1	100
Agrícola com transp e comunicação	-	-	-	-	1	100	0	-
Agrícola com serv aux ativ econôm.	-	-	-	-	1	33,3	1	49,4
Agrícola com prestação serviços	-	-	-	-	2	59,1	1	100
Agrícola com serviço social	-0,3	-	-	-	12	63,7	0	0
Agrícola com administração pública	-	-	-	-	2	44,6	0	0
Agrícola com outras atividades	-	-	-	-	1	100	0	-
Agrícola com SDR	-4,9	*	4	***	16	72,7	5	37,5
Não-agrícola	15,8	**	9,6	***	141	61,4	38	19,1

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os "-." indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).

SDR: Serviço Doméstico Remunerado.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 17 – Proporção (%) e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Não Pobres segundo o Local de Domicílio e Região: 1995/1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de ½ S.M. Em R\$ de set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul		Nordeste		Sul	
	tx cresc. (% aa.)	1995/99 ^a	tx cresc. (% aa.)	1995/99 ^a	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total
NÃO-METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-Própria								
Agrícola	2,2		-0,4		727	40,4	493	73,4
Pluriativo	0,7		-0,5		398	39,3	315	67,6
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	3,9		-2,6		261	39,9	120	86,9
Intersetorial Total (Agr. com Não-agríc.)	-2,8		-2,0		74	37,4	23	82,8
	8,0		-2,7		182	41,0	97	87,9
Não-agrícola	4,9	*	6,6		68	51,6	58	86,3
Empregados								
Agrícola	3,2		5,7	**	283	33,1	299	69,8
Pluriativo	-3,1	*	3,5		138	29,2	103	55,7
Não-agrícola	17,8	***	-4,2	***	56	34,7	33	79,1
	8,0		10,2	***	89	38,6	163	80,9

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

de pluriativas. Esse é o caso da região Sul, que, na falta de políticas públicas compensatórias destinadas a evitar o abandono das atividades agrícolas “tradicionais” por parte dos pequenos produtores, está vendo esses pequenos produtores familiares tornarem-se não famílias pluriativas, mas famílias não-agrícolas ou de não-ocupados.

Voltando o olhar exclusivamente para o conjunto que aqui denominamos por agricultura familiar (famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas), nas Tabelas 18 e 1951, pode-se notar a proporção de famílias pobres (linha de pobreza: renda média familiar *Per Capita* de $\frac{1}{2}$ s.m. em R\$ de set/1999) sobre o total dos respectivos tipos de famílias de contas-próprias (agrícolas e pluriativas) e as taxas de crescimento das referidas famílias, segundo faixas de área dos estabelecimentos onde são exercidas as atividades agropecuárias. Corroborando a idéia de que é em regiões pobres que, no Brasil, mais prolifera a pluriatividade intersetorial, verifica-se nessas tabelas, novamente, que é no Nordeste onde se registram as maiores proporções de famílias pobres (uma média da ordem de 65% do total de cada tipo de família), segundo a linha de pobreza adotada, para todos os tipos de famílias e grupos de tamanho de área (Tabela 18).

Além disso, a Tabela 19 mostra que é na região Nordeste, e somente nela, que se observa que a pluriatividade no agregado, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, apresenta taxas de crescimento positivas e significativas (no sentido estatístico). Observe-se ainda que o crescimento significativo da pluriatividade no agregado deve-se exclusivamente ao crescimento significativo das famílias nordestinas pluriativas intersetoriais, em quase todas as faixas de tamanho de estabelecimentos, uma vez que a pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola com assalariamento agrícola) permaneceu estabilizada, no mesmo período.

A Tabela 18 mostra que no Sul, além de as proporções de famílias pobres, segundo a linha de pobreza adotada, mostrarem-se largamente inferiores às do Nordeste, em muitos casos chegam a ser nulas. Além do mais, a Tabela 19 mostra que no Sul não se registra nenhum caso de crescimento significativo de famílias pobres no interior da agricultura familiar. Pelo contrário, todas as taxas significativas são de crescimento negativo na região Sul.

51 Em virtude de a abertura por grupos de tamanhos de estabelecimentos reduzir a representatividade das amostras, optamos por não mostrar, nesse tipo de tabela, toda a desagregação dos tipos de famílias pluriativas.

Tabela 18 – Proporção (%) de Famílias Pobres sobre o Total de Famílias Contas-Próprias (Agrícolas Mais Pluriativos), 1999 (Linha de Pobreza: Renda Média Per Capita Familiar de 1/2 S.M. Em R\$ de set./1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10 ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
NÃO-METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
Nordeste							
faixa de área	66,6	60,2	56,2	70,4	67,1	60,1	54,7
Agrícola	65,9	61,4	51,4	73,9	66,1	60,3	51,4
Pluriativo	67,7	56,4	66,3	65,3	69,5	59,8	64,4
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	67,3	63,5	71,2	59,6	72,8	59,9	71,2
Intersetorial Total (Agr. com Não-agríc.)	67,2	48,9	62,5	59,0	69,9	56,2	62,5
Sul							
faixa de área	29,6	30,1	19,7	50,4	32,1	29,4	20,0
Agrícola	38,7	33,7	21,6	75,0	39,5	34,2	21,6
Pluriativo	10,3	11,4	9,3	0,0	14,4	11,4	6,9
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	12,5	20,3	14,4	0,0	16,8	16,8	14,4
Intersetorial Total (Agr. com Não-agríc.)	10,4	11,6	0,0	0,0	16,5	10,4	0,0

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 19 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas de Contas-Próprias Pobres segundo o Local de Domicílio e Tamanho de Estabelecimento. 1995/99 (½ S.M. em R\$ de set/1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha (% aa.)	de 20 ha a menos de 100 ha (% aa.)	de 100 ha e mais, (% aa.)	menos de 2 ha (% aa.)	de 2 ha a menos de 10ha (% aa.)	de 10 ha a menos de 100 ha (% aa.)	de 100 ha e mais (% aa.)
	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
Nordeste							
NÃO-METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
Total fam. faixa de área							
Agrícola	-0,7	8,9	**	8,3	-3,5	5,6	*
Pluriativo	-4,1	7,5	*	4,2	-5,1	3	
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	5,1	13,2	*	18,4	-1,3	11,2	***
Intersetorial Total (Agr. com Não-agríc.)	-0,5	8,6	*	6,8	-8,6	3,3	6,8
	8,4	13,2	*	22,2	3,1	14,8	***
Sul							
Total fam. faixa de área							
Agrícola	-12,2	-4,4	*	0,6	-	-6,2	***
Pluriativo	-10,8	-5,1	**	0,5	-	-6	***
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-20,1	4,1		-	-	-8,4	-
Intersetorial Total (Agr. com Não-agríc.)	-	-	-	-	-	-18,7	*
	-15,2	4,1		-	-	-2,4	-

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os "-." indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Mais uma vez, os dados estão apontando para a seguinte constatação: tanto a pluriatividade intersetorial como a tradicional no Nordeste, além de serem ambas sinais de proletarização dos produtores familiares, não evitam o empobrecimento das famílias rurais da região. Ou seja, a pluriatividade no Nordeste do Brasil não está cumprindo o papel de evitar a combinação entre proletarização e empobrecimento.

No Sul, as famílias pluriativas pobres apresentam tendência de declínio, sobretudo, em decorrência da tendência de redução das famílias pluriativas tradicionais pobres (conta-própria agrícola com assalariamento agrícola). Ou seja, em virtude do aumento do uso intensivo de mecanização da produção agrícola – decorrente do acirramento da concorrência entre os diferentes capitais individuais, provocado pelas reformas macroeconômicas ocorridas na década de 1990, conforme será tratado no Capítulo 5 – houve uma queda acentuada no assalariamento agrícola na região Sul (BELIK et al., 2003), de modo a afetar negativamente as taxas de crescimento das famílias pluriativas tradicionais sulinas. Importa destacar também que as famílias contas-próprias agrícolas sulinas também tiveram queda significativa, o que pode sugerir que as famílias sulinas contas-próprias pluriativas tradicionais, além de não se tornarem pluriativas intersetoriais (porque estas não cresceram), também não voltaram à condição de exclusivamente famílias agrícolas. Isso indica que tais famílias podem estar se proletarizando completamente como não-agrícolas ou se tornando famílias de não-ocupados.

As explicações plausíveis para esses resultados, assim como também para os dados apresentados nos próximos capítulos, não são, nem poderiam ser, idênticas para as duas regiões em análise, Nordeste e Sul. No caso da região Nordeste, o crescimento da pluriatividade está associado ao atraso econômico da maior parte da região e à pobreza disseminada no seu interior. Quanto à região Sul, a tendência de declínio da pluriatividade pode ser explicada, em parte, por razões opostas às que dizem respeito ao Nordeste, ou seja, não se deve ao atraso econômico, mas ao fato de ter uma economia regional mais rica e moderna, com atividades econômicas dinâmicas mais espalhadas pelo seu território (SANTOS, 1993; IPEA, 2001b); não se deve ao predomínio de uma agricultura tradicional, mas a um modelo de produção especificamente capitalista, moderno e predominante na região⁵² – e, em parte, pelo completo desamparo de um largo segmento

⁵² Conforme mostrado pelas Tabelas 53, 54 e 55 do Capítulo 5.

de pequenos produtores familiares no que respeita a políticas de incentivo à agricultura familiar.

Ao contrário da região Sul, onde predomina o modelo agrícola através do qual modernas tecnologias são aplicadas na agricultura (em todos os estratos de tamanhos, físicos e econômicos, de estabelecimentos, segundo apresentado no Capítulo 5), no Nordeste, ainda predomina a prática de uma agricultura tradicional ou mesmo rudimentar. (HOFFMANN, 1992; FIGUEIREDO; HOFFMANN, 1998). De uma maneira geral, a despeito da presença de certas ilhas de modernização de uma agricultura não tradicional como a agricultura irrigada nos “novos sertões” (MAIA GOMES, 2001), ainda é predominante o atraso tecnológico da agricultura da região Nordeste, “mesmo quando se trata de unidades da Federação que apresentam condições edáficas propícias à exploração de vários tipos de culturas agrícolas e regime pluviométrico regular na maior parte da sua extensão territorial, como é o caso do Estado do Maranhão.” (SOUZA; KHAN, 2001).

Tabela 20 – Proporção (%) dos Tipos de Famílias Residentes nas Áreas Não-Metropolitanas Rurais Agropecuárias de Municípios com Menos de 50 Mil Habitantes sobre o Total das Famílias Residentes nas Áreas Rurais Totais Não-Metropolitanas: Nordeste e Sul, 2000

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	(Mil fam)	(Em %)	(Mil fam)	(Em %)
NÃO-METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-própria	782	84,4	530	87,8
Agrícola	505	84,8	379	88,8
Pluriativo	172	84,2	108	87,7
Não-agrícola	105	82,8	43	80,0
Empregados	687	82,5	238	82,4
Agrícola	418	83,1	119	83,5
Pluriativo	71	83,0	26	83,2
Não-agrícola	198	81,1	92	80,9
Não-ocupados na semana	659	85,2	127	85,7
TOTAL	2128	84,0	895	86,0

Fonte: Elaboração Própria do Autor Baseada em IBGE (2000).

Uma observação que nos interessa destacar desse estudo (volume 4) é que o tratamento dado por ele aos municípios nordestinos com população inferior a 50 mil habitantes é de completo descaso por considerar que são municípios cujas características os desqualificam para efeito das análises das dinâmicas econômicas das redes urbanas regionais, assim como para a análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana. Afirma o referido estudo que o universo de municípios nordestinos com menos de 50 mil habitantes (92% do total de municípios da região).

Caracteriza-se pela presença de pequenos centros urbanos cujas funções urbanas são precariamente exercidas, a maioria da população concentrada em atividades agrícolas ou em serviços de baixa qualificação, tendo baixíssima escolaridade e possuindo, por consequência, baixos índices de renda familiar. Nessa categoria de municípios, existe uma tendência significativa de perda de população total, que se apresenta dispersa em todo o território regional, embora mais acentuadamente em alguns estados (como no Piauí e no Ceará), e em municípios do semi-árido, como se poderia esperar [...] Nesses municípios reside, portanto, a grande parcela da dívida social, recorrentemente mencionada na literatura acadêmica e no debate político nacional. (IPEA, 2001b, p. 80).

Em sintonia com o diagnóstico do estudo do IPEA (2001) em relação aos pequenos municípios da região Nordeste, Clementino assevera que:

a maioria dos municípios do Nordeste tem uma frágil estrutura produtiva. A tradição agrícola regional definiu uma estrutura urbana deficitária, formada essencialmente por pequenos municípios, com função de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo 'mandonismo local', cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra. (CLEMENTINO, 1997 apud WANDERLEY, 2006, p. 39).

Essas informações permitem supor que os desafios do desenvolvimento rural da região Nordeste encontram barreiras na própria "fragilidade" da

sua urbanização expressa nas evidências acima descritas, as quais põem em relevo a diminuta presença (quase ausência) de centros urbanos dinâmicos no interior da região capazes de gerar processos de descentralização de oportunidades econômicas (investimentos produtivos e o rol de serviços que os acompanha). Essa situação pode ser ilustrada pelo indicador social da renda média familiar *Per Capita* dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas não-metropolitanas rurais agropecuárias dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, conforme mostra a Tabela 21. Pode-se ver nessa tabela a relativa desproporção das rendas desfavoravelmente à região Nordeste. Perceba-se que não estão sendo comparadas as áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas como um todo, mas somente as dos pequenos municípios (menos de 50 mil hab.). Pode-se verificar que a menor renda de qualquer um dos tipos de famílias sulinas, em qualquer um dos grupos de municípios, é sempre maior (mais de duas vezes maior) do que a maior renda de qualquer um dos tipos familiares nordestinos.

Segundo os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de São Paulo, entre 1990 e 2000, o Nordeste sofreu uma redução da demanda por força de trabalho da ordem de 590 mil Equivalentes-Homem-Ano. (BELIK et al., 2003). Por outro lado, as Tabulações Especiais do Projeto Rurbano mostram um crescimento significativo de trabalhadores nordestinos por conta-própria (1,5% a.a. em 1992/1999). Isso pode estar indicando que, quando a agricultura comercial perde dinamismo, ocorre um retorno à atividade de subsistência na região Nordeste. Essas informações podem ser conferidas nas Tabelas 22 e 23. Diferentemente, na região Sul, há uma redução significativa (sentido estatístico) e generalizada da PEA agrícola, compensada em parte pelo crescimento significativo da PEA não-agrícola – informações que reforçam, pelo lado da PEA rural, a argumentação central do presente texto de que a tendência na região Sul reside na gradual substituição da força de trabalho (familiar e pessoal) agrícola pela não-agrícola, fruto da contradição interna do padrão produtivo agrícola, conforme já mencionado.

Tabela 21 – Renda Per Capita Familiar Média, segundo Tipos de Famílias, Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000 Continua

Grupos de municípios por tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)
RURAL AGROPECUÁRIO					
Até 5,000			De 10.001 a 20.000		
Conta-própria	220,74	70,12	Conta-própria	208,22	77,90
Agrícola	205,41	61,22	Agrícola	192,44	67,93
Pluriativo	250,81	78,27	Pluriativo	238,32	88,32
Não-agrícola	295,13	100,47	Não-agrícola	269,72	109,46
Assalariado	141,51	62,92	Assalariado	134,83	60,17
Agrícola	108,43	49,40	Agrícola	101,50	51,00
Pluriativo	157,92	65,86	Pluriativo	158,68	69,65
Não-agrícola	185,58	78,87	Não-agrícola	172,99	82,02
Não-ocupado	137,77	63,96	Não-ocupado	131,72	58,48
Total	194,25	65,65	Total	176,83	66,59

Tabela 21 – Renda Per Capita Familiar Média, segundo Tipos de Famílias, Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000

População Municipal e Regiões, 2000					Conclusão	
Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)	
RURAL AGROPECUÁRIO						
De 5.001 a 10.000			De 20.001 a 50.000			
Conta-própria	205,66	76,62	Conta-própria	234,32	75,35	
	Agrícola	190,98	Agrícola	214,02	65,23	
	Pluriativo	231,54	Pluriativo	271,83	87,36	
Não-agrícola	281,62	106,74	Não-agrícola	291,28	103,83	
Assalariado	130,32	61,34	Assalariado	139,08	59,46	
	Agrícola	103,10	Agrícola	113,53	49,52	
	Pluriativo	133,89	Pluriativo	151,01	67,27	
Não-agrícola	168,10	85,69	Não-agrícola	178,05	85,31	
Não-ocupado	129,01	59,95	Não-ocupado	132,45	57,59	
Total	177,07	66,86	Total	187,06	65,37	

Tabela 22 – Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual, em Equivalentes-Homem-Ano – Brasil e Regiões: 1990-2000

Brasil e Regiões	EHA (1.000)				Índice 1990 = 100	
	1990	1995	2000	2000 (%)	1995	2000
Brasil	7.641	7.500	5.996	100	98	78
Nordeste	3.150	3.162	2.561	43	100	81
Sul	1.502	1.457	810	14	97	54

Fonte: Adaptada de Belik et al. (2003).

É, portanto, essa combinação de setores econômicos precarizados (geradores de ocupações e empregos também precarizados) que, do nosso ponto de vista, faz a pluriatividade crescer (e persistir crescendo ao longo das duas últimas décadas e dos primeiros anos da atual⁵³) na região Nordeste, contrariamente ao que ocorre na região Sul. Ou seja, no Nordeste, o enfrentamento das famílias rurais agropecuárias às condições de pobreza⁵⁴ leva-as à diversificação de suas fontes de ocupação e renda em setores de atividade de baixo dinamismo econômico. Portanto, a pluriatividade resultante dessa luta cotidiana, recorrente, é uma pluriatividade que se adapta a uma realidade que continuamente é reproduzida por fatores externos e, a um só tempo, se auto-reproduz. É uma pobreza adaptativa às condições econômicas da região e que, secularmente, se reproduz sem grandes saltos – pelo menos quanto aos seus efeitos irradiadores para o interior da região. (CARVALHO, 2001). Nesse mesmo sentido, a pluriatividade, enquanto estratégia de sobrevivência nessa realidade de pobreza, também é adaptativa a essa economia estática (no sentido schumpeteriano), adaptativa à pobreza recorrente. Uma economia de numerosos pequenos municípios com uma pobreza generalizada (IPEA, 2001a), marcados pela ausência de descontinuidades na sua dinâmica reprodutiva.

Desse modo, é essa longa continuidade, perpetuando o sistema econômico da região, com a predominância de grandes frações dos setores econômicos em estado precário (arcaicos, rudimentares), que faz crescer adaptativamente a pobreza entre as famílias da região e, com ela, a pluriatividade com que se confunde. Portanto, pluriatividade e pobreza andam de mãos dadas nas áreas rurais da região Nordeste. Excelentes referências

⁵³ Como será visto no capítulo seguinte.

⁵⁴ Em torno de 65% dessas famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza definida pela renda familiar média *Per Capita* de ½ salário mínimo em R\$ de setembro de 1999.

Tabela 23 – Distribuição e Taxas de Crescimento da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação do Domicílio, Ocupações Principais Agregadas. PEA Restrita: 1992-1999, 1995-1999

LOCAL DE DOMICÍLIO	Nordeste			Sul	
	1999 (1.000)	1992/99 (% aa)	1995/99 (% aa)	1999 (1.000)	1992/99 (% aa)
					1995/99 (% aa)
NÃO-METROPOLITANO					
RURAL AGROPECUÁRIO					
Agrícola *	4.869	-0,5	0,1	1.899	-3,8
Trabalhador rural	3.044	-1,0	-0,3	1.115	-4,5
Agricultor Conta-Própria	1.661	1,5	*	642	-2,8
Diversos	28	-1,8	6,3	26	
Operador agrícola	11	0,0	-6,5	61	-1,9
Empregador agrícola	72	-3,3	**	36	-5,9
Gerentes e administradores	22	-5,3	***	7	7,3
Não-agrícola *	1.215	2,1	7,2	685	3,9

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas à produção para o autoconsumo.

Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam, respectivamente, 5%, 10% e 20%.

de Estudos de Caso que confirmam essas considerações são os trabalhos de Alves (2002); Alves; Valente Júnior e Brainer (2005) e Alves; Valente Junior e Brainer (2006) – pesquisadores do Etene/BNB.

Quanto à região Sul, as explicações para a tendência de declínio da pluriatividade nessa região podem ser extraídas, em parte, das argumentações tecidas nos Capítulos 1 e 4 deste trabalho. Em primeiro lugar, atribuímos ao efeito da contradição inerente ao padrão hegemônico⁵⁵ de produção agrícola presente na região Sul, cuja expressão mais importante – para os propósitos deste trabalho – reside na redução do número de produtores familiares, à medida que o setor agrícola como um todo é pressionado a se ajustar para elevar a eficiência do seu sistema produtivo. Esse processo ocorreu com mais força nos anos 1990 em resposta à maior exposição à concorrência dos sistemas produtivos externos, provocada pela abertura da economia ao comércio internacional. Esse é o aspecto da “crise” agrícola que nos importa aqui realçar: a exclusão de parcelas de produtores familiares que não lograram acompanhar a nova rodada de modernização do aparato produtivo agrícola, exigida pelo ambiente mais hostil dos anos 1990.

Por esse prisma, queremos insistir numa idéia central deste trabalho que é a de que a tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil, assim como a sua tendência de crescimento na região Nordeste do país, não se deve a razões meramente conjunturais, senão a razões estruturais. A pobreza no Nordeste é um problema estrutural e que, por estar a pluriatividade intimamente imbricada a essa pobreza, deve ser tratada como resultante desse elemento estrutural. Da mesma forma, a tendência de declínio da pluriatividade na região Sul está ligada à questão de ser o modelo capitalista agrícola um dado estrutural (predominante na região Sul), assim como também está associada à própria dinâmica econômica da região que também é outro elemento estrutural – diferentemente do que se poderia julgar, os processos de industrialização difusa (descritos por Schneider, 1999 para explicar a pluriatividade das famílias de alguns municípios da região) e a malha de redes urbanas mais dinâmicas espalhada pelo território da região criaram, no nosso entender, juntamente com os demais fatores abordados, as condições não para o crescimento do número de famílias pluriativas, mas para o crescimento do contingente de famílias não-agrícolas, nos anos 1990.

55 Hegemônico porque difundido em todos os estratos de tamanhos de estabelecimentos, conforme mostrado no Capítulo 5.

O estudo do IPEA (2001b) mostra, no volume 6, que, em decorrência de seu dinamismo econômico⁵⁶, a dinâmica populacional da região Sul difere da dinâmica de outros Estados brasileiros. Em alguns Estados do Norte, Nordeste, assim como no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais; no Sul, ao contrário, Porto Alegre concentrava 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% dessa população em 1996. O estudo *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* destaca que os centros com população superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana da região Sul. Entretanto, há conjuntos de pequenos municípios (com população inferior a 50 mil habitantes) situados nas aglomerações (espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado e contínuo), integrados à dinâmica destas. O estudo mostra, para a região Sul, vários aglomerados urbanos de dinamismo espalhados no interior dos Estados (alguns serão citados nos parágrafos seguintes), ao contrário do que se observa para o Nordeste, região que, conforme já mencionamos, caracteriza-se pela presença de pequenos centros urbanos cujas funções urbanas são precariamente exercidas.

No Estado do Paraná podem-se encontrar as aglomerações urbanas de Londrina e Maringá, que consistem no conjunto de cidades mais importante do interior do Estado com grande peso de atividades urbanas, tais como comércio e serviços, um segmento industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância da agroindústria. Nessas aglomerações, cerca de 50% dos municípios apresentam população com menos de 50 mil habitantes.

56 Não cabe neste trabalho descrever a economia dos Estados da região Sul. Portanto, vale fazer um sintético esboço do que se pode encontrar no estudo do IPEA (2001b). Por exemplo, no tocante à economia paranaense, o setor secundário é responsável por 50% da renda gerada. A agricultura vem perdendo participação no Valor Adicionado Fiscal, mas mantém sua importância, dado o encadeamento intersetorial que esta apresenta: muitos produtos são *commodities* e base para o segmento agroindustrial. A grande participação do setor agroindustrial é a maior responsável pela dinâmica da economia, em especial no interior do Estado. Santa Catarina apresenta um perfil diversificado e desconcentrado da indústria, com polaridades econômicas desconcentradas no território estadual. É de grande importância para a economia catarinense a agroindústria de aves e suínos, que apresenta relação com o rural e imprime à agropecuária forte dinâmica. No Rio Grande do Sul, observam-se sinais de extravasamento dos limites da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMP) por parte das novas localizações industriais. Podem-se destacar outras áreas de concentração industrial fora da RMP, tais como as aglomerações polarizadas por Caxias do Sul e Pelotas-Rio Grande. É importante ressaltar que "outras áreas do Estado demonstram, no período estudado, sinais evidentes da formação de eixos de desenvolvimento. É o caso do espaço constituído pelas cidades de Erechim, Passo Fundo e Carazinho e diversos pequenos centros localizados entre elas e no seu entorno, todos na parte norte do planalto rio-grandense. O processo repete-se no espaço formado e liderado pelas cidades de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, situadas no noroeste do Rio Grande do Sul". (IPEA, 2001b, p. 48-49).

No Estado de Santa Catarina, encontram-se as aglomerações de Joinville e Blumenau. Nesse conjunto de cidades, 75% dos municípios têm população menor que 50 mil habitantes. A aglomeração de Joinville tem uma estrutura nitidamente industrial, com presenças de setores modernos, com a presença dos pólos de metal-mecânico e plástico de Santa Catarina. Por outro lado, a aglomeração de Blumenau tem sua dinâmica pautada principalmente nas atividades da indústria têxtil e de confecções.

No Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se as aglomerações urbanas de Pelotas, que compreende a cidade de Rio Grande, importante cidade portuária do Estado, e a aglomeração urbana de Caxias do Sul. Essa aglomeração possui uma estrutura industrial relativamente diversificada, com destaque para o pólo metal-mecânico e consiste, juntamente com a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, no mais importante eixo industrial do Estado. Cerca de 64% das cidades que compõem essas duas aglomerações possuem menos de 50 mil habitantes.

Com três Estados, a região Sul apresenta três regiões metropolitanas. Importa detalhar as diferentes categorias da hierarquia da sua rede urbana. São seis as aglomerações urbanas de maior porte, com abrangência regional e que se distinguem da aglomeração metropolitana em virtude do menor contingente populacional, cuja distribuição de bens e serviços está mais voltada para a própria região Sul ou o Estado. As aglomerações urbanas de menor porte se distinguem da aglomeração urbana de maior porte por apresentarem relativamente menor peso econômico e pela não-obrigatoriedade de contigüidade de mancha de ocupação. Existem quatro na região. São quatro, também, as aglomerações descontínuas, que se caracterizam pela elevada população e densidade demográfica, alto grau de urbanização, têm peso econômico comparativamente menor ao das categorias anteriores, inexistência de mancha contígua de ocupação, porém centros envolvidos na mesma dinâmica econômica. Os eixos articulados, por sua vez, integram centros de menor porte, fortemente integrados, em localizações próximas, porém descontínuas. Possuem uma menor população e menor densidade e são cinco na região. São duas as ocupações contínuas de fronteira e três litorâneas, que consistem em um conjunto de municípios urbanizados, com crescimento populacional acima da média estadual. Existem também três centros regionais e 11 sub-regionais, que polarizam regiões com base agropecuária ou desempenham atividades terciárias relevantes, sem apresentar aglomerações.

Essa hierarquia dos centros urbanos dinâmicos mostra uma rede de municípios, com grande importância econômica, desconcentrada pelo território da região. Dentro dessa hierarquia de cidades, cerca de 57% dos municípios possuem menos que 50 mil habitantes⁵⁷.

Contrariamente, o Nordeste apresenta uma situação bastante distinta – é importante lembrar a falta de dinamismo dos municípios com menos de 50 mil habitantes, já mencionada anteriormente. Nesse sentido, observa-se que, na região Nordeste, o caráter seletivo dos investimentos privilegia espaços específicos que correspondem:

A alguns pólos e complexos industriais, às zonas de expansão recente de fronteiras agrícolas e às áreas de irrigação. Enquanto isso, parcelas importantes do território nordestino encontram-se excluídas de tal processo, não apresentando interesse econômico, salvo se houver uma ação deliberada do Estado com vistas à sua reestruturação. (IPEA, 2001a, p. 145).

Na região Nordeste, embora as áreas mais dinâmicas tenham assumido proporções crescentes no cenário econômico regional, tais “manchas” de dinamismo (as especializações regionais) não logram exercer maiores repercussões sobre a diversificação das demais atividades econômicas e, sobretudo, sobre a oferta de empregos. Para Carvalho (2001), esses espaços regionais devem ser vistos criticamente.

Em primeiro lugar, porque têm beneficiado diretamente uma parcela relativamente pequena da população. Em segundo lugar, porque em sua maioria estão voltados para o mercado internacional, gerando poucos efeitos no interior da economia e internalizando pouco a renda ali gerada. (CARVALHO, 2001, p. 117).

Segundo o IPEA (2001a), a organização espacial do Nordeste tende a ser desequilibrada em virtude da intensificação do processo de urbanização em direção a determinados espaços sub-regionais e ao processo de litorização. A região Nordeste apresenta três regiões metropolitanas. São as demais capitais, situadas majoritariamente na zona litorânea, que formam aglomerações urbanas com grande dinamismo.

57 A metodologia adotada pelo estudo considera, por exemplo, a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que compreende as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Lajeado, Estrela e Montenegro, que não fazem parte da região metropolitana oficial de Porto Alegre. Os municípios de Vera Cruz, Estrela e Montenegro possuem menos de 50 mil habitantes, são não-metropolitanos e estão inseridos em uma aglomeração de abrangência nacional com grande importância econômica.

As diferentes características das redes urbanas da região Sul e Nordeste têm sua origem na forma como se deram, historicamente, a ocupação econômica do espaço e sua exploração. Como explica Santos (1993, p. 60):

A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou, em outras palavras, pela maneira como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

Segundo Santos (1993), na última fase do processo de integração do território nacional as atividades dinâmicas e modernas difundiram-se por todo o país. Entretanto, é nas regiões onde se concentra a atividade econômica do país, formadas pelos Estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), São Paulo e Rio de Janeiro, que a divisão do trabalho é mais intensa e apresenta um conjunto maior de variáveis modernas contínuas em toda a região. Por outro lado, no restante do território nacional, essas variáveis mais modernas estão presentes também, porém de forma mais dispersa, mais seletiva. Segundo o Santos (1993, p. 40):

O meio técnico-científico⁵⁸ é o terreno da eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico se organiza de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas [Sul, SP, RJ], e de modo disperso no restante do país. (SANTOS, 1993, p. 40).

Nesse sentido, a análise de Santos (1993) sobre a difusão do meio técnico-científico no território brasileiro pode ser interpretada como uma explicação possível acerca da configuração das redes urbanas das regiões Sul e Nordeste. A região Sul faz parte da área concentradora da atividade econômica e do meio técnico-científico, com uma divisão do trabalho mais intensa, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, que no restante do país, ou seja, com uma modernização generalizada. No Nordeste, o meio técnico-científico aparece de forma mais pontualizado, ou seja, de forma predominante nas capitais, nas três regiões metropolitanas e em outros espaços selecionados.

⁵⁸ Quando Santos (1993) utiliza o conceito de meio técnico-científico, está referindo-se à maior presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território e de organização da produção. A informação é considerada essencial para facilitar a circulação desse meio técnico-científico.

Portanto, na região Sul a combinação de uma dinâmica seletiva de produtores agrícolas “eficientes”, com a presença de economias locais mais dinâmicas do ponto de vista não-agrícola, leva a que os pequenos produtores familiares que se vêem incapacitados de se integrar às cadeias do agronegócio possam “optar” pelo recurso às ocupações não-agrícolas e não pela diversificação característica da pluriatividade intersetorial, convertendo-se em famílias não-agrícolas – ou, então, engrossando as fileiras das famílias de não-ocupados (dos sem-opção).

Há que se considerar aqui, no entanto, que, a despeito do maior dinamismo econômico do interior da região Sul *vis-à-vis* à região Nordeste, conforme apontado pelo estudo do IPEA (2001a), esse mesmo estudo também fornece evidências de existência de áreas urbanas da região Sul que vivenciam processos de declínio populacional associados a problemas econômicos locais. Nesses termos, deve-se ter em mente que nem todas as famílias de produtores agrícolas que estão abandonando as atividades do setor estão se convertendo em famílias não-agrícolas, uma vez que aumenta o contingente de famílias de não-ocupados e, do ponto de vista da PEA rural, aumenta aceleradamente o número de pessoas procurando emprego (desemprego aberto), conforme pode ser visto na Tabela 24.

Não obstante essa realidade de crescimento do desemprego na população rural agropecuária sulina, as Tabelas 25 e 26, por sua parte, fornecem indicadores sociais que servem para dar uma idéia da importância de se terem ou não redes urbanas espalhadas pelo território regional que estimulam o dinamismo econômico da região. A Tabela 25 mostra a renda *Per Capita* familiar média dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas ‘urbanas urbanizadas’⁵⁹ dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, segundo grupos de municípios por faixas de tamanho da população. A Tabela 26 mostra a proporção de famílias, sobre o total de cada tipo, com pelo menos um membro empregado formalmente (com carteira assinada), que chamaremos de taxa de formalização familiar.

59 Áreas ‘Urbanas Urbanizadas’ são áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. A PNAD assim as classifica: i) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros etc.; iii) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores. Áreas ‘Urbanas Não Urbanizadas’ são áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens i e ii, acima).

Tabela 24 – População Ocupada e Procurando Emprego segundo a Área Censitária dos Domicílios, Situação dos Domicílios, Ramos de Atividades e Regiões. 1992-1999. População de 10 Anos ou Mais. PEA restrita.

LOCAL DE DOMICÍLIO / RAMO DE ATIVIDADE	Nordeste			Sul		
	1999 (1.000)	1992/99	1995/99	1999 (1.000)	1992/99	1995/99
		% aa	% aa		% aa	% aa
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Procurando Emprego	94	3,1	6,4	64	17,3	18,3
População ocupada *	6.083	0,0	1,5	2.584	-2,2	-2,0
Agrícola	4.869	-0,5	0,1	1.899	-3,8	-4,0
Não-agrícola	1.215	2,1	7,2	685	3,9	5,1

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
 (*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas à produção para o autoconsumo.
Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações
 a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 25 – Renda Per Capita Familiar Média, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R\$)	Nordeste (R\$)
URBANO URBANIZADO					
Até 5.000			De 10.001 a 20.000		
Conta-própria	242,81	88,29	Conta-própria	262,74	100,84
Agrícola	203,58	65,26	Agrícola	250,47	63,11
Pluriativo	231,03	66,97	Pluriativo	233,61	80,93
Não-agrícola	255,62	99,81	Não-agrícola	267,86	117,21
Assalariado	145,22	68,39	Assalariado	156,55	72,16
Agrícola	78,08	49,23	Agrícola	87,79	43,58
Pluriativo	105,44	54,08	Pluriativo	107,75	60,27
Não-agrícola	172,91	82,80	Não-agrícola	174,48	89,77
Não-ocupado	122,14	57,46	Não-ocupado	139,13	59,65
Total	174,39	74,08	Total	185,24	80,76
URBANO URBANIZADO					
De 5.001 a 10.000			De 20.001 a 50.000		
Conta-própria	235,94	88,36	Conta-própria	261,83	110,93
Agrícola	214,00	56,68	Agrícola	301,70	70,94
Pluriativo	208,87	78,09	Pluriativo	227,88	88,47
Não-agrícola	244,71	102,11	Não-agrícola	262,52	122,76
Assalariado	144,43	68,25	Assalariado	173,44	80,76
Agrícola	80,03	41,78	Agrícola	104,57	46,33
Pluriativo	107,30	54,23	Pluriativo	124,27	61,45
Não-agrícola	165,49	83,60	Não-agrícola	185,92	101,28
Não-ocupado	131,45	59,17	Não-ocupado	160,80	61,98
Total	170,73	74,31	Total	196,83	90,10
			De 0 a 50.000	186,62	84,58

Fonte: Elaboração Própria do Autor Baseada em IBGE (2000).

A Tabela 25 mostra que a renda *Per Capita* familiar média do total das famílias de todas as áreas urbanas urbanizadas dos municípios com menos de 50 mil habitantes da região Sul é mais de duas vezes (R\$ 186,62, acima do salário mínimo de R\$ 160,00 na ocasião das entrevistas do CD 2000) a renda *Per Capita* familiar média registrada para a mesma população nordestina (R\$ 84,58). Essa proporção praticamente se mantém, quando se comparam os diferentes tipos de famílias entre as duas regiões.

A Tabela 26 também mostra que, proporcionalmente, nas áreas urbanas urbanizadas dos municípios pequenos (de população inferior a 50 mil habitantes) da região Sul, no geral, 44,4% (quase a metade) das famílias que aí residem têm pelo menos um membro empregado com carteira assinada. Nos mesmos tipos de área censitária e grupos de municípios da região Nordeste, a taxa média de formalidade ocupacional entre as famílias nordestinas chega a apenas 18,7%. Ou seja, enquanto de cada 100 famílias urbanas sulinas que vivem nesses pequenos municípios quase a metade tem algum membro ocupado formalmente, no Nordeste, essa relação cai para menos de 20 em 100.

A Tabela 27 serve de parâmetro para as Tabelas 25 e 26. A Tabela 27 apresenta os mesmos dados das Tabelas 25 e 26, porém em relação a São Paulo. Os dados se referem à mesma população 'urbana urbanizada' de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes. Escolhemos São Paulo por parâmetro por ser o Estado mais rico da Federação e que apresenta as menores medidas de pobreza e de desigualdade da renda *Per Capita* familiar. (HOFFMANN, 1999). Em termos da taxa de formalização familiar, as famílias sulinas ficam muito pouco atrás das famílias paulistas, ou seja, 44,4% das famílias sulinas têm algum membro ocupado formalmente contra 49,05% das famílias paulistas nas mesmas condições. A distância entre essas duas populações cresce, quando se comparam as rendas *Per Capita* familiares médias. Contudo, essa distância é bem menor entre as famílias de São Paulo e as famílias do Sul do que entre as famílias deste e as famílias do Nordeste, de modo que se pode supor existir uma maior proximidade entre as capacidades de geração de renda desses pequenos municípios sulinos e paulistas do que entre os municípios sulinos e nordestinos – a favor dos municípios sulinos –, sem falar da existência de maiores oportunidades de ocupação formal oferecidas para as famílias do Sul e de São Paulo.

Tabela 26 – Distribuição e Proporção (%) das Famílias com Algum Membro Ocupado em Emprego Formal, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal e Regiões, 2000

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nor-deste (Nr fam)	Nor-deste (%)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nor-deste (Nr fam)	Nor-deste (%)
URBANO URBANIZADO									
Até 5.000					De 10.001 a 20.000				
Conta-própria	9.963	24,75	2.885	10,39	Conta-própria	38.247	29,23	31.197	11,66
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	3.244	40,28	933	17,47	Pluriativo	6.894	48,63	9.410	21,13
Não-agrícola	6.719	25,75	1.952	10,70	Não-agrícola	31.353	29,57	21.787	12,67
Assalariado	42.254	59,73	12.245	29,96	Assalariado	180.070	68,30	123.259	33,18
Agrícola	4.536	44,10	875	15,51	Agrícola	12.122	50,33	12.474	22,04
Pluriativo	4.263	65,94	978	31,47	Pluriativo	11.512	71,48	9.678	37,76
Não-agrícola	33.455	61,97	10.393	32,36	Não-agrícola	156.436	70,01	101.106	34,95
Total	52.217	38,77	15.130	15,59	Total	218.317	45,08	154.456	17,31
URBANO URBANIZADO									
De 5.001 a 10.000					De 20.001 a 50.000				
Conta-própria	19.361	24,76	9.767	10,11	Conta-própria	51.276	29,76	56.553	13,09
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	4.901	42,90	3.184	17,96	Pluriativo	7.408	55,16	12.808	22,01
Não-agrícola	14.460	25,02	6.583	11,15	Não-agrícola	43.867	29,25	43.745	13,94
Assalariado	87.772	61,62	39.809	30,64	Assalariado	255.802	71,34	229.508	38,56
Agrícola	8.712	46,66	3.130	15,40	Agrícola	13.778	59,43	18.479	26,15
Pluriativo	8.707	68,93	3.306	33,15	Pluriativo	13.895	80,28	14.118	40,62
Não-agrícola	70.353	63,30	33.373	33,50	Não-agrícola	228.129	71,72	196.911	40,20
Total	107.132	39,37	49.576	15,47	Total	307.078	47,16	286.062	20,47
					De 0 a 50.000	684744	44,40	505.224	18,66

Fonte: Elaboração Própria do Autor Baseada em IBGE (2000).

Tabela 27 – Renda Per Capita Familiar Média e Taxa de Formalidade* dos Tipos de Famílias, segundo Faixas de Tamanho de População Municipal: São Paulo, 2000

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Renda Per Capita (R\$)	Formalidade		Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Renda Per Capita (R\$)	Formalidade		
		(Mil fam)	% sobre o total de famílias por tipo			(Mil fam)	% sobre o total de famílias por tipo	
URBANO URBANIZADO								
Até 5000								
Conta-própria Agrícola Pluriativo Não-agrícola	358,13	6.007	25,79	Conta-própria Agrícola Pluriativo Não-agrícola	413,34	21.992	29,99	
	379,21	0	0,00		530,21	0	0,00	
	310,14	1.972	50,78		370,13	4.203	55,05	
	366,05	4.035	23,85		411,52	17.789	28,74	
Assalariado Agrícola Pluriativo Não-agrícola	204,34	44.075	64,18	Assalariado Agrícola Pluriativo Não-agrícola	251,75	130.214	70,80	
	126,05	8.786	54,23		139,61	19.109	65,54	
	169,61	7.559	74,42		187,87	16.513	81,33	
	247,46	27.729	65,53		286,52	94.592	70,35	
Não-ocupado	195,65	0	0,00	Não-ocupado	249,90	0	0,00	
Total	235,36	50.081	43,38	Total	289,16	152.206	48,07	
URBANO URBANIZADO								
De 5001 a 10000								
Conta-própria Agrícola Pluriativo Não-agrícola	398,25	10.714	27,96	Conta-própria Agrícola Pluriativo Não-agrícola	435,62	57.213	32,74	
	457,27	0	0,00		568,44	0	0,00	
	344,82	2.553	52,21		399,35	7.911	60,31	
	402,02	8.160	26,35		433,51	49.303	31,69	
Assalariado Agrícola Pluriativo Não-agrícola	231,57	68.173	69,13	Assalariado Agrícola Pluriativo Não-agrícola	279,61	307,028	74,59	
	138,58	13.434	65,09		152,67	31.914	71,01	
	181,07	10.605	78,54		206,46	28.024	85,44	
	265,73	44.134	68,46		305,24	247,090	74,01	
Não-ocupado	244,01	0	0,00	Não-ocupado	276,09	0	0,00	
Total	269,37	78.887	46,70	Total	317,76	36.4241	50,96	
De 0 a 50000						297,43	64.5415	49,05

Fonte: Elaboração Própria do Autor Baseada em IBGE (2000).

*) Formalidade: representada pela proporção de famílias com algum membro ocupado em um trabalho formal (com carteira assinada) sobre o total de cada tipo familiar.

Enfim, todos os elementos levantados até aqui poderiam não ser suficientes para gerar uma situação de declínio do número de famílias pluriativas na região Sul, se o Estado, através de políticas públicas específicas, intervesse – à semelhança da PAC da UE (NASCIMENTO, 2005b) – compensando o impacto do “moinho satânico”, provocado pela contradição interna ao modelo agrícola especificamente capitalista, sobre os agricultores mais desprotegidos. É nesse sentido que, no tocante à evolução da pluriatividade na região Sul, suscitamos a relevância de inserir esse componente político (que, no caso em apreço, revela-se como a falta dele – o histórico descaso das políticas públicas para com os pequenos produtores). A fragilidade dos pequenos agricultores perante a dinâmica interna excludente do modelo agrícola capitalista força-os a migrar para outras atividades ou para a desocupação. Esse processo leva consigo parte das famílias pluriativas (assim como também da agricultura familiar em geral). Na UE, diferentemente, numerosos pequenos produtores são protegidos dos efeitos perversos da concorrência predatória conduzida pelo *tread mill* do modelo agrícola capitalista. No Brasil, são relegados à própria sorte. Na UE, a referida proteção possibilita o crescimento da pluriatividade. No Sul do Brasil, a ausência dessa proteção (ou de alguma alternativa de proteção) conduz a um declínio da pluriatividade.

Uma explicação complementar – também pertinente – é a de que a concentração na região Sul dos recursos para o financiamento da ‘agricultura familiar’ (conforme mostrado no Capítulo 2) pode estar contribuindo para um processo de concentração e centralização da produção agropecuária familiar⁶⁰, sobrando àquelas unidades produtivas familiares “ineficientes” – já combatidas pela “crise” agrícola anteriormente mencionada – o recurso às atividades não-agrícolas, constituindo-se, conseqüentemente, em famílias plenamente não-agrícolas ou mesmo de não-ocupados. Mais à frente, quando tratarmos da relação entre agricultura familiar e pluriatividade, desenvolveremos alguns pormenores dessa temática. Veremos, portanto, que não é sem motivo que o número de famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas na região Sul diminui rápida e significativamente nos estratos de tamanho de estabelecimento com menos de 100 ha.

Agregue-se ainda o fato de que, conforme apontou Schneider (2003), para muitos jovens das áreas rurais sulinas que já experimentam ocupar-se

60 Serão vistos mais adiante alguns dados que indicam estar havendo um processo de concentração das famílias rurais sulinas em estabelecimentos agrícolas com tamanho a partir de 100 ha.

em atividades não-agrícolas, o trabalho nas atividades agrícolas é visto como algo muito penoso e pouco rentável e para as quais não pretendem retornar, mesmo se vierem a perder seus postos de trabalho não-agrícolas.

Em suma, os dados até aqui apresentados estão indicando que a pluriatividade cresce na região mais pobre – Nordeste. Na região Sul, onde ocorreu com mais intensidade a “modernização dolorosa” (ou “conservadora”, como se queira denominar) da agricultura *vis-à-vis* à região Nordeste, e que apresenta economias locais mais dinâmicas, o verdadeiro “fenômeno” das áreas rurais agropecuárias, nos anos 1990, parece ser muito mais o extraordinário crescimento das famílias não-agrícolas.

Pode-se ver na Tabela 28, que as famílias não-agrícolas rurais agropecuárias cresceram de forma mais acelerada do que seus pares urbanos (‘urbano urbanizado’), nos dois períodos tratados. Esse fato, acrescido dos já percorridos anteriormente, leva-nos a cogitar que intensificar a modernização da agricultura e promover o crescimento da economia das pequenas e médias cidades da região Nordeste, assim como também da região Sul, não necessariamente redundará naquilo que, a princípio, poder-se-ia esperar, vale dizer, a expansão da pluriatividade intersetorial. Para que esse seja o resultado efetivo, necessita-se da intervenção de políticas públicas específicas para o garantir, o que significa disponibilizar mais recursos em programas que consigam abranger o enorme leque de pequenos produtores familiares historicamente alijados das políticas públicas, no sentido de incentivá-los a não abandonar a atividade agrícola, ao mesmo tempo que lhes aumenta a oferta de oportunidades ocupacionais não-agrícolas.

Interessante mencionar ainda que a Tabela 28 mostra que, até entre os residentes das áreas urbanas urbanizadas, é somente no Nordeste onde cresce o número de famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar). Na região Sul, diferentemente, observa-se uma queda significativa do número de famílias pluriativas, no período 1992-1999.

3.5 – Considerações Finais do Capítulo

Sintetizando o até aqui exposto, essas são tendências bastante plausíveis que se podem aguardar como consequência da ausência do Estado intervindo como agente promotor (ou “construtor”) de uma cultura da pluriatividade, através de políticas públicas específicas. Na falta dessa intervenção forjadora de uma “cultura da pluriatividade”, a resultante do modelo

**Tabela 28 – Evolução dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio e Regiões:
1992/1999 e 1995/1999**

LOCAL DOMICÍLIO /TIPO DE FAMÍLIA	NE		NE		Sul		NE		Sul	
	Mil fam		tx. cr. (% aa.)		tx. cr. (% aa.)		tx. cr. (% aa.)		tx. cr. (% aa.)	
	1999	1999	1992/99 ^a		1992/99 ^a		1995/99 ^a		1995/99 ^a	
NÃO-METROPOLITANO										
URBANIZADO										
Conta-Própria	1.981	1015		2,8 ***		3,0 ***		2,5 **		1,5 *
Agrícola	227	43		3,2 **		0,7		3,0		-0,7
Pluriativo	333	65		1,2 *		-4,2 **		2,6 *		-4,8
Não-agrícola	1.421	908		3,1 ***		3,8 ***		2,3 **		2,2 ***
Empregados	2.109	1975		2,1 ***		2,1 ***		2,1 ***		2,1 ***
Agrícola	151	103		-2,0		-0,1		-7,5 **		0,0
Pluriativo	111	67		-2,9 **		-1,5		-4,8		-8,7 ***
Não-agrícola	1.847	1806		2,8 ***		2,3 ***		3,6 ***		2,8 ***
NÃO-METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Conta-própria	1.799	671		1,6 **		-2,0 ***		1,9		-2,0 ***
Agrícola	1.015	467		1,7		-2,9 ***		-0,4		-2,6 ***
Pluriativo	653	138		0,7		-2,2 **		5,4		-2,8
Não-agrícola	131	67		5,9 ***		9,4 ***		3,9		5,9
Empregados	852	428		-0,1		3,2 ***		2,6 *		4,4 ***
Agrícola	462	185		-2,6 *		0,5		-4,8 *		1,3
Pluriativo	161	42		1,4		-1,0		16,9 *		-3,8
Não-agrícola	230	201		5,8 *		7,6 ***		12,5 **		10,1 ***

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações ou não de uma tendência nos dados.
 *** , ** , * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

agrícola pautado em critérios de mercado será menos pluriatividade e mais famílias plenamente não-agrícolas e também mais famílias eminentemente compostas de não-ocupados, especialmente em se tratando da região Nordeste onde está abrigada praticamente quase a metade (46,4%) das famílias rurais do país e mais da metade da agricultura familiar nacional (56%).

Importa chamar a atenção para o fato de que, se a sociedade vier a decidir pelo incentivo ao crescimento da pluriatividade no Sul do país, serão necessárias políticas públicas a fim de forjá-la. Isso não significa que se propõe implementar políticas exclusivas de fomento à criação de Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA) – embora estas sejam necessárias –, mas, sobretudo, devem-se implementar políticas capazes de evitar o abandono gradual dos pequenos produtores familiares das suas “tradicionais” atividades agrícolas. A razão disso reside no fato de que os dados apresentados neste trabalho indicam que as tendências de crescimento ou de decrescimento da pluriatividade estão mais em função da dinâmica agrícola do que da dinâmica das atividades não-agrícolas, uma vez que não haverá pluriatividade sem produtores agrícolas.

Por outro lado, sem negar a fundamental relevância de se “construir” uma “cultura da pluriatividade” entre inúmeras famílias de produtores rurais nordestinos (herdeiros da parcela – maior – da agricultura familiar mais desestruturada do país: alijados dos circuitos econômicos dos diferentes complexos agroindustriais, com reduzido aporte de recursos financeiros... Enfim, os “inviáveis”), as políticas orientadas para um novo modelo de desenvolvimento rural mais socialmente incluyente devem reservar espaço importante para aquela fração de famílias rurais em ascensão. Trata-se das famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariados), embora seu crescimento seja relativamente mais forte e mais destacado na região Sul do que no Nordeste.

Capítulo 4

PLURIATIVIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 Introdução

O presente capítulo incorpora o componente político na discussão sobre a relação existente entre agricultura familiar e pluriatividade na região Sul do Brasil. O componente político, que vem sendo colocado ao longo deste trabalho, é de crucial importância para a compreensão da evolução da pluriatividade no Sul do Brasil e, subseqüentemente, da sua função junto à agricultura familiar da região. Sem esse componente, parece ser possível atribuir explicações somente para a existência/especificidade da pluriatividade em determinados contextos locais. Todavia, será mostrado o quanto ele é crucial para a explicação da trajetória evolutiva (de expansão ou de involução) e do significado das tendências da pluriatividade (e da agricultura familiar) em um contexto econômico como o da região Sul do país.

Na região Nordeste, segundo nosso entendimento expresso no capítulo anterior, a persistência e o crescimento da pluriatividade se explicam pela sua relação com o próprio quadro predominante de pobreza na região, resultante de um sistema econômico regional marcado pela ausência de descontinuidades nos seus processos de reprodução econômica.

Neste capítulo apresentaremos dados e argumentações que divergem de alguns autores – já citados anteriormente. (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003) – cujos estudos ressaltaram a imbricação entre agricultura familiar e pluriatividade no Sul do Brasil e que, além disso, propuseram-se evidenciar o papel da pluriatividade na persistência da agricultura familiar em um contexto econômico continuamente adverso e em constantes alterações, como o da região Sul.

4.2 – Pluriatividade e Agricultura Familiar

Muito embora tenhamos o intuito de mostrar, apoiados nos dados reprocessados das PNAD, que, na região Sul do Brasil, a pluriatividade não tem cumprido a contento o papel que estamos ressaltando – ou seja, o de conter o declínio do contingente de agricultores familiares –, isso não significa que negamos por completo essa função alternativa que ela pode representar à parcela da agricultura familiar não-integrada aos canais produtivos e mercantis das agroindústrias. Absolutamente! Especialmente em se tratando do universo de famílias rurais pobres da região Nordeste.

Nosso real desígnio, todavia, é mostrar que as tendências apontadas pelos dados sugerem que a pluriatividade tem cumprido referida função (alternativa de sobrevivência e resistência da agricultura familiar e também de muitas famílias de assalariados) no Brasil, muito *mais* no Nordeste e bem menos na região Sul, que tem descentralizado em seus espaços interioranos (economias locais) mais oportunidades econômicas não-agrícolas.

Em Sacco dos Anjos (2003); Schneider (1999) e Schneider (2003) há uma certa tentativa de identificar o contexto sociocultural das famílias rurais da região Sul do Brasil com o contexto sociocultural das famílias rurais européias, tanto do ponto de vista da existência da industrialização difusa (à semelhança da “Terceira Itália”) no interior daquela região, como também do caráter camponês dos imigrantes colonizadores das terras do Sul do Brasil⁶¹.

Para esses autores, é particularmente a região Sul do Brasil que reúne as condições mais propícias para o surgimento e a expansão da pluriatividade no interior do que se convencionou chamar de agricultura familiar, de tal sorte que a associação entre pluriatividade e agricultura familiar no Sul do Brasil:

Não pode ser compreendida sem vincular, pelo menos, quatro grandes elementos que condicionam sua emergência e expansão. São eles: a) o processo histórico de colonização que teve lugar nessas regiões; b) os traços culturais de um setor de

61 Consideramos, entretanto, inapropriado transpor para o Brasil exemplos de uma realidade completamente diferente, sem levar em consideração aspectos relevantes que marcam a diferença entre uma realidade e outra. Essa é uma das razões que nos fizeram escrever um texto sobre a PAC da EU. (NASCIMENTO, 2005b). No caso da pluriatividade, o aspecto relevante diferenciador entre as distintas realidades em questão é a própria PAC. Conforme mostrado em Nascimento, a PAC – e não questões tais como a existência de uma “cultura camponesa secular”, processos de industrialização difusa etc. – faz toda a diferença na explicação de por que a pluriatividade cresce na UE.

produtores familiares constituído a partir do assentamento de imigrantes europeus (alemães, italianos e poloneses fundamentalmente); c) a forte presença de pequenas explorações cujo processo de sucessão conduziu a uma crescente subdivisão das propriedades e a crescente busca de estratégias alternativas de reprodução social; d) a existência e consolidação de um dinâmico mercado de trabalho industrial, assim como de certas condições de infra-estrutura que permitam a absorção da mão-de-obra rural sem a necessidade de deslocá-la de seu sítio de origem, e que, alternativamente, favoreçam o processo de descentralização industrial. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 100, grifo nosso).

Possivelmente, os referidos autores devem ter-se entusiasmado com as possibilidades associadas à pluriatividade no tocante ao combate ao desemprego no campo e na cidade, além de se apresentar como uma estratégia importante a somar forças para potencializar um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, um modelo mais socialmente incluyente, assentado na agricultura familiar. Provavelmente, em razão desse entusiasmo, esses autores concentraram seus esforços em ressaltar as virtudes da pluriatividade⁶² – com as quais também concordamos –, mas que, em razão disso, não abordaram o que no presente trabalho estamos destacando. As observações que pretendemos desenvolver, no entanto, não intencionam ser pretensiosas. As eventuais discordâncias que ressaltamos a um ou outro ponto do trabalho desses autores em nenhum momento pretendem desconhecer o mérito de suas contribuições voltadas a enfatizar as virtudes da pluriatividade no tocante a certos segmentos de agricultores familiares da região Sul do país. Ou seja, queremos destacar que os referidos autores não perceberam que, por mais que a região Sul do Brasil apresente todas as características por eles levantadas, a pluriatividade, nessa região, não tende a crescer.

Significa dizer que, na vigência das condições ressaltadas em distintos momentos deste trabalho (especialmente no Capítulo 5) – larga adoção de um modelo agrícola de produção especificamente capitalista, organizado por regras de mercado, inserido numa economia globalizada, sem políticas

62 As virtudes da pluriatividade podem ser resumidas nos seguintes pontos: elevar a renda familiar no meio rural; estabilizar a renda em face da sazonalidade dos ganhos na agricultura; estratégia de diversificação das fontes de renda; reduzir as migrações campo-cidade; estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais; contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero; modificar o sentido da terra e do rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003).

públicas compensatórias (“sociais”) suficientes para alcançar os milhares de produtores familiares “inviáveis”, incentivando grande parte deles a permanecer com alguma atividade agrícola, dentre os quais uma parcela crescente encontra alternativas de ocupação (e de geração de renda) não-agrícolas nos entornos rurais –, a base social de um novo modelo de desenvolvimento rural no que diz respeito à região Sul será cada vez menos determinada pelo contingente de agricultores familiares – atingindo também as famílias pluriativas – e cada dia mais pelos outros tipos de famílias (contas-próprias não-agrícolas, assalariados⁶³ e não-ocupados).

Considerando que o desenvolvimento rural é um processo a ser construído, insistimos na importância de não somente estudar as especificidades e virtudes da pluriatividade, mas, sobretudo, analisá-la de sua perspectiva evolução. Mais do que saber sobre suas qualidades, importa saber o que será dela daqui a alguns anos; ou seja, importa saber se a pluriatividade tem futuro no Brasil, à medida que o novo modelo de desenvolvimento rural for sendo construído, e se ela realmente ajudará a conter o declínio da população familiar agrícola no meio rural (suposta base social de um novo modelo de desenvolvimento rural). Essa é uma questão. Outra questão – também de igual relevância – seria investigar e identificar qual tipo de família seria mais indicada para receber os recursos da sociedade para seu crescimento e desenvolvimento. Os dados apontam para o rápido crescimento das famílias rurais não-agrícolas e que estas apresentam melhores indicadores de renda e de condições materiais de vida⁶⁴. Qual desses tipos a sociedade estaria disposta a incentivar – pode ser que o ideal seja incentivar ambos os tipos – é uma questão pertinente, que não nos cabe responder, mas, se quisermos fornecer conhecimento para subsidiar futuras políticas públicas voltadas a esta questão, num contexto de processo de construção do desenvolvimento rural, ganha importância o estudo da evolução dos diferentes tipos de famílias.

Nesse sentido, primeiramente, convém esclarecer que a agricultura familiar representa uma camada social predominante, em termos da dicotomia familiar-patronal, não apenas na região Sul do país⁶⁵. Pelo contrário, em

63 Lembrando que os assalariados agrícolas também são um segmento social em franco declínio.

64 Esses indicadores serão apresentados mais adiante.

65 Respondendo a Alentejano (1999), que discorda da hipótese esgrimida por Schneider (1999) de que a pluriatividade associada à agricultura familiar no Brasil é uma característica exclusiva da região Sul, Sacco dos Anjos (2003) reitera a concepção de Schneider (2003), enfatizando que se “a indústria supostamente transfere-se para outras regiões do país marcadas pela concentração da terra e pela majoritária presença da agricultura patronal, estamos falando de outros fenômenos que pouco ou nada têm a ver

todas as demais regiões, a proporção maior de estabelecimentos agrícolas está associada ao segmento de produtores familiares, conforme mostra a Tabela 29. Embora a região Sul detenha a maior proporção (90,5%) de estabelecimentos familiares, é seguida bem de perto pela região Nordeste, na qual 88,3% dos seus estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar, segundo a metodologia do FAO (2000), baseado no Censo Agropecuário 1995/1996.

Do ponto de vista da tipologia de famílias desenvolvida pelo Projeto Rurbano (NEA/IE/Unicamp), a agricultura familiar é proporcionalmente predominante na região Nordeste (56,5% do total nacional), seguida de longe pela região Sul (20,8% do total nacional), conforme atesta a Tabela 30. Como a base de dados é a PNAD, não se computa a participação das áreas rurais da região Norte. Pode-se ver ainda que, dentro de cada região, o contingente de produtores familiares é altamente preponderante em relação aos totais 'agricultura familiar'⁶⁶ mais famílias de empregadores⁶⁷ com mais de dois empregados'. Todavia, a participação relativa do contingente da agricultura familiar em relação aos totais de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias (empregadores mais contas-próprias, mais assalariados, mais não-ocupados), só ultrapassa os 50% nas regiões Nordeste e Sul (Tabela 30).

Tabela 29 – Agricultores Familiares – Estabelecimento, Área, VBP, segundo as Regiões

REGIÃO	Estab. Total	% Estab. s/ total	Área Total (Em ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9

Fonte: IBGE (1998 apud FAO, 2000, p. 22).

com o que estamos analisando [a associação entre pluriatividade e agricultura familiar], senão com a reprodução de velhos esquemas de exploração da força de trabalho em setores específicos e em sistemas que tradicionalmente refletem a marcada precariedade dos mercados de trabalho regionais". (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 254, grifo nosso).

66 Famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas.

67 Empregadores agrícolas e pluriativos.

**Tabela 30 – Agricultores Familiares, segundo as Regiões, em 1999
(1.000 Famílias)**

REGIÃO	Número de Famílias	Em % sobre o total nacional	A	B
Nordeste	1.734	56,5	99,7	57,4
Centro-Oeste	208	6,8	98,1	37,8
Sudeste	488	15,9	97,2	29,1
Sul	638	20,8	98,9	50,4
BRASIL	3.068	100,0	99	47,1

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
A: % sobre o total regional 'agricultura familiar mais empregadores com mais de 2 empregados'.
B: % sobre as a soma total das famílias de 'empregadores, contas-próprias, assalariados e não-ocupados'.

Em segundo lugar, as Tabelas 31 e 32 retratam a proporção dos diferentes tipos de condição de acesso à terra⁶⁸ de distintos produtores familiares contas-próprias agrícolas e pluriativos (agricultura familiar) residentes nas áreas rurais agropecuárias, segundo os tipos de famílias e faixas de tamanho de área dos estabelecimentos (Nordeste e Sul). Pode-se ver que, não obstante a região Sul apresentar as maiores proporções de proprietários rurais entre os diferentes tipos de famílias (pluriativas e agrícolas), fato que expressa sua reconhecida característica de agricultura familiar de pequenos proprietários, na região Nordeste, também a maior presença é de proprietários rurais em todas as faixas de tamanho de área, o que demonstra que é claramente possível a associação entre agricultura familiar e pluriatividade em uma região (pobre e chagada pelo latifúndio) como a nordestina.

As Tabelas 33 e 34⁶⁹ apresentam taxas de crescimento das famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) com algum membro com algum tipo de acesso à terra, segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, onde exercem as atividades agropecuárias nos períodos analisados (1992/1999 e 1995/1999). Nessas tabelas, pode-se ver que, com exceção da faixa de 'menos de 2 ha', em todas as demais faixas é na região Nordeste que mais ocorrem expressivas taxas positivas e significativas (no sentido estatístico) de crescimento de diferentes tipos de famílias pluriativas – sobretudo, a pluriatividade intersetorial das famílias

⁶⁸ Parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário e outra condição. (IBGE, 1999).

⁶⁹ Conforme já esclarecido na nota 51 do Capítulo 3, em virtude de a abertura por grupos de tamanhos de estabelecimentos reduzir a representatividade das amostras, optamos por não mostrar, nesse tipo de tabela, toda a desagregação dos tipos de famílias pluriativas.

nordestinas – em ambos os períodos abordados, reforçando as observações tecidas até aqui.

Tabela 31 – Estrutura dos Tipos de Acesso à Terra, segundo o Tipo de Família e Faixas de Tamanho de Área: Nordeste, 1999

NÃO-METROPOLITANO	A	B	C	D	E	F	G
RURAL AGROPECUÁRIO	%	%	%	%	%	%	%
Famílias de contas-próprias							
menos de 20ha	9,6	10,8	8,6	20,0	48,8	2,2	100,0
Agrícola	9,0	9,9	9,8	18,6	50,1	2,5	100,0
Pluriativo	10,6	12,2	6,5	22,5	46,4	1,8	100,0
de 20 a menos de 100ha	6,5	3,1	2,0	13,2	72,8	2,4	100,0
Agrícola	6,1	2,9	2,1	12,6	73,9	2,4	100,0
Pluriativo	7,5	3,4	1,7	14,5	70,3	2,6	100,0
de 100ha a mais	9,2	6,4	0,9	10,7	71,7	1,0	100,0
Agrícola	9,1	6,0	0,7	10,7	72,0	1,4	100,0
Pluriativo	9,4	7,1	1,5	10,8	71,1	0,0	100,0

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Legenda: A - parceiro; B - arrendatário; C - posseiro; D - cessionário; E - proprietário; F - outra condição; G - todas as condições.

Tabela 32 – Estrutura dos Tipos de Acesso à Terra, segundo o Tipo de Família e Faixas de Tamanho de Área: Sul, 1999

NÃO-METROPOLITANO	A	B	C	D	E	F	G
RURAL AGROPECUÁRIO	%	%	%	%	%	%	%
Famílias de contas-próprias							
menos de 20ha	15,8	7,1	0,4	5,1	71,2	0,4	100,0
Agrícola	17,1	7,3	0,5	5,1	69,3	0,6	100,0
Pluriativo	12,8	6,6	0,0	5,0	75,6	0,0	100,0
de 20 a menos de 100ha	8,7	5,5	0,0	3,6	81,9	0,3	100,0
Agrícola	9,2	5,2	0,0	3,5	81,6	0,4	100,0
Pluriativo	6,4	6,5	0,0	4,1	83,0	0,0	100,0
de 100ha a mais	7,6	5,1	0,0	3,2	82,2	1,9	100,0
Agrícola	8,3	6,1	0,0	2,3	81,0	2,3	100,0
Pluriativo	4,0	0,0	0,0	7,8	88,3	0,0	100,0

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Legenda: A - parceiro; B - arrendatário; C - posseiro; D - cessionário; E - proprietário; F - outra condição; G - todas as condições

No Sul, por sua vez, não se nota um único caso de crescimento da pluriatividade, em nenhum dos dois períodos analisados. Há dois registros

de queda significativa (no sentido estatístico) da pluriatividade sulina total puxada tanto pela pluriatividade tradicional como pela pluriatividade inter-setorial como um todo (Tabela 34). Em geral, as taxas de crescimento das famílias contas-próprias sulinas são negativas.

Uma outra observação de suma importância para o propósito deste trabalho pode ainda ser extraída das Tabelas 33 e 34. Ambas as tabelas mostram que, no Nordeste, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos familiares (contas-próprias agrícolas e pluriativos), o contingente da agricultura familiar cresceu significativamente nos dois períodos em análise (1992/1999 e 1995/1999). Essa mesma observação pode ser feita em relação às famílias nordestinas pluriativas, especialmente a pluriatividade inter-setorial ('agrícola com não-agrícola'). E, o que é mais notável, essas observações são registradas em ambos os períodos em apreço.

Essas observações sugerem duas coisas: i) a agricultura familiar no Nordeste ("ainda") cresce com o apoio da pluriatividade (coloca-se o "ainda", porque se pode cogitar que, vindo a ocorrer nessa região um processo de crescimento econômico nos moldes da modernização conservadora, a pluriatividade poderá tender a perder esse papel de evitar o declínio do número de produtores familiares nordestinos – a exemplo do que ocorre na região Sul –, caso não sejam elaboradas e postas em prática políticas públicas objetivando compensar aqueles produtores que não se modernizarem); ii) a análise agregada da pluriatividade no Nordeste, do ponto de vista das famílias contas-próprias (agricultura familiar), ocultava o que a análise por estratos de tamanho de estabelecimentos rurais revelou: a expansão da pluriatividade na região mais pobre do país, em ambos os períodos abordados: 1992/1999 e 1995/1999.

Por outro lado, as Tabelas 33 e 34 ainda mostram que – como questão central para a discussão do trabalho –, na região Sul, a agricultura familiar (o total de famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas, correspondente à linha 'faixa de área'), em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, reduz-se sistemática e significativamente em ambos os períodos analisados. Na maioria desses casos, a pluriatividade sulina não contribuiu para evitar essa queda. Pelo contrário, em alguns casos a pluriatividade sulina apresentou também taxas de crescimento negativas e significativas. Esses dados do Sul apontam para o que se pode esperar que ocorra no Nordeste em uma conjuntura de modernização conservadora na região.

Tabela 33 – Evolução dos Tipos de Famílias de Contas-Próprias segundo o Local de Domicílio e Faixa de Área, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA		menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10 ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10 ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
		tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)
		1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
Contas-próprias (agrícolas mais pluriativos)									
Nordeste									
Faixa de área Agrícola Pluriativo Tradicional (Agrícola com Agrícola) Interseccional Total (Agr. com Não-agríc.)		1,4	2,0	*	4,3	***	5,9	***	6,3
		0,5	2,6		4,6	**	6,7	***	4,9
		2,6	0,9		3,9	*	4,0	***	9,1
		3,8	6,1	***	2,5	-	-	-	0,8
		1,9	0,9		4,8	*	3,3	***	12,9
Sul									
Faixa de área Agrícola Pluriativo Tradicional (Agrícola com Agrícola) Interseccional Total (Agr. com Não-agríc.)		-7,6	-6,8	***	-2,8	***	2,9	**	-3,1
		-	-8,6	***	-3,3	***	5,3	***	-3,3
		-	-1,0		-1,0		-9,4	***	-2,0
		-	-	-	-4,1	***	-	-	-7,0
		-	-1,0		-0,1		-	-	-0,7

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os “-” indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos) a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 34 – Evolução dos Tipos de Famílias de Contas Próprias segundo o Local de Domicílio e Faixa de Área, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)
	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Contas-próprias (agrícolas mais pluriativos)						
Nordeste						
Faixa de área						
Agrícola	2,3 *	5,7 ***	5,9 ***	0,0	7,7 ***	6,9 *
Pluriativo	2,0	6,0 ***	6,7 ***	-3,1	6,7 *	7,2
Tradicional (Agrícola com Agri- cola)	2,7 *	5,0 *	4,0 ***	5,3	10,7 *	6,9 **
Intersetorial Total (Agr. com Não- agric.)	5,1 **	1,8	-	0,4	-0,6	-4,2
	1,8	5,0	3,3	8,0 *	10,7 *	11,3 *
Sul						
Faixa de área						
Agrícola	-7,1 ***	-1,7 ***	2,9 **	-6,3 **	-2,5 **	5,3 *
Pluriativo	-8,0 ***	-2,2 ***	5,3 ***	-6,8 ***	-3,0 **	7,6 **
Tradicional (Agrícola com Agri- cola)	-4,7 ***	1,4	-9,4 ***	-5,1	-0,1	-8,3
Intersetorial Total (Agr. com Não- agric.)	-8,7 ***	-2,8	-	-5,3	-7,8	-
	-3,4 *	1,4	-9,4 ***	-4,8	-0,1	-8,3

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Os "-.-" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. *** , ** , * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Outro dado importante é que está também registrado nas Tabelas 33 e 34 um processo de concentração de famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) pertencentes ao estrato superior de tamanho do estabelecimento (100 ha e mais), nitidamente na região Sul. Diferentemente desta, na região Nordeste, embora tenha havido um aumento do número de famílias nos estratos médios e superiores de tamanho de estabelecimentos, não foi registrada nenhuma redução de famílias nos estratos inferiores.

Se observarmos a evolução apenas das famílias de proprietários, conforme mostra a Tabela 35, reforçam-se as observações feitas até aqui, por dois lados. Primeiro, confirmando a queda pronunciada do conjunto da agricultura familiar na região Sul, ao passo que, na região Nordeste, ocorre o contrário: amplia-se. Segundo, confirma-se a evidência de um processo de concentração dos produtores familiares em estratos de tamanho de estabelecimentos a partir de 100 hectares. Todavia, esse processo apresenta-se mais nítido na região Sul e, note-se, em um contexto de redução do número total de produtores familiares.

A Tabela 35 mostra que, na região Sul, registrou-se uma forte e altamente significativa redução do número de famílias dos dois estratos inferiores a 100 hectares e, em contraste, um aumento também significativo do número de famílias pertencentes ao estrato superior (100 ha e mais) – esse movimento pode ser visto em ambos os períodos em análise. No Nordeste, o número de famílias do estrato inferior (menos de 20 ha) permaneceu estável e o grupo de famílias do estrato médio (de 20 a 100 ha) também cresceu juntamente com o grupo de famílias do estrato superior (mais de 100 ha).

Vale a pena repetir a observação de que, na região Sul, o aumento do número de famílias de contas-próprias no estrato superior ocorreu simultaneamente ao declínio significativo do total de famílias de contas-próprias, em ambos os períodos analisados. Além disso, em todos os estratos de tamanho de estabelecimento as taxas de crescimento das famílias pluriativas são negativas, embora nem todas sejam significativas do ponto de vista estatístico. Ou seja, a pluriatividade não evitou a contração do universo da agricultura familiar na região Sul – o crescimento do número de famílias no estrato superior só não foi maior porque houve um decréscimo significativo justamente das famílias pluriativas desse estrato. Isso significa que, embora a pluriatividade permaneça importante, sua importância se restringe a um universo cada vez mais estreito da agricultura familiar.

Tabela 35 – Evolução das Famílias Proprietárias, segundo Local de Domicílio, Faixas de Tamanho do Estabelecimento e Região: 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste			Sul		
	Mil fam	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	Mil fam	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)
	1.999	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1.999	1992/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO RURAL						
AGROPECUÁRIO						
menos de 20 ha	496	1,1	1,7	93	-5,6	-4,8
Agrícola	324	1,2	-0,9	62	-6,4	-5,7
Pluriativo	172	1,0	7,6	30	-3,3	-4,6
de 20 a menos de 100 ha	231	4,8	8,0	269	-1,6	-2,8
Agrícola	182	5,1	7,8	227	-1,7	-3,3
Pluriativo	49	3,8	8,9	42	-1,0	-2,2
de 100 ha e mais	71	5,8	9,1	66	5,2	7,2
Agrícola	49	6,4	7,6	54	7,9	9,9
Pluriativo	22	4,7	12,8	12	-4,9	-4,6
TOTAL	798	2,6	4,1	427	-1,7	-2,3

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Qual a explicação para esse processo? Qual a relação desse processo com a hipótese central deste trabalho?

Em primeiro lugar, entendemos que esse processo de concentração está intimamente associado a duas dinâmicas econômicas em que uma influencia a outra. Tais dinâmicas estão esboçadas no Capítulo 5 e dizem respeito: i) à contradição intrínseca ao modelo agrícola⁷⁰, engendrado de forma mais generalizada entre os produtores agrícolas sulinos do que entre os agricultores nordestinos; e ii) às políticas macroeconômicas dos anos 1990 que impuseram uma queda na rentabilidade, que incidiu principalmente sobre muitos pequenos produtores familiares (estabelecimentos com menos de 100 ha)⁷¹. Ademais, tais políticas tiveram como um de seus efeitos aguçar as exigências por um aprofundamento das práticas do modelo agrícola capitalista, à medida que o ambiente econômico dos anos 1990 tornou-se excessivamente mais adverso e competitivo, por esta razão mesma, mais arriscado para os investimentos produtivos do setor. A ação de ambas as dinâmicas é contrária ao crescimento do número das famílias pluriativas na região Sul do Brasil.

Em segundo lugar, o modelo agrícola difundido na região Sul – vis-à-vis à região Nordeste – age no sentido de selecionar os produtores mais eficientes e capazes de competir, relegando aos “ineficientes” (pequenos produtores familiares agrícolas e pluriativos) a busca por outras alternativas de reprodução familiar (uma delas a conversão plena em famílias não-agrícolas), uma vez que as políticas agrícolas no Brasil não contêm nenhuma forma de compensar sua “ineficiência”, como o faz, por exemplo, a PAC da UE. (NASCIMENTO, 2005). Acrescente-se a isso a existência, na região Sul, de redes urbanas (entornos rurais) mais dinâmicas do ponto de vista das atividades não-agrícolas – e mais espalhadas pelo território dessa região, comparativamente à região Nordeste (IPEA, 2001a) – capazes de estimular a conversão de famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas em famílias não-agrícolas (de contas-próprias e de assalariados)⁷². O ambiente mais competitivo dos anos 1990, exacerbado pelas políticas macroeconômicas de abertura comercial e câmbio defasado, acirrou a “seleção dos mais eficien-

70 Conforme será discutido no Capítulo 5.

71 Conforme Melo (1999) e Helfand e Rezende (2001).

72 A despeito dessas condições, não se pode perder de vista também aquelas famílias rurais em que nenhum de seus membros acha-se ocupado. Esse tipo de família cresceu acentuadamente nas áreas rurais agropecuárias da região Sul. Ou seja, o crescimento de pessoas (e famílias) ocupadas em atividades não-agrícolas não está sendo suficiente para compensar a redução das pessoas (e famílias) em atividades agrícolas, assim como também não compensa o crescimento dos desempregados, na região Sul.

tes”, à medida que aguçou a lógica interna do modelo agrícola de obsessão por aumento de produtividade, em detrimento de setores marginalizados desse mesmo processo, sem haver, em contrapartida, a ação do Estado (de uma política pública específica) para compensar os maiores danos sofridos por estes últimos, evitando seu abandono das atividades agrícolas.

Em suma, a explicação para o processo de concentração do número de famílias de contas-próprias nos estabelecimentos com tamanho a partir de 100ha na região Sul, concentração esta que ocorre dentro de um universo total de estabelecimentos familiares que se contrai, revela que o impacto negativo das referidas políticas macroeconômicas recaiu mais intensamente sobre os pequenos produtores familiares (até 100 ha) da região Sul, conforme será discorrido no Capítulo 5. A comparação da Tabela 35 com a Tabela 36 fornece, mais concretamente, uma explicação que reforça as anteriores. A Tabela 36 mostra a evolução da renda média das famílias de contas-próprias (agrícolas e pluriativas) nordestinas e sulinas, por grupos de tamanhos de estabelecimentos, no período 1995/1999.

Pode-se ver na Tabela 36 que, na região Sul, a renda média das famílias com menos de 100 ha mostrou-se estável (no sentido estatístico). No entanto a Tabela 36 mostra, por seu lado, que houve uma forte redução do número dessas famílias. A comparação de ambas as informações justifica a estabilidade da renda média dessas famílias, à medida que certamente as famílias que permaneceram nesses estratos (inferiores a 100ha) foram aquelas que lograram ajustar-se às novas condições do ambiente econômico – as “selecionadas”.

Por outro lado, registrou-se também na Tabela 36 uma queda significativa da renda média das famílias em estabelecimentos com tamanho a partir de 100 ha. Nesse estrato, houve crescimento do número das famílias (Tabela 35), conforme já comentado. Tais dados mostram que, a despeito da queda da renda média dessas famílias, elas se mantiveram “no ramo” e até cresceram (com exceção das pluriativas, que diminuíram). A “depuração” (a seleção dos mais eficientes) verificada nos estratos menores não se verificou no estrato de 100 ha e mais, provavelmente em virtude do fato de o impacto negativo sobre os preços dos produtos desses produtores ter sido menor do que sobre os produtos dos produtores com menos de 100 ha (conforme a análise de Homem de Melo (1999), resumida no Capítulo 5 do presente trabalho).

Tabela 36 – Taxas de Crescimento da Renda Média das Famílias Proprietárias, segundo Local de Domicílio, Faixas de Tamanho do Estabelecimento e Região, 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul		
	Renda média	tx. cresc. (% aa.)	Renda média	tx. cresc. (% aa.)	
	1999	1995/99 ^a	1999	1995/99 ^a	
NÃO-METROPOLITANO RURAL					
AGROPECUÁRIO					
menos de 20 ha	254,27	0,5	468,83	-0,2	
Agrícola	213,43	-0,5	372,12	0,5	
Pluriativo	316,86	0,1	676,26	-1,7	
de 20 a menos de 100 ha	286,58	-2,5	524,13	-0,2	
Agrícola	244,30	-1,7	427,22	-2,1	*
Pluriativo	378,13	-3,7	935,28	3,8	
de 100 ha e mais	332,28	-11,1	667,54	-3,6	***
Agrícola	298,61	-13,6	622,57	-2,8	*
Pluriativo	403,27	-6,1	914,46	-1,4	

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Acrescente-se a essas ponderações o fato de que a produção dos estabelecimentos com menos de 100ha, mais comercializada no mercado doméstico, estava enfrentando a concorrência da produção externa, fortemente subsidiada nos países de origem e barateada pelo câmbio defasado e pela redução das barreiras tarifárias (abertura comercial). (HOMEM DE MELO, 1999; HELFAND; REZENDE, 2001). Agreguem-se também a esses fatores desfavoráveis aos pequenos produtores (“ineficientes” e descapitalizados) o elevado custo do crédito bancário (política monetária contracionista), maior rigor na seleção dos empréstimos bancários, o processo de desmonte das instituições oficiais de pesquisa e assistência técnica rural (únicas às quais os pequenos produtores têm acesso)⁷³ – enfim, todos elementos que serão apresentados no Capítulo 5.

⁷³ Graziano da Silva e Del Grossi (2000).

4.3 – Famílias Rurais, Pluriatividade e Agricultura Familiar: Construções Políticas

Nitidamente, os dados até aqui apresentados enfatizam que a agricultura familiar tem resistido mais no Nordeste e menos no Sul do Brasil. Nessa região, a pluriatividade não está cumprindo seu papel de sustentáculo da agricultura familiar, uma vez que as famílias de contas-próprias estão diminuindo ano a ano. Na região Nordeste, ainda se percebe o efeito positivo da evolução da pluriatividade tanto sobre as famílias de contas-próprias (agricultura familiar) quanto sobre as famílias de assalariados.

Essas informações estão sugerindo que a modernização da agricultura e o crescimento econômico consoante ocorreu na região Sul (nos moldes da “modernização dolorosa”), fizeram com que a agricultura familiar, na ausência do poder público estimulando deliberadamente o crescimento de casos de famílias pluriativas – quer dizer, evitando o declínio do número de pequenos produtores familiares e, com eles, do número de famílias pluriativas –, cedesse espaço, sistematicamente, para as famílias não-agrícolas de contas-próprias e de assalariados.

É difícil aceitar o argumento de que uma das explicações para a queda da pluriatividade nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul seja a perda de plantas industriais dos setores de “calçados e confecção, os quais optaram por suspender parcial ou totalmente o funcionamento de unidades de produção instaladas na zona rural dos municípios e/ou em pequenas localidades.” (SACCO DOS ANJOS, 2003: 305). Schneider e Navarro também procuram explicar a diminuição do contingente de famílias pluriativas nas áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul, nos anos 1990, atribuindo-a ao “estancamento das atividades da indústria calçadista no Estado, grandemente promotora desse tipo de ocupação e combinação com domicílio rural [...]” (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000, p. 39).

Em primeiro lugar, a dificuldade de aceitar referidos argumentos reside na constatação de que, embora tenham ocorrido transformações produtivas nas indústrias calçadistas e de vestuário da região Sul, com deslocamento de plantas industriais para outras regiões, Oliveira (2003) mostra, com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho (MT), que não houve perdas no emprego nesses setores da região Sul. O mesmo pode ser confirmado pelas tabelas, no anexo estatístico⁷⁴ deste

74 São quatro tabelas grandes que não convém apresentar no corpo do texto, uma vez que ocupariam quatro páginas seguidas.

trabalho, que apresentam as taxas de evolução da população (residente nas áreas rurais agropecuárias dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e da região Sul em geral) ocupada em diferentes setores de atividade não-agrícola. Pode-se conferir nessas tabelas que, na região Sul como um todo, houve forte crescimento significativo (no sentido estatístico) da ocupação na 'indústria do vestuário' (taxas de crescimento de 17,8% a.a. e 27,4% a.a., nos períodos de 1992/1999 e 1995/1999, respectivamente) e na 'indústria de calçados' (14,2% a.a., em 1995/1999); no RS, houve um crescimento significativo da ocupação na 'indústria de calçados' na ordem de 15,5% a.a. (1995/1999); em SC, as taxas de crescimento significativo do número de pessoas ocupadas na 'indústria do vestuário' foram de 18,9% a.a. (1992/1999) e 27,3% a.a. (1995/1999).

Em segundo lugar, outro dado que dificulta aceitar referidos argumentos concerne ao acelerado crescimento das famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariados) no rural agropecuário de toda a região Sul, uma vez que o suposto efeito negativo da redução das atividades do setor calçadista e têxtil sobre as famílias pluriativas deveria ter-se refletido também sobre as famílias rurais não-agrícolas dessa região, porém, não é, em absoluto, o que os dados revelam. A Tabela 37⁷⁵ confirma essa observação.

Tendo em mente que os dados da PNAD carregam um limite amostral quando se desagrega a análise por unidades da Federação, pode-se ver na Tabela 37 que, nas áreas rurais agropecuárias de todos os Estados da região Sul, a pluriatividade não cresceu nos anos 1990 – no Rio Grande do Sul ela declinou significativamente – e que, diferentemente, em todos eles, o número de famílias não-agrícolas (de contas-próprias e por assalariamento) cresceu rápida e significativamente, no mesmo período.

A Tabela 37 também registra que não houve redução dos números totais de famílias; que as alterações na composição das famílias são favoráveis ao aumento da participação das famílias não-agrícolas: no RS, em 1992, havia 1,8 família pluriativa para cada família não-agrícola, mas, em 1999, essa relação caiu para 0,7 família pluriativa para cada família não-agrícola (essas mesmas relações caem de 1,4 para 0,9, no PR, e de 0,9 para 0,4, em SC, em período idêntico); que cresceu, também, rápida e significativamente, o número de famílias de não-ocupados, significando que, não obstante ressaltarmos a importância de haver na região Sul entornos rurais (economias

75 A Tabela 13 do Capítulo 3 também a confirma para o Sul como um todo.

Tabela 37 – Distribuição e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1999 Mil fam)	tx. cresc. (% aa.)		tx. cresc. (% aa.)	
		1992/99 ^a		1995/99 ^a	
NÃO-METROPOLITANO					
RURAL AGROPECUÁRIO					
RIO GRANDE DO SUL					
Conta-própria	286	-1,2	*	-2,7	**
Agrícola	190	-1,3		-3,0	*
Pluriativo	58	-4,6	***	-4,7	*
Não-agrícola	37	10,4	***	3,1	
Empregados	169	3,3	***	7,7	***
Agrícola	71	0,7		7,2	
Pluriativo	23	-0,2		4,1	
Não-agrícola	75	7,0	***	9,5	***
Não-ocupados na semana	50	5,1	***	4,8	*
TOTAL	505	0,6	***	0,9	*
PARANÁ					
Conta-própria	218	-2,9	***	-0,9	
Agrícola	161	-4,2	***	-1,6	
Pluriativo	44	0,2		-1,6	
Não-agrícola	12	8,0	**	17,4	**
Empregados	144	2,0	*	3,0	
Agrícola	82	-0,9		-1,0	
Pluriativo	13	1,7		-1,6	
Não-agrícola	49	8,5	***	13,0	**
Não-ocupados na semana	30	6,6	***	9,1	***
TOTAL	392	-0,6		1,2	*
SANTA CATARINA					
Conta-própria	168	-1,9	***	-2,2	***
Agrícola	115	-3,7	***	-3,4	***
Pluriativo	35	0,3		-1,0	
Não-agrícola	17	8,6	**	5,2	
Empregados	115	4,6	***	1,9	
Agrícola	33	3,4		-2,2	
Pluriativo	6	-8,1	*	-21,5	***
Não-agrícola	77	7,5	***	8,6	**
Não-ocupados na semana	29	8,7	***	18,8	***
TOTAL	312	0,9	*	0,6	

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

locais) mais dinâmicos *vis-à-vis* à região Nordeste – o que do nosso ponto de vista favorece a conversão de famílias pluriativas em famílias não-agrícolas –, isso não pode ser entendido em termos ideais nem se pode desconsiderar que o crescimento das taxas de desemprego aberto é um traço geral do país como um todo nos anos 1990.

A tendência de declínio da pluriatividade na região Sul deve ser tratada como resultante de um elemento estrutural e não decorrente simplesmente de fatores conjunturais. Mais adiante, mostraremos que a tendência de declínio (e impossibilidade de crescimento) da pluriatividade no Sul do Brasil não é exclusiva dos anos 1990. A queda da pluriatividade no Sul decorre de um elemento estrutural objetivado no próprio modelo agrícola⁷⁶ difundido na região. Sacco dos Anjos (2003) atribui, com muita propriedade, a queda da pluriatividade no Rio Grande do Sul, como sua segunda explicação, à profunda reestruturação sofrida pelo conjunto da agricultura familiar nos anos 1990. No presente trabalho, entretanto, queremos reforçar ainda a idéia de que a “crise” agrícola (que levou à reestruturação do setor) nos anos 1990 deve ser tratada como decorrente, uma manifestação, daquele elemento estrutural (o modelo agrícola capitalista). E que, portanto, esse é ‘o’ elemento que, na ausência de políticas compensatórias, impede a pluriatividade de crescer, levando-a até mesmo ao declínio, na região Sul. Cabe dizer, havendo ou não crise no setor, a lógica interna do modelo agrícola (elemento estrutural) permanece disciplinando o setor e ameaçando (de expulsão) os produtores ineficientes e, entre eles, muitos pequenos produtores familiares pluriativos.

Por essa razão, julgamos imprescindível uma ação pública abrangente, no sentido de compensar os segmentos de pequenos produtores familiares dos efeitos negativos da lógica interna do modelo agrícola, caso a sociedade decida promover o crescimento de casos de famílias pluriativas no Sul do país.

Nesse sentido, afirmar que é importante um futuro crescimento econômico das redes urbanas (de pequenas e médias cidades) de regiões pobres (caso do Nordeste) – pode-se afirmar mesmo que seja indispensável – para se gerarem novas oportunidades econômicas em seus entornos rurais, é válido e faz-se necessário que ganhe ressonância cada vez mais em todos

76 Essa questão será mais bem explorada no Capítulo 5.

os segmentos da sociedade⁷⁷. Por outro lado, diferentemente disso, é esperar que dessa futura dinâmica resulte, de forma automática, uma concomitante expansão da pluriatividade (intersetorial ou tradicional). Esse é um fato que os dados não confirmam para a região mais desenvolvida, entre as duas em análise: região Sul.

Seguindo essa linha de raciocínio, uma questão que se impõe é: diante do exposto, a pluriatividade perde sua importância enquanto alternativa para a reprodução social de inúmeras famílias rurais pobres? Compreendemos que não! Particularmente, em se tratando das famílias rurais pobres nordestinas (metade de todo o efetivo nacional). Contudo, o que se quer salientar é que a maneira como tem sido historicamente tratada a agricultura familiar e também como têm sido conduzidas as políticas públicas orientadas para as áreas rurais no Brasil, a exemplo até mesmo do maior Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar que o país já criou (o Pronaf), tem-se reduzido o espaço para priorizar o desenvolvimento de uma “cultura propriamente pluriativa” tanto no seio da agricultura familiar como também no interior das famílias de assalariados rurais.

Conforme se tentou explicitar no Capítulo 2, basta ver que, na lógica inerente ao próprio Pronaf, conforme atestam vários especialistas⁷⁸, prevalece o objetivo de “viabilizar”, do ponto de vista mercadológico, os produtores rurais agropecuários familiares mais estruturados (tecnológica, financeira, produtiva e comercialmente), a um só tempo em que excluem do seu escopo de abrangência os demais produtores rurais familiares pouco (ou nada) estruturados (os “inviáveis”). Dita lógica conduz inexoravelmente à concentração e centralização da produção agropecuária em um cada vez menor número de unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou pluriativas.

Nesses termos, a região Nordeste deve repetir o caminho da “modernização dolorosa” ocorrida no Centro-Sul do Brasil? Procuramos mostrar para onde apontam os dados – relativos à região Sul –, caso essa seja a opção das autoridades políticas.

A partir das considerações acima, um ponto importante a ser ressaltado neste trabalho é que, se os diferentes segmentos da sociedade decidirem

⁷⁷ Alguns autores que sustentam esse imperativo são, por exemplo, Graziano da Silva (2001); Schejtman e Berdegue (2002); Nascimento (2002); entre outros.

⁷⁸ Carneiro (1997) e Carneiro (2000); Ferreira, Silveira e Garcia (2001), entre outros.

imputar à pluriatividade o papel de servir de instrumento para fortalecer a agricultura familiar para que esta também cumpra seu papel de suporte para o desenvolvimento econômico rural, então, o Estado terá que intervir, através de políticas específicas, para que isso se concretize.

Sem a intervenção pública, o resultado é o que mostra a tendência dos dados apresentados, traduzida em queda do número de famílias pluriativas, redução das famílias agrícolas e, subseqüentemente, diminuição do universo representativo da agricultura familiar; e, de outro lado, o crescimento das famílias de contas-próprias não-agrícolas e das famílias de assalariados e das famílias de não-ocupados. Esse é o cenário, grosso modo, que se pode esperar que também ocorra no Nordeste em um contexto de crescimento econômico (nas ‘economias locais’) e modernização tecnológica das unidades familiares produtivas, na ausência do planejamento e intervenção estatais.

A pluriatividade deve ser, portanto, em grande medida, planejada e forjada “conscientemente” através de políticas públicas voltadas para promovê-la. Ela pode surgir “espontaneamente” como resultado da combinação⁷⁹ de fatores externos⁸⁰ e internos⁸¹ ao ambiente familiar. Entretanto, ela só prospera – ou seja, tende a crescer – se tiver por trás dela o suporte das políticas públicas, evitando o declínio do número de pequenos produtores. Em regiões e países que experimentam processos de crescimento econômico e modernização de suas estruturas produtivas e das relações de trabalho, para que a pluriatividade exiba trajetória ascendente, ela deve ser, primeiramente, compreendida e aceita socialmente como instrumento importante para o futuro do mundo “rural”. Portanto, deve ser pensada, planejada e provocada. Nesse sentido, a pluriatividade somente manifestará tendência de crescimento se ela for estimulada “conscientemente” (ou “inconscientemente”, dependendo das circunstâncias históricas), já que não dá para esperar que ela “floresça” (não somente “brote”) automaticamente pela influência dos mecanismos de mercado, nem tampouco pelas iniciativas internas às unidades familiares (as chamadas “estratégias familiares”).

79 Sacco dos Anjos (2003) e Kageyama (1998) sugerem que é importante considerar a combinação de fatores externos e internos ao ambiente familiar para explicar a especificidade da pluriatividade em diferentes regiões.

80 Mattei (1999) e Souza (2000) ressaltam a importância das transformações no ambiente externo sobre as decisões familiares por diversificarem atividades.

81 Schneider (2003) dá maior ênfase, para o entendimento da pluriatividade, às dinâmicas “microsociais” internas às famílias (as “estratégias familiares”).

Nesses termos, assim como a pluriatividade é um “fenômeno” a ser planejado e construído (para que brotado, floresça), da mesma forma, o mesmo deve ocorrer em relação às chamadas “estratégias familiares”. Ou seja, as tomadas de decisões internas dos membros familiares no que toca às alternativas (quando as têm) de recorrer a determinadas fontes de ocupação e renda também precisam ser provocadas.

A decisão da família por diversificar setores de atividades conjuntamente com a agricultura responde a estímulo externo ao seu microcontexto. Não há “estratégia familiar” pró-pluriatividade que seja totalmente imune a um “bom” estímulo externo. As “estratégias familiares” pró-pluriatividade podem ocorrer aqui e acolá, contudo, não a ponto de se tornarem um “fenômeno” em ascensão. Para tal, necessitam ser fomentadas. Quanto mais atrativos forem os estímulos externos, mais as “estratégias familiares” (sobrevivência ou reposição de ativos produtivos) se inclinarão para a pluriatividade. Convém deixar claro que estamos falando de estímulo no sentido de se evitar que pequenos produtores familiares abandonem suas “tradicionais” atividades agrícolas, uma vez que, isso vindo a ocorrer, deixarão de ser pluriativos.

Conforme visto no primeiro capítulo, é assim que ocorre nos países da União Européia (UE), onde a prosperidade da pluriatividade decorre não da cultura “campesina” do seu passado, mas, sobretudo, de um conjunto de políticas de organização do setor agrícola por parte do Estado, consubstanciadas na Política Agrícola Comum (PAC), em cada um de seus momentos, especialmente a partir da reforma de 1988. Tais políticas fomentaram a busca obsessiva por inovações tecnológicas que foram extremamente bem-sucedidas em elevar a produtividade e, por meio desse sucesso, as unidades produtivas familiares puderam liberar parte da força de trabalho familiar para se ocupar em outras atividades, tornando-se famílias pluriativas. Essa é parte da explicação do “fenômeno” da pluriatividade da UE.

A outra parte, a nosso ver, decorre da idéia que estamos querendo desenvolver, a de que a pluriatividade é um “fenômeno” forjado, “consciente” ou “inconscientemente”. Nos primeiros anos da PAC – pré-reforma –, a pluriatividade foi viabilizada não somente pelos elevados níveis de produtividade, mas também porque a atividade agrícola entre os pequenos produtores era “viabilizada” pela garantia de realização de toda a sua produção. No ímpeto de atender a amplos interesses (setores e países), através da sua política de preços altos comuns, a PAC garantiu

o atendimento prioritário aos produtores mais eficientes e produtivos sem, contudo, apenar, pela exposição às leis do mercado, os menos eficientes, garantindo a esses últimos a realização da sua produção com preços elevados, não permitindo, desse modo, que houvesse uma ampla exclusão ou ajuste estrutural sobre suas unidades produtivas, as quais sem essa garantia, inerente à PAC, seriam excluídas do processo. (MARQUES, 1988). E, nessa conjuntura, a nosso juízo, ficaria comprometida a configuração de casos crescentes de pluriatividade.

Baptista (2000) mostra que a discussão acerca da “viabilidade” ou “inviabilidade” dos estabelecimentos familiares, baseada em critérios de tamanho de área, foi deslocada pela pluriatividade para um outro patamar. A pluriatividade, para esse autor, veio para encerrar a discussão sobre os “inviáveis”, à medida que a família não tende mais à “ruína”⁸², já que pode tornar-se pluriativa com o Estado intervindo para garantir a sua “viabilidade”.

Dentro dessa ótica de raciocínio, entende-se por que não é sem razão que a PAC reformada⁸³ contém em seu discurso a idéia do “fortalecimento” da pluriatividade como um instrumento “descoberto” – e que deve ser fomentado – para solucionar em grande medida os problemas advindos da crise urbano-industrial e dos processos de “desertificação” rural.

No caso de regiões como o Nordeste brasileiro, a sua especificidade repousa precipuamente na sua realidade de atraso econômico, extrema pobreza e por deter o mais expressivo nível de desigualdade de renda do país⁸⁴. Nesse tipo de ambiente, sim, pode-se alegar que o crescimento de casos de pluriatividade decorre em grande medida de “estratégias familia-

82 À la Lénin – conquanto seja parte do processo de proletarianização (porém, não de “ruína”).

83 A PAC reformada em 1988 trazia embutidos alguns objetivos que orientariam os fundos estruturais destinados a dar cabo ao novo objetivo consubstanciado na idéia de desenvolvimento rural, a saber: objetivo 1 - desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento, com PIB *Per Capita* inferior a 75% da média comunitária; objetivo 2 - ajuda e reconversão das regiões em declínio industrial; objetivos 3 e 4 - inserção profissional dos jovens e ajuda aos desempregados de longa duração; objetivo 5 - ajuda ao desenvolvimento rural; 5a) adaptação das estruturas agrícolas, modernização e estruturação da pesca; 5b) desenvolvimento e ajustamento estrutural de zonas rurais. A reforma de 1992 trouxe como ponto central, o qual nos interessa mais de perto, a mudança da política de preços altos para uma política de *ajudas diretas*, como forma de garantir o complemento de renda aos produtores rurais, independentemente da sua produção (um “bom” estímulo para facilitar as decisões internas às “estratégias familiares” pró-pluriatividade!).

84 Comparando as regiões do país (entre elas São Paulo), Hoffmann (1999, p. 24) observou que a escala da distribuição da renda familiar *Per Capita* tem numa extremidade a região Nordeste exibindo a maior desigualdade e, na outra ponta, o Estado de São Paulo com as medidas de desigualdades menos elevadas; as demais regiões ficavam numa situação intermediária. O estudo desse autor também mensura a situação da pobreza nas regiões. Mais uma vez a região Nordeste se destaca “com medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado para o país como um todo”; e São Paulo – juntamente com a região Sul – apresenta as medidas de pobreza mais baixas.

res” de sobrevivência, muito mais que de estímulos externos provocados por mercados de trabalho dinâmicos de setores estranhos à agropecuária, já que se trata de mercados precários em economias locais economicamente debilitadas.

Um ponto importante a ser desenvolvido é que, na região Sul – que vivenciou transformações econômicas e tecnológicas que alteraram para patamares mais elevados seus sistemas produtivos (aprofundamento das trajetórias de modernização) –, a pluriatividade somente se expandirá – ou seja, somente crescerá o número de famílias pluriativas sulinas – com o suporte de políticas públicas específicas criando as condições para sua ampliação. Esse é o caso dos países da União Européia (UE), mas não é o caso do Sul do Brasil, onde se verificaram transformações econômicas que, de certo modo, o aproximam muito mais da realidade dos países da UE do que da economia nordestina. Por qual razão, então, acusa-se crescimento da pluriatividade no meio rural da UE (ARKLETON TRUST PROJECT, 1992; OECD, 1998; NASCIMENTO, 2005b) e naquela área brasileira (região Sul) mais beneficiada pelo progresso econômico ocorrido no país *vis-à-vis* à região Nordeste, particularmente no período pós-Segunda Guerra, e os dados referentes às décadas de 1980⁸⁵ e 1990 denunciam tendência contrária?

Ocorre que na UE a sociedade entendeu que para a pluriatividade cumprir o seu papel de segurar a população no campo, há que se criarem políticas públicas orientadas para lhe proporcionar o suporte necessário. Sem esse apoio, as tendências reveladas por diversas pesquisas⁸⁶ servem de evidências para se aguardar a inexorável inocuidade da pluriatividade diante das dimensões dos desafios quanto à ocupação e geração (e elevação) de renda da população rural e sua contenção em seu lugar de origem, entre outros benefícios.

Schneider (2000, p. 161, grifo nosso) reconhece – embora ele não imprima ao seu texto a mesma conotação que aqui se procura enfatizar – que o conjunto de políticas resultantes da reforma da PAC em 1988 teve “um papel decisivo no estímulo à pluriatividade e ao desenvolvimento econômico regional e descentralizado”. Há que se ter em mente que a PAC continha, mesmo antes da sua reforma, um conteúdo pró-pluriatividade, embora “inconsciente”, à medida que assegurava aos grandes e aos peque-

85 Mais adiante serão apresentados os dados sobre a década de 1980.

86 Desemprego estrutural na indústria e na agricultura, sem completa compensação pelo lado do setor de serviços. Sobre essa temática, consultar Gorz (2003); Antunes (1995); Mattoso (1994), entre outros.

nos produtores (“ineficientes” ou não) a realização de toda a sua produção, de modo que tal política (preços altos comuns e “Preferência Comunitária”) estimulava a produção (e a produtividade) de todos e o conseqüente resultado em termos de agricultura a tempo parcial (*part time*), liberando mão-de-obra para se empregar em outras atividades. Muitos pequenos, mesmo “ineficientes”, mantinham-se no “páreo” porque tinham apoio para tanto e isso certamente favoreceu, entre outras coisas, que muitas famílias diversificassem atividades além da agrícola.

Através da determinação de substituir parte dos subsídios à garantia de preços pelas ajudas diretas (reforma de 1992), mantém-se garantido o sustento da agricultura familiar (do “novo agricultor”⁸⁷), das “atividades agrícolas” (não necessariamente voltadas para os mercados de produtos) e, com isso, pretende-se atenuar, se não eliminar, os fluxos migratórios da população rural para as áreas urbanas. Nessa conjuntura, a pluriatividade passou a ser vista como um instrumento de esperança “como se fora um novo modo de organização social capaz de resolver muitos dos dilemas com que se defrontam as sociedades contemporâneas nos mais distintos contextos”. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 8, grifo nosso).

A pluriatividade não é, portanto, algo que espontaneamente ou “naturalmente” prospera, isento de concepções políticas, de conflitos de classe, de projetos norteadores de construção de algum tipo de sociedade e de nação. Certamente, são os motivos brevemente descritos acima, e tantos outros apoios governamentais, que explicam o crescimento da pluriatividade nos países da UE.

No Sul do Brasil⁸⁸, como não existe tal apoio ao fomento à pluriatividade, esta apenas existe espontaneamente, mas diminui ano a ano (no agregado) e também não está cumprindo a contento o papel a ela atribuído de ser o sustentáculo da agricultura familiar, no sentido de evitar o declínio do número de produtores familiares, especialmente nessa região onde mais estariam reunidas as condições histórico-culturais para esta se manter, se não crescendo, pelo menos se manter. Mas ocorre o contrário. Reforçando os vários dados apresentados acima, a Tabela 38, a seguir, ilustra empiricamente essa sentença. Essa tabela mostra as taxas de variação da participação percentual do contingente da agricultura familiar (famílias de contas-próprias

87 Muitos dos agricultores, antes beneficiados pela PAC, para continuarem a sê-lo terão que aceitar a nova identificação com os “jardineiros da natureza”. (ETXEZARRETA, 1995; HERVIEU, 1996).

88 Não apenas no Sul do país, mas particularmente no Sul, que é o caso por nós abordado.

agrícolas e pluriativas com ou sem as famílias de empregadores – agrícolas e pluriativas – com até dois empregados) no total de famílias residentes nos meios rurais agropecuários do Nordeste e do Sul.

Vê-se na Tabela 38 que nos espaços rurais agropecuários da região Sul houve uma redução significativa da participação da agricultura familiar no total de famílias (contas-próprias, assalariados, empregadores com até dois empregados e não-ocupados)⁸⁹, em ambos os períodos abordados. Na região Nordeste, diferentemente, verifica-se uma estabilidade da proporção da agricultura familiar no universo das famílias em consideração. Pode-se perceber também que as proporções se alteram: no começo da década passada (1992), proporcionalmente, a agricultura familiar tinha maior peso no Sul (61,4% ou 62,8%) do que no Nordeste (55,3% ou 56,8%). Contudo, ao final da década (1999), é no Nordeste que a agricultura familiar apresenta maior participação percentual (56,7% ou 57,6%) em relação ao Sul (50% ou 51,3%). Essas evidências, mais uma vez, reforçam as considerações anteriores de que é no Nordeste e não no Sul que a pluriatividade tem contribuído significativamente para sustentar a agricultura familiar.

A Tabela 39, por sua vez, mostra que, na década de 1980, a participação percentual do contingente de produtores da agricultura familiar (famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas) também diminuiu significativamente, na região Sul, embora de forma menos intensa. Dito de outra maneira, importante perceber que, ao comparar com os dados da Tabela 38, nos anos 1990 a agricultura familiar perde participação entre as famílias rurais de forma mais acelerada do que na década anterior. Esse é um indício que corrobora nossa hipótese de que, em fases de acirramento da concorrência entre os capitais agrícolas individuais – configurando-se numa “crise” agrícola, como expressão da contradição interna à dinâmica do modelo agrícola especificamente capitalista, sem a regulação hegemônica pelo Estado –, na região Sul, intensifica-se a redução de famílias pluriativas e da agricultura familiar. Diferentemente, percebe-se que em ambas as décadas a participação da agricultura familiar nordestina no conjunto das famílias rurais da região Nordeste (de agricultura predominantemente tradicional) permanece estável. (Tabelas 38 e 39).

89 Como vínhamos trabalhando só com as famílias contas-próprias e assalariados, resolvemos fazer nessa tabela os cálculos ora só com as referidas famílias, ora incluindo as famílias de empregadores com até dois empregados agrícolas e pluriativos (que também compõem com as famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativos o universo da agricultura familiar). Todavia, pode-se ver que as diferenças são irrelevantes.

Tabela 38 – Evolução da Participação (%) da Agricultura Familiar (Famílias de Contas-Próprias Agrícolas e Pluriativos, sem e com Empregadores – Agrícolas e Pluriativos – com até 2 Empregados) no Total das Famílias Agropecuárias, segundo as Regiões: 1992/1999 e 1995/1999

REGIÕES	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
								1992/99 ^a	1995/99 ^a
Sem empregador com até 2 empreg.									
Nordeste	55,3	52,4	57,0	51,0	54,9	53,0	56,7	0,2	0,3
Sul	61,4	60,9	58,0	54,8	54,4	51,2	50,0	-3,0	-3,6
Com empregador com até 2 empreg.									
Nordeste	56,8	53,6	58,1	52,2	56,1	54,2	57,6	0,1	0,2
Sul	62,8	62,3	59,8	55,9	56,2	52,4	51,3	-3,0	-3,6

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
Nota: Exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.
a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 39 – Participação (%) da Agricultura Familiar (Contas-Próprias Agrícolas e Pluriativos) no Total de Famílias Rurais Agropecuárias em Análise, por Região: 1981/1990

REGIÕES	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1981/1990
										tx cresc. (% aa.)
Nordeste	48,7	52,9	40,5	53,6	52,8	51,4	46,7	46,6	50,2	-0,3
Sul	62,9	61,8	60,1	61,1	62,9	58,6	58,3	59,6	57,4	-1,0

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.
Nota: Exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.
a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Segundo o relatório do Incra/Fao (BRASIL, 2000), do ponto de vista das características regionais da agricultura familiar, a região Sul se destaca possuindo 90,5% de seus estabelecimentos rurais dentro dos critérios metodológicos que os definem como familiares, os quais respondem por 57,1% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário – e 83,9% do pessoal ocupado numa área correspondente a 43,8% da área total da região e recebem 43,3% dos financiamentos totais da região. A região Nordeste também possui, sob os mesmos critérios, 88,3% dos estabelecimentos classificados como familiares. Contudo, eles ocupam uma área relativamente menor (43,5%). Enquanto os estabelecimentos familiares dessa região representam 49,7% do total de estabelecimentos do país e ocupam quase a metade (49,4%) também das pessoas ligadas à agricultura nacional (e 82,9% do total regional), só recebem 14,3% do montante de financiamento destinado a essa categoria. A região Sul, por sua vez, possui menos da metade dos estabelecimentos familiares do Nordeste (21,9% do total nacional), mas concentra 55% dos recursos totais nacionais destinados aos agricultores familiares – o que justifica seu maior desempenho na participação na geração do VBP nacional (47,3%). Esse quadro reforça a idéia de “construção”; a idéia de que o mais “viável”, o mais “eficiente”, não é uma característica inata, mas construída, forjada.

As duas regiões, Nordeste e Sul, representavam juntas, segundo o censo agropecuário 1995/1996, 71% dos estabelecimentos familiares do país. Entretanto, enquanto a agricultura familiar da região Sul distingue-se por ser mais dinâmica social e economicamente, capitalizada e integrada aos mercados, na região Nordeste, ela se apresenta assinalada por uma realidade marcada pelo empobrecimento, por se manter excluída dos circuitos econômicos e das políticas públicas e com terras insuficientes e de baixa qualidade. No Nordeste, 58,8% dos estabelecimentos familiares são minifúndios com área até 5 ha (área média de 1,7 ha), os quais somados aos 21,9% dos estabelecimentos de 5ha a menos de 20ha (área média de 9,8 ha), atingem 80,7% do total de estabelecimentos familiares da região, conforme se pode verificar no citado relatório do Incra/Fao.

Em regiões pobres como o Nordeste brasileiro, cujas características da agricultura familiar são as descritas acima, quando (ou onde) o contingente de famílias pluriativas cresce certamente é por mera estratégia de sobrevivência, particularmente, de uma parcela das famílias rurais agropecuárias majoritariamente pobres, consoante exposto anteriormente. Se essa região vier a enfrentar um processo de progresso econômico com transformações

no nível de sua estrutura produtiva nos diferentes espaços das economias locais (urbano e rural), reproduzindo o modelo de modernização conservadora, sem que o Estado “possa” intervir, através de um conjunto de medidas de políticas públicas, estimulando a manutenção do vínculo à terra e a uma atividade agrícola e, simultaneamente, o acesso a mercados de trabalho em expansão fora do circuito agropecuário, o que se pode esperar em relação à pluriatividade e à agricultura familiar é exatamente o que foi posto em evidência nas tabelas apresentadas sobre a região Sul: uma contínua retração.

Nesses termos, a causa principal do sistemático declínio da pluriatividade na região Sul não é o eventual deslocamento de alguns setores coureiro-calçadistas e têxteis daquela região para outra, mas, a nosso juízo, deve-se a duas outras ordens de razões. Primeiramente, deve-se aos motivos delineados nos Capítulos 1, 2 e 4^o. Em segundo lugar, deve-se também à ainda pouca importância dada a essa “alternativa”, tanto pelos formuladores de políticas voltadas para os problemas rurais-urbanos, como também pelos demandadores das referidas políticas. Ambas as posições nem sequer reconhecem a importância da pluriatividade. Esse é o caso do Pronaf, que acaba reproduzindo, sustentado na imagem do ‘verdadeiro agricultor’ e no estímulo à competitividade, o modelo agrícola capitalista, resultando na exclusão de um amplo contingente de produtores classificados como “inviáveis” mercadologicamente ou inadequados em termos de infra-estrutura disponível. (CARNEIRO, 2000).

O entendimento implícito na concepção original do Pronaf de que o desenvolvimento do país passaria necessariamente pela agricultura familiar fez com que essa categoria social passasse a ser “merecedora” de políticas específicas com o intuito de fortalecê-la. Contudo, seguindo à risca a idéia de tornar a agricultura familiar (os ‘verdadeiros agricultores’, segundo Carneiro) “viável” perante o mercado competitivo da agricultura patronal⁹¹, os recursos do Pronaf-C têm se concentrado na fração menor dos estabelecimentos da agricultura familiar que “coincide” com os estabelecimentos classificados no

90 Os quais estão sendo recorrentemente ressaltados: o histórico descaso das políticas públicas para com os pequenos produtores familiares, a hegemonia do modelo agrícola produtivista, o crescimento do mercado no papel de regulação da atividade agrícola, a internacionalização da economia, a presença de redes urbanas mais dinâmicas espalhadas pelo território da região Sul etc.

91 “Pode-se afirmar que os mercados poderiam ser considerados competitivos entre os produtores agrícolas. Mas, se considerarmos que do outro lado do mercado estão grandes capitais [...] esses mercados certamente não poderão ser considerados competitivos.” Moreira (1997 apud Carneiro, 2000, p. 135). A partir de então, chama-se a atenção para essa questão que é de fundamental importância para a agricultura familiar no Brasil.

grupo D (10,1% do total B, C e D), que é o grupo de estabelecimentos rurais familiares mais capitalizados e estruturados do país. Além disso, é na região Sul que se concentra a maior parte dos recursos apropriados por esse grupo (57% dos estabelecimentos do grupo D localizam-se nessa região).

Assim, pode-se afirmar que a elevada participação da agricultura familiar sulina, que apresenta, em grande medida, integração à agroindústria, capacidade financeira e nível tecnológico, revela a ascendência do segmento consolidado da agricultura familiar na obtenção do crédito do PRONAF. (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

É, portanto, pela conjugação de todos os fatores delineados acima que, na região Sul do país, a agricultura familiar tem definhado em quantidade e proliferam as famílias não-agrícolas.

Observando a Tabela 40, nota-se o forte e significativo encolhimento da participação das famílias agrícolas e pluriativas no total de famílias rurais agropecuárias (contas-próprias, assalariados e não-ocupados) na região Sul. E que, ao contrário dessa tendência, observa-se um crescimento mais forte ainda das famílias não-agrícolas no Sul (mesmo no Nordeste, embora com um nível de significância menor). Novamente, portanto, se for o caso de falar de um “fenômeno” no meio rural do Brasil nos anos 1990, este pode ser visualizado fora dos estabelecimentos da agricultura familiar e não no seu interior. Trata-se do aumento das famílias não-agrícolas, entre ricos e pobres. Todos esses dados ajudam a pôr em questão a base social sobre a qual se deve apoiar um novo modelo de desenvolvimento rural para o país. Por entendermos que o desenvolvimento rural é um processo em construção, ganha sentido observar, então, como evolui sua base social e por quais tipos de famílias deve ser representada.

Comparando a Tabela 40 (década de 1990) com a Tabela 41 (década de 1980), pode-se perceber, em primeiro lugar, que as famílias não-agrícolas já apresentavam tendência de crescimento da sua participação no conjunto das famílias rurais desde a década de 1980. Observe-se também que são essas famílias que aumentam de forma mais intensa sua participação no conjunto. Em segundo lugar, pode-se ver que as famílias pluriativas das duas regiões também aumentaram sua participação ao longo da década de 1980. Importante verificar, todavia, que essa tendência sofre uma reversão ao longo da década seguinte (década de 1990) na região Sul do país. No Nordeste, a participação das famílias pluriativas fica estabilizada no conjunto

das famílias. Quanto às famílias agrícolas, somente na região Sul, como era de esperar, considerando as argumentações tecidas até aqui, registra-se persistente declínio significativo nas duas décadas.

Tabela 40 – Evolução da Participação (%) das Famílias Não-agrícolas, Pluriativas e Agrícolas no Conjunto de Famílias Rurais Agropecuárias (Contas-Próprias, Assalariados e Não-ocupados), segundo as Regiões: 1992/1999 e 1995/1999

REGIÕES	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.)		tx cresc. (% aa.)	
								1992/99 ^a		1995/99 ^a	
Famílias não-agrícolas											
Nordeste	8,5	12,0	9,6	11,7	10,9	14,5	12,3	4,7	**	7,4	*
Sul	13,2	14,7	16,0	18,8	19,4	21,2	22,1	7,8	***	8,0	***
Famílias pluriativas											
Nordeste	25,8	31,8	25,0	20,8	23,5	30,3	27,7	-0,3		5,9	
Sul	18,0	16,8	18,0	16,5	16,3	16,1	14,8	-2,1	***	-4,0	***
Famílias agrícolas											
Nordeste	55,1	46,8	54,5	53,4	54,2	44,8	50,2	-0,9		-3,4	
Sul	62,7	62,8	59,0	58,1	57,1	54,3	53,9	-2,3	***	-2,5	***

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As Tabelas 42 (anos 1980) e 43 (anos 1990) apresentam as taxas de crescimento da participação percentual das famílias contas-próprias pluriativas⁹² no total de famílias rurais. Perceba-se que novamente se configura um quadro de reversão da participação da pluriatividade no conjunto de famílias rurais analisadas (contas-própria, assalariados e não-ocupados), de uma década para outra. Essa reversão é muito mais intensa na região Sul. A região Nordeste passa de um quadro de crescimento para um de estabilidade. Em adição, esses dados mostram que, na região Sul, a evolução da participação das famílias contas-próprias pluriativas não contribuiu para evitar a contração do segmento da agricultura familiar no universo das famílias rurais agropecuárias (Tabelas 38 e 39), nas duas décadas analisadas.

⁹² Nas tabelas anteriores, apresenta-se a participação percentual do conjunto de famílias pluriativas (assalariados mais contas-próprias).

Tabela 41 – Participação (%) dos Tipos de Famílias no Total de Famílias Rurais Agropecuárias, em Análise, por Região: 1981/1990

TIPOS DE FAMÍLIAS	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1990 (%)	tx cresc. (% aa.)	
											1981/1990	
Famílias Agrícolas												
Nordeste	56,6	62,6	44,5	63,8	61,9	60,4	52,3	56,5	55,2	53,2	-0,5	
Sul	66,8	67,2	66,8	66,8	65,2	62,3	62,0	60,4	58,2	59,1	-1,7	***
Famílias Pluriativas												
Nordeste	16,5	16,7	17,5	17,1	17,5	18,1	20,1	18,2	18,9	19,3	1,8	***
Sul	13,8	12,8	12,1	13,5	14,1	13,5	13,0	15,1	14,5	14,2	1,3	**
Famílias Não-agrícolas												
Nordeste	18,5	13,4	30,2	11,8	13,3	14,3	19,8	17,6	17,3	19,0	0,6	
Sul	14,3	14,9	15,3	14,3	15,4	18,3	20,0	19,2	20,8	21,3	5,1	***

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 42 – Participação (%) das Famílias de Contas-Próprias Pluriativas no Total de Famílias Rurais Agropecuárias em Análise, por Região: 1981/1990

REGIÕES	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1990 (%)	1981/1990	
											tx cresc. (% aa.)	
Nordeste	12,7	14,2	13,1	14,9	14,8	15,6	15,9	14,7	15,2	15,4	1,8	***
Sul	11,1	10,5	10,1	11,1	11,7	11,0	10,4	12,0	11,6	11,0	0,8	

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Esses dados apontam para um outro ponto relevante para o presente trabalho. O de que o objetivo de estimular e fortalecer a pluriatividade com o intuito de contribuir na promoção de um novo modelo de desenvolvimento rural – através do subsequente fortalecimento da fração da agricultura familiar mais desprovida de infra-estrutura, tecnologia, acesso aos circuitos

mercantis (e até mesmo aos recursos do próprio Pronaf⁹³) – não é suficiente. Nas áreas rurais agropecuárias⁹⁴ do Brasil como um todo, o universo das famílias que compõem a agricultura familiar é menos da metade (44,6%) do conjunto total de famílias domiciliadas nessas áreas. Isso significa que a maioria das famílias rurais é formada de contas-próprias não-agrícolas, de assalariados, de não-ocupados, além da agricultura patronal (empregadores com mais de dois empregados).

Tabela 43 – Evolução da Participação (%) das Famílias de Contas-Próprias Pluriativas no Total de Famílias Rurais em Análise, por Região: 1992/1999 e 1995/1999

REGIÃO	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.)	
								1992/99 ^a	1995/99 ^a
Nordeste	21,7	23,1	21,2	17,2	19,9	22,8	22,2	0,4	3,9
Sul	14,1	12,7	14,1	12,0	11,9	12,5	11,4	-2,4 **	-3,7

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Além do mais, nesse cenário cada vez mais heterogêneo e desfavorável à manutenção do tamanho do conjunto da agricultura familiar, o verdadeiro fenômeno (se é que se pode usar esse termo) que ganha vulto no Brasil rural (especialmente na parte mais moderna) é a forte e significativa ascensão das famílias não-agrícolas.

Qual o significado dessas constatações?

Muitas famílias estão permanecendo no meio rural completamente desconectadas da dinâmica agrícola (a não ser como consumidoras) e, como veremos em seção posterior, essas mesmas famílias apresentam índices de qualidade material de vida (e de rendimentos) superiores às demais (agrícolas e pluriativas). E, por essas razões – aumento significativo espetacular,

93 Os quais têm-se concentrado na parcela da agricultura familiar mais consolidada e mais integrada aos canais de comercialização e às agroindústrias.

94 Relembrando que nessas áreas está domiciliada a maior fração das famílias rurais, por volta de 83% em 1999.

melhores índices em diferentes indicadores de qualidade de vida –, caberia estimular a conversão de muitas famílias rurais em não-agrícolas (já que a idéia de fundo de um novo modelo de desenvolvimento rural seria melhorar as condições de vida nos domicílios rurais e não apenas atender à estreiteza da concepção produtivista), particularmente, as famílias de não-ocupados, que também representam outro “fenômeno” no meio rural, cujas taxas de crescimento significativas também são espetaculares.

O antigo agricultor de subsistência caracteriza-se hoje por “gerir” uma economia familiar, em que os trabalhos fora do estabelecimento têm um papel muito importante. Devem-se, portanto, construir políticas públicas para o meio rural, que, além de tratar das questões produtivas (política agrícola *stricto sensu*), como crédito, comercialização e investimento – dando especial destaque à produção de subsistência –, incorpore os aspectos relativos à infra-estrutura econômico-social, à gestão dos territórios, aos serviços e bens públicos – tais como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento etc. – assim como, e sobretudo, ao fomento de atividades não-agrícolas. Assim, as ações governamentais devem canalizar seus recursos não apenas para as atividades produtivas (também de subsistência), mas, imperativamente, também para o domicílio (família) e as condições de vida deste.

Em acréscimo a essas ponderações, não é demasiado lembrar que as famílias rurais não-agrícolas estão crescendo mais rápido do que seus pares urbanos (conforme visto no Capítulo 3). Isso significa que, se o meio urbano não oferece mais atrativos suficientes, o rural está cumprindo essa função e deve cumpri-la cada vez mais, pois a resolução dos problemas da “questão urbana” passa pelo melhor uso que se fizer do meio rural (da “questão rural”)⁹⁵.

Por fim, ocorre que se deve ter em mente que não é todo o contingente de famílias de contas-próprias da agricultura familiar (agrícola e pluriativa) em declínio que se está convertendo em famílias não-agrícolas (contas-próprias ou assalariados). Os dados também ressaltam o espantoso crescimento das famílias de não-ocupados, cujo universo expandiu-se muito rapidamente no meio rural agropecuário da região Sul, como pode ser conferido na Tabela 44. Pode-se observar nessa tabela que o conjunto das famílias de não-ocupados residentes nas áreas rurais agropecuárias

95 Moyano Estrada (1997); Schejtman (2000); Wanderley (2006), entre outros.

do Sul cresceu muito mais rápido do que o total de famílias domiciliadas nas referidas áreas. Diversamente do Nordeste, no Sul, esse contingente familiar cresceu mais rápido nos rurais agropecuários do que nas áreas urbanas.

Essas informações indicam que, embora as redes urbanas (economias locais) não-metropolitanas sulinas sejam mais dinâmicas e espalhadas pelo território *vis-à-vis* à realidade nordestina (IPEA, 2001b), ainda assim, a região Sul depende, como o país em geral, de taxas maiores e sustentadas de crescimento do produto, como forma de ampliar as oportunidades ocupacionais.

Esses dados respaldam, mais uma vez, a importância de não se repetir no Nordeste a modernização nos moldes em que ocorreu no Centro-Sul do país, porque senão o risco de se acumular um insustentável contingente de famílias de não-ocupados nos meios rurais do Nordeste (latente potencial gerador de tensões sociais) é muito provável, consoante as tendências apontadas acima (e reforçadas pela Tabela 44). Alves (2001) chama a atenção para o fato de que o Nordeste é uma região com o maior potencial para provocar um êxodo rural que, segundo as suas contas, pode resultar em um excedente de até 12 milhões de pessoas – considerando uma possível convergência com a região Sul em termos de produtividade:

Como o Nordeste produz 2/5 do que produz o Sudeste, para se ter, no meio rural, uma população equivalente à da região mais ao Sul, mantendo-se a produção constante, 2,741 milhões de habitantes ($2/5 * 6,852$) seriam suficientes. O excedente da população rural [nordestina] seria, então, de 12,019 milhões de pessoas. (ALVES, 2001, p. 29)⁹⁶.

4.4 – O Caráter Transitório da Pluriatividade no Sul do Brasil

Nesta seção, apresentaremos a análise da evolução do número de pessoas membros dos diferentes tipos de famílias aqui adotados ocupadas em atividades agrícolas ou não-agrícolas. Ao realizarmos essa investiga-

96 Ao contrário, porém, do que pensa E. Alves, se não houver outras alternativas (estranhas à agricultura) para geração de emprego e renda no meio rural, isso, sim, potencializará o êxodo rural – embora, talvez, não tanto quanto nos anos 1970, quando o próprio dinamismo urbano-industrial absorvia os expulsos dos campos, já que, mesmo que a economia urbano-industrial volte a crescer a taxas menos medíocres (em relação às alcançadas nos anos 1980 e, sobretudo, nos 1990), não mais absorverá o excedente de mão-de-obra desempregada ou subempregada. (MATTOSO; BALTAR, 1996).

ção, tínhamos por hipótese que deveria estar ocorrendo uma redução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas (particularmente em atividades agrícolas), sobretudo, entre as famílias sulinas agrícolas e pluriativas. Esperávamos que houvesse aumento de pessoas ocupadas entre as famílias não-agrícolas. Seguem, então, nossas observações confirmativas.

Tabela 44 – Evolução do Total das Famílias Extensas e das Famílias de Não-ocupados, segundo as Regiões Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999

GRANDES REGIÕES	Não-Ocup (Mil fam) 1992	Não-Ocup (Mil fam) 1999	Taxa de cresc. Fam. de Não-ocupados				Taxa de cresc. do total de famílias			
			1992/1999 ^a		1995/1999 ^a		1992/1999 ^a		1995/1999 ^a	
NÃO-METROPOLITANO URBANO URBANIZADO										
Nordeste	546	813	5,7	***	3,8	***	3,0	***	2,7	***
Sul	337	555	7,6	***	7,7	***	3,1	***	2,7	***
NÃO-METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO										
Nordeste	290	292	1,7		-3,3		1,0	***	1,5	***
Sul	73	110	6,4	***	9,1	***	0,2	***	0,6	**

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A Tabela 45 mostra evidências de que, nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, ocorreu um processo de gradual abandono da atividade agrícola tanto no interior das famílias agrícolas como também entre os membros das famílias pluriativas, notadamente entre as famílias de contas-próprias, nos anos 1990. Concretamente, o número de agricultores no interior das unidades produtivas familiares sulinas (famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas) sofreu uma intensa e significativa diminuição, em ambos os períodos em apreço. Nessa mesma região, por outro lado, pode-se ver na mesma tabela que ocorreu um crescimento mais intenso de pessoas engajadas em atividades não-agrícolas tanto dentro das famílias de contas-próprias como dentro das famílias de assalariados. Contudo, esse movimento processou-se dentro das famílias não-agrícolas, sendo que o contrário foi

Tabela 45 – Taxas de Crescimento do Número de Pessoas Ocupadas por Tipos de Famílias Extensas segundo o Local de Domicílio e o Ramo de Atividade: 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste				Sul			
	Nr. pessoas ocup agricultura		Nr. pessoas ocup não-agricola		Nr. pessoas ocup agricultura		Nr. pessoas ocup não-agricola	
	tx. cresc. (% aa.)		tx. cresc. (% aa.)		tx. cresc. (% aa.)		tx. cresc. (% aa.)	
	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-própria								
Agrícola	0,8	1,1	1,7	*	4,8	**	-4,2	***
Pluriativo	1,6	-0,4	-	-			-4,3	***
Não-agricola	-0,4	3,5	-0,2		4,3		-3,8	***
	-	-	6,0	***	6,1	*	-	-
Empregados								
Agrícola	-4,0	***	-3,1	**	11,8	*	-0,5	-1,0
Pluriativo	-5,0	***	-7,8	**			0,1	0,2
Não-agricola	-1,9		8,8	*	12,5		-2,4	-5,2
	-	-	5,9	*	11,6	*	-	-
TOTAL	-0,4	0,2	2,3		7,6	*	-3,6	***
							3,9	***
								5,2

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

registrado no interior das famílias contas-próprias pluriativas. Esses registros podem estar indicando um processo gradual de esvaziamento – no sentido de menos pessoas ocupadas, especialmente em atividades agrícolas – das famílias sulinas agrícolas e pluriativas, o que pode significar um passo para a paulatina conversão dessas famílias em famílias não-agrícolas. Pode-se ver que entre estas últimas aumenta aceleradamente o número de pessoas ocupadas, sugerindo uma relativa maior “consistência” desse tipo familiar em relação aos demais.

Os dados da Tabela 45 são importantes, para os propósitos do presente trabalho, porque reforçam a percepção que estamos procurando realçar de que na região Sul – em virtude das características que estamos destacando neste trabalho⁹⁷ –, o contingente de famílias pluriativas e de produtores familiares tende a diminuir, principalmente em momentos de adversidade para os pequenos produtores da região. E que isso poderá ser o que venha a ocorrer na região Nordeste se esta passar a apresentar características semelhantes às da região Sul.

A Tabela 45, porém, não revela mencionado processo na região Nordeste. A tabela mostra que, nessa região, a perda de pessoas ocupadas na agricultura ocorreu entre as famílias de assalariados, e que aumentou o número de pessoas ocupadas fora da agricultura entre as famílias não-agrícolas de contas-próprias e de assalariados. Por outra parte, o número de pessoas das famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas, permaneceu estabilizado por toda a década passada, informações que consolidam as evidências de persistência da agricultura familiar e da pluriatividade na região Nordeste.

4.5 – O Autoconsumo como uma Alternativa à Pluriatividade e a Baixa Expressividade desse Tipo Familiar na Regiões Sul e Nordeste

No momento atual em que o país enfrenta sérios problemas de desemprego urbano e rural, a prática de produzir para o autoconsumo alimentar da família, ou de parte dela, pode significar um alívio no orçamento de

⁹⁷ Agricultura altamente especializada, economias locais com maiores oportunidades ocupacionais vis-à-vis à região Nordeste e, sobretudo, com uma grande parcela de pequenos produtores familiares não integrados às agroindústrias, os quais sofreram forte impacto das políticas macroeconômicas dos anos 1990 (lembrando que a região Sul de longe é a segunda maior detentora de agricultores familiares do país) etc.

muitas famílias⁹⁸. A Tabela 46, no entanto, mostra que essa prática pouco se tem difundido entre as famílias das áreas rurais agropecuárias sulinas. Parece ser uma característica um pouco mais em ascensão entre as famílias nordestinas residentes nas respectivas áreas rurais.

Antes de continuar a análise dos dados, contudo, convém pensar a possibilidade de considerar pluriativas as famílias não-agrícolas com algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo. Não se pretende aqui discutir a questão do caráter produtivo das atividades destinadas ao auto-sustento familiar, as quais, segundo observa Marx (1991, p. 66) em “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, são atividades de produção doméstica que não têm a finalidade de criação de valor, embora possam realizar trabalho excedente – visto que seu propósito restringe-se à “manutenção do proprietário individual e sua família”.

A tipologia de famílias adotada no presente trabalho não considera pluriativa a família não-agrícola que tenha algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo. No entanto, quando preconizamos a necessidade de uma intervenção de políticas públicas para incentivar a permanência (ou, dito de outra forma, o não-abandono) dos pequenos produtores familiares numa atividade agrícola – não necessariamente voltada para o mercado de produtos – como forma de assegurar o crescimento da pluriatividade no Sul do país, pode-se supor que, implicitamente a essa recomendação, seja possível considerar pluriativa uma família não-agrícola que desenvolva alguma atividade de autoconsumo em seu estabelecimento.

Nesses termos, duas questões são suscitadas. A primeira – fundamental para a problemática que, ao longo deste trabalho, temos destacado – diz respeito ao fato de que, inexoravelmente, dadas as condições atuais que circunscrevem o modelo de produção agrícola vigente, famílias sulinas pluriativas, conformadas pela combinação de atividades agrícolas produtivas com atividades não-agrícolas, não crescem e em alguns casos tendem ao declínio na região Sul, conforme já discutido anteriormente. A segunda questão diz respeito ao fato de que – mantidas as condições atuais – uma alternativa para fazer crescer a pluriatividade no Sul do Brasil seria, em primeiro lugar, considerar pluriativa a família que concilia atividades não-agrícolas com atividades de autoconsumo, independentemente de esta última ser considerada ou não uma atividade produtiva (uma atividade

98 Sacco dos Anjos (2004) e Leite (2003).

econômica); e, em segundo lugar, criar políticas para incentivar a preservação dessas práticas valorativas da atividade doméstica de produção – com o propósito de garantir a segurança alimentar da família – entre as famílias agrícolas e pluriativas sulinas que, sistematicamente, se estão convertendo ou em famílias não-agrícolas ou em famílias de não-ocupados, além de criarem formas de incentivar as mesmas práticas entre as famílias não-agrícolas, atualmente, sem autoconsumo.

Esse é o ponto que a presente seção busca tratar. A despeito da possibilidade de se considerar pluriativa a família não-agrícola com autoconsumo, as Tabelas 46 e 47 mostram que, em todos os tipos familiares, as famílias sem autoconsumo são bem mais numerosas do que as famílias com autoconsumo. Pode-se ver nessas duas tabelas que a proporção (algo próximo a 80%) de famílias não-agrícolas sem autoconsumo em relação ao total de famílias não-agrícolas é muito superior à proporção (em torno de 20%) de famílias não-agrícolas com autoconsumo em relação ao mesmo total. Além disso, as mesmas tabelas mostram que cresce de forma mais rápida (e estatisticamente mais significativa) o número de famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariados) sem autoconsumo do que o número de famílias não-agrícolas com autoconsumo, em ambas as regiões analisadas. O forte crescimento altamente significativo (sentido estatístico) das famílias não-agrícolas sem autoconsumo (famílias contas-próprias e assalariadas) pode ser visto em ambos os períodos analisados nas tabelas, ao contrário do que ocorre com as raras taxas de crescimento das famílias não-agrícolas com autoconsumo.

A Tabela 46 apresenta registro de crescimento significativo de famílias com algum membro ocupado em tarefas para o autoconsumo, na região Sul, entre as famílias contas-próprias e assalariados não-agrícolas e entre as famílias de não-ocupados. Em todos esses casos a significância estatística é a mais baixa (20%), além de que são contingentes de famílias cuja proporção no total de cada tipo é bem inferior à participação relativa das famílias sem autoconsumo. No entanto, é um indício de que a pluriatividade no Sul pode crescer associada às atividades para o próprio consumo familiar, que não criam valor. Esse é um indicativo também de que no Sul, conforme vimos argumentando ao longo de todo o texto, a pluriatividade associada à atividade agrícola, que cria valor, entre pequenos produtores familiares, está sistematicamente sendo abandonada ou, de acordo com a Tabela 17, sendo convertida em mera atividade voltada para o consumo da unidade doméstica familiar, combinada com atividades não-agrícolas.

Tabela 46 – Distribuição e Evolução dos Tipos de Famílias com Autoconsumo e sua Proporção sobre o Total de Cada Tipo Familiar, segundo o Local de Domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO /TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste					Sul				
	Mil fam.	% fam.	tx. cresc. (% aa.)		tx. cresc. (% aa.)		Mil fam.	% fam.	tx. cresc. (% aa.)	
	1999	s/total	1992/99 ^a		1995/99 ^a		1999	s/total	1992/99 ^a	
NÃO-METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Conta-própria	390	21,7	3,2	**	1,6		80	11,9	-1,9	-7,5 **
Agrícola	230	22,7	2,6		-3,6		52	11,1	-1,8	-6,3
Pluriativo	141	21,6	4,8		13,0	*	15	10,5	-7,0 **	-14,8 ***
Não-agrícola	19	14,8	2,9		-2,6		14	20,6	6,8 *	-1,4
Assalariados	199	23,4	-0,7		3,1		97	22,7	-0,1	0,2
Agrícola	91	19,6	-4,0	**	-6,4		44	24,0	-2,5	-6,1
Pluriativo	55	34,3	1,9		12,1	**	9	20,8	-5,7 *	-10,8
Não-agrícola	53	23,2	4,0		16,4	**	44	21,8	4,7	13,6
Não-ocupados na se- mana	107	36,6	1,0		-7,2		61	55,3	7,1 **	12,8 *
TOTAL	697	23,7	1,6	*	0,3		238	19,7	0,6	-0,5

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusiva as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Em contraste, a Tabela 47 mostra que as famílias sulinas não-agrícolas sem autoconsumo são mais numerosas, cresceram rápido e de forma mais significativa (estatisticamente) do que seus pares com autoconsumo, em ambos os períodos abordados. Quanto às famílias sulinas contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) sem autoconsumo, estas registraram queda significativa (Tabela 47) e, nesse mesmo sentido, houve um decréscimo das famílias pluriativas sulinas com autoconsumo (contas-próprias e assalariados), reforçando a idéia acima de contínua conversão de produtores familiares pluriativos ligados a atividades produtivas (econômicas) em produtores ligados a atividades para o próprio consumo, tendo em mente, todavia, que a proporção de famílias não-agrícolas sem autoconsumo é bem superior à proporção das famílias não-agrícolas com autoconsumo.

Tabela 47 – Distribuição e Evolução dos Tipos de Famílias sem Autoconsumo e sua Proporção sobre o Total de Cada Tipo Familiar, segundo o Local de Domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste			Sul		
	Mil fam.	% fam. s/ total	tx. cresc. (% aa.)	tx. cresc. (% aa.)	% fam. s/ total	tx. cresc. (% aa.)
	1999	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1992/99 ^a	1995/99 ^a	1995/99 ^a
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-própria	1.409	78,3	1,1 *		88,1	-1,2 *
Agrícola	785	77,3	1,4		88,9	-2,2 ***
Pluriativo	513	78,4	-0,3		89,5	-1,0
Não-agrícola	112	85,2	6,7 ***		79,4	9,0
Assalariados	653	76,6	0,1		77,3	6,1 *
Agrícola	371	80,4	-2,2		76,0	4,8 *
Pluriativo	106	65,7	1,3		79,2	-1,3
Não-agrícola	176	76,8	6,5 *		78,2	9,5 ***
Não-ocupados na semana	185	63,4	2,2		44,7	5,9
TOTAL	2.248	76,3	0,9 ***		80,3	1,3

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. *** **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

No Nordeste, diferentemente do Sul, as famílias com autoconsumo cresceram não somente entre as famílias não-agrícolas, mas também entre as famílias pluriativas (Tabela 46). Já as famílias nordestinas sem autoconsumo cresceram quase somente entre as famílias não-agrícolas (Tabela 47).

4.6 – As Condições Materiais de Vida dos Domicílios Rurais Agropecuários nas Regiões Nordeste e Sul

É importante considerar que as possibilidades de desenvolvimento de atividades, por exemplo, de turismo rural – em grande medida associado à busca pelo contato com a natureza (ecoturismo) ou com o calendário das festividades tradicionais (religiosas ou não) de cada região – estão estreitamente dependentes, por um lado, de maiores e melhores condições de acesso das populações urbanas a formas diversas de lazer nas áreas rurais e, por outro lado, às condições concretas de qualidade e conforto que o meio rural pode oferecer a seus visitantes. Nesse sentido, é importante observar na Tabela 48, em seguida apresentada, sobre as condições materiais de vida dos domicílios entrevistados pela PNAD de 1999, o quanto que o rural agropecuário da região Nordeste tem a progredir em face da região Sul.

Após analisar a Tabela 48, teremos uma breve noção de quanto um novo modelo de desenvolvimento rural, particularmente na região Nordeste, que abriga quase a metade da população rural do país, deve “transcender” a restrita discussão sobre a necessidade de apoiar ou não a agricultura familiar. Ou seja, o desenvolvimento rural deve abarcar para além da “produção agrícola” (do estabelecimento), condições materiais de vida (nos domicílios), saúde, educação, habitação, opções diversificadas de ocupação e renda etc.

A proporção de domicílios com determinada infra-estrutura e com posse de algum bem foi calculada em relação ao total de domicílios com informação sobre a existência ou não de determinada infra-estrutura ou bem.

A Tabela 48 mostra que, de uma forma quase geral, as condições de infra-estrutura dos domicílios rurais agropecuários da região Nordeste, em 1999, continuavam muito aquém dos seus pares do Sul. Em se tratando de ter água canalizada em algum cômodo, pode-se ver que, enquanto no Sul, em média, 90% das famílias estão servidas dessa infra-estrutura, no Nordeste, esse número não chega a um quarto dos domicílios tanto das famílias de contas-próprias como das famílias de assalariados e de não-ocupados.

Tabela 48 – Porcentagem (%) de Famílias com Algum Tipo de Infra-Estrutura Domiciliar e com Algum Tipo de Posse de Bens, segundo o Local de Domicílio e a Região: 1999

LOCAL DE DOMICÍLIO /TIPO DE FAMÍLIA	Água canalizada em algum cômodo do domicílio		Água canalizada da rede geral		Banheiro		Energia elétrica		Telefone	
	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul
NÃO-METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Contas-próprias										
Agrícolas	10,0	84,1	12,6	13,4	33,5	92,0	40,6	92,4	0,4	11,3
Pluriativas	12,1	89,4	12,8	16,0	34,6	97,0	56,5	96,2	0,5	17,0
Não-agrícolas	24,1	88,0	28,6	30,2	58,6	93,1	77,3	95,7	2,4	30,1
Assalariados										
Agrícolas	13,8	83,5	9,4	12,8	34,0	87,2	53,8	84,7	1,0	5,3
Pluriativas	15,7	87,5	14,6	27,6	37,8	95,9	65,7	95,8	0,9	8,4
Não-agrícolas	24,8	91,1	25,5	43,0	54,6	97,1	78,2	95,9	1,4	14,7
Não-ocupados	10,5	78,4	12,8	24,2	35,5	90,4	53,0	83,1	1,1	7,9

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Com uma diferença um pouco menor, pode-se ver, na Tabela 48, a defasagem das famílias rurais agropecuárias do Nordeste diante das famílias do Sul quanto à existência de banheiro em seus domicílios. Com menos diferença ainda, mas também aquém dos seus pares do Sul, encontram-se os domicílios no Nordeste que têm água canalizada de rede geral e iluminação elétrica.

Um bem importante para a comunicação entre os que residem (ou estão de passeio, visita ou como turistas) no meio rural e o mundo urbano é o telefone. Pode-se ver, porém, que, em todas as áreas rurais agropecuárias em análise (Nordeste e Sul), ainda é bastante reduzido o acesso a esse bem (Tabela 48). No entanto, enquanto praticamente, na média global, 14% das famílias do Sul já se utilizam desse meio de comunicação, no Nordeste, apenas 1%, em média, dos domicílios estão servidos desse bem.

É muito nítida a percepção das melhores condições materiais das famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariados) em relação às famílias

agrícolas e pluriativas. Dos três tipos familiares, as que apresentam piores índices de nível material de vida são as famílias estritamente agrícolas. No intermédio, encontram-se as famílias pluriativas.

Além do mais, esses baixos índices dos diferentes indicadores das condições de vida das famílias rurais agropecuárias do Nordeste em relação às suas congêneres do Sul refletem seus níveis de renda familiar *per capita* média (Tabela 49). Pode-se ver na Tabela 49 que as menores rendas familiares *per capita* médias são das famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas) nordestinas, confirmando sua relação com os piores índices quanto aos indicadores de nível de vida apresentados por essas mesmas famílias. Mas que, por outro lado, dentro de cada região, são as famílias não-agrícolas as que detêm a maior renda familiar *per capita* média, sendo seguidas pelas famílias pluriativas e, por último, pelas famílias agrícolas. Esse último dado subsidia uma outra observação importante. A de que, indiferentemente da região, os melhores índices apresentados são das famílias não-agrícolas – com exceção daqueles casos em que os três tipos de famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas) estão quase plenamente atendidos⁹⁹.

4.7 – Primeiros Anos do Século XXI (2001 a 2004): Mantém-se a Tendência de Não-crescimento da Pluriatividade na Região Sul

A partir de janeiro de 1999, houve uma inflexão no regime de taxa de câmbio vigente desde a implementação do Plano Real. O sistema que, há mais de quatro anos, operava com o câmbio fixo e sobrevalorizado passou a funcionar com uma taxa de câmbio flutuante, com interferências pontuais do Banco Central. O resultado direto dessa mudança na política cambial foi uma desvalorização real da taxa de câmbio, cuja variação no período de 1999 a 2004 partiu de um índice de 100, em 1999, para um de 160, em 2004. (BRANDÃO; REZENDE; MARQUES, 2005).

Outro efeito dessa inflexão na política cambial pode ser verificado no resultado favorável de indicadores de desempenho do setor agrícola (produção de grãos, vendas externas, relação de trocas etc.). O novo regime cambial passou a funcionar, por um lado, como uma proteção para os pro-

⁹⁹ Essas informações são confirmadas pelos dados da Tabela 21 do Capítulo 3. Essa tabela, conforme visto, apresenta maiores detalhes relativos às diferenças das rendas médias entre os distintos tipos de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias de grupos de municípios com menos de 50 mil habitantes.

dutores agrícolas nacionais contra a concorrência dos produtos importados, uma vez que o câmbio desvalorizado encarece as importações; por outro lado, em contrapartida, favoreceu os produtos de origem interna comercializáveis no mercado internacional. A agricultura, portanto, deixou de ter na taxa de câmbio uma variável negativa para seu desempenho, respondendo positivamente à mudança no regime cambial. (GASQUES e SPOLADOR, 2003; REZENDE, 2003; BRANDÃO; REZENDE; MARQUES, 2005).

Tabela 49 – Renda Familiar *Per Capita* Média das Famílias Rurais Agropecuárias, segundo a Região: 1999

TIPO DE FAMÍLIA / REGIÃO	Contas-próprias		Assalariados	
	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul
Agrícola	71,72	143,99	59,55	93,54
Pluriativo	69,63	205,37	71,56	134,73
Não-agrícola	94,81	268,01	72,85	175,21

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Um efeito importante no desempenho do setor agrícola, decorrente da mudança do regime cambial, foi o crescimento da produção das lavouras, que também foi acompanhado por situações favoráveis dos preços internos. O que mais nos importa destacar como resultado dessas mudanças é que elas trouxeram uma recuperação da renda interna da agricultura. O acréscimo real do valor da produção de lavoura foi, no período 2000/2002, de R\$ 5,6 bilhões, sendo que a maior parte do aumento foi registrada entre os anos 2001 e 2002. (GASQUES; SPOLADOR, 2003). Além disso, do lado dos produtores menores e mais incapacitados a responder positivamente aos ganhos com produtos exportáveis, pode-se supor também que o novo regime cambial trouxe uma redução na pressão da concorrência externa, o que rebate na diminuição da pressão, intrínseca à dinâmica da concorrência intercapitalista, por aumentos de eficiência e ajuste alocativo de fatores. Essas observações são importantes à medida que podem explicar o comportamento quantitativo das famílias rurais aqui analisadas para o período de 2001 a 2003, especialmente em se tratando da região Sul.

Os ganhos de produtividade logrados durante o forte período de ajuste no setor – particularmente no período 1994/1999 em que se acirrou a concorrência externa –, juntamente com os montantes de recursos mobilizados pelo setor financeiro, refletiram numa situação de uma sensível melhoria

da rentabilidade da agricultura nos últimos anos (GASQUES; SPOLADOR, 2003; HOMEM DE MELO, 2001).

A conjuntura macroeconômica foi alterada e trouxe reflexos positivos para o setor agrícola. Em virtude dessa mudança, também pode ser visto seu reflexo sobre a evolução das famílias rurais no triênio 2001/2004, mostrada a seguir.

4.7.1 – Mantém-se a tendência de não crescimento da pluriatividade sulina: 2001/2004

Antes de apresentar os dados, cabe esclarecer que não usaremos a tipologia de famílias pluriativas detalhada por ramos de atividade – conforme usado nas seções e capítulo precedentes –, em razão da alteração ocorrida a partir da PNAD 2002 no que diz respeito à classificação de ocupações e à classificação de atividades. A partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)-Domiciliar – passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Essa alteração acarretou profundas divergências entre vários tipos de atividades que até a PNAD 2001, por exemplo, eram consideradas ‘Prestação de serviços’ (do tipo ‘Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores’), passando a ser enquadradas, a partir da PNAD 2002, como ‘Comércio e Reparação’ (do tipo ‘Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis’). O exemplo dado nem de longe expressa o “caminho das pedras” a ser trilhado para se tentar minimamente compatibilizar as divergências trazidas pelas novas classificações de ocupação e de atividades

Por essas razões, consideramos por bem trabalharmos somente com os tipos de famílias pluriativas no agregado, já que:

A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO [anterior a 2002] no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares [...] [da mesma forma] A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE [anterior a 2002] nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado ina-

dequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura” (IBGE, 2002, p. 26, grifo nosso).

Tomando em consideração a Tabela 50, verifica-se que, do ponto de vista das famílias – segundo o ramo de atividade em que estão ocupadas (agrícola, pluriativa, não-agrícola) – residentes nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, no quadriênio 2001/2004, os microdados da PNAD registram uma quase generalizada estabilidade (estatística) no tocante à evolução quantitativa das referidas famílias. Talvez parte das famílias que deixaram de ser contas-próprias agrícolas (redução significativa de 2,1% a.a.), tornaram-se ou famílias pluriativas tradicionais, ou famílias de assalariados agrícolas. No Nordeste, a pluriatividade não apresentou nenhuma tendência significativa de 2001 a 2004.

Observe-se ainda na Tabela 50 que o número de famílias pluriativas, no agregado da agricultura familiar (conta-própria agrícola mais pluriativo), residentes na área rural agropecuária da região Sul permaneceu estabilizado, do ponto de vista estatístico¹⁰⁰. A despeito disso, ao desagregar a pluriatividade das famílias de contas-próprias entre pluriatividade tradicional e pluriatividade intersetorial, pode-se notar o crescimento significativo (16,1%) unicamente das famílias de contas-próprias da pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola com assalariado agrícola). De modo que se pode concluir que esses novos dados reforçam nossa hipótese de que o crescimento da pluriatividade na região Sul do Brasil apresenta-se comprometido.

A Tabela 51 mostra as taxas de crescimento do número de produtores familiares (agrícolas e pluriativos) residentes nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, segundo faixas de tamanho de estabelecimento. Essa Tabela 51 confirma as observações da tabela anterior; ou seja, que a pluriatividade intersetorial no seio da agricultura familiar sulina permanece sem crescer (sentido estatístico); e que somente a pluriatividade tradicional apresentou taxas significativas de crescimento, embora somente nos estratos entre 20 e 100 hectares. No Nordeste, mais uma vez, a pluriatividade permaneceu estável, no quadriênio 2001-2004 – registrando declínio significativo excepcionalmente no estrato de área que abriga o número de estabelecimentos mais inexpressivo da região.

¹⁰⁰ Taxa de crescimento sem significância estatística.

Tabela 50 – Distribuição e Taxas de Crescimento dos Tipos de Famílias, segundo o Local de Domicílio: Nordeste e Sul, 2001-2004

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE			SUL		
	2004 (Mil Fam.)	tx. cresc. (% aa.)		2004 (Mil Fam.)	tx. cresc. (% aa.)	
		2001/2004 ^a			2001/2004 ^a	
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1.551	0,1		708	0,3	
Agrícola	886	-0,7		472	-2,1	*
Pluriativo	546	-0,1		178	5,5	
Tradicional (agrícola com agrícola)	211	4,6		41	16,1	*
Intersetorial (agrícola com não-agrícola)	335	-3,0		136	3,1	
Não-agrícola	119	7,2		59	7,1	
Empregados	858	2,5	***	343	1,9	*
Agrícola	556	2,4		164	4,1	*
Pluriativo	112	3,4		42	0,8	
Não-agrícola	190	1,9		136	-0,2	
Não-ocupado na semana	334	1,2		107	-4,0	
TOTAL	2.852	0,9	*	1.226	0,5	***

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

4.8 – Considerações Finais do Capítulo

Em suma, os resultados da pesquisa estão indicando que a base social – a agricultura familiar – do novo modelo de desenvolvimento rural para o país diminui ano a ano na região Sul (segunda maior detentora do contingente da agricultura familiar nacional). Além disso, os resultados também sugerem que a pluriatividade sulina não tem contribuído para evitar esse

declínio e que em vários casos observados o próprio conjunto de famílias pluriativas sulinas tende (no sentido estatístico) à redução.

Tabela 51 – Taxas de Crescimento da Agricultura Familiar, segundo Tipos de Famílias, Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Área do Estabelecimento: Nordeste e Sul, 2001-2004

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NORDESTE			SUL		
	2004 (Mil Fam.)	tx. cresc. (% aa.)		2004 (Mil Fam.)	tx. cresc. (% aa.)	
		2001/2004 ^a			2001/2004 ^a	
NÃO-METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Menos de 20 ha						
Agricultura familiar	1.047	1,2		405	0,1	
Agrícola	680	0,3		296	-2,1	
Pluriativo	367	3,0		109	7,5	
Tradicional (agrícola com agrícola)	150	6,3		28	14,6	
Intersetorial (agrícola com não-agrí- cola)	217	0,6		81	5,5	
De 20 a menos de 100 ha						
Agricultura familiar	183	-2,5		181	-1,6	
Agrícola	126	-0,9		138	-3,7	
Pluriativo	57	-5,7		43	7,0	*
Tradicional (agrícola com agrícola)	20	-7,9		11	23,8	***
Intersetorial (agrícola com não-agrí- cola)	37	-4,5		32	2,9	
100ha e mais						
Agricultura familiar	31	-10,0		25	5,3	
Agrícola	19	0,5		22	9,0	
Pluriativo	11	-20,4	*	4	-9,0	
Tradicional (agrícola com agrícola)	3	-	-	1	-	-
Intersetorial (agrícola com não-agrí- cola)	8	-15,5	**	3	-2,4	

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclui as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Adicionem-se a esses resultados os dados de que entre as famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas sulinas diminui significativamente (sentido estatístico) o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas (neste último caso, entre as famílias pluriativas). Por outro lado, cresce significativamente o número de pessoas ocupadas entre as famílias não-agrícolas sulinas (contas-próprias e assalariados). Essas informações sugerem que a pluriatividade (e o conjunto da agricultura familiar) sulina está convertendo-se crescentemente em famílias não-agrícolas (por contas-próprias e por assalariamento). Isso significa que a pluriatividade no Sul não tende a evitar a completa proletarianização das famílias rurais ligadas à agricultura.

Diante disso, procuramos investigar a evolução das famílias sulinas não-agrícolas que tinham algum membro ocupado em atividades para o autoconsumo, com o intuito de verificar se essa possível forma de pluriatividade apresentaria um comportamento mais promissor. No mesmo sentido, investigamos também essa possibilidade entre as famílias residentes nas áreas rurais da região Nordeste.

Em todos os casos apresentados, observou-se que uma pequena parte (em torno de 20%) das famílias não-agrícolas no Nordeste e no Sul (e contas-próprias pluriativas no Nordeste) mantém algum grau de produção doméstica para o autoconsumo alimentar da família, ou de alguns de seus membros. Essa observação é interessante porque sugere a importância que pode ter para essas famílias preservarem uma forma doméstica de produção de parte do seu sustento alimentar, certamente desonerando parcela do orçamento familiar, além de garantir algum grau de alimentação. No Nordeste, que apresentou uma proporção maior de famílias abaixo da linha de pobreza correspondente à renda média *per capita* familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em R\$ de setembro de 1999 (Nascimento, 2005), manter uma produção doméstica para o auto-sustento alimentar da família é bastante significativo. Nesse sentido, observa-se que as famílias contas-próprias pluriativas nordestinas estão de forma crescente adotando também essa estratégia da produção doméstica para o auto-sustento, além da diversificação de atividades.

Contudo, a despeito da constatação de que, em média, 20% das famílias têm algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo, pode-se concluir mais uma vez que o tipo familiar que mais cresce é o das famílias

não-agrícolas e, no presente caso, *sem* autoconsumo. Essa conclusão mais geral pode (e deveria) ser tomada como um alerta, indicador de que: i) novamente se confirma nossa hipótese de que a pluriatividade tende ao declínio (ou não cresce) no Sul do país, e que são as famílias não-agrícolas (principalmente sem autoconsumo) que apresentam tendência (estatística) de crescimento¹⁰¹; e ii) faz-se necessário políticas públicas:

Que permitam reduzir os problemas associados ao projeto de modernização apoiado no apoio deliberado às grandes culturas que acarretam, indiscutivelmente, entre outros aspectos, um desprestígio da produção própria, o enfraquecimento dos mercados locais, a insegurança alimentar e nutricional das famílias e a perda de raízes culturais. (SACCO DOS ANJOS, 2004, p. 17).

A pluriatividade sulina formada com atividades agrícolas produtivas tende ao declínio (juntamente com a agricultura familiar), e é possível verificar-se algum crescimento da pluriatividade formada por famílias sulinas não-agrícolas com autoconsumo. É discutível, porém, considerar essa última pluriatividade como característica da “agricultura familiar”.

Finalmente, duas outras conclusões podem ser retiradas dos dados apresentados. A primeira diz respeito a que as famílias rurais agropecuárias da região Nordeste carecem de um desenvolvimento rural que lhes proporcione, além de melhores condições de “convívio” com a terra, maiores níveis materiais de vida, à semelhança dos já alcançados (e dos ainda por alcançar) pelas famílias do Sul. A segunda pertence ao fato de que não somente os baixos retornos econômicos da atividade agrícola podem repelir as famílias rurais dessas atividades, mas também a relação existente entre ser plenamente uma família agrícola e apresentar os piores índices de condições materiais de vida.

Em ambos os casos, o entorno rural (a economia local, o mercado de trabalho local), assim como a existência ou não de políticas públicas incentivando o não-abandono dos pequenos produtores familiares das suas atividades agrícolas “tradicionais”, serão decisivos para a conformação do tipo familiar, se família pluriativa ou família não-agrícola, conforme colocado sistematicamente ao longo do texto.

¹⁰¹ Considera-se esse ponto como um alerta no sentido de a pluriatividade vir a ser desejável pela sociedade.

Capítulo 5

A RAIZ ESTRUTURAL DA “CRISE” AGRÍCOLA NOS ANOS 1990 E DO DECLÍNIO DA PLURIATIVIDADE NO SUL DO BRASIL

5.1 – Introdução

Os anos 1990 significaram para a economia brasileira uma relativa substituição do Estado pelo Mercado no papel de orientação da dinâmica econômica, a qual, em grande medida, passou a ser regida por critérios privados de eficiência. Nesse aspecto, a agricultura foi um setor que aderiu a essa nova realidade exemplarmente. (VILLA VERDE, 2001; HELFAND; REZENDE, 2001).

Karl Polanyi, em sua magistral obra “A Grande Transformação”, desenvolveu a tensão presente no desenvolvimento das sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista consubstanciada pela alternância entre as duas instituições fundamentais – Estado e Mercado – responsáveis pela condução das economias dessas sociedades, alertando, o autor, que essas sociedades devem ser capazes de se sobrepor à lógica cega do mercado a fim de se evitar a barbárie do “moinho satânico”. No Brasil, a participação do Estado na condução da economia aprofundou-se a partir dos anos 1930 e assim permaneceu até o final dos anos 1970, quando sobreveio a crise da dívida externa que perpassou toda a década de 1980, provocando um intenso processo em direção à hiperinflação, o que acabou por implodir financeiramente o Estado, retirando dele, por consequência, o poder que ele tinha de ditar regras e a ordenação das forças produtivas da economia. (CRUZ, 1995). A partir de meados dos anos 1980 e especialmente a partir do início dos anos 1990, no entanto, inicia-se uma série de alterações nas políticas econômicas e institucionais, em direção à substituição relativa do Estado por regras de mercado para a continuidade da condução da economia.

No que respeita à agricultura brasileira – embora desigualmente entre as macrorregiões do país –, esta foi transformada em uma atividade altamente produtiva, com uma racionalidade predominantemente empresarial, orientada objetiva e precipuamente para a valorização dos seus recursos produtivos. Ademais, até a década de 1980, era uma agricultura protegida da concorrência externa e largamente regulada pela ação interventora do Estado, de tal modo que os analistas da área atribuem a esse modelo uma farta tolerância para com muitos produtores agrícolas considerados “ineficientes.” (HELFAND; REZENDE, 2001; LOPES, 2002). As mudanças que passaram a ocorrer a partir de meados dos anos 1980 iniciaram um processo de reversão e reestruturação desse quadro em direção a um alinhamento do setor às normas estritas de mercado, simultaneamente, por princípio, a um relativo afastamento do Estado como agente ordenador da dinâmica do setor.

Esse é o ponto central da argumentação que se segue neste Capítulo. Ou seja, a congruência entre uma agricultura capitalista e uma economia que sistematicamente passa a ser regida por regras de mercado. Nesse novo ambiente regulatório, essa agricultura capitalista, que já havia se modernizado nas décadas anteriores, experimenta mais uma rodada de modernização de sua estrutura produtiva, para se adequar prontamente ao novo ambiente econômico. Esse novo ambiente econômico sofre ainda outras alterações de nova ordem: não apenas os recursos da economia passam a ser alocados a partir de critérios de mercado, mas, paralelamente, a economia nacional se insere rapidamente na economia internacional, tanto pela ótica do comércio como pela esfera financeira. Esse conjunto de mudanças – a substituição relativa, embora substancial, do Estado pelas regras de mercado na orientação da melhor alocação dos recursos da economia, a inserção do país na economia internacional, especialmente por via da abertura comercial – leva a uma consequência que é por demais crucial para a compreensão da argumentação que será traçada adiante. Quer dizer, o conjunto dessas mudanças econômico-institucionais conduziu para um patamar mais elevado à concorrência entre os diferentes capitais agrícolas individuais, cuja consequência para muitos deles tem sido a saída do setor. Esse, a nosso ver, é o ponto que se encontra no cerne da crise agrícola que perpassou o campo brasileiro por toda a década de 1990, notadamente no período do Plano Real.

A crise agrícola é, portanto, a nosso ver, consequência e não causa do que estamos realçando; assim como, também, por esse prisma, ela passa

a ser uma causa apenas indireta explicativa da hipótese defendida neste trabalho – de existência de uma tendência de declínio da pluriatividade (e da agricultura familiar como um todo) na região Sul do país.

A verdadeira causa, a nosso juízo, que explica a tendência de declínio – e de empecilho ao crescimento – da pluriatividade no Sul do Brasil está associada justamente à existência de uma agricultura especificamente capitalista – de racionalidade empresarial, tecnicizada, especializada, empregadora intensiva de técnicas, máquinas e insumos modernos – cujas forças produtivas são organizadas não mais predominantemente pela “mão visível” do Estado brasileiro, mas incontestavelmente pela suposta “mão invisível” do mercado.

A crise agrícola dos anos 1990, na verdade, é tão-somente a expressão clara da contradição intrínseca a esse modo de produção agrícola, especificamente capitalista, regido predominantemente pelas forças do mercado. É próprio do modo capitalista de produção – na ausência da intervenção do Estado para atenuar seus efeitos – os produtores de mercadorias individuais “não reconhecerem outra autoridade além da **concorrência**, além da coação exercida sobre eles pela **pressão dos recíprocos interesses**, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos”. (MARX, 1988, p. 408, grifo nosso). É, portanto, no processo de concorrência – orientado substancialmente pelas normas de mercado – que se verifica a contradição entre o esforço frenético, de um lado, dos produtores agrícolas individuais, por incorporarem inovações (produtos, processos, tecnologias) no interior de suas unidades produtivas (no nosso caso, explorações agrícolas) e, de outro lado, a expulsão de parcelas de produtores individuais da participação da divisão do trabalho social (no que respeita ao âmbito do mercado), por não lograrem ajustar-se às exigências da concorrência por aumento de eficiência produtiva (aumento de produtividade e redução de custos). Em outras palavras, quanto mais se acirra a concorrência entre os capitais individuais, tanto mais se acirra a necessidade por aprofundar o processo de modernização dos aparelhos produtivos, o que conduz a um processo inverso traduzido em redução do número de produtores aptos a permanecerem na corrida da modernização. Trata-se, portanto, de uma dinâmica sistematicamente seletiva a favor dos mais aptos, eficientes, capazes. Aos inaptos, resta a exclusão do mercado.

Essas são, portanto, as características centrais – de maior interesse para este trabalho – da década de 1990: uma considerável substituição do Estado pelos

critérios de mercado na distribuição dos recursos e na condução da dinâmica do setor agrícola, a exposição dos produtores agrícolas nacionais à concorrência externa (mais moderna e subsidiada na origem) e a possibilidade de importar novas tecnologias (mecânicas, químicas, biológicas) a um menor custo cambial; sendo que a resultante final dessas forças tem sido, de um lado, o fortalecimento de uma base mais estreita de produtores altamente modernizados e, de outro, o alargamento da exclusão de parcelas de produtores que, a despeito do histórico descaso das políticas públicas destinadas ao meio rural, ainda se mantinham no âmbito da disputa por alguma fatia do mercado através de sua integração às cadeias do agronegócio, favorecidos que eram pela proteção contra a concorrência externa e pela ação do Estado, agora afastado.

A nosso ver, esse lado perverso de exclusão de parcelas crescentes de produtores incapacitados de se modernizar está estreitamente associado à tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil. Por definição, só existe pluriatividade entre famílias (de contas-próprias e de assalariados) cujos membros conciliam entre si ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade intersetorial) ou entre famílias de contas-próprias em que algum membro se ocupa em outro estabelecimento agrícola por assalariamento (pluriatividade tradicional). Por essa razão, o crescimento do contingente das famílias pluriativas pressupõe o crescimento de famílias com algum membro ocupado em uma atividade agrícola ou, pelo menos, a preservação das famílias agrícolas que já existem e que passam a diversificar atividades em outros setores da economia (ou, no caso dos contas-próprias, a também se assalariar em outro estabelecimento), seja no comércio ou na indústria de transformação ou da construção etc., tornando-se famílias pluriativas.

A interseção entre os dois conjuntos de ocupações (agrícolas e não-agrícolas; agrícolas por conta-própria e agrícolas por assalariamento) não pode prescindir de nenhum deles, senão desfaz-se a interseção e, por conseguinte, a pluriatividade desaparece. Uma vez que é um traço comum do desenvolvimento econômico a perda de participação relativa das ocupações e empregos agrícolas no conjunto global das ocupações e empregos (agrícolas e não-agrícolas) do sistema econômico (LÊNIN, 1982), consideramos de fundamental importância verificar a relação existente entre ocupações em atividade agrícola e a pluriatividade.

Com base nessa compreensão lógica formal, consideramos imprescindível associar a diminuição da pluriatividade na região Sul, nas duas décadas

analisadas, à diminuição do número de produtores familiares da região. E, dessa forma, os elementos que exporemos a seguir são essenciais para justificar nossa hipótese de que a possibilidade de crescimento da pluriatividade na região Sul acha-se comprometida.

Quatro são os elementos que, combinados, esclarecem nossa hipótese de tendência de declínio da pluriatividade (e da agricultura familiar como um todo) no Sul do país. O primeiro diz respeito ao modo específico de produção agrícola generalizadamente difundido na região, altamente tecnificado, regido pela racionalidade empresarial, cujo objetivo é a valorização dos capitais individuais, altamente produtivo e poupador de mão-de-obra. O segundo refere-se ao novo ambiente macroeconômico-institucional construído no país ao longo da década de 1990 (com algumas reformas iniciadas já a partir de meados dos anos 1980), que integrou de forma rápida a economia nacional aos fluxos de comércio e das finanças internacionais, desfazendo o aparato regulatório estatal ao mesmo tempo em que se passou a privilegiar os critérios de mercado para (supostamente) distribuir com maior eficiência os recursos da economia entre os produtores também mais eficientes. O terceiro elemento, já exposto no Capítulo 2, concerne à questão da secular ausência de políticas públicas que pudessem compensar os numerosos pequenos produtores familiares que ficaram à margem do processo de modernização da agricultura nacional, desde a sua origem até os dias atuais, especialmente no período que coincide com a industrialização pesada do país (a partir de meados dos anos 1950). Um quarto elemento, paradoxal, do qual tratamos no Capítulo 3, diz respeito ao fato de a região Sul possuir economias locais (redes urbanas) capazes de oferecer maiores e melhores oportunidades ocupacionais para a população rural, de modo que muitas das famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas que não conseguem mais manter a atividade agrícola, porque dentro do marco atual tornou-se uma atividade cada vez menos rentável, especialmente entre aqueles produtores que não logram atualizar-se tecnologicamente, passam a se converter em famílias não-agrícolas – ou seja, sem nenhum membro ocupado em uma atividade agrícola, a não ser para o autoconsumo de algum membro, embora famílias não-agrícolas com esse tipo de atividade sejam uma minoria, conforme será mostrado mais à frente.

A questão de fundo desses elementos explicativos refere-se ao dado fundamental de uma economia tipicamente capitalista; ou seja, tal questão, que nos importa aqui ressaltar, diz respeito à concorrência entre os dife-

rentes capitais agrícolas individuais. Concorrência que se exacerbou com as reformas econômicas e institucionais no país, conforme será discurrido mais adiante, iniciadas já a partir de meados dos anos 1980 e que se aprofundaram ao longo dos anos 1990. E que, por consequência do acirramento dessa concorrência, muitos produtores familiares agrícolas abandonaram as atividades do setor, tornando-se ou famílias não-agrícolas – porque a região Sul oferece essa possibilidade – ou famílias de não-ocupados – porque as possibilidades de ocupações não-agrícolas mais atrativas que as ocupações agrícolas para essas famílias tornadas inaptas, embora existentes, são limitadas (uma vez que esse limite não foge à situação do país como um todo, que, há duas décadas, apresenta taxas de crescimento do Produto Interno inferiores às taxas de crescimento da PEA).

Uma economia e sociedade que pretendem ser regidas por critérios de mercado realçam a contradição que é inerente ao modo especificamente capitalista de produção (no nosso caso, agrícola). Ou seja, uma contradição que se revela entre, de um lado, o aperfeiçoamento tecnológico (produtos, processos, meios de produção, frações de terras mais férteis etc.) no interior das unidades produtivas e, de outro lado, as dificuldades de realização da produção dos distintos produtores individuais que se confrontam no mercado – o *locus* da concorrência entre os capitais individuais por conquistar novos e mais amplos espaços de valorização do valor. (POSSAS, 1999). Vale dizer, quanto mais as unidades produtivas individuais são forçadas – pela pressão da concorrência, pela cada vez mais acirrada disputa por fatias do mercado, pelo receio de não lograrem valorizar seu capital investido – a se concentrarem em incorporar inovações tecnológicas às suas explorações, de modo a rebaixar os custos por unidade de produção e assegurar a rentabilidade do capital empregado, menos certa se torna a garantia de permanência no mercado para crescentes parcelas dessas unidades produtivas.

A leitura dos autores sobre os quais este Capítulo se baseia para expor os elementos explicativos da hipótese nos leva a identificar essa questão de fundo.

Do ponto de vista da temática do não-crescimento da pluriatividade na região Sul do Brasil, queremos salientar que a “crise agrícola” é somente a expressão, o desvelamento, contundente, da contradição intrínseca à agricultura capitalista regida por critérios de eficiência de mercado e, portanto, de exclusão do seu contrário, de exclusão dos produtores familiares

(e patronais) ineficientes. Escrevemos crise agrícola entre aspas em virtude de o termo apresentar, conforme demonstraremos adiante, diferentes nuances, cristalizadas entre perdedores e ganhadores – cujas tentativas de generalização são passíveis de ser seriamente equivocadas, de acordo com Helfand e Rezende (2001).

5.2 – Pluriatividade e o Modelo Agrícola Capitalista

Nas considerações finais do Capítulo 2, afirmamos que, não obstante o processo de “modernização dolorosa”¹⁰² da agricultura brasileira – assentado no modelo de busca desenfreada da elevação da produtividade – ter, como uma de suas conseqüências, criado certas condições¹⁰³ para a proliferação da pluriatividade, por outro lado, foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região Sul (de agricultura mais modernizada do que a da região Nordeste) ao longo do tempo. Para se entender essa nossa afirmação, cumpre recordar que a modernização da agricultura no Brasil, nos anos 1960 e 1970, ocorrida nos moldes da modernização dolorosa, cumpria um duplo objetivo. Por um lado, atender às necessidades internas do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 1950 – ou seja, aumentar a oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno, sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização; e servir como mercado para a indústria produtora de insumos, máquinas e implementos. Por outro lado, reforçava o seu desiderato histórico de ser o setor com grande peso no financiamento das necessidades nacionais de importação.

Isso significa dizer que a agricultura, no Brasil, jamais foi vista pelas políticas públicas destinadas a ela como um espaço também daqueles produtores que não têm a capacidade de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios históricos do setor, conforme posto acima. Para esses produtores, que não conseguem atingir o perfil do “verdadeiro agricultor”, resta partir para a “outra margem” – ou seja, para se ocuparem plenamente em Ocupações Rurais Não-agrícolas (ORNA), ou continuarem perpetuamente marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarem definitivamente não-ocupados.

¹⁰² Termo cunhado por Graziano da Silva (1982).

¹⁰³ Elevação da produtividade das explorações familiares modernizadas, liberando mão-de-obra familiar para se ocupar em outras atividades – não-agrícolas ou agrícolas por assalariamento (em outros estabelecimentos).

Em outras palavras, o modelo agrícola do Brasil não promete futuro promissor, simultaneamente, para ambas as partes envolvidas (de um lado, a chamada agricultura patronal – juntamente com a pequena parcela de agricultores familiares “consolidados”, acoplados às agroindústrias; de outro, a massa de “condenados ao atraso”) por ser um modelo sobre o qual o Estado em nenhum momento da história do país interferiu para apoiar aquela enorme parcela de agricultores “atrasados”, de modo que o futuro promissor ficou reservado para uma fração menor de agricultores (convertidos pelas políticas públicas) competitivos. Trata-se de um modelo dentro do qual somente têm assegurado sua permanência os produtores que conseguem manter-se constantemente atualizados para atender às cada vez mais velozes exigências do mercado – exigências que se refletem em todos os elos da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais, principalmente no elo mais fraco: o pequeno produtor.

A partir de meados dos anos 1980 e, principalmente, durante os anos 1990, houve no Brasil uma série de alterações na política agrícola, no papel do Estado na economia e na relação do país com a economia internacional, que criaram um ambiente mais acirrado de concorrência no mercado agrícola, entre produtores individuais, cuja implicação fundamental foi o crescimento de uma pressão sobre os agricultores para aprofundarem a modernização produtiva de suas explorações agrícolas.

Contudo, cabe registrar, além dessa pressão concorrencial – forçando a agricultura a incorporar sistematicamente inovações – provocada pelas mudanças de políticas e do papel do Estado, uma outra forma de pressão sobre a concorrência que se processa pelo lado do consumo. A adoção de novas tecnologias no elo agrícola (leia-se, agropecuário) das cadeias produtivas (estendidas aos setores de comercialização e distribuição) está cada vez mais subordinada às exigências oriundas dos segmentos da indústria a jusante e/ou da “Grande Distribuição” – há uma tendência de cada vez mais este último aumentar seu poder de coordenação da interação entre os diferentes segmentos das cadeias.¹⁰⁴ (BELIK; PAULILO, 2001).

O resultado desse processo é que ocorre uma exigência sempre maior sobre os produtores (fornecedores de um modo geral) para se enquadrarem às especificações determinadas a partir do elo final da cadeia – cada dia mais no tocante a qualidade, pontualidade dos fornecimentos etc.

¹⁰⁴ Conforme Green e Santos (1991), de “dar as ordens” à cadeia.

À medida que também um novo padrão de consumo – mais diversificado, personalizado, exigindo também praticidade – passa a substituir (pelo menos entre as faixas de renda mais abastadas da população) o padrão tradicional – de massa, “fordista” –, as relações entre o “final das cadeias” e os consumidores (finais), ou seja, entre os pontos de venda e seus clientes, também se alteram, a ponto de o conjunto de atividades inerentes aos ramos envolvidos passar a ser determinado a partir das demandas dos clientes (consumidores finais).

De maneira geral, o atendimento às novas demandas por produtos de maior qualidade e diferenciados exige uma maior interação entre os diferentes segmentos das cadeias alimentares. Disso cresce a necessidade de fortalecimento da coordenação entre seus elos e, portanto, a necessidade de realização de contratos que garantam a eficiência no pronto atendimento das demandas advindas da ponta final das cadeias. A estratégia dos pontos-de-venda junto aos seus fornecedores passa a ser a adoção de novas tecnologias informacionais (*scanners*, códigos de barra, cartões magnéticos) de modo a fazer com que os pontos-de-venda e seus parceiros fornecedores possam ter bancos de dados sobre padrões de demanda dos consumidores. Além disso, essas novas tecnologias são usadas para fazer funcionar efetivamente os princípios da produção flexível – a cadeia sendo ativada a partir da ponta final e não da outra ponta, portanto, estoque zero ou mínimo, *just in time*. (BELIK; PAULILO, 2001).

Enfim, a partir dessas últimas considerações sobre as exigências por aperfeiçoamentos constantes na relação entre os elos das cadeias produtivas, pode-se perceber o impacto da crescente necessidade de adoção dessas novas tecnologias sobre a agricultura, especificamente no que diz respeito à constante e crescente pressão sobre os produtores para adotarem técnicas cada vez mais modernas e competitivas, aumentarem a produtividade, a cumprirem as exigências de regularidade e pontualidade, levando aqueles produtores menos capacitados (do ponto de vista técnico e, sobretudo, da posse de um capital mínimo) a saírem do mercado (do “páreo”). Ademais, a:

Evolução dos hábitos de consumo aponta para produtos alimentares com um grau cada vez mais elevado de processamento e com facilidades cada vez maiores para o atendimento da demanda. Restam poucos espaços estratégicos para a produção agropecuária independente mesmo em produtos ‘commoditizados’ para mercados que não requerem sofistica-

ção ou níveis elevados de qualidade. (BELIK; PAULILO, 2001, p. 161, grifo nosso).

Claro está, todavia, que, num mercado de consumo profundamente desigual como o brasileiro – 44 milhões de pobres (TAKAGI; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2001); apenas 20% da população detêm 65% da renda nacional (HOFFMANN, 2002), essa realidade das novas tecnologias e formas de consumo e hábitos alimentares ainda é algo a se expandir. Contudo, ela fornece o retrato do que é a agricultura brasileira criada pela modernização dolorosa. Uma agricultura:

Segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores, mas em produtores integrados ou não integrados aos CAI¹⁰⁵. Os integrados, se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais; se forem pequenos, buscarão formas sociais e políticas de aliviar essa luta frenética pela sobrevivência dessa corrida sem fim, através de organizações cooperativas sindicais onde procurarão melhorar o seu poder de barganha diante daqueles grandes capitais verticalmente integrados. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 169).

Quanto aos pequenos não integrados, os quais em sua maioria são nortistas e nordestinos, estes:

Produtores não integrados – possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras – estarão condenados a atividades marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora. Uma minoria poderá até mesmo estar envolvida em atividades altamente lucrativas, como aquelas direcionadas a segmentos sociais diferenciados com altas rendas (produção de alimentos frescos sem uso de defensivos, flores, etc.). Mas a grande maioria dos produtores não integrados aos CAI – em particular os pequenos e localizados nas regiões Norte e Nordeste – estará condenada à produção para autoconsumo ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 169, grifo nosso).

Um reflexo dessa constante exigência por aperfeiçoamento das técnicas produtiva e comercial sobre a agricultura familiar pode ser verificado pelos dados comentados a seguir. Inicialmente, a Tabela 52 mostra o forte aumento na produtividade física dos estabelecimentos familiares, cuja taxa

105 CAI – Complexo Agroindustrial.

de crescimento médio na década de 1990 foi da ordem de 5,8% – superior à da patronal – mesmo com uma redução média da área cultivada de 2%. O que esses números revelam é de crucial importância. Ou seja, que essa relação inversa entre aumento de rendimentos físicos dos estabelecimentos e redução de área agrícola utilizada reflete duas possibilidades conjuntas: um emprego mais intensivo de tecnologias modernas (insumos químicos, máquinas, fertilizantes etc.) e/ou a redução do número de agricultores familiares na atividade agrícola.

Tabela 52 – Agricultura Familiar e Patronal¹⁰⁶: Resultado Médio dos Anos 1990: Taxas de Crescimento (Produção, Área Cultivada e Produtividade Física)

	Familiar	Patronal
Produção	3,8	2,6
Área cultivada	-2,0	ns*
Rendimento físico	5,8	3,29

Fonte: Adaptada de Homem de Melo (1999).

* Não significativo.

Helfand e Rezende (2001) explicam que os ganhos na produtividade da terra não implicam necessariamente a ocorrência de mudança tecnológica. Num contexto (década de 1990) de contração de área que afetou muitos produtos, rendimentos físicos maiores devem estar associados a aumentos em eficiência no nível do setor, à medida que terras de menor qualidade e produtores menos eficientes deixem o setor. Essa é a questão que nos ocupa neste trabalho e que estaremos constantemente salientando; quer dizer, a vigência de uma agricultura tipicamente capitalista, orientada cada vez mais por critérios de mercado (conforme abordado na próxima seção), cuja implicação econômica e social traduz-se em sistemática seleção de uma base cada vez mais estreita de agricultores hábeis em (e com recursos para) se ajustar às exigências da concorrência, em detrimento de parcelas bem maiores de produtores ineficientes.

O aumento dos rendimentos físicos por unidade de área dos principais produtos pode estar associado à maturação dos investimentos em pesquisa (em especial as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa) e aos maiores níveis de mecanização acelerada nos anos 1990 possibilitados pela defasagem cambial, segundo explicam Graziano da Silva e Del Grossi (2000). Algo semelhante foi

¹⁰⁶ Homem de Melo (1999) classifica como agricultores familiares os estabelecimentos com até 100 ha; e os patronais, os estabelecimentos com mais de 100 ha.

observado em relação ao crescimento da produção agrícola nos anos 1980. A despeito da perda de regulação das cadeias agroindustriais com relação à organização e aos incentivos setoriais, por parte do Estado brasileiro, a produção de grãos cresceu, juntamente com as carnes de aves, cana-de-açúcar, suco de laranja e outros, na referida década; sendo que a explicação para essa “aparente contradição” – asseveram Belik e Paulilo (2001, p. 99, grifo nosso) – “está na maturidade e estabilidade desses setores específicos assim como as suas formas de financiamento e sustentação paralelas”. Essas explicações convergentes – relativas às décadas de 1980 e 1990 – sugerem a existência de uma contínua renovação e aprofundamento da consolidação da estrutura moderna de fortes setores da agricultura brasileira.

Considerando o número de propriedades rurais, as com menos de 100ha de tamanho reduziram-se de um total de 5.225.162 em 1985 para um total de 4.318.861 em 1995/1996, resultando em diminuição de 906.301 propriedades – familiares, na classificação de Homem de Melo (1999), segundo o Censo Agropecuário. (HOMEM DE MELO, 1999). Lembra, todavia, esse autor, que a crise agrícola provocada pelo Plano Real não está refletida nesses números. A redução dos estabelecimentos com até 100 ha foi de 17,3% e dos demais de apenas 6,2% no mesmo período (pré-Plano Real).

Comentando a respeito dessa redução do número de estabelecimentos observada entre os censos agropecuários 1985 e 1995/1996, Helfand e Rezende (2001) afirmam que mesmo se as porcentagens de redução do número de estabelecimentos forem menores que as reveladas pelo último CA, há evidências claras de que muitos agricultores resolveram mudar de atividade e que foram adotadas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, sob pressão da concorrência.

Numa região como a do Sul do Brasil, onde predomina uma agricultura tipicamente capitalista – com largo acesso às tecnologias e à assistência técnica, observado em todos os estratos (de renda total e de tamanho) dos estabelecimentos (Tabelas 53, 54 e 55) – com as nuances que estamos realçando nesta seção, a própria dinâmica mesma dessa agricultura ocasiona a redução do número de produtores¹⁰⁷. Privilegiada ainda por uma economia mais rica e espacialmente mais distribuída – comparativamente à região Nordeste, mais pobre e com sua economia mais dinâmica concentrada

¹⁰⁷ Conforme se depreende de trabalhos como os de Alves e Souza (2000); Goularti Filho (2001); Alves (2001) e Lopes (2002).

nas regiões metropolitanas (IPEAa, 2001) – essas condições favorecem uma saída maior de agricultores do setor agrícola para outros setores mais atraivos (conformando-se em famílias rurais não-agrícolas). Essa combinação – agricultura capitalista que privilegia agricultores eficientes e economias locais mais ricas – configura o cerne, juntamente com outros elementos tratados nos demais Capítulos, da explicação da nossa hipótese de declínio do número de famílias pluriativas nessa região.

Observe-se, nas Tabelas 53 e 54, que a agricultura familiar da região Sul é, entre todas as regiões do país, a que mais tem acesso à tecnologia e à assistência técnica, muito acima da média nacional, em todos os casos apresentados nas tabelas – excetuando, obviamente, o caso de uso de força manual no trabalho. Mais importante ainda é perceber que, na região Sul, é elevado o acesso à tecnologia e à assistência técnica de forma generalizada por todos os tipos de agricultores familiares, dos de maior aos de menor renda total (RT). A Tabela 55 reforça essas informações mostrando que os estabelecimentos agrícolas (em todas as faixas de tamanho de área) da região Sul são os que apresentam a maior proporção, comparativamente a todas as demais regiões, de número de tratores em relação ao número de estabelecimentos por classe de área. Esses dados fornecem um quadro geral do modelo agrícola largamente difundido na região Sul do país. Situações diametralmente opostas são verificadas entre os agricultores nordestinos (familiares, nos casos das Tabelas 53 e 54).

O crescimento da produtividade (inovações tecnológicas), a geração de excedentes e o desenvolvimento econômico (industrialização e urbanização), fazem-se, portanto, acompanhar pela redução do número de produtores. Alves & Homem de Souza (2000) abordam esse aspecto no caso da produção brasileira de leite, caracteristicamente de pequenos produtores. Segundo esses autores, “os compradores de leite do mercado formal [agroindústrias], principalmente mediante preços mais baixos, estão se livrando da pequena produção, empurrando-a para o mercado informal”. (ALVES; SOUZA, 2000, p. 21).

Assim sendo, no que concerne às perspectivas em relação ao futuro dos produtores de leite em um contexto de aumento da produtividade no setor, concluem Alves e Souza (2000, p. 22, grifo nosso):

Logo, se os produtores pautarem suas decisões de remunerar os fatores de produção, inclusive a mão-de-obra familiar, **por**

Tabela 53 – Agricultores Familiares – Acesso a Tecnologia e a Assistência Técnica (Em %)

REGIÃO	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos				Uso adubos e corretivos	Faz conservação do solo
			Só animal	Só mecânica ou máquina + animal	Manual			
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8		6,3
Centro-Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2		13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9,0		0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6		24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1		44,9
BRASIL	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7		17,3

Fonte: FAO (2000, p. 31) e IBGE (1998).

Tabela 54 – Agricultores Familiares, Segundo Tipos – Tecnologia e Assistência Técnica (Em %)

REGIÃO	Tipo	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos		Uso adubos e corretivos
				Só animal	Só mecânica ou máquina + animal	
Nordeste	A	8,2	34,0	25,2	26,8	37,4
	B	4,0	22,4	25,9	19,2	23,3
	C	2,5	17,6	23,0	16,0	16,4
	D	2,1	17,0	18,0	18,1	13,8
Sul	A	74,7	88,9	25,2	70,7	94,0
	B	54,3	81,8	42,4	50,9	86,6
	C	34,6	68,1	45,8	39,9	71,9
	D	27,6	55,7	32,9	35,9	56,9

Fonte: IBGE (1998) e FAO (2000, p. 54).

Legenda: Tipos: A (Renda Total superior a três vezes o valor do VCO); B (RT superior a uma vez até três vezes o valor do VCO); C (RT superior à metade até uma vez o valor do VCO); D (RT igual ou inferior à metade do valor do VCO) – VCO: Valor do Custo de Oportunidade (valor da diária média estadual, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano – calculado em 260).

Tabela 55 – Distribuição do Número de Tratores em Relação ao Número de Estabelecimentos (Famílias e Patronais) por Classe de Área e Regiões (Em %)

CLASSES (Área em Hectares)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
< 10	0,21	0,32	3,87	7,11	13,34
[10, 20]	0,39	1,08	6,48	14,38	19,09
[20, 50]	0,89	1,87	8,78	20,37	36,44
[50, 100]	1,48	3,73	14,31	28,16	49,02
[100, 200]	2,67	7,69	24,82	37,86	53,29
[200, 500]	9,45	15,40	47,24	51,01	62,10
[500, 1.000]	22,78	27,34	65,68	63,06	70,64
[1.000, 10.000]	44,5	42,24	80,35	71,68	77,09
> 10.000	67,06	75,77	88,66	70,11	66,67
Região	2,60	1,59	25,58	19,66	25,62

Fonte: IBGE (1998) e Alves, Lopes e Contini (1999).

critérios de mercado, a grande maioria deles terá de redefinir sua vida, deixando a atividade, ou modernizando-a e ampliando a escala de produção [...] Mas, se todos ampliarem a escala de produção, o mercado poderá exigir decréscimos de preços sensíveis para absorver a produção, e o ajuste, para evitar uma redução insuportável de preços, **recairá na diminuição do número de produtores**. Mantendo-se fixa a produção no nível obtido pelo Censo Agropecuário 1995/1996, 17.931.249.210 litros, e se a produção média se elevasse para 200 litros, apenas 246 mil produtores seriam suficientes para produzir esta produção [o número de produtores de leite, informantes do Censo Agropecuário 1995/96 era 1.810.041]. Se a média fosse 400 litros, 126 mil produtores seriam suficientes [...] As simulações feitas não levam em conta o crescimento da demanda, que amortece o efeito da oferta, dando maior sobrevivência à pequena produção. As importações de leite, também desconsideradas, têm efeito contrário, mas as simulações, que podem ser aperfeiçoadas, indicam que **não se pode cuidar da modernização da produção de leite sem considerar seus efeitos no número de produtores**.

Um outro exemplo de declínio do número de produtores rurais é o apresentado por Goularti Filho (2001) em seu estudo sobre o processo de reestruturação patrimonial ocorrido no complexo agroindustrial catarinense em favor de multinacionais. Segundo esse autor, o processo de desnacionalização ocorrido nos anos 1990 no complexo agroindustrial catarinense foi acompanhado de redução brutal no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. De acordo com seus dados, em 1990 havia 36.050 produtores (suinocultores e avicultores) integrados às redes das empresas Sadia, Aurora, Perdigão e Chapecó. Em 1999, esse número encontrava-se reduzido a 22.198, correspondendo a uma queda geral de 38,4% em uma década. Nas palavras do autor Goularti Filho (2001, p. 274, grifo nosso).

Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para matrizes melhor adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados [...] A Sadia chegou a ter [início dos anos 90], em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em

compensação, dado o aumento de escala, o ganho de produtividade da Aurora passou de 6,5 matrizes por propriedade para 14,34.

Em suma, essa rápida abordagem dos impactos do modelo agrícola sobre o número de produtores agropecuários possui o único intuito de mostrar a contradição, intrínseca ao modo tipicamente capitalista de produção agrícola – contradição esta exacerbada pelas alterações macro-econômicas ocorridas no país ao longo dos anos 1990, mas já iniciadas em fins dos anos 1980 –, que se expressa, simultaneamente, entre o aumento da produtividade no setor agropecuário – conduzido por uma base estreita de agricultores eficientes – de uma dada região (no caso, região Sul) e o decrescimento de suas famílias de contas-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar).

Em outras palavras, no que respeita às famílias pluriativas, entendemos essa contradição no sentido de que o aumento da produtividade do trabalho possibilita a liberação da força de trabalho familiar para se ocupar em outras atividades, tornando-se pluriativas tais famílias, mas que, por outro lado, nas etapas subseqüentes de acirramento daquelas práticas, a tendência é ocorrer, por um lado, um afunilamento do número de produtores aptos a atender às exigências do mercado e, por outro, a marginalização e potencial disposição dos demais produtores de deixar o setor. O resultado é a configuração de uma tendência à redução do número de famílias pluriativas, acompanhando o declínio do número de produtores do setor.

Isso não significa necessariamente que as famílias de produtores progressivamente alijados desse processo largarão a atividade agrícola, deixando de ser famílias de contas-próprias agrícolas ou pluriativas e convertendo-se em famílias de outros tipos. Ou seja, não significa que automaticamente os produtores familiares, por não se ajustarem ao novo regime concorrencial, largarão a atividade agrícola. Contudo, por ficarem marginalizados do processo de modernização (e de integração aos circuitos comerciais e produtivos dos agronegócios), haverá sempre a tendência a abandonarem a atividade agrícola, sobretudo, tendo-se em vista alguns fatores que contribuem para essa decisão (forçada pelas circunstâncias). Quais sejam: a) a difusão, através dos meios de comunicação de massa, dos hábitos e necessidades urbanos; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola não remuneradora; c) conjunturas duradouras de crise no setor agrícola; d) entornos rurais (economias locais) dinâmicos,

do ponto de vista não-agrícola, proporcionando maiores oportunidades ocupacionais fora da agricultura; e) descaso histórico do Estado – consubstanciado em políticas públicas específicas – no tocante ao amparo aos pequenos produtores “inviáveis”, faltando incentivá-los, por via de subvenções, a permanecerem com algum tipo de atividade agrícola – à semelhança da política (agrícola) social de ajudas diretas à renda dos pequenos produtores da União Européia (UE).

A combinação de todos esses fatores – não excludentes entre si – em acréscimo a uma realidade em que predomina uma agricultura cuja dinâmica é cada vez mais regida por critérios de mercado, justifica nossa hipótese de que a pluriatividade – nesse contexto que é mais próximo da realidade da região Sul do que da região Nordeste – não encontra condições objetivas para crescer.

Nossa compreensão é que, à semelhança da PAC da UE – consoante procuramos demonstrar em Nascimento (2005b) – o Estado brasileiro teria que intervir deliberadamente na região Sul, através de políticas específicas, para evitar o declínio de agricultores familiares “ineficientes” e, por conseguinte, da pluriatividade na região. Sem esse componente político, a pluriatividade não terá, em absoluto, condições de crescer na região Sul.

A próxima seção apresentará alguns aspectos conjunturais concernentes aos efeitos das políticas macroeconômicas implementadas nos anos 1990 no Brasil sobre o setor agrícola, os quais refletem negativamente sobre a pluriatividade (e os produtores familiares) na região Sul, provocando seu declínio, uma vez que são, a um só tempo, adversos à produção familiar e potencializadores dos efeitos negativos do aspecto estrutural imanente ao modelo agrícola hegemônico, qual seja, a contradição entre opostos: de um lado, o aprofundamento da modernização da produção agrícola e, de outra parte, o declínio do número de produtores agrícolas. Essas são as duas faces de uma mesma moeda: um modo de produção agrícola especificamente capitalista, regido primordialmente por decisões privadas (por critérios de mercado). Na próxima seção, trataremos da “crise” agrícola provocada pelo acirramento da contradição intrínseca a esse tipo de agricultura, em decorrência das alterações macroeconômico-institucionais ocorridas no país ao longo dos anos 1990, embora com início ainda na segunda metade da década de 1980.

5.3 – Efeitos das Políticas Macroeconômicas Brasileiras dos Anos 1990 sobre a Agricultura Familiar

Procuramos aqui demonstrar, com base em alguns especialistas, que as alterações ocorridas nas políticas macroeconômicas (especialmente as de comércio exterior e agrícola) no Brasil, além da alteração no papel do Estado, no que respeita à distribuição dos recursos da economia, nos anos 1990, criaram um ambiente concorrencial altamente mais hostil à permanência de uma quantidade substancial de pequenos produtores familiares no setor agrícola do que outrora.

As primeiras reformas tiveram início por volta de meados dos anos 1980, em virtude da crise da dívida externa, que criou a necessidade de controle do déficit fiscal e da geração de divisas para saldar a dívida. Para tanto, foi realizado um forte ajuste macroeconômico, o qual repercutiu no setor agrícola, através da reforma da política de crédito rural – reduzindo o volume de crédito rural e indexando as taxas de juros nominais à inflação – e, simultaneamente, o governo fortaleceu a política de garantia de preços mínimos. (VILLA VERDE, 2001).

O ambiente macroeconômico marcado pela escalada inflacionária do final da década de 1980 e início da década de 1990 encontra-se na base da nova fase de reformas que afetaram o setor agrícola: a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação de mercados agrícolas, mudanças no crédito rural e na política de preços mínimos. (HELFAND; REZENDE, 2001).

A abertura da economia a partir do início da década de 1990 acarretou importantes implicações que nos interessam mais de perto: primeiro, aumentou substancialmente a concorrência dos produtos domésticos importáveis com os produtos externos produzidos com uma base tecnológica mais moderna e, além disso, subsidiados na origem; segundo, acarretou uma modificação das políticas anteriores – a forma como a política de garantia de preços mínimo (PGPM) foi conduzida na década de 1980, por exemplo, tornou-se incompatível com uma economia aberta, levando o governo – o que é importante para o nosso interesse – a transferir atribuições à iniciativa privada, ao mercado. (VILLA VERDE, 2001; HELFAND; REZENDE, 2001; GASQUES; SPOLADOR, 2003).

A análise das políticas de crédito agrícola revela uma alteração importante na natureza das relações de financiamento da produção agrícola.

Helfand e Rezende (2001) mostram que houve uma troca de posições entre os agentes fornecedores do crédito agrícola. Por um lado, ocorreu uma queda dramática no volume total de crédito concedido ao setor agrícola pelo sistema oficial, ao passo que, paralelamente, o acesso dos produtores agrícolas aos recursos para financiar sua produção tem-se baseado cada vez mais em empréstimos provenientes de parcelas dos depósitos a vista dos bancos privados. O significado disso é que o papel dos bancos oficiais em fornecer recursos financeiros ao setor agrícola diminuiu sensivelmente e a importância do setor bancário privado, no cumprimento desse papel, cresceu. (VILLA VERDE, 2001; HELFAND; REZENDE, 2001; REZENDE, 2001). Belik e Paulilo (2001) esclarecem ainda que, na década de 1990, ao serem esvaziados os mecanismos de financiamento público da agricultura, eles foram sendo gradualmente preenchidos pelo crédito privado oriundo de setores da indústria, de *trading companies* e de outros agentes, sendo que essas novas formas privadas de financiamento da atividade agrícola partem de interesses não agrários, conectados aos segmentos financeiro e industrial, cujo objetivo primordial circunscreve-se ao atendimento à agricultura moderna, representada por “aquelas culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial ou estão inseridas nos corredores de exportação para Paranaguá, Rio Grande, Santos, Vitória e Itaquí.” (BELIK; PAULILO, 2001, p. 107).

A internacionalização comercial e financeira da agricultura nacional e a substituição relativa do Estado pela participação privada (sob critérios de mercado) na alocação dos recursos no setor agrícola¹⁰⁸, agravaram ainda mais a necessidade da adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, entre os produtores agrícolas domésticos – para o enfrentamento da concorrência externa, principalmente contra os produtos altamente subsidiados oriundos dos países ricos. Como consequência desse processo, alargaram-se ainda mais as desigualdades no interior da própria agricultura nacional, entre segmentos de produtores altamente tecnificados e segmentos de produtores tradicionais, ineficientes.

Os anos 1990 ficaram marcados, portanto, especialmente para o que nos interessa mais de perto, entre outras coisas, por uma forte exposição da agricultura brasileira à concorrência externa e, conseqüentemente,

108 O fato de o Estado retirar-se de seu papel tradicional de tabelar preços, gerenciar a produção e regular ou monopolizar as atividades comerciais resultou em maior competição nos setores agrícola e de processamento, reservando um papel mais amplo para o mercado na coordenação das relações entre esses dois setores (VILLA VERDE, 2001; REZENDE, 2001).

pelo aprofundamento da dualidade da economia entre uma base estreita de produtores modernizados, capazes de competir dentro e fora do país, e um largo espectro de produtores esperando por uma oportunidade para largar de vez o setor. Essa é uma compreensão que se depreende da leitura dos trabalhos dos analistas sobre os quais esta seção se apóia. (DIAS, 2000; ALVES, 2001; HELFAND; REZENDE, 2001).

Uma outra marca do referido período foi a longa fase de câmbio valorizado, que contribuiu para tornar os preços agrícolas (sem falar dos não-agrícolas) internacionalizados (ZANDONADI, 1996); ou seja, os produtores internos não puderam praticar preços acima dos preços dos produtos concorrentes estrangeiros – fortemente subsidiados em seus países de origem (UE e EUA, principalmente). Nesse novo cenário, uma gama crescente de produtores agrícolas viram-se desmotivados a produzir (ou mesmo incapacitados de realizar novos investimentos, inovações tecnológicas etc.), uma vez que aumentou o risco de não se realizar o retorno esperado (a valorização do capital empregado), causando um desajuste entre oferta e demanda internas – a ser corrigido pelas importações subsidiadas na origem. Por outro lado, segmentos outros de produtores lograram incorporar inovações e se consolidaram como a base competitiva capaz de enfrentar a concorrência externa.

O efeito desse novo ambiente competitivo sobre o desempenho da agricultura brasileira, em primeiro lugar, reforçou os aspectos abordados no tópico anterior – pertinente ao aumento da pressão sobre os produtores no que respeita às questões de produtividade, qualidade, regularidade etc.; enfim, implicando o aumento da competitividade, resvalando no declínio do número de produtores. Em segundo lugar, refletiu adversamente sobre os rendimentos da produção agrícola de grandes parcelas de produtores familiares, por via da contenção sofrida nos preços dos produtos do setor. Em terceiro lugar, a queda generalizada dos preços agrícolas levou de imediato a uma redução na área plantada, refletindo numa contenção da própria produção agrícola, que, no período 1989/1997, apresentou um “muito modesto crescimento.” (HOMEM DE MELO, 1999, p. 42). Em termos de taxa de crescimento da produção agrícola *Per Capita*, o desempenho foi pior, ou seja, teve uma evolução declinante. (ALVES, 2001).

O debate sobre o impacto das reformas no setor agrícola tem sido muito controverso. (COELHO, 1997; HOMEM DE MELO, 1999; HELFAND; RE-

ZENDE, 2001; ALVES, 2001; MENDONÇA DE BARROS; MIRANDA, 1998). O impacto da abertura comercial juntamente com as medidas do Plano Real (câmbio valorizado) e a mudança do papel do Estado sobre o setor agrícola são analisados pelos estudiosos por dois prismas. Por um lado, considera-se que criaram obstáculos consideráveis para o setor. Por outro, produziram ganhos importantes para ele, em termos de eficiência média.

O problema, a nosso ver, reside nas análises generalizantes dessa temática. Por essa razão, optamos por nos apoiar somente nos autores (que não são muitos) que fizeram o importante esforço de separar os efeitos das reformas sobre diferentes grupos de produtos (importáveis e exportáveis), assim como por regiões e tamanhos de estabelecimentos. Conforme as palavras de Helfand e Rezende (2001, p. 293), “indicadores agregados do impacto das reformas nesse período [década de 1990] podem ser altamente equivocados”.

Uma análise generalizante, por exemplo, é realizada por Zandonadi (1996). Na opinião desse especialista, o problema central do setor agrícola nos anos 1990 não diz respeito ao endividamento do setor ou à falta de crédito para ele. Esses problemas, na opinião desse autor, são, na verdade, consequência (não causa) do forte declínio na rentabilidade da atividade do setor. Na década de 1980, os preços dos produtos agrícolas:

Foram considerados remuneradores, permitindo que a atividade apresentasse bom desempenho, com incorporação de tecnologia, compras de máquinas, insumos e valorização de ativos, além de possibilitar o pagamento de financiamentos junto aos agentes financeiros. Destinava-se mais crédito para a agricultura e os produtores dispunham de condições econômicas para saldar seus compromissos, já que os preços eram remuneradores. (ZANDONADI, 1996, p. 63).

Diferentemente dos anos 1980, na década de 1990, houve uma generalização de baixos preços dos produtos agrícolas praticados no mercado interno “constituindo, ao que parece, a origem da precária situação econômica em que se encontra a agricultura” (ZANDONADI, 1996, p. 65), nessa última década.

Não significa, todavia, que esse autor esteja “errado”. A questão que nos preocupa é identificar os presumíveis perdedores desse processo. A análise desse especialista, nesse sentido, não atende a nossa necessidade,

embora sirva de sugestão de que o setor agrícola como um todo enfrentou uma necessidade de se ajustar, internamente, às novas condições mais adversas. Daí intuirmos que certamente nesse processo de ajuste houve, de um lado, segmentos de produtores agrícolas que reagiram à redução de preços reduzindo custos, através da incorporação de inovações, logrando preservar a rentabilidade do seu empreendimento; mas também houve, por outra parte, expressivas parcelas de produtores forçados a deixar o setor¹⁰⁹. Mais, insistiremos a todo momento que esse processo de ajuste não é conjuntural, senão continuado, embora em determinados períodos seja mais acentuado (vide os anos 1990).

Nesses termos, apoiamo-nos em Helfand e Rezende (2001), ao advertirem que a reforma (das políticas econômicas) não foi nem uniformemente benéfica nem completamente prejudicial para o setor agrícola. Com essa compreensão os autores procuraram analisar o impacto das reformas sobre a agricultura, fazendo a distinção entre grupos de produtos diferentes (como os importáveis e os exportáveis), regiões geográficas e tamanhos de estabelecimentos¹¹⁰.

Com esse mesmo critério de análise, Homem de Melo (1999) demonstra que, para se poder apreender de forma mais clara os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a agropecuária brasileira e, em particular, sua agricultura familiar, a análise deve tomar em consideração a heterogeneidade da agropecuária do país, em termos de produtos e produtores. Esse autor considera, por um lado, a coexistência de três grupos distintos de produtos e, de outro, classifica como agricultores familiares aqueles em estabelecimentos com até 100 ha de tamanho (estes correspondiam a 89,3% do total de estabelecimentos rurais do país, segundo o CA 1995/1996), ao passo que os demais ele os classifica como patronais.

Para o nosso interesse em particular, essa classificação de agricultor familiar de Homem de Melo (1999), conquanto divirja da nossa – uma vez que consideramos também estabelecimentos familiares aqueles com mais de 100 ha, de produtores por conta-própria agrícolas e pluriativos sem empregos permanentes – serve-nos à medida que constatamos uma tendência de

109 É possível apreender esses resultados a partir dos trabalhos de, por exemplo, Alves (2001); Alves; Souza e Brandão (2001); Lopes (2002); Dias (2000); Helfand e Rezende (2001) e Graziano da Silva e Del Grossi (2000).

110 Por essa razão, procuramos evitar utilizar autores que tratam do impacto das reformas de políticas sobre a agricultura de maneira generalizante, por exemplo, Mendonça de Barros e Miranda (1998); Coelho (1997) e Arraes e Teles (2000).

concentração de famílias rurais em estabelecimentos com mais de 100 ha na região Sul do país¹¹¹. Homem de Melo verificou que o efeito negativo sobre a rentabilidade da agropecuária provocado pelas políticas macroeconômicas dos anos 1990 fez-se valer com mais severidade sobre os estabelecimentos com menos de 100ha (agricultura familiar), o que ajuda a explicar nossa afirmação anterior. Ademais, os grupos de produtos da agricultura familiar, os quais veremos a seguir, são aqueles nos quais os produtores sulinos têm proeminência sobre os produtores das demais regiões¹¹².

Salientando a importância de diferenciar o efeito das alterações de políticas segundo determinados grupos de produtos, Homem de Melo (1999) classifica três grupos de produtos agrícolas, segundo o grau de correlação existente entre a taxa de câmbio e os preços dos respectivos produtos. A classificação é a seguinte:

- i) produtos cujos preços internos seriam determinados, predominantemente, pelos preços internacionais e a taxa de câmbio: soja, café, laranja/suco, cacau, fumo, açúcar, bovinos e frangos (produtos de exportação em maior ou menor grau); trigo e algodão (produtos de importação – o algodão, mais recentemente);
- ii) produtos cujos preços seriam determinados, predominantemente, por variáveis internas (oferta *vs.* demanda) – a taxa de câmbio teria um efeito indireto, com o passar do tempo (efeito-substituição – produtos do grupo acima pelos produtos deste grupo): produtos perecíveis (batata, tomate, frutas, verduras e cebola) e produtos com pouca demanda internacional (feijão e mandioca);
- iii) produtos do mercado doméstico e que são comercializáveis no mercado internacional – basicamente produtos com os quais o Brasil tem pouca ou nenhuma competitividade no mercado externo: milho, arroz e suínos¹¹³ são os principais. São, todavia, afetados pela taxa de câmbio, direta ou indiretamente.

111 Essa afirmação está mais bem elucidada pelos dados apresentados no Capítulo 4.

112 Segundo o relatório da FAO (2000, p. 36), os dados sobre a participação de produtos no VBP (Valor Bruto da Produção) total da agricultura familiar revelam que a região Sul influencia muito a média nacional, “em virtude de sua maior participação no VBP total dos agricultores familiares (47,0% do total)”.

113 No caso dos suínos, talvez não fossem competitivos até a data da pesquisa de Homem de Melo (1999). Mas, segundo Caixeta (2001), as exportações de suínos brasileiros (em milhões de dólares) apresentou uma trajetória ascendente entre 1995 e 2001.

Homem de Melo (1999) observou ainda que os estabelecimentos com até 100 hectares (classificados como agricultura familiar) cultivam, predominantemente, produtos domésticos, ainda que nem todos sejam produtos alimentares (fumo, por exemplo). Os estabelecimentos com mais de 100 hectares (agricultura patronal), por sua vez, produzem, predominantemente, itens direcionados ao comércio exterior, embora alguns deles sejam alimentos importantes (trigo, por exemplo). Homem de Melo aponta duas razões para essa divisão de especialidades: a) a subcapitalização dos pequenos produtores age como uma verdadeira barreira à entrada nas demais atividades agropecuárias; e b) o ritmo diferenciado de inovações tecnológicas atua para acentuar essa divisão.

Helfand e Rezende (2001) trabalharam com seis produtos importáveis (feijão, milho, algodão, arroz, trigo e leite) e quatro produtos exportáveis (cacau, laranja, soja e café), considerados como os mais importantes. Segundo esses autores, as reformas do final da década de 1980 beneficiaram os produtos exportáveis à medida que eliminaram impostos e restrições quantitativas às exportações agrícolas. Em 1996, foi retirado o ICMS de 13% sobre as exportações primárias. Outro elemento de ganho desse grupo de produtos refere-se ao retorno e aumento dos fluxos de capital internacional no início da década de 1990. Medidas governamentais foram criadas a fim de liberalizar as operações externas do país em relação às finanças e ao comércio exterior, possibilitando o acesso mais fácil ao financiamento externo a taxas de juros mais baixas. O governo facilitou ainda mais o acesso dos produtores agrícolas ao financiamento externo ao eliminar, em 1995, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) incidente sobre a captação de recursos externos destinados ao setor agrícola. Essa operação ficou conhecida como o “63 caipira”¹¹⁴. Outra forma de benefício das reformas deve-se à possibilidade de importar fertilizantes e outros insumos através de financiamento internacional a juros mais baixos com prazos de até um ano.

No que concerne aos produtos importáveis, que perderam sua proteção tarifária e não tarifária, para a maior parte desses produtos, as tarifas foram reduzidas de um patamar variável de 35% a 55% antes de 1988 para aproximadamente 10% em 1991. Em acréscimo a esse efeito adverso para os importáveis, cabe mencionar que o Brasil, ao assinar o Tratado de Assun-

¹¹⁴ “63” refere-se ao número da resolução original do Banco Central que regulava a entrada de capital estrangeiro no país. (HELFAND; REZENDE, 2001).

ção, que criou o Mercosul, sujeitou-se a eliminar as tarifas sobre produtos importados da Argentina e Uruguai – dois países com setores agrícolas bastante competitivos.

O mais importante a destacar – para os nossos propósitos – é que os efeitos diferenciados das reformas sobre os diferentes grupos de produtos (importáveis e exportáveis) resultaram em uma substituição de importáveis (predominantes entre os agricultores familiares) no conjunto da produção agrícola. Entre 1985/1989 e 1995/1998, o índice médio da quantidade produzida para os cinco produtos importáveis caiu 14%, diferentemente do índice médio de produção para os cinco exportáveis, que se elevou em 13%¹¹⁵. Em decorrência disso, processou-se um ajuste estrutural no setor, que se traduz em declínio do número de produtores, refletindo em elevação da eficiência média do setor. (HELFAND; REZENDE, 2001).

Evitando generalizações, as análises subseqüentes resumirão os efeitos das reformas no setor agrícola no tocante a grupos diferenciados de produtos (importáveis e exportáveis) e de produtores. Os autores, sobre os quais nos apoiamos, a partir de suas bases de dados próprias, apresentam resultados convergentes. O mais importante dessas análises é apreender a existência de uma inexorável (mantendo-se as condições reinantes) tendência de redução do número de pequenos produtores familiares agrícolas, cuja causa, do nosso ponto de vista, repousa, para além da “crise” agrícola, na contradição interna do próprio modelo de produção agrícola especificamente capitalista, conforme já mencionado.

Importa destacar logo de início que, em virtude das reformas, as importações triplicaram entre 1985/1989 e 1995/1998. Enquanto, a despeito da taxa de câmbio valorizada, as exportações agrícolas cresceram 34%, cujo valor médio saltou de US\$ 11.029.258 mil para US\$ 14.788.598 mil, entre 1985/1989 e 1995/1998, as importações agrícolas variaram 300%, cujo valor médio passou de US\$ 2.098.302 mil para US\$ 6.263.002 mil, no mesmo período. Como resultado, a área colhida de produtos importáveis caiu 6 milhões de hectares (Tabela 56). Diferentemente, a área colhida dos exportáveis expandiu-se em 1,6 milhão de hectares, indicando que uma substancial quantidade de área foi liberada para ser empregada com

115 Excluindo o cacau, que foi atingido pelo fungo devastador “vassoura de bruxa”, o índice sobe para 24%. (HELFAND; REZENDE, 2001).

atividades mais produtivas, ou não é mais utilizada por não ser lucrativa. (HELFAND; REZENDE, 2001).

Pode-se ver ainda na Tabela 56 que a área e a produção de soja cresceram mais do que as de qualquer outro produto nos anos 1990 e quase toda a expansão praticamente ocorreu no Centro-Oeste. A cana-de-açúcar e a laranja também ampliaram – embora menos que a soja – a área colhida e a produção, nos anos 1990. Ambas as lavouras cresceram principalmente no Estado de São Paulo, que responde por 75% da laranja e 50% da cana-de-açúcar nacionais. A retirada do subsídio da produção de cana-de-açúcar no Nordeste levou a uma contração da área e da produção dessa região. (HELFAND; REZENDE, 2001).

A queda na área colhida de importáveis e não comercializáveis conduziu a uma alta na produtividade média do setor (dos respectivos segmentos), à medida que os produtores menos competitivos foram expulsos do setor. (HELFAND; REZENDE, 2001). Competir com as importações também deveria pressionar os produtores remanescentes de importáveis a buscarem formas de elevar cada vez mais a produtividade e rebaixar os custos de suas atividades, de modo a assegurar a sua rentabilidade. (HELFAND; REZENDE, 2001; ALVES, 2001; LOPES, 2002).

Helfand e Rezende (2001) chamam a atenção para o fato de que a maioria dos exportáveis já era altamente competitiva no mercado internacional, de modo que os efeitos de curto prazo na produtividade provavelmente não seriam tão fortes para esse grupo de produtos (Tabela 56). Esta pode ser uma razão para crer que o ajuste recaiu com maior força sobre os produtos importáveis – predominantes entre os pequenos produtores familiares, na concepção de Homem de Melo (1999).

Comentando o trabalho de Queiroz e Opazo (1998 apud HELFAND; REZENDE, 2001) salientam que as mudanças em termos de possibilidade de maior uso de tecnologias importadas (insumos, tratores, equipamentos de irrigação, fertilizantes) mais competitivas com a produção nacional provavelmente não seriam neutras no que concerne aos tamanhos dos estabelecimentos, de modo que o processo possivelmente favoreceria as operações de grande escala e poderia levar a uma maior migração para fora do setor agrícola.

A Tabela 57 fornece uma idéia desse efeito negativo sobre o número de produtores agrícolas na região Sul do país. Pelo fato de essa ser uma

Tabela 56 – Área Colhida, Quantidade Produzida e Rendimentos Físicos para os Principais Produtos em Períodos Seleccionados

Produção	Área colhida (Milhares de hectares)			Quantidade produzida (1985-1989 = 100)			Rendimentos físicos (1985-1989 = 100)		
	1985/89	1990/94	1995/98	1985/89	1990/94	1995/98	1985/89	1990/94	1995/98
	Importáveis								
Feijão	5.392	4924	4.362	100	115	111	100	126	139
Milho	12.774	12.688	12.510	100	114	135	100	115	138
Milho (CO)	1.533	1.589	1.904	100	114	161	100	111	131
Algodão	1.771	1.291	828	100	76	51	100	104	109
Algodão (CO)	115	155	223	100	127	217	100	95	114
Arroz	5.506	4.316	3.567	100	90	88	100	115	135
Arroz (CO)	1.859	1.057	779	100	64	62	100	113	149
Arroz (RS + SC)	923	1.017	1.005	100	119	123	100	108	113
Trigo	3.349	1.903	1.430	100	48	43	100	86	100
Área Total	28.792	25.122	22.697	-	-	-	-	-	-
Índice Médio	100	87	80	100	89	86	100	109	124
	Exportáveis								
Cacau	663	699	710	100	84	70	100	80	65
Café	2.801	2.554	1.981	100	85	81	100	94	113
Laranja	757	954	953	100	123	141	100	97	112
Soja	10.240	10.541	11.683	100	112	147	100	109	130
Soja (CO)	3.186	3.656	4.407	100	121	167	100	106	122
Cana-de-açúcar	4.074	4.179	4.790	100	105	128	100	103	109
Cana-de-açúcar (SE)	2.012	2.198	2.811	100	115	146	100	105	105
Cana-de-açúcar (NE)	1.373	1.291	1.203	100	88	85	100	93	97
Área Total	18.535	18.928	20.116	-	-	-	-	-	-
Índice Médio	100	102	109	100	102	113	100	96	106
Índice Médio sem cacau	-	-	-	100	106	124	100	101	116

Fonte: Adaptada de Helfand e Rezende (2001).

Legenda: CO = Centro-Oeste;

RS = Rio Grande do Sul;

SC = Santa Catarina;

SE = Sudeste;

NE = Nordeste.

OBS 1: Antes de 1989, Tocantins fazia parte de Goiás. Para maior consistência, inseriu-se o mesmo na região CO no período 1989/98.

OBS 2: Os índices médios são médias simples dos totais nacionais.

região com larga difusão da adoção de práticas modernas na produção agrícola (conforme revelado pelas Tabelas 53, 54 e 55, acima), pode-se ver que é quase uma constante a redução do número de estabelecimentos, ao longo das últimas três décadas, registrada pelos censos agropecuários de 1970 a 1995 – a exceção foi o período 1980/1985, ocasião em que houve um forte apoio à produção agrícola no contexto do esforço de geração de divisas via exportação. Esses dados são fundamentais para a argumentação que estamos construindo no sentido de mostrar que a redução do número de produtores familiares da região Sul – e, subseqüentemente, do número de famílias pluriativas – não decorre unicamente de aspectos conjunturais, senão, sobretudo, da contradição inerente ao modelo de produção agrícola assentado no emprego massivo de técnicas modernas, poupadoras de mão-de-obra e de seleção dos produtores mais eficientes, cuja contrapartida resulta na expulsão de frações de produtores incapacitados de se ajustar às crescentes exigências da concorrência por aumento de produtividade. Agregue-se a isso a histórica ausência de políticas públicas compensatórias para evitar o abandono do setor, por parte desses segmentos de produtores “ineficientes” (conforme expresso no Capítulo 2).

Tabela 57 – Evolução do Número de Estabelecimentos Agropecuários da Região Sul (1970 a 1995)

	1970	1975	1980	1985	1995/96
Número de Estabelecimentos	1.274.009	1.156.580	1.145.548	1.198.542	1.003.180
		1975 - 1970	1980 - 1975	1985 - 1980	1995/96 - 1985
Taxa de cresc. (%) do nr. de Estabelecimentos		-9,2	-1,0	4,6	-16,3
Taxa de cresc. (% a.a.) do nr. de Estabelecimentos		-1,9	-0,2	0,9	-1,8

Fonte: Elaboração do Autor Baseada em IBGE (2007).

No contexto de maior concorrência na década de 1990, em função das reformas, é provável que os ganhos de eficiência por de setor, além dos ganhos por estabelecimento, sejam decorrentes de uma série de fatores presentes na referida década, responsáveis pelo aumento da produtividade média do setor agrícola, mesmo na ausência de transformações tecnológicas. Tais fatores são: i) os agricultores menos eficientes preferem sair de uma determinada atividade porque não lhes é mais rentável; ii) as parcelas de terras menos produtivas deixam de ser usadas; iii) atividades são deslocadas

de regiões menos produtivas para regiões mais produtivas. (HELFAND; REZENDE, 2001).

Outros fatores que devem ter levado a uma maior eficiência na alocação dos recursos: 1) a mudança para um sistema privado de crédito que elevou os custos da inadimplência para os tomadores de crédito¹¹⁶ – segundo Dias (2000), mais de 50% dos inadimplentes são produtores cujo futuro é incerto e que deverão passar por “imensas transformações para sobreviver”; 2) a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), já que esta havia servido para expandir a produção em terras marginais no Centro-Oeste. (VILLA VERDE, 2001); 3) a reforma da política de comercialização/estocagem por parte do governo elevou os incentivos para os agricultores melhorarem a qualidade do seu produto. (VILLA VERDE, 2001; HELFAND; REZENDE, 2001).

Helfand e Rezende (2001) analisaram os padrões de crescimento da produtividade segundo o tamanho do estabelecimento para as lavouras de milho e feijão:

Porque cada um é produzido por mais de 2 milhões de estabelecimentos, podendo assim esperar que a viabilidade a longo prazo do pequeno agricultor familiar dependerá, em parte, de sua habilidade em competir na produção desses produtos. (HELFAND; REZENDE, 2001, p. 285).

Constatarem esses autores que, em relação ao milho, os rendimentos físicos dos estabelecimentos com mais de 100 hectares cresceram mais de 75%, enquanto para os estabelecimentos com menos de 20 hectares, os rendimentos cresceram menos de 30%, o que pode ser traduzido em ganhos de vantagem competitiva para os estabelecimentos de grande porte.

Quanto ao feijão, entre os estabelecimentos com mais de 100 hectares os rendimentos físicos cresceram entre 80% e 165%, mas, em contraste, cresceram menos de 30% entre os estabelecimentos com menos de 100 hectares. O resultado desse processo foi o aumento da participação dos estabelecimentos de grande porte na produção total, que passou de 21% para 29%.

¹¹⁶ Uma fração considerável de recursos oriundos do crédito agrícola altamente subsidiado dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi desviada para fins não-agrícolas. “Mesmo no âmbito do setor o grau de subsídio implicou que o crédito nem sempre era dirigido às atividades com benefícios privados (ou sociais) mais altos.” (HELFAND; REZENDE, 2001, p. 265).

Com o objetivo de analisar o comportamento dos preços dos distintos grupos de produtos agrícolas, Helfand e Rezende (2001) usaram uma metodologia que isolou o impacto das mudanças de políticas nos preços agrícolas domésticos. Decompuseram os movimentos dos preços domésticos reais em três componentes: variações nos preços internacionais reais, variação na taxa de câmbio real e um resíduo que captasse as alterações nas políticas (de comércio exterior e agrícola).

O efeito das reformas para os produtos exportáveis – eliminação dos impostos de exportação, de restrições quantitativas à exportação e do ICMS de 13% sobre as exportações – foi positivo. No entanto, esses produtos foram atingidos pelos preços internacionais, que estavam em média 28% mais baixos em 1990/1994 do que em 1987/1989. Esse choque negativo mais do que compensou os ganhos da reforma no início da década de 1990. Como balanço geral, os autores afirmam que a influência compensatória dos preços internacionais fez com que os preços relativos internos não variassem a seu favor na década de 1990, implicando a necessidade de redução de custos.

Conforme Homem de Melo (1999), os preços dos produtos domésticos foram atingidos negativamente em virtude do efeito conjunto de dois fatores: i) efeito-substituição na produção, o qual ocorre através do mercado de fatores (são exemplos: soja, milho, feijão, mandioca, arroz); e ii) efeito-substituição no consumo, por via de preços relativos nas funções demanda no mercado interno (o melhor exemplo dado pelo autor é o do trigo em relação a seus substitutos nos hábitos alimentares)¹¹⁷.

A possibilidade de importar insumos químicos (fertilizantes etc.) mais baratos contribuiu para atenuar, embora não compensar, a queda dos preços dos produtos de maior competição no mercado internacional, os quais estavam encarecidos pela paridade cambial vigente por vários anos. Certamente, essa é uma das razões por que os preços dos produtos da agropecuária patronal sofreram menor impacto negativo das políticas macroeconômicas dos anos 1990 do que os preços dos produtos da agropecuária familiar.

¹¹⁷ A valorização cambial, ao rebaixar o preço do trigo (produto de importação), “levaria, através de substituições no consumo, também a menores preços de seus produtos substitutos; tanto mais isso ocorreria quanto maior fosse o período de tempo da valorização cambial. Esta, foi de uma década”. (HOMEM DE MELO, 1999, p. 21, grifo nosso).

Como resultado de toda a série de fatores adversos à produção agropecuária, as taxas anuais médias dos índices de preços reais recebidos pela agropecuária brasileira entre 1989 e 1999, segundo Homem de Melo (1999), foram as seguintes: a) para o grupo de produtos da agricultura familiar – estabelecimentos com até 100 ha, na classificação de Homem de Melo (1999), a taxa média de crescimento negativo foi de 4,74%, estatisticamente significativa; b) para o grupo de produtos da agropecuária patronal (estabelecimentos acima de 100 ha), a taxa média de crescimento, também negativa, foi de 2,56%, menor; em termos absolutos, do que a taxa dos produtos domésticos (agricultura familiar), porém, também estatisticamente significativa.

Os preços agrícolas, em síntese, declinaram drasticamente no decorrer do período analisado, o que provocou um aumento considerável da pressão sobre o setor para reduzir os custos médios – fato que, por sua vez, reforçava o declínio dos preços no setor. O mais importante de tudo – que diz respeito ao objeto que nos ocupa – é que a reação do setor a essa situação resultou em um processo de ajuste estrutural em que parte dos produtores tornaram-se mais competitivos, consolidando-se no setor, enquanto outras parcelas tiveram que sair do setor por não se adaptarem aos novos critérios de eficiência. Para os importáveis, o maior impacto adveio da maior exposição ao comércio exterior, forçando os produtores desses bens a competir ou a sair do mercado.

A redução de preços, em nível de produtores, sinaliza para que se reduzam as áreas cultivadas e os custos de produção. Os produtores que modernizaram suas explorações compensaram, pelo menos em parte, as perdas ocasionadas pela queda de preços, por via de redução de custos, assegurando seus ganhos de rentabilidade.

Quem não pôde reduzir custos certamente viu a renda cair a um nível insuportável e, por fim, sentiu-se forçado a abandonar a atividade agrícola, embora permanecendo no estabelecimento – servindo-se dele como moradia. No Sul, esse desfecho é mais claro (aumento do número de famílias não-agrícolas e de não-ocupados, residentes nas áreas rurais agropecuárias¹¹⁸); no Nordeste, não, provavelmente em virtude da agricultura de subsistência e pelas demais razões levantadas nos capítulos precedentes.

O ajuste, para evitar a queda indefinida de preços, ocasiona redução da área plantada, acompanhada de diminuição do número de produtores, cuja renda proporcionada pela agricultura perde competitividade com

118 Conforme pôde ser visto pelos dados apresentados em Capítulos anteriores.

alternativas não-agrícolas (mais próprio da realidade da região Sul do que da região Nordeste). Um ajuste que já se observa ao longo dos anos 1980 (no Sul, declina sistematicamente o número de agricultores familiares e de famílias pluriativas) e que se aprofunda nos anos 1990, em decorrência da abertura comercial (inserção rápida do país na economia globalizada) e das reformas de políticas agrícolas (afastamento do Estado). Nesse novo contexto de globalização da economia, os agricultores são afetados tanto pelas inovações que ocorrem no território nacional como em outros campos.

Quando uma queda de preços é provocada por inovações tecnológicas, o ajuste do nível de preços acaba ocorrendo num patamar mais baixo do que o anterior, conduzindo a um ajuste estrutural, selecionando os estabelecimentos mais produtivos e com menor estrutura de custos.

As alternativas para quem não inova – não se atualiza junto ao processo de modernização – serão ou deixar a atividade agrícola, substituindo-a por uma atividade não-agrícola (se assim a economia local possibilitar); ou buscando diversificar atividades fora da agricultura (ou se assalariando nela), em vistas de recompor o padrão de vida habitual (no limite, garantindo a sobrevivência), como famílias pluriativas; ou resignar-se a sobreviver com rendas “sociais” (aposentadorias, pensões), como famílias de não-ocupados. Nessa coexistência de estabelecimentos modernos e tradicionais, uma agricultura dual, tornar-se-á difícil suportar indefinidamente a baixíssima rentabilidade desses últimos (estabelecimentos tradicionais) servindo-se de outras fontes de renda, a não ser que seja para mantê-los exclusivamente para o autoconsumo da família. Nesse sentido, novamente, potencializa-se uma tendência de abandono, por parte deles, da atividade agrícola, numa região como a do Sul do país, impactando negativamente no número de famílias pluriativas.

Quanto ao índice de preços relativos medido pela razão entre os preços recebidos pelos agricultores e os preços pagos pelos agricultores, registrou-se, segundo Helfand e Rezende (2001), ausência de tendência no período 1986/1992, subindo mais de 50% entre junho de 1992 e dezembro de 1994, a partir de quando sofreu uma queda de 20%, estabilizando-se pelo restante do período (1995/1998) no nível de cerca de 25% acima do nível anterior a 1992. O resultado desse comportamento do índice de preços relativos deve ter contribuído, como pensam os autores, para elevar a rentabilidade das atividades agrícolas. Contudo, deve-se depreender das análises desenvolvi-

das que esse aumento de rentabilidade deve ter-se dado entre os produtores que lograram ajustar-se ao novo ambiente concorrencial mais acirrado.

Graziano da Silva e Del Grossi (2000) enumeram mais um elemento dificultador para as atividades dos produtores rurais que dependiam do emprego de pouca mão-de-obra assalariada permanente ou mesmo somente de empregados temporários. Esses autores chamam a atenção para a recuperação do salário mínimo real durante o governo de Itamar Franco (1992/1994), que se refletiu em elevação dos custos de produção, uma vez que o salário mínimo funciona como um “farol” orientador para os salários rurais.

Nos anos 1980, a redução do valor real do salário mínimo resultou em uma contração da demanda interna de alimentos – também a própria retração da atividade econômica como um todo contribuiu para esse resultado – deslocando a produção de alimentos (característica dos pequenos produtores) para a produção de *commodities*, cuja implicação mais imediata foi a elevação do número de empregadores e, subseqüentemente, do nível de emprego agrícola. Nos anos 1990, esse ciclo é revertido pela recuperação do valor real do salário mínimo, conforme já mencionado, implicando elevação dos custos de produção, os quais, em conjunto com a abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado, dificultaram o retorno financeiro dos produtores rurais, implicando, em contrapartida, a retração do número de empregadores. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000).

Por outro lado, esse aumento dos custos da mão-de-obra poderia, pelo menos em parte, ser atenuado pelo crescimento da demanda por produtos alimentares (produtos do mercado doméstico, da agricultura familiar) induzida pela elevação do poder de compra decorrente da recuperação real do salário mínimo. Ocorre, entretanto, que a elevação da demanda no mercado interno foi, como resultado da abertura comercial (redução expressiva de tarifas alfandegárias) e da paridade cambial, em grande parte atendida pela produção externa subsidiada nos países de origem (EUA, Canadá, UE). Essa substituição de grande parte da oferta interna pela externa, portanto, impediu que o crescimento dos custos da mão-de-obra fosse compensado pela elevação da demanda.

Um outro fator importante, explicativo da redução da rentabilidade de segmentos de produtores agrícolas, está associado à redução do ritmo de inovação no setor. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000). A redução

dos recursos públicos para pesquisa e o desmantelamento das agências estatais de assistência técnica e extensão rural impactaram, sobretudo sobre os pequenos produtores que não conseguiram ter acesso a novas tecnologias por mecanismos privados.

A partir da segunda metade dos anos 1960, o Estado brasileiro passou a incentivar com mais força a modernização da estrutura econômica produtiva. No que concerne à agricultura, o objetivo era o aumento das produtividades da terra e do trabalho agrícola. No bojo desse esforço, a pesquisa agropecuária passou a pautar-se por esses parâmetros, estimulando o uso intensivo de capital, objetivado no uso crescente de tratores, máquinas, insumos químicos etc.

Perseguindo o objetivo de acelerar o processo de modernização da agropecuária nacional, o Estado brasileiro promoveu alterações nos órgãos de pesquisa e nas universidades, objetivando maior aprofundamento nos estudos técnicos agrônômicos, cujos resultados a ser aplicados no campo deveriam elevar as produtividades da terra e do trabalho. Nesse contexto é que ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em 1972. (ICHIKAWA, 2000).

Segundo Ichikawa, a criação da Embrapa teve profundas repercussões nos Estados da Federação, no sentido da implantação de empresas estaduais de pesquisa subordinadas ao sistema nacional. Criadas, em grande parte na década de 1970, as empresas estaduais de pesquisa, de modo geral, experimentaram um período de constante crescimento na época do regime militar. Nesse período, elas conseguiram um aumento paulatino de suas bases físicas, laboratórios, quadros de pessoal, atividades de pesquisa e difusão, intercâmbios científicos e relacionamentos interinstitucionais. (ICHIKAWA, 2000).

Em fins da década de 1980, sob a onda neoliberal carregada pelo discurso de redução do tamanho do Estado – assim como também pela sua própria crise fiscal – muitos órgãos públicos ligados à área agrícola foram extintos: Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Atualmente, o que está havendo, de acordo com Ichikawa (2000), é uma restrição de recursos para atender às demandas do setor. Em situações como

essa – semelhante ao que vem acontecendo desde a década de 1980 e se arrasta até os dias atuais – e diante da necessidade de buscar financiamento junto ao setor privado, os segmentos de produtores rurais mais dinâmicos (capitalizados) são beneficiados em detrimento de outros segmentos que não têm condições de acesso a financiamentos para atender às exigências crescentes de utilização de novas tecnologias.

Enfim, até mesmo do ponto de vista da pesquisa científica agronômica pública, a tendência é de aumentar o leque dos pequenos produtores familiares alijados do acesso a esse serviço que o Estado poderia prestar-lhes. Mas, por se encontrar fragilizado pela insolúvel crise fiscal que se arrasta há duas décadas, o Estado está tendo dificuldade de oferecer esse serviço com a abrangência necessária. Como se pode deduzir, essa nova realidade apresenta-se como mais um complicador para a permanência de muitos pequenos produtores familiares ligados a uma atividade agrícola.

5.4 – 2001 a 2004: Atenuação dos Efeitos Negativos da Contradição Intrínseca ao Modelo Agrícola Capitalista sobre os Pequenos Produtores da Região Sul: a Dialética da Pluriatividade

Foi mostrado no Capítulo 4 (seção 4.7.1) que, no período 2001 a 2004, o número de famílias sulinas contas-próprias agrícolas e pluriativas interseoriais (agricultura familiar) não apresentou nenhuma tendência (estatística) de queda ou de crescimento; ou seja, apresentou uma relativa estabilidade – da mesma forma no Nordeste.

O novo ambiente macroeconômico menos adverso para os produtores agrícolas de um modo geral – comparativamente aos anos 1990 – e, mais do que isso, favorável aos agricultores em vários aspectos: melhoria dos preços internacionais; câmbio desvalorizado (para os patamares dos anos 1990); elevação dos recursos do Pronaf crédito etc., podem ser fatores explicativos, por um lado, para a estabilização da pluriatividade no Nordeste (especialmente no tocante ao desempenho do Pronaf (NASCIMENTO, 2006) – assim como também, por exemplo, o Bolsa Família e outras ações sociais oficiais –, que podem estar atenuando, no quadriênio em questão, as necessidades dos produtores familiares nordestinos de fazerem “bicos” com as atividades não-agrícolas); e, por outro lado, em elevação da PEA agrícola assalariada sulina, ver esse dado em Nascimento (2006) – essa

informação, provavelmente, explica o crescimento das famílias sulinas de contas-próprias pluriativas tradicionais, já sugerido antes (Capítulo 4). Fora isso, os dados apontam para a continuidade do não-crescimento significativo da pluriatividade total e, especialmente, da pluriatividade intersetorial, nas áreas rurais agropecuárias do Sul do Brasil – a despeito da melhora das condições adversas que predominaram na década de 1990. A novidade desse período é que a pluriatividade sulina não mais declinou, como aconteceu na década anterior. Ou seja, estabilizou-se (do ponto de vista estatístico).

Nossa avaliação é que essa relativa estabilidade registrada nos quatro primeiros anos do novo milênio decorre de uma sucessão, ao longo da década anterior, de momentos adversos ao setor agrícola como um todo e da reação a essas circunstâncias por parte dos diferentes segmentos produtivos da agricultura. Vale dizer, a referida estabilidade pode ser entendida como um reflexo de todas as transformações ocorridas no setor. Referimo-nos às transformações sofridas pelo setor agrícola em função dos efeitos provocados pelas mudanças nas políticas macroeconômicas nos anos 1980 e 1990, assim como também na mudança de postura do Estado no que concerne à sua intervenção na política para o setor – mudanças que desencadearam um processo de aprofundamento da dinâmica interna própria do modelo agrícola capitalista¹¹⁹

A opção histórica pela modernização da agricultura foi realizada por via de introdução de práticas (e “pacotes tecnológicos”) da revolução verde, privilegiando apenas uma parcela menor dos produtores agrícolas do país; e, por outro lado, completamente desprovida de instrumentos e políticas de compensação social para a imensa massa de produtores alijados do processo. Procuramos, então, ressaltar, no que se refere à questão da evolução da pluriatividade e da agricultura familiar na região Sul, um aspecto – central para nosso trabalho – contido nesse modelo agrícola¹²⁰. O de que tal modelo possibilita, por um lado, liberar força de trabalho no interior de uma certa parcela das unidades familiares agrícolas para se ocupar em outros setores da economia, provocando, dessa forma, como resultante do processo, a

119 Modelo que é a base do tipo de modernização do sistema produtivo da agricultura da região Sul. (SACCO DOS ANJOS, 2003).

120 Não nos interessa aqui fazer um apanhado mais geral do processo de modernização da agricultura. O único aspecto que nos importa destacar desse processo é que o modelo agrícola adotado contém a contradição interna que procuramos realçar e sobre a qual argumentamos no presente capítulo e, seguindo essa linha de raciocínio, procuramos interpretar o significado dos dados relativos à região Sul no quadriênio 2001/2004.

proliferação de casos de famílias pluriativas¹²¹. Mas que, por outro turno, esse modelo agrícola não oferece, assim como ocorre em qualquer outro setor produtivo da economia capitalista, espaço, simultaneamente, para todos os produtores familiares. Isso significa que, em um determinado horizonte de tempo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no interior da agricultura, cada vez menos produtores familiares lograrão permanecer participando da dinâmica do núcleo duro dos circuitos produtivos e de comercialização. Adicionando a essa redução do número de produtores familiares selecionados o seu possível abandono das atividades agrícolas tradicionais, reduz-se também o número de famílias pluriativas.

Como já tivemos oportunidade de argumentar em outro momento deste Capítulo, esse processo não implica um automático e inexorável abandono do setor pelas famílias pluriativas e agrícolas “ineficientes”, seguido de sua conversão em famílias não-agrícolas ou de não-ocupados. Essa é uma questão que dependerá do grau de dinamismo econômico dos entornos rurais (as economias locais¹²²). Para os produtores familiares descapitalizados e incapacitados de competir por um espaço no mercado, se o entorno rural (as redes urbanas) que os envolve for dinâmico do ponto de vista não-agrícola, pode-se supor, então, haver uma plausível tendência de parte dessas famílias tornar-se famílias não-agrícolas (esta é a explicação que damos para o caso da região Sul, notadamente nos anos 1990). No caso de as redes urbanas circunvizinhas às áreas rurais (economias locais) não serem dinâmicas o suficiente para oferecer oportunidades ocupacionais não-agrícolas capazes de incentivar a substituição das atividades agrícolas ineficientes, nesse contexto, sim, essas famílias tenderão a se tornar cada vez mais pluriativas, julgamos ser esse o caso que explica o crescimento da pluriatividade no seio da pobreza da região Nordeste, por uma questão de natural estratégia de sobrevivência.

Trata-se, portanto, de um modelo contraditório – no que concerne à sua relação com a criação de casos de pluriatividade –, cuja contradição, interna, desnuda-se visivelmente nos momentos de crise do setor. Ou seja, em tais momentos acirra-se a luta entre os diferentes capitais privados individuais

121 No sentido adotado neste trabalho, isto é, uma pluriatividade associada à modernização da agricultura que disseminou a especialização do trabalho no interior das unidades produtivas, ampliando, a um só tempo, a divisão do trabalho na sociedade. (CARNEIRO, 1996)

122 No caso do Nordeste, um entorno rural precarizado resulta em mais pluriatividade. No Sul, que, comparativamente ao Nordeste, possui redes urbanas mais ricas, entendemos que o referido processo resulta em mais famílias não-agrícolas, em contrapartida de menos famílias agrícolas e pluriativas (conforme visto no Capítulo 3).

por fatias do mercado – como é o caso dos anos 1990 no Brasil, influenciado pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado, implicando exacerbação da concorrência externa – cuja resultante é o aumento da produtividade daquelas unidades com maior capacidade de reação ao novo ambiente econômico adverso – e, por meio desse processo, possibilita-se, em tese, a criação de mais casos de pluriatividade no interior das unidades familiares agora mais produtivas. Porém, a outra face do mesmo processo refere-se ao ajuste estrutural das unidades produtivas em que aquelas que não lograram adaptar-se às novas condições de concorrência, ou aceitarão permanecer no setor marginalizadas do processo, com rendimentos da exploração inferiores ao que obtinham em outra situação, ou o abandonarão de vez – e, entre estas, podem estar muitas famílias pluriativas que deixarão de sê-lo.

Isso não significa que, de outro modo, nas conjunturas mais favoráveis ao setor – como é o caso do quadriênio que estamos tratando nesta seção (2001/2004) –, a mencionada contradição interna ao modelo agrícola deixe de existir. Na verdade, ela sempre estará presente, mantidas as condições predominantes (modelo agrícola organizado por critérios privados de eficiência etc.), especialmente numa economia globalizada como a brasileira. O que ocorre é que uma conjuntura favorável atenua a força interna da contradição inerente a esse modelo tipicamente capitalista de produção agrícola, de modo que uma parcela mais larga dos produtores familiares beneficia-se do ambiente menos conflitivo.

Nesses termos, a explicação da relativa estabilidade da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar na região Sul, no período 2001/2004, passa por esta análise. Dois elementos conjugados entre si contribuem para essa estabilidade. Ambos complementam-se. O primeiro diz respeito à inflexão no regime cambial a partir de 1999, revertendo o impacto negativo que o regime anterior provocava sobre o desempenho da agricultura. O novo regime cambial passou a funcionar como uma proteção, contra a concorrência, para um leque maior de produtores familiares, particularmente em relação aos produtores sulinos. O segundo elemento concerne ao efeito resultante do processo de ajustamento da estrutura produtiva agrícola, tornando-a mais eficiente à medida que selecionou os mais capazes a permanecerem na disputa no mercado (mais globalizado) – processo esse que se desenrolou ao longo das duas últimas décadas, de forma mais aprofundada na década de 1990. O efeito resultante levado a cabo pelo ajuste estrutural das unidades produtivas na região Sul possui o significado de que o conjunto

de produtores rurais que foram selecionados (que puderam proteger-se) durante a crise dos anos 1990 iniciou a presente década com mais possibilidades de preservação da sua capacidade de reprodução social. Alia-se a essa condição estrutural a conjuntura macroeconômica mais favorável (o primeiro elemento), que não está exercendo pressão, pelo menos não na mesma intensidade exercida nos anos 1990, por novos ajustes na estrutura produtiva do setor, traduzindo-se em uma menor pressão à (tendência de) expulsão de mais agricultores do setor.

Dentro dessa lógica de análise, consideramos plausível supor que, dada a permanência latente da referida contradição no interior do modelo agrícola disseminado na região Sul do país (muito mais do que na região Nordeste), a alteração das condições macroeconômicas poderá acirrar o movimento contraditório intrínseco à estrutura agrícola predominante na região Sul, e novamente os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) virem a registrar a continuidade do processo de redução da base familiar (particularmente, das famílias pluriativas) de produção agrícola sulina.

5.5 – Considerações Finais do Capítulo

O objetivo do Capítulo consistiu em apontar para uma tendência de declínio do número de produtores agrícolas familiares e, subsequentemente, do número de famílias pluriativas. E que a raiz dessa tendência reside na contradição intrínseca ao modelo agrícola orientado por novas bases regulatórias (a substituição relativa do Estado por critérios privados de eficiência alocativa dos fatores produtivos e dos recursos financeiros). A “crise” agrícola (no que respeita ao lado prejudicado) nada mais é do que a forma aparente, a forma superficial de agudização dessa contradição em decorrência das alterações sofridas nas políticas macroeconômicas (de comércio exterior, agrícola, monetária, fiscal, cambial, institucional). Contradição que se expressa pelo aprofundamento da modernização da agricultura à custa da expulsão de largas frações de pequenos produtores familiares do setor. Esse é, a nosso ver, o cerne da impossibilidade – caso não se alterem essas condições – de crescimento de famílias pluriativas na região Sul do país, a região com maiores índices de difusão (em todas as faixas de tamanhos de estabelecimentos agrícolas) desse modelo especificamente capitalista de produção agrícola.

Este Capítulo, portanto, procurou realçar uma tendência que é gerada por um modelo de produção agrícola, cujo funcionamento interno é marcado por uma contradição que lhe é imanente. Uma contradição que se revela – é o que se tentou destacar no corpo do texto –, simultaneamente, na ampliação dos espaços produtivos (comerciais e de financiamento) ocupados por uma parcela cada vez menor de produtores atualizados com esse modelo, e na perda dos mesmos espaços por contingentes de produtores cada vez mais amplos – levados, paulatinamente, a abandonar as atividades do setor.

A gravidade desse processo no Brasil decorre da ausência, no âmbito da política agrícola, de um conteúdo social para compensar a incapacidade (ou mesmo, a impossibilidade) de uma vastidão de produtores familiares para se ajustar ao processo de modernização.

O aumento da produtividade do setor agrícola brasileiro nos anos 1990 é visto pela chefe de estudos agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)/Fundação Getúlio Vargas (FGV) não apenas como o resultado da incorporação generalizada de tecnologias pelos produtores, mas reflete também, em larga medida, “o efeito da eliminação de grande número de produtores ineficientes, incapazes de vencer o desafio da competitividade”. (LOPES, 2002, p. 37, grifo nosso).

Nesse sentido, a tendência que se configura no interior da agricultura brasileira é a de uma agricultura cindida, cada vez em maior profundidade, entre agricultores integrados e não integrados aos complexos agroindustriais (CAI). (GRAZIANO DA SILVA, 1998; FAVARET FILHO, 2002). Em relação ao financiamento desses dois grupos de produtores, ressalta-se ainda que a mudança na orientação do financiamento para a agricultura brasileira põe em evidência:

A clara separação entre a agricultura empresarial, articulada para a frente junto à indústria, exportadores e distribuição, e a pequena agricultura (familiar, na maioria das vezes) amparada apenas pelos mecanismos ‘sociais’ de sustentação. Fica evidente que com a perda do poder de regulação por parte do Estado expresso através da administração dos velhos mecanismos do crédito, que a distância entre estas duas agriculturas só tende a aumentar no futuro. Neste quadro, há pouca margem de manobra para a condução de uma política agrícola que possa reverter a perspectiva de concentração da

produção e da renda no campo. (BELIK e PAULILO, 2001, p. 118, grifo nosso).

Diante dessa realidade de uma agricultura dual entre agricultores “viáveis” e agricultores “fadados a desaparecer” com uma atividade agrícola que mais onera do que remunera, restam três alternativas possíveis para esse último grupo de agricultores. Primeira, a de permanecer marginalizado do processo, numa agricultura rudimentar, de subsistência, no máximo atendendo mercados locais diminutos, ou se tornar cada vez mais famílias pluriativas, em reação “estratégica” à sua realidade adversa, esse é o caso da região Nordeste. Segunda, abandonar a atividade agrícola pouco remuneradora, substituindo-a por outras atividades mais atrativas em outros setores da economia, tornando-se famílias não-agrícolas, esse é o caso da região Sul, que possui uma rede urbana economicamente mais dinâmica e mais espalhada pela região, comparativamente à região Nordeste. (IPEA, 2001a). Terceira, tornar-se famílias de não-ocupados, dependentes, em boa parte dos casos, de rendas “sociais” (via transferências governamentais).

Acrescente-se que se trata de uma contradição imanente a uma agricultura moderna – nos moldes já descritos – conjugada à realidade de um país que não possui políticas públicas de cunho social capazes de atender à vasta demanda de pequenos produtores agrícolas familiares, que tem uma renda Per Capita baixa e altamente concentrada, e que, por essas razões, apóia-se em um mercado consumidor extremamente estreito. Mesmo que se eleve a renda Per Capita nacional, o efeito sobre a demanda por produtos agrícolas alimentares será pequeno, em decorrência da alta concentração da renda *Per Capita* no seu estrato superior (HOFFMANN, 2002), o que se traduz em baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos. Tal realidade exige, portanto, impreterivelmente, uma política maior de redistribuição da renda nacional.

Considerações Finais e Conclusões

Este trabalho procurou avançar no estudo sobre a pluriatividade no contexto da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil.

A discussão central do trabalho girou em torno da questão de se, no Brasil, a pluriatividade pode ser encarada como um instrumento no qual a agricultura familiar, particularmente seu segmento mais desestruturado residente nas áreas rurais das regiões Nordeste e Sul, poderá se apoiar.

Partimos do princípio de que o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro avançou de maneira desigual entre as regiões do país – manifestando-se de forma mais intensa na região Sul, comparativamente à região Nordeste, consolidando na primeira um modelo de agricultura calcado na especialização do trabalho e da produção e no emprego intensivo de insumos químicos e máquinas.

A partir dessa compreensão, buscamos orientar a discussão proposta, realizando uma análise comparativa da evolução das famílias pluriativas entre as regiões Nordeste e Sul. Escolhemos essas duas regiões por duas razões elementares: primeiro, porque abrigam aproximadamente 77,4% das famílias do universo da agricultura familiar (famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas); segundo, porque correspondem – Nordeste, de um lado, e Sul, de outro – a extremos resultantes da “modernização dolorosa” da agricultura do país.

Para a consecução do trabalho, utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, referentes às décadas de 1980 e 1990 e aos anos mais recentes, 2001 a 2003. Com eles, pudemos construir uma tipologia de famílias especialmente para os propósitos do trabalho. As famílias foram classificadas pela posição na ocupação (contas-

próprias, assalariadas e não ocupadas) e, em seguida, pelo ramo de atividade (agrícola, pluriativo e não-agrícola).

Os dados apresentados revelaram que a pluriatividade, no Brasil, tende a crescer e persistir na região mais pobre do país (Nordeste) e que, ao contrário, na região Sul, tende a diminuir e perder participação no total das famílias rurais. Os dados sugerem também que, no Nordeste, a pluriatividade contribuiu, nas décadas de 1980 e 1990, para a não-redução do universo da agricultura familiar (famílias contas-próprias agrícolas e pluriativas) da região, ao contrário do que ocorreu na região Sul.

A análise indica que, na região Sul, a redução da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar sulina corresponde ao período 1992/1999 – fase de agravamento nas condições econômicas dos pequenos produtores familiares da região. Obtém-se esse resultado comparando o referido período com os anos da década precedente, na qual pode-se observar uma certa estabilidade da pluriatividade (famílias contas-próprias pluriativas) em relação ao total de famílias rurais, embora não tenha evitado a redução da participação do conjunto da agricultura familiar nesse total.

Em várias situações criadas para análise – tabulações por estratos de tamanho de estabelecimentos, famílias pluriativas no agregado e por diferentes tipos, famílias pobres, diferentes períodos, famílias de proprietários etc. –, ficou explícito que a pluriatividade tende a crescer e persistir na região Nordeste, particularmente entre suas famílias rurais pobres (em torno de 65% das famílias rurais agropecuárias dessa região encontram-se abaixo da linha de pobreza adotada: renda média familiar *Per Capita* de $\frac{1}{2}$ salário mínimo em R\$ de setembro de 1999). Nas mesmas situações de análise, a pluriatividade mostrou trajetória contrária na região Sul.

Na década de 1980, a pluriatividade entre as famílias de contas-próprias e de assalariados, tanto no Nordeste como no Sul, mostrou crescimento na participação relativa no total das famílias rurais agropecuárias, embora mais no Nordeste. Na década de 1990, contudo, na região Sul, houve uma reversão nesse quadro anterior. A década de 1990 foi marcada por dois eventos importantes para nossa análise: o despontar (e agudização) do fenômeno do desemprego aberto e uma série de acontecimentos adversos para o setor agrícola, especialmente para os pequenos produtores familiares.

O primeiro desses eventos (desemprego aberto), certamente o problema mais grave a ser enfrentado pelas sociedades contemporâneas, possui um certo elemento favorável à pluriatividade. Quer dizer, a persistente situação de instabilidade e insegurança presente no mercado de trabalho brasileiro (MATTOSO, 1994; POCHMANN, 2000) sinaliza para as famílias agrícolas e pluriativas a importância de se preservar algum nível de atividade agrícola que compense a instabilidade do mercado de trabalho. Na região Nordeste, esse certamente pode ser um fator determinante para o quadro descrito acima. Nessa região predominam os municípios com menos de 50 mil habitantes (92% do total de municípios), em sua maioria pertencentes ao Semi-árido, com economias locais generalizadamente precárias. (IPEA, 2001a). Ademais, 84% das famílias aqui analisadas residiam nas áreas rurais agropecuárias desses municípios em 2000.

A região Nordeste recebeu nos anos 1990 plantas industriais que se deslocaram de outras regiões – especialmente da região Sul. Esse fato contribuiu para o aumento da oferta de empregos não-agrícolas na região. Contudo, a capacidade de geração de emprego desses novos investimentos produtivos que migraram para a região é limitada, uma vez que os efeitos multiplicadores locais restringem-se em muito aos empregos diretos gerados, já que os efeitos indiretos são “vazados” para outras regiões do país. (SOUZA; CAVALCANTI FILHO, 2004). Por outro lado, predomina nessa região, conforme vimos, a prática de uma agricultura tradicional ou mesmo rudimentar, que oferece baixa capacidade de geração de renda para as populações locais (as rendas médias de todos os tipos de famílias rurais nordestinas se encontram abaixo das médias nacionais, e as rendas das famílias estritamente agrícolas são as menores de todas, embora não muito diferentes das rendas das famílias pluriativas). Por essa razão, essas populações rurais agrícolas buscam na pluriatividade – na diversificação de atividades com outros setores econômicos, nas aludidas economias locais com uma frágil estrutura produtiva – uma forma de complementar a carência da renda (a renda *Per Capita* média das famílias não-agrícolas nordestinas também se encontra abaixo da média nacional). Isso, no entanto, certamente explica o fato de não haver sinais, entre os dados, de conversão de famílias nordestinas agrícolas e pluriativas em famílias não-agrícolas, uma vez que estas cresceram sem que as famílias agrícolas e pluriativas diminuíssem, como parece ser, por outra parte, o que ocorreu na região Sul, nos anos 1990. Talvez seja essa também a explicação para a estabilidade do número das

famílias rurais agropecuárias nordestinas de não-ocupados, ao contrário da região Sul, que registrou crescimento rápido do contingente dessas famílias na década passada.

Portanto, com essa combinação de predomínio de práticas agrícolas tradicionais (ou mesmo com técnicas rudimentares: “broca, derrubada e queima da vegetação”) com economias locais pobres e pouco diversificadas, com baixíssimo dinamismo econômico, a pluriatividade só pode ser entendida como uma estratégia das inúmeras famílias rurais pobres nordestinas em busca de sobreviver nessa realidade de pobreza, através da diversificação de atividades em diferentes setores econômicos precarizados. Por essa razão, a “cultura da pluriatividade” evidenciada pelos dados se confunde com a “cultura da pobreza” da região.

Nesse sentido, o crescimento e a persistência da pluriatividade na região Nordeste, especialmente entre o contingente da agricultura familiar, são explicados justamente pela fraqueza de suas economias locais no sentido de não oferecerem oportunidades ocupacionais e de emprego que justifiquem a substituição da agricultura por outros setores da atividade econômica – mesmo sendo uma agricultura atrasada tecnologicamente.

Num ambiente econômico com capacidade produtiva agrícola e não-agrícola precarizada e, em certo sentido, estática (no sentido schumpeteriano), a pluriatividade tende a acompanhar a dinâmica das famílias que convivem nesse ambiente, ou seja, a crescer contínua e adaptativamente. No Nordeste brasileiro, a pluriatividade passa a ser a alternativa à pobreza ‘estática’, à pobreza recorrentemente reproduzida entre as famílias rurais agropecuárias daqueles já citados municípios com até 50 mil habitantes (92% do total).

Em suma, o fato de as famílias rurais agropecuárias nordestinas tornarem-se pluriativas não está contribuindo para evitar o processo de proletarianização com empobrecimento, posto que se tornam crescentemente pluriativas permanecendo pobres.

A região Sul, por sua vez, corrobora a hipótese de que as adversidades enfrentadas pelos segmentos agrícolas familiares, ao longo da década passada, particularmente pelos impactos das políticas do Plano Real, provocariam um efeito negativo sobre a pluriatividade da região, especialmente entre as famílias de contas-próprias. Nessa região, a sugestão de que a instabilidade

do mercado de trabalho estimularia os pequenos produtores familiares a preservar alguma atividade agrícola – resultando assim em persistência da pluriatividade – não se confirma plenamente em decorrência dos efeitos adversos da crise agrícola sobre os pequenos produtores familiares, os quais se apresentaram mais fortes do que o efeito da instabilidade do mercado de trabalho (crise do emprego industrial) e, conseqüentemente, sobre a pluriatividade. Em um momento de crise econômica e de emprego, há uma tendência, em princípio, de fortalecimento da permanência de explorações agrárias pluriativas, conforme sugerem Etxezarreta et al. (1995). Mas, segundo esses autores, a explicação para o desaparecimento de muitas dessas explorações agrárias reside no fato de que a crise agrícola deve ser mais forte do que a crise industrial.

Por essa ótica de análise, na região Sul, portanto, o crescimento significativo (sentido estatístico) e acelerado da PEA desempregada – à taxa de 17,3% a.a. e de 19,5% a.a. nos períodos 1992/1999 e 1995/1999, respectivamente –, cuja população não foi absorvida pelas ocupações e empregos não-agrícolas (a PEA rural não-agrícola sulina cresceu a taxas menores na ordem de 3,9% a.a. e 4% a.a., nos citados períodos), e a instabilidade existente no mercado de trabalho não foram suficientes para evitar (no sentido colocado acima) a reversão da trajetória da pluriatividade em relação aos anos 1980, na região.

Entendemos que pesou contra a pluriatividade na região Sul exatamente a forte crise agrícola enfrentada pelos pequenos produtores familiares da região ao longo da década passada. Mostramos que essa crise é a expressão da contradição interna ao modelo agrícola especificamente capitalista largamente difundido na região Sul, cuja lógica repousa na contínua seleção dos produtores mais aptos ao mercado e, de outro lado, exclui os inaptos. Essa contradição foi acirrada pelas políticas econômicas adotadas nos anos 1990 – abertura comercial com indiscriminada exposição à concorrência de produtos importados fortemente subsidiados na origem, encarecimento do crédito, taxas de juros elevadas, câmbio defasado barateando os produtos concorrentes etc. Mostramos que a crise, na verdade, ocorreu para os pequenos produtores que não tinham recursos para se proteger do ajuste no setor promovido pelo novo ambiente concorrencial. Nesse novo contexto, os produtos e os produtores que mais perderam com as políticas implementadas no período foram os da agricultura familiar (em estabelecimentos com menos de 100 ha). E são exatamente os produtos com os quais os

produtores familiares da região Sul têm proeminência sobre os produtores das demais regiões.

Essas razões certamente são centrais na explicação do abandono de muitas unidades familiares sulinas da atividade agrícola, nos anos 1990. Os dados apresentados sugerem porém que, diferentemente do que aponta Schneider em sua pesquisa, a baixa rentabilidade da pequena agricultura familiar da região Sul levou muitas famílias agrícolas a “recorrerem a um novo tipo de inserção profissional” tornando-se não famílias pluriativas, como sugere Schneider (2003, p. 223), mas famílias não-agrícolas (com rendas médias maiores e melhores indicadores materiais de vida). Assim como também boa parte das próprias famílias pluriativas sulinas se tornaram famílias não-agrícolas, nos anos 1990. Cabe insistir em dizer também que foram as famílias sulinas não-agrícolas sem autoconsumo as que mais cresceram nos anos 1990, além de serem as mais numerosas (em média, 80%) no total das famílias não-agrícolas. Obviamente que essas afirmações competem para aquelas famílias que deixaram de ser agrícolas e pluriativas e que permaneceram com algum membro ocupado, uma vez que muitas delas podem também ter-se convertido em famílias de não-ocupados.

Um dos resultados desses efeitos foi, conforme mostramos no Capítulo 3, a contração do universo da agricultura familiar sulina, nos estratos de tamanho de estabelecimentos inferiores a 100 ha. Essa redução foi registrada tanto entre o conjunto das respectivas famílias como também quando consideramos somente as famílias contas-próprias de proprietários. Por outro lado, registrou-se também o crescimento do número de produtores familiares em estabelecimentos com tamanho acima de 100 ha (mas não pluriativos, que registraram queda). Esses dados confirmam as ponderações acima, ao evidenciar o efeito negativo da crise agrícola sobre os pequenos produtores familiares (agrícolas e pluriativos) da região Sul e a crescente concentração de famílias de contas-próprias agrícolas em estabelecimentos a partir de 100 ha.

A explicação para esse processo de concentração de famílias em estabelecimentos com 100 ha e mais, na região Sul, foi fornecida pelos Capítulos 4 e 5. Está relacionada com a conjugação de uma série de fatores: o modelo agrícola capitalista bastante difundido pela região; as políticas macroeconômicas dos anos 1990 altamente desfavoráveis aos pequenos produtores familiares porque exacerbaram a contradição inerente ao modelo agrícola, acirrando a concorrência entre os capitais individuais e a seleção

dos mais eficientes; a existência de maiores oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas nos entornos rurais, possibilitando a conversão dos “não-selecionados” em famílias não-agrícolas (sem contar que muitos estão se tornando não-ocupados); por fim, outro fator que pode ter contribuído para essa concentração de famílias no estrato superior (100 ha) deve ser o fato de os recursos do Pronaf-C terem-se concentrado no conjunto menor dos estabelecimentos da agricultura familiar que “coincide” com os estabelecimentos classificados no grupo D (10,1% do total B, C e D), que é o grupo de estabelecimentos rurais familiares mais capitalizados e estruturados do país, uma vez que é na região Sul que se concentra a maior parte dos recursos apropriados por esse grupo (57% dos estabelecimentos do grupo D localizam-se nessa região).

Enfim, os momentos adversos para a maioria dos pequenos produtores familiares (crise agrícola) põem de manifesto um certo caráter relativamente transitório que a pluriatividade contém para muitas famílias rurais, especialmente as da região Sul, em um contexto que combina os seguintes elementos: um modelo agrícola capitalista calcado em (e responsável por) uma agricultura dual, cindida entre um segmento de produtores rurais integrados às cadeias produtivas e comerciais das agroindústrias (segmento cada vez menor) e um outro segmento de produtores familiares descapitalizados e sem condição de lograr integrar-se àqueles circuitos; uma região com economias locais mais dinâmicas do ponto de vista da oferta de oportunidades ocupacionais e de empregos em atividades não-agrícolas; as rendas não-agrícolas bastante superiores às rendas agrícolas; e, por fim, mas não menos importante, em absoluto, a ausência do poder público (políticas públicas) assegurando compensação das perdas dos segmentos mais desprotegidos da agricultura familiar nos momentos adversos. Esse relativo caráter transitório, no entanto, não tem o sentido de as famílias pluriativas voltarem a ser famílias agrícolas, senão de se tornarem famílias não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade é parte de um rito de passagem de famílias agrícolas para famílias não-agrícolas.

Reforçam essa percepção do caráter transitório das famílias pluriativas (e agrícolas) sulinas (as características acima são mais próprias do Sul do que do Nordeste) e do rito de passagem os dados sobre a evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no interior das famílias pluriativas e não-agrícolas. Essas estatísticas podem estar sugerindo que a pluriatividade está associada a processos graduais de abandono da atividade agrícola (no caso de uma

região com as características do Sul). Ou seja, os registros podem estar indicando um processo gradual de esvaziamento das famílias sulinas agrícolas e pluriativas – no sentido de menos pessoas ocupadas, especialmente em atividades agrícolas –, o que pode significar um passo para a paulatina conversão dessas famílias em famílias não-agrícolas.

No Nordeste, o número de famílias contas-próprias pluriativas era cinco vezes maior que o número das famílias contas-próprias não-agrícolas, em 1999. No Sul, essa relação cai para duas vezes apenas. E considerando que, no Sul, as famílias rurais não-agrícolas (contas-próprias e assalariados) cresceram mais rápido do que todos os demais tipos familiares (também em relação às famílias nordestinas), nos anos 1990, pode-se ver que as considerações acima convergem com esses dados, uma vez que, no Sul, e bem menos no Nordeste, as famílias agrícolas e pluriativas tendem a se tornar (aceleradamente, dada a ordem das taxas de crescimento e o alto nível de significância) famílias não-agrícolas – especialmente se forem considerados os períodos de intensificação das dificuldades econômicas para os segmentos dos pequenos produtores rurais.

Convém esclarecer que, quando falamos em reversão (em termos de crescimento) da pluriatividade na região Sul, especialmente nos momentos de crise na agricultura, não estamos afirmando que a pluriatividade tende a desaparecer e, junto com ela, a agricultura familiar. Apesar de termos apontado como causa principal para a diminuição de ambos os segmentos sociais a crise agrícola – expressão do modelo agrícola capitalista regido cada vez mais por regras de mercado – que ocorreu sobre os pequenos produtores da região, que, sem o apoio do Estado para compensar os produtores mais frágeis, favoreceu os produtores mais eficientes, estamos conscientes de que muitas unidades produtivas familiares não se orientam única e decisivamente pelo cálculo capitalista visando ao lucro. A orientação de muitas explorações familiares pode estar associada mais às necessidades de consumo da família (CHAYANOV, 1985; REINHARDT; BARLETT, 1989), principalmente, se forem unidades produtivas que não conseguem o êxito (cada vez mais exigente) de se integrar aos circuitos dos complexos agroindustriais. Certamente, essa lógica familiar, distinta da lógica de mercado, do cálculo capitalista, tenha sido responsável por manter ativas muitas pequenas unidades familiares, a despeito das políticas agrícolas indiferentes (ou desfavoráveis) a elas, ao longo das últimas décadas de aprofundamento do modelo agrícola capitalista.

O que estamos cogitando, todavia, a partir dos dados apresentados, é que, na região Sul, se não houver políticas específicas voltadas para evitar o abandono das atividades “tradicionais” entre aquele contingente de agricultores familiares mais pobres, a agricultura familiar não se constituirá na base social para um novo modelo de desenvolvimento rural nem haverá possibilidade de crescimento da pluriatividade. Pelo contrário. Acreditamos que, na crise da agricultura nos anos 1990 – em que os governos brasileiros adotaram um modelo econômico no qual a ação do Estado ficou ainda mais limitada, agora mais dificultada, para atender aos interesses dos agricultores “periféricos”, legando ao mercado a primazia na organização do setor –, a tendência à redução gradual da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar tornou-se mais patente na região Sul.

Não discordamos com o fato de que, nessa região – mais rica (em termos de PIB por setores e *Per Capita*) e de agricultura mais modernizada do que a região Nordeste –, a pluriatividade continuará existindo e sendo importante para o que ainda resta de agricultura familiar. Apenas alertamos que a tendência dos dados sugere que a existência da agricultura familiar sulina corresponderá a um universo cada vez mais estreito (o conjunto dessas unidades produtivas diminuiu significativamente na ordem de 2,8% a.a., puxado, na mesma medida, pelas famílias de contas-próprias tanto agrícolas como pluriativas, nos anos 1990). Sem o apoio das políticas, as tendências reveladas por diversas pesquisas (desemprego estrutural na indústria e na agricultura, sem completa compensação pelo lado do setor de serviços) podem evidenciar a inexorável inocuidade da pluriatividade diante da dimensão dos desafios quanto à ocupação e geração (e elevação) de renda da população rural e sua contenção em seu lugar de origem, entre outros benefícios.

Reconhecemos que a pluriatividade é um instrumento importante de apoio à agricultura familiar, particularmente sua parcela menos capitalizada. A despeito disso, contudo, este trabalho mostra que a base familiar para um novo modelo de desenvolvimento rural torna-se cada vez mais estreita no Sul. Se a sociedade (elaboradores de políticas para o rural e seus demandantes) quiser evitar esse processo, faz-se necessária a intervenção de políticas específicas para apoiar a permanência da população rural (com algum tipo de acesso à terra) em atividades agrícolas, mesmo que seja apenas para o autoconsumo (atividades “tradicionais”).

Chamamos a atenção para o fato de que as constatações extraídas da análise dos dados sugerem que não é o dinamismo não-agrícola de um determinado entorno rural (economia local) o determinante último para a configuração de um quadro de crescimento de casos de pluriatividades em uma região. Se essa relação fosse verdadeira, seriam constatadas trajetórias opostas às que foram descritas pelos dados nos Capítulos 3 e 4, tanto para a região Nordeste (economias locais muito precárias) como para a região Sul (economias locais mais dinâmicas).

Em outras palavras, se, por um lado, concordamos com a existência de uma relação direta entre o crescimento econômico de uma economia local e o surgimento de casos de pluriatividades nas suas vizinhanças rurais, conforme averiguaram Mattei (1999) e Souza (2000), por outro lado, todavia, queremos enfatizar que o crescimento econômico de um dado entorno rural, ampliando a oferta de ocupações rurais não-agrícolas (ORNA) –, não é condição suficiente, embora necessária, para assegurar uma trajetória de crescimento da pluriatividade em uma área rural.

A presença de ORNA nos entornos rurais é necessária, mas não suficiente para o crescimento da pluriatividade. Para garantir a suficiência, faz-se necessária ainda, do nosso ponto de vista, a presença ativa do Estado, através de políticas que incentivem a permanência da população rural (que detém algum acesso à terra) com alguma atividade agrícola – isto é, evitando o abandono dessas atividades. Ou seja, não haverá pluriatividade, se as atividades agrícolas não forem também valorizadas.

Chegamos à conclusão de que, entre outras coisas, a dinâmica da pluriatividade em uma determinada região rural encontra-se muito diretamente relacionada à dinâmica da sua PEA agrícola, talvez mais do que à dinâmica das ORNAs presentes no seu entorno. Em um outro trabalho (NASCIMENTO, 2005b), procuramos enfatizar a importância fundamental que teve a preservação de inúmeros pequenos estabelecimentos agrícolas (ineficientes para enfrentar o mercado) na Comunidade Econômica Européia, através da sua Política Agrícola Comum, para a configuração de casos crescentes de pluriatividade – crescimento considerado sustentável pelo. (ARKLETON TRUST, 1992). No Brasil, como jamais houve uma política agrícola com esse conteúdo social, o declínio da pluriatividade em regiões modernizadas (região Sul, com perfil socioeconômico mais próximo da UE do que do Nordeste brasileiro) torna-se evidente, especialmente em momentos de crise no setor agrícola.

Concordamos plenamente com a análise de que os processos de industrialização difusa ocorridos no interior da região Sul – anteriormente aos anos 1980 – convergiram, em combinação com as características da agricultura camponesa da região, para a proliferação de casos de famílias rurais pluriativas. (SACCO DOS ANJOS, 1994; SCHNEIDER, 1999). Contudo, as informações fornecidas no presente trabalho nos levam a crer que as próprias condições econômicas criadas pela industrialização difusa, no tocante às redes urbanas da região (Capítulo 3), juntamente com o efeito do aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura dessa região, não mais conduzem as famílias rurais a se tornarem pluriativas, senão a se tornarem progressivamente famílias não-agrícolas.

No Nordeste, a base familiar do novo modelo de desenvolvimento rural continua resistindo ao tempo e ao descaso público. Outrossim, mediante as conclusões até aqui tecidas, podemos conjecturar que – na ausência de políticas públicas com um conteúdo social compensando as perdas dos pequenos produtores perante o modelo agrícola capitalista –, em um contexto de adoção de “tecnologias verdes” (aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura) e de uma hipotética conjuntura futura de crescimento econômico descentralizado para as economias locais da região, o resultado será aquele cenário que os dados mostraram para o Sul do país: sistemático estreitamento da base familiar e da pluriatividade.

O Nordeste é a região com maior potencial de êxodo rural, porque contém 47,5% de todos os estabelecimentos do país (2,3 milhões), 94,2% deles com área inferior a 100 hectares. (ALVES, 2001). Um maior ritmo de modernização dos estabelecimentos agrícolas conduziria a mais desemprego agrícola (redução da PEA agrícola) e, se não houver outras alternativas (estranhas à agricultura), isso, sim, potencializará o êxodo rural, embora, talvez, não tanto quanto nos anos 1970, quando o próprio dinamismo urbano-industrial absorvia os expulsos dos campos, já que, mesmo que a economia volte a crescer a taxas menos medíocres (segundo as alcançadas nos anos 1980 e, sobretudo, nos 1990) não mais absorverá o excedente de mão-de-obra desempregada ou subempregada. (MATTOSO; BALTAR, 1996).

A relevância dessas ponderações reside em que, se a sociedade considerar importante elaborar políticas para fomentar de maneira sustentável mais casos de pluriatividade, a fim de esta servir de instrumento para combater o desemprego rural e urbano (e para segurar a população rural em

seu local de origem) e para a “revitalização das economias locais e de sua sociabilidade” (SCHNEIDER, 2001, p. 439), não será apenas fomentando ORNAs que aquele objetivo será alcançado. Poderá resultar simplesmente em mais crescimento de famílias não-agrícolas – não que esse resultado não seja desejável; pelo contrário, uma vez que essa também poderá vir a ser perfeitamente outra alternativa da sociedade, que também poderá ser forte aliada na resolução dos problemas contemporâneos.

Enfim, para a pluriatividade crescer no Sul do Brasil e poder acompanhar o crescimento dos problemas que ela deveria enfrentar, necessita-se haver uma abrangência muito maior dos programas de políticas públicas (o que caberia, por exemplo, ao Pronaf) de modo a atender muito mais produtores familiares do que se atende na atualidade. Ou seja, a relevância dessas considerações todas reside em que, se a sociedade brasileira considerar importante elaborar políticas para fomentar de maneira sustentável mais casos de pluriatividade, a fim de esta servir de instrumento para combater o desemprego rural e urbano (segurando a população rural em seu local de origem, com algum vínculo a uma atividade agrícola) e para a revitalização das economias locais e de sua sociabilidade, não será apenas fomentando ORNA (ocupação rural não-agrícola) que aquele objetivo será alcançado. Poderá resultar simplesmente em mais crescimento de famílias não-agrícolas – não que esse resultado não seja desejável; pelo contrário, uma vez que essa também poderá vir a ser perfeitamente outra alternativa da sociedade, como forte aliada na resolução dos problemas contemporâneos. Contudo, a questão aqui é se a sociedade quiser apostar em um crescimento da pluriatividade como uma das formas de enfrentamento do desemprego rural-urbano e de desafio das cidades, tem-se que compensar a vastidão de pequenos produtores familiares dos efeitos adversos provocados pela agricultura capitalista regida por critérios de mercado – evitando seu paulatino abandono das atividades agrícolas “tradicionais” –, além de lhes proporcionar mais oportunidades ocupacionais não-agrícolas. Trata-se, portanto, de uma questão claramente, *a priori*, de cunho político.

É nesse sentido que o estudo da evolução da pluriatividade fez mais sentido neste trabalho do que o estudo da pluriatividade em si mesma. Nesse ponto, o elemento político (políticas públicas) é fundamental. Sem esse elemento, fica difícil compreender por que, por exemplo, a pluriatividade na região Sul do país apresenta taxas negativas de crescimento, notadamente em períodos de crise do setor agrícola.

A importância de analisar a evolução dos diferentes tipos de famílias – e não apenas suas especificidades em si mesmas – é que nos permitiu visualizar um quadro mais dinâmico das alterações das configurações sociais nas áreas rurais agropecuárias das duas regiões com predomínio da agricultura familiar. Dessa forma, pudemos perceber que as demandas sociais (não-patronais) das áreas rurais agropecuárias são crescentemente bem mais amplas do que as demandas da agricultura familiar (que perde posição relativa).

A observação da evolução dos diferentes tipos de famílias nos permitiu perceber ainda que, ao longo das duas últimas décadas, foram as famílias não-agrícolas as que mais ganharam espaço nas áreas rurais agropecuárias. O bom sinal desse movimento é que são famílias que detêm os melhores indicadores de renda e de qualidade material de vida.

Nesse sentido, do ponto de vista das políticas públicas, as constatações da pesquisa significam que as demandas sociais no campo não são somente as da agricultura familiar modernizada – por apoio à intensificação da competitividade – nem tampouco apenas as da agricultura familiar mais frágil (“inviável” para a concorrência de mercado) – para a qual seriam destinados os estímulos (e recursos) à pluriatividade. Mas, orientando-se pelas tendências, sobretudo, deve-se considerar a crescente presença de famílias não-agrícolas (contas-próprias e assalariadas) domiciliadas nas áreas rurais agropecuárias do país e avaliar se não deve ser pelo atendimento de suas demandas – sem negligenciar a importância de atender aos distintos segmentos da agricultura familiar – que devem seguir as políticas destinadas a redesenhar as instituições “rurais” empenhadas com a construção do novo modelo de desenvolvimento rural¹²³.

Por mais virtudes que possam ser identificadas na pluriatividade, não se pode ancorar nela resposta para todos os problemas relativos à temática do desenvolvimento rural. Os dados mostram que se se pode falar em “fenômeno” no meio rural, nos anos 1990, este se encontra muito mais fora do âmbito da agricultura familiar do que dentro dela. Está-se falando do forte crescimento das famílias rurais não-agrícolas (e de não-ocupados).

123 Não cabe neste trabalho discutir a capacidade orçamentária do Estado para fazer frente a todas as demandas sociais que estão delineadas ao longo do texto. Ao levantar o rol de demandas sociais (cada dia mais heterogêneas) existentes no meio rural, procuramos apenas construir um quadro mais dinâmico das tendências das famílias rurais com o intuito de subsidiar futuras (opções de) políticas públicas.

Procuramos pôr em evidência a forte heterogeneidade de segmentos sociais que povoam e estruturam o mundo rural brasileiro. O que está implícito nessas considerações¹²⁴ é que o tratamento a ser dispensado às áreas (e famílias) rurais não deve ser orientado para um único segmento, exclusivamente.

Se o novo modelo de desenvolvimento rural não pode ser ancorado unicamente no apoio público à agricultura familiar mais estruturada, tampouco se deve supor que, alargando o suporte público para a parcela (majoritária) da agricultura familiar desconectada dos circuitos econômicos dos complexos agroindustriais – através da construção de uma cultura da pluriatividade no seio desse segmento –, estar-se-á atingindo todo o espectro de demandas a serem atendidas em prol do referido novo modelo de desenvolvimento rural.

Mostramos que, a cada ano, o conjunto da agricultura familiar perde espaço, notadamente na região Sul, para as famílias de contas-próprias não-agrícolas e de assalariados (agrícolas, pluriativos e não-agrícolas), e famílias de não-ocupados. Em 1999, a agricultura familiar já representava menos da metade do universo de famílias residentes nas áreas rurais.

Considerando que, dentro do rol de famílias rurais, são as famílias não-agrícolas (de contas-próprias e de assalariados) as que mais apresentam elevadas taxas de crescimento significativas (em relação também a seus pares urbanos) e que, em acréscimo, são as que proporcionam melhores indicadores materiais de condição de vida, conviria, portanto, direcionar parte dos recursos sociais (financeiros, criatividade/pesquisa etc.) para criar formas de promover a conversão do também crescente contingente de famílias de não-ocupados em famílias não-agrícolas. Por que não promover também a conversão de parte de famílias mais pobres agrícolas e pluriativas em famílias não-agrícolas residentes do meio rural (completar o processo de proletarianização reduzindo a pobreza)?

A resposta a essa pertinente indagação – polêmica, dado o contexto de impasse no processo de reforma agrária no país – não depende somente de uma constatação empírica de que as condições materiais de vida das famílias não-agrícolas são superiores às dos demais tipos ou de alguma

¹²⁴ Del Grossi; Graziano da Silva e Campanhola (2001) já advertiam para a importância de considerar essa heterogeneidade.

outra constatação estatística, assim como tampouco da mera vontade de acadêmicos.

Assim como a pluriatividade e a agricultura familiar devem ser construídas politicamente, da mesma forma deve ser a conversão de famílias agrícolas pobres em famílias não-agrícolas. Em outras palavras, para que essa conversão aconteça, faz-se necessária a criação de políticas públicas direcionadas para essa finalidade. E, para tanto, é necessário primeiro que essa opção política seja requerida e aceita por ambas as partes envolvidas; vale dizer, não apenas pelos formuladores de políticas, mas impreterivelmente pelos demandantes delas. É necessário que os atores sociais e seus interlocutores as desejem, reconheçam e as reivindiquem; vale dizer, é necessário que as validem socialmente como importantes para um novo desenvolvimento rural.

Um exemplo claro disso é o próprio Pronaf. Conforme mencionado no primeiro capítulo, esse programa foi fruto de anos de reivindicação dos movimentos sociais e das lideranças dos grupos de agricultores historicamente excluídos do raio de cobertura das políticas agrícolas. No entanto, por outro lado, entre os atores sociais envolvidos diretamente nesse programa, predominam os interesses em torno do crédito agrícola. Ou seja, os beneficiários desse programa em sua grande maioria são famílias de agricultores – apenas 4,8% são famílias não-agrícolas, conforme resultado da pesquisa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Fundação de Economia de Campinas) (INSTITUTO..., 2002, p. 50¹²⁵), cujo maior interesse repousa nos recursos destinados para a produção agrícola e não para atividades não-agrícolas. Da mesma forma, pelo lado dos formuladores do programa, o incentivo maior reside na destinação dos recursos para a produção agrícola e não para o estímulo à geração de outras formas de atividade em outros setores da economia.

Nesse sentido, a questão da conversão das famílias agrícolas pobres em famílias não-agrícolas passa primeiro pela reivindicação de uma outra alternativa de reprodução familiar por parte dos próprios potenciais beneficiários (demandantes) das políticas públicas e de seus interlocutores

125 Esse percentual refere-se apenas às atividades principais dos residentes dos domicílios pesquisados. Considerando, todavia, a distribuição dos domicílios segundo as atividades principais e secundárias de seus residentes, a participação dos domicílios não-agrícolas no conjunto de domicílios ainda é menor (2,4%).

– os que dialogam com eles e os que dialogam por eles: a alternativa não-agrícola, a qual não necessariamente substituirá por completo a ligação a uma atividade agrícola (mesmo que seja para o auto-sustento alimentar) das famílias rurais com algum tipo de acesso à terra. Ou seja, *a priori*, deve haver a aceitação de que a família não dependerá mais exclusivamente da renda gerada da atividade agrícola, mas que esta será secundária, em última instância, complementar da renda não-agrícola.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. (Estudos Rurais).

_____. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Projeto BRA/97/013).

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). São Paulo: USP, 1998. (Programa Seminários Acadêmicos, n. 21/98).

ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394 p. p. 147-173.

ALVES, E.; LOPES, M.; CONTINI, E. O empobrecimento da agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, ano 8, n. 3, p. 5-19, jul./set. 1999.

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 3, p. 9-40, jul./set. 2001.

ALVES, E. R. A.; SOUZA, D. P. H. Produção brasileira de leite. **Economia Rural**, Viçosa, v. 1, n. 11, p. 20-25, jan./jul. 2000.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; BRANDÃO, A. S. P. A situação do produtor com menos de 100 hectares. **Revista de Política Agrícola**, ano 10, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2001.

ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência: o caso do município de Tejuçuoca, Estado do Ceará.

Revista Raízes, v. 21, n. 1, p. 114-121, jan./jun. 2002.

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. C. P.

Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe, Ceará.

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. (Série Documentos do ETENE, n. 11).

_____. Pluriatividade no rural do pólo de desenvolvimento agrícola Baixo Jaguaribe (Nordeste, Brasil): problemas e potencialidades. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO SOBRE DESARROLLO Y MÉDIO AMBIENTE – CIDMAII, 2., 2005, Puebla. **Anais...** Puebla: Universidad Iberoamericana, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1995.

AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. Pronaf: política agrícola discriminatória?!. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 1 CD-ROM.

ARKLETON TRUST. **Adaptation des menages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991**: rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité des menages agricoles. Luxembourg: Commission Européenne, 1992.

ARRAES, R. A.; TELES, V. K. **Fatores causadores e mantenedores da inadimplência rural**. Fortaleza: UFC, 2000. (Estudos Econômicos, n. 9).

AVILLEZ, F. **A agricultura portuguesa face à agenda 2000**. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1997. (Documento de Trabalho, n. 12).

BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural**, ano 2001. Brasília, DF, 2002.

BAPTISTA. **Agricultura e territórios**. Lisboa: Celta, 2000.

BARDAJÍ, I.; JIMÉNEZ, M. M. La iniciativa Leader I y su contribución a la pluriactividad en Castilla y León. **Agricultura y Sociedad**, n. 77, p. 147-172, oct./dic. 1995.

BELIK, W. et al. O emprego rural no Brasil. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 358 p. (Coleção Economia Contemporânea).

BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.

BELIK, W.; PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 249 p.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre economia política**. 3. ed. Campinas: Instituto de Economia da Universidade de Campinas, 1998. (Unicamp, 3).

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2003.

_____. As políticas agrícolas e a agricultura familiar no Sul do Brasil. In: CEBRAP. **Políticas públicas e inclusão social: a visão das organizações não governamentais**. São Paulo, 1997. (Cadernos de Pesquisa, n. 7).

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. **Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1103).

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Crédito rural do PRONAF: 1995-2001**. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2002.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000.

CAIXETA, N. Crise, só no dicionário: a agroindústria brasileira exporta como nunca. **Exame**, São Paulo, ano 35, n. 23, p. 44-55, 14 nov. 2001.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro:** uma análise nacional e regional. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente, 2000. 4 V.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n. 32, p. 89-104, out. 1996.

_____. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro:** uma análise nacional e regional. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente, IE, 2000. V. 4.

_____. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, F. F. **Da esperança à crise:** a experiência das políticas regionais no Nordeste. 2001. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2001.

CEE. **El futuro del mundo rural.** Madrid: MAPA, 1998.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CIPOLLA, C. M. **The fontana economic history:** contemporary economies: part one. Great Britain: William Collins Sons & Co. Ltd. Glasgow, 1976a.

_____. **The fontana economic history:** contemporary economies: part two. Great Britain: William Collins Sons & Co. Ltd. Glasgow, 1976b.

CLEMENTINO, M. L. M. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL

DA APIPSA, 18., 1997, Campina Grande. **Anais ...** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1997.

COELHO, C. N. O Plano Real e o desempenho da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, ano 6, n. 4, p. 17-27, out./dez. 1997.

CROMARTIE, J.; CALVIN, B. População rural dos EUA se recupera nos anos 90. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 7-9, mar. 1997.

CROMARTIE, J.; SWANSON, L. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**, Washington, DC, v. 11, n. 3, p. 31-39, Jun. 1996.

CRUZ, P. D. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, v. 5, n. 1, p. 121-144, ago. 1995.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural?. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 37-56, 2001.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 26-52, out. 1998.

DIAS, G. L. S. As dores da transição. **Revista Globo Rural**, ed. 178, p. 46, ago. 2000.

DI SABBATO, A. D. **O público-alvo do crédito rural do PRONAF: estimativa a partir dos dados do censo agropecuário do IBGE de 1995-1996: Projeto UTF/BRA/051/BRA**. [S.l.], 2000.

ETXEZARRETA, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: Ministerio Agricultura, 1995. (Serie Estudios).

ETXEZARRETA, M.; ROSELL, J.; VILADOMILE, L. El replanteamiento del proteccionismo agrario y la política de estructuras. **Revista de Economía**, Madrid, n. 666, p. 75-100, feb. 1989.

EU-FADN. **Farm accountancy data network of the European Union**. Disponível em: <www.europa.eu.int>. Acesso em: 10 jan. 2005.

EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. The pluriactivity, part-time farming and farm diversification debate. **Environment and Planning**, v. 25, n. 7, p. 945-959, 1993.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, DF, 1995.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000.

FAVARET FILHO, P. Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. **BNDES Setorial**, n. 16, p. 31-56, set. 2002.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001.

FIGUEIREDO, N. M. S.; HOFFMANN, R. A dinâmica da modernização da agricultura em 299 microrregiões homogêneas do Brasil: 1975, 1980 e 1985. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. **Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura**. Brasília, DF: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 952).

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimentos numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, p. 31-56, out./dez. 1985.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. (Economia & Planejamento).

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?. In: NEAD. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem**: o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, DF, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (Org.). **O Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 139-158.

GREEN, R.; SANTOS, R. dos. **Economia de red y reestructuración del sector agroalimentario**. Paris: INRA, 1991.

GRUPO DE BRUGGE. **Por um cambio necessário en la agricultura europea**. Córdoba: IESA, 1996.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1996. (Serie Estudios, n. 118).

HILL, B. F. **The common agricultural policy**: past, present and future. London: Methuen, 1984.

HOFFMANN, R. **Atualização dos dados sobre distribuição de renda no Brasil**: 1992/95. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 30, n. 4, p. 271-290, out./dez. 1992.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-236, jul./dez. 2002.

_____. **Distribuição da renda no Brasil**: poucos com muito e muitos com muito pouco. Campinas: Unicamp, 1999.

HOMEM DE MELO, F. A década de 90 e o desempenho da agropecuária brasileira. Boletim **Informações Fipe**, ed. 243, p. 20-23, dez. 2001.

_____. Os feitos negativos da política cambial sobre a agricultura brasileira. **Economia Aplicada**, São Paulo, p. 35-46, mar. 1999. Número Especial.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censos agropecuários**: 1970 a 1996. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2007.

_____. **Censo demográfico**: microdados. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Contas regionais do Brasil 1994-1999**: microdados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2004/default.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2004.

_____. **Manual de entrevista da pesquisa básica da PNAD**. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD: metodologia. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio:** PNAD: notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2002.

ICHIKAWA, E. Y. O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 89-101, maio/jun. 2000.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Estudos de caso para avaliação dos impactos do PRONAF**. Campinas: Unicamp, 2002.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília, DF, 2001a. 263 p. V. 4.

_____. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Sul. Brasília, DF, 2001b. 206 p. V. 6.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, v.2, n. 3, p. 515-51, jul./set. 1998.

LEITE, S. Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN EN AMÉRICA LATINA. 2003. Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

LIMA, A. A. **A agroindústria canavieira alagoana:** da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990. 2001. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2001.

LOPES, I. V. Revolução no campo: menos crédito oficial, mais produtividade. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 6, p. 34-38, jun. 2002.

MAIA GOMES, G. **Velhas secas em novos sertões:** continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos cerrados nordestinos. Brasília, DF: IPEA, 2001.

MARQUES, M. **A política agrícola comum da CEE**. Brasília, DF: CFP, 1988. (Estudos Especiais, 22).

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. V. 1.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France, des années cinquante aux années quatre-vingt. **Economie Rurale**, n. 197, p. 35-41, Sept./Oct. 1990.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1999.

MATTOSO, J. E.; BALTAR, P. E. A. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas: Unicamp, 1996. 23 p. (Cadernos do CESIT, n. 21).

MATTOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA et al. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. Campinas: Editora Página, 1994. p. 521-562.

MEDEIROS, L. et al. **Agricultura familiar e desenvolvimento democrático**: notas de uma viagem à Alemanha. Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

MEDEIROS, N. H.; BELIK, W. Fragilidade da organização cooperativa na agroindústria: um ensaio teórico. In: GARCIA, M. F. **Tecnologia e trabalho no capitalismo em mudanças**. Maringá: Textual, 2000.

MENDONÇA DE BARROS, J. R.; MIRANDA, E. F. **Agricultura e estabilização no Brasil**: coletânea de artigos 1995-1998. Brasília, DF: Embrapa, 1998.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 51-69, abr. 1997.

MOUTINHO, L. M. G.; CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. Estratégias empresariais e políticas industriais: as políticas de incentivos às empresas calçadistas na grande João Pessoa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 1 CD-ROM.

MOYANO ESTRADA, E. Las políticas de desarrollo rural. In: SHIKI, S. et al. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EMBRAPA, 1997.

NASCIMENTO, C. A. Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas no Brasil: significados e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004a. 1 CD-ROM.

_____. Aspectos da agricultura familiar regional: Nordeste e Sul: 1996-1999 e 2001-2004. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 22, p. 317-346, jun. 2006. Edição Especial.

_____. **Evolução das famílias extensas no Brasil e grandes regiões:** pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999. 2002. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2002.

_____. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2005a.

_____. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 42, n. 2, p. 341-364, 2004b.

_____. A política agrícola comum da CEE e a ocupação das famílias rurais agrícolas em atividades não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 263-285, jul./dez. 2005b.

NASCIMENTO, C. A. et al. Evolução das famílias rurais no Brasil: 1992-1999. XXXIX CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001.

OECD. **Agricultural policy reform and the rural economy in OECD countries**. Paris, 1998.

OLIVEIRA, H. S. **A divisão inter-regional do trabalho brasileira nos anos 90**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2003.

PARLAMENTO EUROPEO. **El desarrollo rural:** políticas aplicadas, situación actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo. Estrasburgo, 1998. (Serie Agricultura, 106).

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A epidemia do desemprego no Brasil**: atualidade e perspectiva. Campinas: Unicamp, 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, S. **Concorrência e competitividade**: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista. São Paulo: Hucitec, 1999.

POST, J.; TERLUIN, I. The changing role of agriculture in rural employment. In: BOLLMAN, R. D.; BRYDEN, J. M. **Rural employment**: an international perspective. Wallingford: CAB International, 1997.

QUEIROZ, J.; OPAZO, L. The Krueger-Schiff-Valdés study ten years later: a latin american ASSA Meetings, 1998. **Anais ...** New York, 1998.

REINHARDT, N.; BARLETT, P. The persistence of family farms in United States agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 29, 3/4, p. 203-225, dez. 1989.

REVISTA DEMOCRACIA VIVA. Avaliação dos programas de geração de emprego e renda. Rio de Janeiro: IBASE, nov. 1999. Edição Especial.

REZENDE, G. C. **Estado, macroeconomia e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 246 p. (Coleção estudos rurais).

_____. Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 41., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

_____. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

_____. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários da Massaranduba. Pelotas: Editora da UFPEL, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2002.

SCHEJTMAN, A. La cuestión urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente, 2000. V. 4.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Pluriatividade e agricultura familiar**. 2000. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2000.

_____. Pluriatividade como fator de desenvolvimento regional: uma análise da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2001.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa-Meio Ambiente, 2000. V. 3.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2000.

SOUZA, R. F.; KHAN, A. S. Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 81-104, abr./jun. 2001.

SOUZA, T. R. V.; CAVALCANTI FILHO, P. F. Arranjos produtivos locais: uma análise dos APL's coureiro-calçadistas gaúcho e paraibanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 1 CD-ROM.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2001. (Texto para Discussão, n. 101).

TEIXEIRA, A. **O movimento de industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

TOLOSANA, A. O.; PERSIVA, E. M. Estrategia de adaptación de pequeñas explotaciones en el marco de la PAC: la agricultura a tiempo parcial en una área de montaña. **Revista de Estudios Agro-sociales**, n. 16, p. 99-122, jul./sept. 1992.

UNIÃO EUROPÉIA. **Orçamento europeu 2000**. Disponível em: <www.europa.eu.int>. Acesso em: 20 jan. 2006.

VALLE, M. I. G. Los efectos de la reforma de la PAC sobre la economía de Castilla y Leon: balance del período 93-99. **Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros**, n. 187, p. 203-220, 2000.

VILLA VERDE, C. M. Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPE, 2001.

VIOTTI DA COSTA, E. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Disponível em: <www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/fcatalogo.html>. Acesso em: 10 jan. 2006.

WANDERLEY, M. N. Rural: uma categoria esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 1994, Marília,. **Anais...** Marília: Universidade do Estado de São Paulo, 1994.

ZANDONADI, R. **Fundamentos técnicos para o diagnóstico da agricultura brasileira:** período analisado 1980-95. Brasília, DF: CNA, 1996.

.

ANEXO

ANEXO METODOLÓGICO

METODOLOGIA USADA NA PESQUISA

Alguns aspectos metodológicos foram tratados neste trabalho.

O primeiro deles refere-se à unidade de análise da pluriatividade. Del Grossi e Graziano da Silva (1998) encontraram incongruências nos conceitos de domicílio e de família das PNADs para o tratamento dessa questão. Nesse sentido é que esses autores escolheram como unidade de análise dos dados das PNADs apenas os domicílios particulares permanentes, deixando de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise utilizada para os estudos da pluriatividade, desenvolvidos no âmbito do Projeto Rurbano, passou a ser o que se convencionou chamar de família extensa¹²⁶, de modo que compreende, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.

Com a finalidade de estudar a pluriatividade das famílias rurais (e agrícolas residentes no meio urbano) para o Brasil, grandes regiões e unidades da federação, o Projeto Rurbano (IE/Unicamp) desenvolveu uma tipologia das famílias extensas, a qual será utilizada para a execução desse trabalho, conforme o local de domicílio (rural e urbano) e a posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregados e não-ocupados)¹²⁷.

Um segundo aspecto, portanto, esteve associado ao fato de que, em se tratando dos locais de domicílios das famílias extensas, as pesquisas do projeto Rurbano depararam com problemas de representatividade estatística ao adotarem isoladamente os cortes urbano urbanizado, urbano não-ur-

126 No presente trabalho, quando nos referimos às famílias rurais agropecuárias das regiões Nordeste e Sul subentendam-se famílias extensas. Para um tratamento mais detalhado da elaboração do conceito de família extensa e dos problemas metodológicos envolvidos na análise da pluriatividade, segundo os critérios da PNAD, ver Del Grossi e Graziano da Silva (1998).

127 As famílias extensas segundo a posição na ocupação foram classificadas da seguinte forma: se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Assim procedemos por entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxi* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de contas-próprias, se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como de "empregados", se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como de trabalhadores "não-ocupados".

banizado, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusive, para a maioria das unidades da federação.

Apresentamos neste trabalho os resultados para as regiões Nordeste e Sul elaborados com o reagrupamento daquelas áreas, feito pelo Projeto Rurbano, a fim de solucionar, entre outros, os problemas da representatividade estatística. O primeiro corte básico foi a separação das áreas metropolitanas das não-metropolitanas; o segundo, a reagregação das áreas não-metropolitanas num “*continuum* urbano-rural” a partir das aberturas geográficas pesquisadas nas PNADs: considerou-se a soma de núcleos mais rural exclusive correspondente à classificação de rural profundo ou agropecuário¹²⁸, para indicar que se trata de áreas pertencentes a um único proprietário, ou seja, são as fazendas e seus núcleos habitacionais (colônias, casas de morador)¹²⁹.

Um terceiro aspecto¹³⁰ referiu-se a que, para cada posição na ocupação acima mencionada, as famílias extensas foram subdivididas em agrícolas, não-agrícolas e pluriativas. As famílias agrícolas são aquelas em que todos os seus membros estavam envolvidos em atividades agrícolas como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa. No caso contrário, foram consideradas não-agrícolas, uma vez que todos os membros da família exerciam atividades não-agrícolas. Classificamos como famílias pluriativas aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e um outro exercia uma atividade não-agrícola, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

Em trabalho anterior, Del Grossi e Graziano da Silva (1998) haviam levantado a questão de considerar ou não como pluriativa a pessoa que declarou ter sua ocupação principal e outra secundária no próprio setor agrícola. Esses autores concluíram, naquela ocasião, que esta forma tradicional de pluriatividade no meio rural brasileiro superestimaria aquilo que existe de

128 Cabe registrar que o termo “rural privado” – outrora utilizado pelos trabalhos elaborados pelo Projeto Rurbano – foi substituído em Nascimento (2002), e no presente trabalho, pelo termo “rural agropecuário”, em razão de termos atentado para o fato de que as áreas que consideramos como “rural profundo”, pertencem a um único proprietário, embora este possa ser tanto privado quanto público.

129 A não-abertura das áreas metropolitanas, apesar da disponibilidade dessas mesmas informações, deve-se ao fato de, por definição, serem espaços conurbados e com intenso *commuting*, o que torna muito mais complexa a análise da diferenciação dos locais de residência para variáveis como a ocupação das pessoas, por exemplo. Ver a respeito Cromartie e Calvin (1997).

130 Nesse aspecto, não há nenhuma novidade em relação à tipologia de famílias extensas usada nos trabalhos anteriores do Projeto Rurbano.

“novo” na pluriatividade atual, que é a combinação intersetorial, quer dizer, a combinação de atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura. E procuraram resolver a questão subdividindo os domicílios pluriativos em pluriativos agrícolas e em domicílios pluriativos agrícolas-não-agrícolas¹³¹. Os dados revelaram que, no Brasil, em 1995, apenas 383 mil famílias – apenas 3,5% do universo pesquisado de 10.896 milhões de famílias que residiam no meio rural ou tinham pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas – podiam ser consideradas do tipo de pluriatividade tradicional, combinando atividades agrícolas na ocupação principal e na secundária. (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Em razão da baixa frequência da pluriatividade tradicional, os trabalhos desenvolvidos durante a fase II do Projeto Rurbano optaram por apresentar apenas o total das famílias pluriativas sem discriminar o tipo de combinação de atividades a que se referiam.¹³² Até então, não se tinha percebido que se estava deixando de considerar como pluriativas aquelas famílias de conta-própria em que todos os membros trabalham em atividades agrícolas, mas que pelo menos um deles também trabalhasse como assalariado, ainda que sazonalmente, numa outra propriedade que não a da sua família¹³³. Essa forma, que talvez seja a mais importante da pluriatividade tradicional no Brasil, não estava sendo considerada na tipologia, uma vez que essas famílias foram consideradas como exclusivamente agrícolas. Isso pode ser o motivo de termos encontrado um decréscimo das famílias pluriativas em Estados onde predomina a produção familiar, como é o caso de Santa Catarina.¹³⁴

131 Pluriativos agrícolas, quando todos os membros das famílias rurais extensas exercem apenas atividades agropecuárias, mas pelo menos um deles declarou ter também uma ocupação secundária na própria agricultura; e pluriativos agrícolas-não-agrícolas, quando pelo menos um dos membros exerce uma atividade agrícola e um outro uma atividade fora desse setor, independente de elas serem sua ocupação principal ou secundária.

132 Os textos e publicações produzidos ao longo das fases I, II e III do Projeto Rurbano estão Disponíveis em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Na fase II foi quando se iniciaram as pesquisas acerca da pluriatividade, buscando captar, entre outras coisas, os efeitos das diversas combinações de atividades sobre as rendas das famílias extensas.

133 A rigor não temos essa informação nas PNAD, mas estamos supondo que se um dos membros da família de conta-própria trabalha como assalariado na sua ocupação principal ou secundária, ele o faz em outra propriedade uma vez que o trabalho familiar costuma ser não remunerado quando realizado nas suas próprias terras. No caso das famílias de empregados, a combinação agrícola-agrícola não configura pluriatividade pois significa que pelo menos um dos membros da família agrícola tem uma ocupação secundária também na agricultura, caso típico dos trabalhadores temporários ou sazonais. Optamos por incluir esse contingente entre as famílias de empregados agrícolas por entendermos que aí não se configura um caso de pluriatividade, pois na verdade é o mesmo trabalhador com mais de um empregador. Os dados processados para Brasil isolando esses casos de famílias de trabalhadores com atividades secundárias também na agricultura somaram apenas 122 mil em 1999; além disso não mostraram tendência significativa de variação no período 1992/99 para nenhuma das aberturas de áreas não-metropolitanas que estamos utilizando.

134 Por exemplo, ver Mattei (1999) e também Souza (2000).

Um quarto aspecto, diz respeito ao fato de que, além de se procurar corrigir essa falha no cômputo da pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola com assalariamento agrícola) e de preservar a abertura das famílias pluriativas intersetoriais (agrícolas com não-agrícolas), também foram desagregadas as famílias pluriativas intersetoriais em diferentes combinações de ramos de atividades: 11 deles combinando atividade agrícola¹³⁵ com um ramo específico de atividade não-agrícola¹³⁶; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com mais de um ramo de atividade não-agrícola (agrícola com mais de um ramo não-agrícola). Portanto, 12 tipos de famílias pluriativas intersetoriais, além da pluriatividade tradicional (agrícola com agrícola, entre as famílias de conta-própria), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas: i) agrícola com agrícola; ii) agrícola com mais de um ramo não-agrícola; iii) agrícola com indústria de transformação; iv) agrícola com indústria da construção; v) agrícola com outras atividades industriais; vi) agrícola com comércio de mercadorias; vii) agrícola com transporte e comunicações; viii) agrícola com serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola com prestação de serviços (sem SDR – serviço doméstico remunerado); x) agrícola com serviço social; xi) agrícola com administração pública; xii) agrícola com outras atividades (não-agrícolas); xiii) agrícola com SDR (serviço doméstico remunerado).

O último aspecto refere-se ao fato de que essa pesquisa incorporou, além das PNADs da década de 1980, os anos recentes, 2001 a 2003, já disponibilizados pelo IBGE, proporcionando a análise completa de uma série de duas décadas (1980 e 1990) mais os anos do presente século.

Pluriatividade (Conceito e Unidade de Análise)¹³⁷

As mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de organização do trabalho entre as famílias rurais tem despertado o interesse de pesquisadores, em especial, pelo “fenômeno” da crescente participação de fontes

¹³⁵ Agrícola entenda-se por agropecuária.

¹³⁶ Os ramos de atividade não-agrícolas correspondem aos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – agrega nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços (sem SDR – serviço doméstico remunerado); vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades; xi) o crescimento e expansão do número de casos de emprego doméstico no país tem se revelado um fenômeno tão expressivo e relevante que o próprio IBGE resolveu classificá-lo, a partir das novas PNADs de 1992 em diante, como uma posição na ocupação em separado da categoria de trabalhadores ocupados. Por essa razão consideramos também a combinação ‘agrícola com SDR (serviço doméstico remunerado)’.

¹³⁷ Texto adaptado de Nascimento (2002). Para quem quiser ler uma extensa resenha sobre a evolução da discussão sobre o conceito e a unidade de análise da pluriatividade, sugerimos Schneider (2000).

de renda não-agrícolas na composição dos orçamentos das famílias rurais – trata-se da pluriatividade. As transformações do regime de dedicação do tempo de trabalho na agricultura, no sentido de diversificação de atividades, estariam sendo mais eficientes na sustentação da renda rural do que as alternativas tradicionais de privilégio à agricultura como atividade *full-time*. (FULLER, 1990).

Kageyama (1998) levanta vários questionamentos acerca da precisão do conceito de pluriatividade. Segundo esta autora, o estudo da pluriatividade pode ser feito em vários níveis analíticos e esse termo apresenta significados distintos conforme o nível de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto. No nível micro, a autora identifica dois planos de análise: o da unidade familiar, seja no sentido estritamente geográfico do termo, seja enquanto unidade de produção; e o do indivíduo, em que as qualificações e estratégias profissionais dos membros da família agregam-se, sendo a atividade agrícola já restrita a um papel secundário. Ao mesmo tempo, exerce-se esta segunda atividade num contexto territorial que deve constituir um outro nível analítico: o mesoeconômico decorrente do vínculo da propriedade rural com outras atividades (em indústrias, comércio e serviços) e em mercados de trabalho locais não muito distantes. Assim, a noção de pluriatividade, tomando-se como referencial a atividade agrícola, não pode ser analisada no âmbito exclusivo da unidade produtiva, já que existem relações mercantis com outros setores econômicos, com os mercados de trabalho e com mercados de produtos e insumos.

O conceito de pluriatividade, diferentemente do conceito de *part-time*, adota a família como unidade de análise¹³⁸ introduzindo no centro das atenções atividades não-agrícolas dos membros da família – independente de serem exercidas dentro ou fora da exploração agrícola – que têm significância na geração da renda familiar. Para Fuller (1990), o termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda (*off-farm activities*), referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Assim, Fuller amplia a análise do trabalho *part-time* (que enfatiza a con-

138 A unidade de análise se tornou uma das questões mais relevantes no debate sobre a pluriatividade.

traposição do trabalho *in-farm* e *on-farm*) para atividades rurais realizadas pelo conjunto familiar.

Em relação ao debate sobre qual termo é mais pertinente para a análise de determinada realidade no campo, se é o termo *part-time farming*, ou *multiple-job-holding*, ou *farm-diversification*, ou ainda *pluriactivity*, Evans e Ilbery (1993) concluem que o termo pluriatividade faz subsumir dentro de si os demais termos que também tentavam descrever a agricultura combinada com outras atividades externas às propriedades. Para esses autores, a vantagem do termo pluriatividade sobre os demais é este incluir o reconhecimento de que a agricultura não é necessariamente a principal atividade na composição do emprego e da renda no âmbito de uma família rural e que, em razão disso, as políticas voltadas para as áreas rurais não necessariamente devem ser exclusivamente agrícolas.

Foi dentro do contexto de crise agrícola (excesso de produção nos países desenvolvidos) – obrigando a uma revisão do modelo produtivista fundado na chamada “Revolução Verde” – e de elevados custos sociais e agressão ao meio ambiente gerados pela própria “Revolução Verde”, que o enfoque dado à agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) foi superado pela noção de pluriatividade. A pluriatividade propicia uma separação dos padrões tradicionais do trabalho, tanto em termos dos membros familiares como no que se refere às atividades produtivas, além de descrever uma unidade de produção multidimensional na qual a agricultura e as outras atividades estão compreendidas. (FULLER, 1990).

A unidade de análise relevante da pluriatividade, portanto, deixou de ser a exploração agrícola e passou a ser a família. Por outro lado, há que se considerar as estratégias individuais dos membros da família, visto que esta vive em permanente transformação e cujas atividades nem sempre se relacionam diretamente com a exploração agrícola. Dessa forma, quando o objeto de estudo é o emprego, a unidade de análise relevante é a pessoa. De outra forma, quando se busca compreender a pluriatividade, a unidade de análise relevante passa a ser a família ou o domicílio; contudo, é importante ressaltar que tanto a família quanto o domicílio podem ser adotados como unidades relevantes para o estudo da pluriatividade. Segundo Fuller (1990), a escolha entre ambas possui mais um cunho prático do que teórico.

No caso brasileiro, conforme já dito, Del Grossi e Graziano da Silva (1998) encontraram incongruências nos conceitos de domicílio e de família

das PNADs para o tratamento dessa questão. As limitações inerentes a esses dois conceitos na PNAD dizem respeito ao fato de que, em se tratando da família, considera-se apenas a unidade nuclear, o que, em muitos casos, separa grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si; quanto aos domicílios, estes juntam, às vezes, famílias nucleares economicamente independentes simplesmente porque não possuem entrada privativa para seus aposentos¹³⁹. Dessa forma, os conceitos de família e de domicílio próprios da PNAD não são inteiramente adequados para se avaliar a pluriatividade no meio rural brasileiro.

Por esta razão esses autores, buscando superar esse problema conceitual, escolheram como unidade de análise dos dados da PNAD apenas os domicílios particulares permanentes, deixando de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise utilizada para os estudos da pluriatividade, desenvolvidos no âmbito do Projeto Rurbano, passou a ser o que se convencionou chamar de família extensa, de modo que compreende, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados – ou seja, são as pessoas que habitam em um mesmo domicílio, independentemente do grau de parentesco que possuem entre si, excluídas as empregadas domésticas e pensionistas, bem como seus familiares.

A abertura geográfica “adequada”¹⁴⁰

Graziano da Silva (1999) chamou atenção para o fato de que, dependendo do critério de definição do que seja uma área rural ou urbana, pode haver uma estimação da população residente em determinado território para mais ou para menos, classificando uma fração de uma população como urbana quando de fato esta seria rural, e vice-versa. No Brasil, esses eventuais equívocos ocorrem em virtude de as PNADs serem pesquisas intercensitárias e que se orientam pela mesma base cadastral do último censo demográfico imediato ao período intercensitário em vigor, utilizada para a definição da situação do domicílio – se rural ou urbano – em conformidade

139 Da forma como foi construída a amostra relativa ao conceito de domicílio na PNAD, não é possível separar as duas situações que são criadas pela utilização dos critérios básicos que definem o domicílio – critérios de separação e independência – quais sejam: uma situação em que uma família com dependência em relação a uma outra (alimentação ou moradia) vive sob o mesmo teto desta; e uma outra situação que é caracterizada por uma situação física, de modo que uma família independente economicamente não tem acesso isolado ao seu lar. (DEL GROSSI; GRAZIANO DA SILVA; 1998).

140 Texto adaptado de Nascimento (2002).

com a legislação municipal então vigente. Isso significa basicamente que a definição de rural e urbana é mantida inalterada nos períodos intercensitários. Ou seja:

Ainda que a legislação vigente tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, aquelas definidas como urbanas e rurais por ocasião do censo demográfico de 1980 assim foram mantidas para as pesquisas da PNAD realizadas de 1981 a 1990. (IBGE, 1996, p. 49).

Da mesma forma, o período abrangido por este trabalho, 1992 a 1999, tem por base a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico ocorrido em 1991, de modo que a situação do domicílio permanecerá a mesma por todo o período.

Em decorrência da heterogeneidade das transformações ocorridas nas áreas rurais nos diversos países, tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, cuja heterogeneidade criou situação diversa, a delimitação entre as áreas rurais e urbanas passou a ser feita de maneira bastante diversa também.

Segundo Wanderley (1994), vários países utilizam o critério da dimensão da população residente para classificar uma área como rural ou urbana, enquanto outros adotam outros tipos de critérios. Os EUA e a Alemanha são dois exemplos de uso do critério da dimensão populacional. Nos EUA, por exemplo, é considerada população rural a que reside em aglomerado com menos de 10 mil habitantes ou nos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes, com densidade inferior a 100 habitantes por milha quadrada. Na Alemanha, por sua vez, são consideradas áreas rurais aquelas que têm uma densidade inferior a 100 habitantes por quilômetro quadrado e não possuem cidades de mais de 100 mil habitantes. Na França, diferentemente daqueles países, a população rural compreende todos os habitantes das pequenas aglomerações, quaisquer que sejam as atividades que exerçam, de modo que “um pequeno comerciante residente num ‘village’ francês, sem ser agricultor, é para a França um rural, enquanto um agricultor brasileiro que more na cidade é aqui considerado um legítimo urbano”. (WANDERLEY, 1994, p. 18).

Nos EUA, Cromartie e Swanson (1996) propuseram novas aberturas geográficas em substituição à simples dicotomia das áreas dos domicílios em urbanas e rurais, de modo a captar com mais detalhes o *continuum*

rural-urbano – pois, para os autores, as grandes cidades norte-americanas expandiram-se além dos perímetros tradicionais para formar regiões urbanas dispersas; as atividades econômicas difundiram-se nos subúrbios, quando os avanços nos sistemas de transportes e de comunicações aumentaram a integração espacial das economias urbanas e rurais. Em contextos assim, os autores acreditam que as regiões censitárias podem ser utilizadas de forma mais precisa para definir as áreas e populações rurais. A proposta desses autores, então, procurando combinar padrões demográficos tradicionais (por exemplo, fluxos da atividade econômica com deslocamento dos trabalhadores), correspondeu ao desdobramento do corte metro/não-metropolitano em cinco novas categorias: centro-metropolitano, entorno metropolitano, adjacências não-metropolitanas, não-adjacentes com cidade, não-adjacentes sem cidade¹⁴¹. Nesta proposta, as atividades dos residentes, se agrícolas ou não-agrícolas, não são consideradas com critério de classificação domiciliar.

Cromartie e Swanson (1996) concluem que as regiões censitárias fornecem uma delimitação mais precisa tanto em termos territoriais quanto da população em diferentes tipos de áreas, e que, para compreender de forma completa o sistema de povoamento dos Estados Unidos, um *continuum* rural-urbano é crucial e que a escolha de unidades geográficas afeta a exatidão do *continuum*.

Souza (2000) destaca, referenciado em Abramovay (1999) e Mathieu (1990), que a idéia de um *continuum* rural-urbano surgiu pelos anos 1960, período de forte expansão urbana, alargamento do emprego, do consumo e de melhoria dos níveis de vida. Segundo esses autores, a idéia de um *continuum* baseia-se na constatação de uma crescente “urbanização dos campos”. Mais, ainda, compreende-se esse processo de continuada expansão urbana como um movimento irreversível, no qual a abordagem sobre o “rural” deve privilegiar a assimilação, a integração dos campos, dos rurais, e logo dos camponeses, pela difusão da cultura, dos produtos de consumo e das práticas urbanas.

141 Centro metropolitano: onde 50% ou mais da população do condado ou da região censitária deve estar localizada em área urbanizada; entorno metropolitano: regiões com alto grau de integração econômica e social, sendo que os fluxos de *commuting* em direção ao núcleo e a partir dele constituem-se na unidade de medida; adjacências não-metropolitanas: condados ou regiões fisicamente adjacentes às regiões metropolitanas, mas que contêm pelo menos 2% de sua força de trabalho empregada, deslocando-se pendularmente para as áreas metropolitanas; não-adjacentes com cidade: condados ou regiões não-adjacentes a áreas metropolitanas, mas que contêm toda ou parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes; não-adjacentes sem cidades: condados ou regiões não-adjacentes a uma área metropolitana, não contendo qualquer parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes incluídos.

Conforme Graziano da Silva (1999), a grande heterogeneidade de critérios de análise demográfica adotados em um grande número de países indica o quanto há de relativa arbitrariedade na introdução de um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida por um indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) – ou na introdução de um parâmetro ligado a questão do acesso a serviços básicos (água, luz etc.) – para definir a situação de rural e urbano do aglomerado onde residem as pessoas, mesmo porque vários estudos já demonstraram que a grande novidade nos anos 1980 e 1990 é o persistente aumento das atividades não-agrícolas nas áreas rurais, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

Em decorrência do processo de urbanização do meio rural, concretizado pela multiplicação das atividades não-agrícolas e pela crescente universalização do acesso aos serviços tipicamente urbanos (água encanada, saneamento básico, luz elétrica, educação saúde etc.), “a idéia de dois mundos que se opõem vai cedendo lugar à idéia de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista da sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social”. (GRAZIANO, 1999, p. 64).

De acordo com Cromartie e Swanson (1996), em virtude da crescente complexidade dos padrões de povoamento modernos, a escolha das unidades geográficas apropriadas para a construção de um “*continuum* rural-urbano” afeta tanto o rigor da análise como sua aplicabilidade a determinado conjunto de questões.

Graziano da Silva (1999) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980 (1990) e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não-atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados:

1. Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações

decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores;

2. Áreas Urbanas Não-urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não-contíguas àquelas dos itens 1.i e 1.ii acima);
3. Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não-contíguas ao núcleo do município.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o seu tamanho e a sua densidade. A partir desses critérios, classificaram-se:

4. Áreas Rurais – Extensões Urbanas (critério de contigüidade): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;
5. Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação e com serviços para atender seus moradores, da seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo;
6. Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.) e que dispõem ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;
7. Áreas Rurais – Outros: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;

8. Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Importa ressaltar que as aberturas urbano não-urbanizado e rural extensão do urbano foram criadas com o intuito de corrigir as distorções, acima mencionadas, na definição do perímetro urbano dos municípios, quer seja na extensão demasiada dos seus limites, quer na não-atualização do perímetro.

Os trabalhos elaborados durante as fases I e II do Projeto Rurbano apresentaram seus resultados baseados em cinco aberturas geográficas distintas, a saber: urbano urbanizado, urbano não-urbanizado, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleos e outros) e rural exclusive. Infelizmente, a pequena representatividade estatística de cada uma destas categorias isoladamente comprometeu a sua análise desagregada para a maioria dos Estados.

Em razão disso, na fase III, resolveu-se testar um novo reagrupamento dessas áreas. As categorias “urbana não-urbanizada” e “rural extensão do urbano”, que procuram justamente dar conta do problema da extensão de fato das áreas urbanas sobre as rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo, foram agrupadas em *periferia*; os povoados, distritos e outros aglomerados foram agregados em *povoados*; e a soma de núcleos mais rural exclusive denominou-se de *rural agropecuário* para destacar a vinculação dos domicílios aí existentes a um único proprietário (público ou privado), como é o caso das “colônias” de fazendas, por exemplo.

A partir destas novas aberturas, o Projeto Rurbano agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios:

- a) **Urbano (Urbanizado)**: situação 1;
- b) **Periferia**: situações 2 e 4;
- c) **Distritos e Povoados**: situações 3, 5 e 7;
- d) **Rural Agropecuário**: situações 6 e 8.

Dessa forma, é importante notar que, na classificação adotada no Projeto Rurbano, uma área legalmente urbana (situação 3) será tratada como rural, e outra, legalmente rural (situação 4), considerar-se-á como urbana. O motivo dessa escolha é que a primeira tem sua economia basicamente dependente da agricultura e características mais próximas das áreas rurais, ao passo que a segunda não passa de uma simples área de periferia urbana.

A criação da categoria periferia representa uma nova proposta de abertura que tem como objetivo captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais, uma das expressões do *continuum* rural-urbano. A categoria povoado agrega as áreas não-vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços para atender seus moradores e as áreas urbanas isoladas, dada a similaridade das suas funções, bem como os limites da desagregação com um conseqüente comprometimento da representatividade estatística. Por fim, a categoria rural agropecuário é a conjunção das áreas que possuem um único proprietário independentemente da presença de serviços. A idéia de separar o rural agropecuário é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado), além do fato de que já foi constatado o crescimento preponderante de atividades não-agrícolas nesses espaços. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Conforme já foram dadas as razões na introdução desse trabalho, as análises se concentraram sobre a evolução dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias (as áreas rurais agropecuárias concentram mais de 80% da população rural total do conjunto das três áreas rurais). Algumas vezes, foram abordadas as famílias residentes nas áreas urbanas urbanizadas (onde também se concentra a maior parcela da população).

A possibilidade de erro estatístico dos dados a partir das novas aberturas¹⁴²

A importante conclusão a que o Projeto Rurbano chegou na fase I é que a mudança fundamental anteriormente identificada – qual seja, a criação de atividades não-agrícolas no meio rural em substituição às atividades agrícolas – tem um forte impacto também nas áreas consideradas exclusivamente rurais dos municípios não-auto-representativos, que podem ser considerados

142 Texto adaptado de Nascimento (2002).

os municípios pequenos e médios. As transformações que foram identificadas no meio rural se devem apenas, em parte, a uma invasão das antigas áreas rurais periféricas das regiões metropolitanas e das grandes cidades; outra parte significativa se deve a mudanças internas nas próprias regiões exclusivamente rurais do interior. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

É importante tomar em consideração que, segundo o IBGE, os erros nos dados das PNADs podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não-probabilística (erros alheios à amostragem), sendo praticamente impossível, em geral, avaliar a dimensão dos erros alheios ao delineamento amostral. A comparação entre rendimentos declarados nas PNADs e resultados da Contabilidade Nacional permite avaliar, por exemplo, a ordem de grandeza da subdeclaração dos rendimentos.

O IBGE chama a atenção ainda para o fato de que o cálculo do erro de amostragem deve levar em consideração duas fontes de variação: i) erro de amostragem proveniente da seleção dos domicílios para a amostra; e ii) erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Nas publicações das PNADs, são fornecidos coeficientes de regressão que permitem obter, para cada tipo de informação (número de pessoas, domicílios ou famílias, com determinada característica e em determinada área geográfica), a estimativa do respectivo coeficiente de variação. O coeficiente de variação associado ao dado aumenta à medida que diminui o número de pessoas, famílias ou domicílios com certa característica. Obviamente, ao se analisarem os dados das PNADs, faz-se necessário levar em consideração que a imprecisão da informação se torna maior (o coeficiente de variação se torna maior), quando se consideram situações menos comuns, que podem estar representadas na amostra por um número muito pequeno de observações. (HOFFMANN, 1996).

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 58 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio: Nordeste (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO							
Conta-Própria	1.615	1.533	1.712	1.542	1.718	1.688	1.799
Agrícola	924	797	1.004	935	1.007	878	1.015
Pluriativo	598	627	592	476	571	662	653
Agrícola com Agrícola	211	140	217	173	213	196	199
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	178	229	168	153	186	235	239
Agrícola com indústria de transformação	38	43	32	19	18	26	19
Agrícola com indústria construção	16	47	19	18	21	41	48
Agrícola com out atividade industrial	3	3	1	1	4	8	6
Agrícola com comércio	35	29	35	20	23	30	21
Agrícola com transp e comunicação	3	3	3	3	6	4	6
Agrícola com serv aux ativ econôm.	2	3	1	2	1	2	1
Agrícola com prestação serviços	32	34	29	16	19	26	22
Agrícola com serviço social	58	67	47	43	49	63	55
Agrícola com administração pública	5	9	13	3	8	9	11
Agrícola com outras atividades	1	0	1	1	1	1	1
Agrícola com SDR	17	21	27	24	25	22	26
Não-agrícola	93	108	115	131	140	148	131
Empregados	846	934	783	836	828	914	852
Agrícola	593	476	522	544	550	422	462
Pluriativo	112	238	108	101	105	217	161
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	38	100	39	39	37	99	71
Agrícola com indústria de transformação	13	6	7	3	8	8	9
Agrícola com indústria construção	12	51	10	7	7	58	25
Agrícola com out atividade industrial	1	3	1	2	3	1	2
Agrícola com comércio	2	3	1	4	1	2	3
Agrícola com transp e comunicação	1	2	2	1	1	1	1
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	2	0	1	0	2	2
Agrícola com prestação serviços	3	2	2	3	3	3	3
Agrícola com serviço social	19	28	16	13	13	12	20
Agrícola com administração pública	4	25	5	5	5	6	3
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	1	0	1
Agrícola com SDR	20	18	26	23	26	27	23
Não-agrícola	140	220	153	192	173	274	230
Não-ocupados na semana	290	254	304	390	329	302	292
TOTAL	2.751	2.721	2.798	2.768	2.875	2.904	2.944

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 59 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio: Nordeste

(1.000 famílias)	(linha de pobreza: renda familiar per capita média de 1/2 s.m. R\$ 1999)				
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	1999
NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO					
Conta-Própria	1.042	915	1.088	1.027	1.072
Agrícola	637	569	661	544	616
Pluriativo	344	278	354	398	392
Agrícola com Agrícola	127	107	132	124	124
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	91	84	112	139	139
Agrícola com indústria de transformação	15	12	12	18	13
Agrícola com indústria construção	7	7	8	25	29
Agrícola com out atividade industrial	1	1	1	4	4
Agrícola com comércio	23	10	13	15	9
Agrícola com transp e comunicação	2	1	4	1	2
Agrícola com serv aux ativ econôm.	1	1	0	1	1
Agrícola com prestação serviços	19	10	11	15	13
Agrícola com serviço social	29	28	34	36	34
Agrícola com administração pública	9	2	7	4	8
Agrícola com outras atividades	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	19	15	19	15	17
Não-agrícola	62	68	73	85	63
Empregados	519	564	550	589	570
Agrícola	359	393	386	270	324
Pluriativo	76	64	67	156	105
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	27	24	20	74	48
Agrícola com indústria de transformação	5	1	4	4	5
Agrícola com indústria construção	3	4	6	43	16
Agrícola com out atividade industrial	1	1	2	1	0
Agrícola com comércio	0	2	1	1	3
Agrícola com transp e comunicação	1	0	0	0	1
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	1	0	2	1
Agrícola com prestação serviços	1	2	2	2	2
Agrícola com serviço social	12	8	8	8	12
Agrícola com administração pública	5	3	4	4	2
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	1
Agrícola com SDR	22	18	19	19	16
Não-agrícola	84	108	98	164	141
Não-ocupados na semana	113	204	146	85	77
TOTAL	1.674	1.683	1.784	1.701	1.719

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela 60 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Nordeste (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP RURAL AGROPECUÁRIO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
FAMÍLIAS CONTAS-PRÓPRIAS							
menos de 20 ha.	826	857	1.051	872	966	921	1.022
Agrícola	516	489	687	577	604	521	618
Pluriativo	310	368	364	295	362	400	404
Agrícola com Agrícola	103	88	139	111	140	130	131
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	95	138	102	94	113	137	143
Agrícola com indústria de transformação	19	21	17	11	13	17	12
Agrícola com indústria construção	9	22	12	11	13	23	28
Agrícola com out atividade industrial	2	2	1	1	2	4	4
Agrícola com comércio	15	18	21	12	13	17	9
Agrícola com transp e comunicação	1	1	2	2	4	2	5
Agrícola com serv aux ativ econôm.	2	1	1	1	0	2	1
Agrícola com prestação serviços	17	15	18	12	10	17	11
Agrícola com serviço social	34	43	25	24	30	35	33
Agrícola com administração pública	4	6	10	3	5	4	8
Agrícola com outras atividades	1	0	0	1	1	0	0
Agrícola com SDR	9	12	17	13	19	12	18
de 20 a menos de 100 ha.	278	248	287	292	363	342	368
Agrícola	192	151	186	210	265	219	251
Pluriativo	86	97	102	82	98	123	116
Agrícola com Agrícola	31	24	39	23	33	28	35
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	28	35	28	26	32	42	46
Agrícola com indústria de transformação	4	5	3	5	2	5	2
Agrícola com indústria construção	3	9	3	3	3	9	7
Agrícola com out atividade industrial	1	1	0	0	1	1	1
Agrícola com comércio	5	2	7	3	5	6	5
Agrícola com transp e comunicação	1	0	1	0	0	1	1
Agrícola com serv aux ativ econôm.	1	0	0	1	0	0	0
Agrícola com prestação serviços	3	4	3	2	3	4	2
Agrícola com serviço social	8	12	13	12	15	20	16
Agrícola com administração pública	0	1	2	1	2	4	2
Agrícola com outras atividades	0	0	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	3	3	7	3	4	1
de 100 ha e mais.	77	77	76	102	104	108	103
Agrícola	50	52	49	75	75	73	70
Pluriativo	27	25	27	26	28	35	33
Agrícola com Agrícola	8	2	10	8	12	6	9
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	7	10	8	10	9	13	14
Agrícola com indústria de transformação	2	2	2	1	0	3	1
Agrícola com indústria construção	0	2	1	1	1	3	1
Agrícola com out atividade industrial	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	1	0	1	1	1	2	1
Agrícola com transp e comunicação	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	0	0	0	1	0	0
Agrícola com prestação serviços	4	3	1	1	1	2	3
Agrícola com serviço social	4	5	2	5	3	6	3
Agrícola com administração pública	1	0	1	0	1	1	0
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	0	1	2	1	1	1	2

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 61 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Nordeste.

(1.000 famílias)	(linha de pobreza: renda familiar <i>per capita</i> média de 1/2 s.m. R\$ 1999)				
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO	1995	1996	1997	1998	1999
menos de 20 ha.	735	575	686	625	681
Agrícola	483	377	431	349	408
Pluriativo	251	198	254	276	273
Agrícola com Agrícola	98	81	100	94	88
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	67	59	78	93	97
Agrícola com indústria de transformação	9	8	10	14	9
Agrícola com indústria construção	6	5	5	17	20
Agrícola com out atividade industrial	1	0	1	3	4
Agrícola com comércio	15	7	8	9	4
Agrícola com transp e comunicação	1	1	3	1	2
Agrícola com serv aux ativ econôm.	1	1	0	1	1
Agrícola com prestação serviços	13	8	8	11	8
Agrícola com serviço social	20	18	22	20	23
Agrícola com administração pública	8	2	4	3	5
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	14	9	16	10	13
de 20 a menos de 100 ha.	158	181	226	213	222
Agrícola	108	136	168	136	154
Pluriativo	50	45	58	77	68
Agrícola com Agrícola	17	12	19	17	22
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	14	12	19	26	24
Agrícola com indústria de transformação	2	2	2	3	1
Agrícola com indústria construção	1	2	2	6	5
Agrícola com out atividade industrial	0	0	0	1	1
Agrícola com comércio	4	2	3	4	3
Agrícola com transp e comunicação	1	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços	3	2	1	1	1
Agrícola com serviço social	6	8	9	12	9
Agrícola com administração pública	1	0	2	2	2
Agrícola com outras atividades	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	5	3	4	1
de 100 ha e mais.	40	62	65	64	58
Agrícola	28	48	50	45	36
Pluriativo	11	13	15	19	22
Agrícola com Agrícola	4	4	6	3	7
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	3	5	5	8	9
Agrícola com indústria de transformação	1	1	0	1	1
Agrícola com indústria construção	0	0	0	2	1
Agrícola com out atividade industrial	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	1	0	1	1	1
Agrícola com transp e comunicação	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços	0	0	0	1	2
Agrícola com serviço social	1	3	3	4	1
Agrícola com administração pública	1	0	1	0	0
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	1	1	1	2

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 62 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio: Sul (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP RURAL AGROPECUÁRIO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Conta-Própria	772	761	721	729	699	688	671
Agrícola	566	570	510	516	497	473	467
Pluriativo	169	150	164	144	139	153	138
Agrícola com Agrícola	38	33	34	32	32	28	27
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	52	45	48	52	56	55	51
Agrícola com indústria de transformação	20	17	21	9	16	13	15
Agrícola com indústria construção	2	3	2	1	3	6	5
Agrícola com out. atividade industrial	2	1	3	1	1	2	2
Agrícola com comércio	9	10	9	9	4	10	6
Agrícola com transp. e comunicação	3	2	2	2	1	4	2
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.	1	1	2	0	1	1	2
Agrícola com prestação serviços	7	7	7	6	3	3	4
Agrícola com serviço social	15	17	16	11	10	9	8
Agrícola com administração pública	6	2	6	3	1	4	3
Agrícola com outras atividades	0	1	0	1	1	0	1
Agrícola com SDR	13	11	14	17	11	19	13
Não-agrícola	37	41	48	69	62	62	67
Empregados	353	352	360	397	387	431	428
Agrícola	185	172	176	184	171	190	185
Pluriativo	47	48	45	55	52	45	42
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	14	16	15	22	14	13	18
Agrícola com indústria de transformação	8	8	5	9	7	8	5
Agrícola com indústria construção	1	1	1	1	2	0	0
Agrícola com out. atividade industrial	3	1	1	0	1	0	0
Agrícola com comércio	2	1	3	0	3	0	1
Agrícola com transp. e comunicação	0	0	1	0	0	0	0
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.	1	0	0	0	1	1	1
Agrícola com prestação serviços	0	2	1	1	0	1	1
Agrícola com serviço social	5	3	2	2	3	3	2
Agrícola com administração pública	2	1	1	3	1	1	1
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	11	17	15	18	20	18	14
Não-agrícola	121	132	139	157	165	196	201
Não-ocupados na semana	73	67	81	79	84	102	110
TOTAL	1.198	1.180	1.162	1.205	1.170	1.221	1.209

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 63 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres Segundo o Local de Domicílio: Sul.

(1.000 famílias)	(linha de pobreza: renda familiar <i>per capita</i> média de 1/2 s.m. R\$ 1999)				
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO	1995	1996	1997	1998	1999
Conta-Própria	233	214	215	201	179
Agrícola	197	183	178	161	151
Pluriativo	28	19	25	29	18
Agrícola com Agrícola	11	8	10	8	5
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	2	1	5	6	6
Agrícola com indústria de transformação	4	1	2	2	2
Agrícola com indústria construção	0	0	1	1	0
Agrícola com out atividade industrial	1	1	1	1	0
Agrícola com comércio	3	1	1	2	1
Agrícola com transp e comunicação	0	0	0	1	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços	2	2	0	1	0
Agrícola com serviço social	2	3	1	2	1
Agrícola com administração pública	1	1	0	0	0
Agrícola com outras atividades	0	0	1	0	0
Agrícola com SDR	2	4	4	6	3
Não-agrícola	8	12	11	11	9
Empregados	124	112	118	122	129
Agrícola	89	74	74	79	82
Pluriativo	10	7	10	8	9
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	2	2	1	1	2
Agrícola com indústria de transformação	0	1	0	1	0
Agrícola com indústria construção	0	0	1	0	0
Agrícola com out atividade industrial	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	0	0	0	0	1
Agrícola com transp e comunicação	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ econôm.	0	0	1	0	1
Agrícola com prestação serviços	1	1	0	0	1
Agrícola com serviço social	1	0	0	0	0
Agrícola com administração pública	1	0	0	0	0
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	5	4	7	6	5
Não-agrícola	26	31	34	35	38
Não-ocupados na semana	24	22	29	16	23
TOTAL	381	349	361	339	330

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela 64 – Distribuição dos Tipos de Famílias segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Sul (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
FAMÍLIAS CONTAS-PRÓPRIAS							
menos de 20 ha.	222	209	186	153	149	136	142
Agrícola	166	151	128	110	104	95	97
Pluriativo	56	58	57	43	45	41	45
Agrícola com Agrícola	14	17	9	12	10	7	9
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	19	16	20	19	22	20	17
Agrícola com indústria de transformação	7	6	7	3	2	5	7
Agrícola com indústria construção	1	2	1	0	1	1	1
Agrícola com out. atividade industrial	1	0	2	0	1	1	1
Agrícola com comércio	1	3	5	1	1	1	2
Agrícola com transp. e comunicação	1	1	1	1	0	1	1
Agrícola com serv. aux. Ativ. econôm.	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços	2	3	3	1	2	0	1
Agrícola com serviço social	5	7	5	2	2	2	2
Agrícola com administração pública	2	0	1	1	0	0	1
Agrícola com outras atividades	0	1	0	0	1	0	1
Agrícola com SDR	3	3	4	4	3	4	3
de 20 a menos de 100 ha.	416	404	397	402	394	381	355
Agrícola	334	341	317	326	316	291	288
Pluriativo	82	63	80	76	77	89	68
Agrícola com Agrícola	18	14	19	15	15	18	12
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	24	18	18	26	29	27	27
Agrícola com indústria de transformação	11	8	11	5	13	6	6
Agrícola com indústria construção	1	1	1	1	2	4	4
Agrícola com outra atividade industrial	1	1	1	0	0	0	1
Agrícola com comércio	3	4	4	8	3	7	1
Agrícola com transp. e comunicação	2	1	1	1	1	2	1
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.	1	0	2	0	0	0	2
Agrícola com prestação serviços	2	1	2	2	1	3	2
Agrícola com serviço social	8	8	8	8	6	7	5
Agrícola com administração pública	2	1	3	2	1	2	2
Agrícola com outras atividades	0	0	0	1	0	0	0
Agrícola com SDR	8	7	10	8	7	13	7
de 100 ha e mais.	69	73	65	80	81	83	82
Agrícola	49	59	52	64	69	73	70
Pluriativo	20	14	14	16	12	10	13
Agrícola com Agrícola	4	1	3	4	6	2	4
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola	4	3	3	3	3	2	1
Agrícola com indústria de transformação	1	2	1	1	1	1	1
Agrícola com indústria construção	1	0	0	0	0	0	0
Agrícola com outra atividade industrial	1	0	1	1	0	0	0
Agrícola com comércio	3	1	0	1	0	2	2
Agrícola com transp. e comunicação	1	0	1	0	0	1	0
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.	0	0	0	0	1	1	0
Agrícola com prestação serviços	2	1	1	2	0	1	1
Agrícola com serviço social	1	2	3	1	1	1	1
Agrícola com administração pública	2	2	2	0	1	1	1
Agrícola com outras atividades	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	1	0	3	1	1	2

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 65 – Distribuição dos Tipos de Famílias Pobres segundo o Local de Domicílio e Faixas de Tamanho de Estabelecimentos: Sul.

(1.000 famílias)		(linha de pobreza: renda familiar <i>per capita</i> média de 1/2 s.m. R\$ 1999)				
LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA NÃO-METROP. RURAL AGROPECUÁRIO		1995	1996	1997	1998	1999
FAMÍLIAS CONTAS-PRÓPRIAS						
menos de 20 ha.		76	52	48	46	42
Agrícola		62	45	39	40	37
Pluriativo		14	7	9	7	5
Agrícola com Agrícola		5	4	5	3	1
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola		1	0	1	2	2
Agrícola com indústria de transformação		2	0	1	0	0
Agrícola com indústria construção		0	0	0	0	0
Agrícola com out. atividade industrial		0	0	1	1	0
Agrícola com comércio		2	0	0	0	0
Agrícola com transp. e comunicação		0	0	0	0	0
Agrícola com serv. aux. Ativ. econôm.		0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços		1	1	0	0	0
Agrícola com serviço social		1	0	0	0	0
Agrícola com administração pública		1	0	0	0	0
Agrícola com outras atividades		0	0	1	0	0
Agrícola com SDR		1	2	1	1	2
de 20 a menos de 100 ha.		129	129	133	120	106
Agrícola		116	119	119	101	97
Pluriativo		13	10	14	19	9
Agrícola com Agrícola		6	3	5	5	2
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola		1	0	4	4	3
Agrícola com indústria de transformação		2	1	1	2	1
Agrícola com indústria construção		0	0	1	1	0
Agrícola com outra atividade industrial		1	0	0	0	0
Agrícola com comércio		1	1	1	1	1
Agrícola com transp. e comunicação		0	0	0	1	0
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.		0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços		0	1	0	1	0
Agrícola com serviço social		1	3	0	2	1
Agrícola com administração pública		1	1	0	0	0
Agrícola com outras atividades		0	0	0	0	0
Agrícola com SDR		2	2	2	3	1
de 100 ha e mais.		17	18	18	20	16
Agrícola		16	16	17	19	15
Pluriativo		1	2	2	1	1
Agrícola com Agrícola		1	1	1	0	1
Agrícola com mais de um ramo não-agrícola		0	0	0	0	0
Agrícola com indústria de transformação		0	0	0	0	0
Agrícola com indústria construção		0	0	0	0	0
Agrícola com out. atividade industrial		0	1	0	0	0
Agrícola com comércio		0	1	0	1	0
Agrícola com transp. e comunicação		0	0	0	0	0
Agrícola com serv. aux. ativ. econôm.		0	0	0	0	0
Agrícola com prestação serviços		0	1	0	0	0
Agrícola com serviço social		0	0	0	0	0
Agrícola com administração pública		0	0	0	0	0
Agrícola com outras atividades		0	0	0	0	0
Agrícola com SDR		0	0	1	1	1

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Tabela 66 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. Sul, 1992-1999

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/97	1992/99	1995/99
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(%aa)	(%aa)	(%aa)
NAO-METROPOLITANO										
RURAL EXCLUSIVE										
Não-agrícola										
emprego doméstico	74	69	84	92	86	106	92	5,8	4,8	3,1
construção	39	38	38	52	54	59	65	10,1	8,4	***
indústria de madeiras	30	30	33	31	32	30	37	1,1	1,8	2,5
indústria de calçados	27	35	21	23	27	32	35	-3,9	1,8	***
comércio alimentos	23	33	20	35	20	27	32	-2,5	1,4	8,0
estab. ensino público	46	47	38	37	36	39	32	-7,2	-4,6	***
indústria alimentos	15	23	25	32	32	35	32	20,4	11,0	***
administração municipal	12	14	14	16	18	21	28	10,6	11,4	***
indústria transformação	16	30	18	19	21	20	24	1,0	1,2	6,2
indústria vestuário	6	7	7	11	10	13	21	16,7	17,8	***
transporte de carga	12	15	15	16	9	14	18	-4,2	2,1	2,8
fabr. móveis	9	8	9	8	17	7	15	13,0	5,3	8,7
alfaiataria	11	17	13	21	12	12	14	3,2	-0,6	-4,8
restaurantes	12	5	13	18	15	9	13	17,5	5,9	-6,2
indústria - metais	6	5	11	6	13	12	13	16,8	12,9	10,4
assist. técnica - veículos	7	12	13	9	10	7	11	5,1	0,7	-4,8
produtos de fibra	16	19	18	21	20	14	10	4,9	-4,9	-14,0
produtos plásticos	3	6	7	8	3	10	10	3,0	10,6	9,6
agenc de mão-de-obra	-	-	-	5	6	10	9	-	-	26,9
comércio ambulante	8	4	11	10	5	6	9	1,0	1,9	-3,2
transporte público	5	-	-	6	6	6	8	-	-	7,2
comércio art. construção	-	5	-	-	5	6	8	-	-	-
serviços sociais	-	-	3	-	4	-	6	-	-	-
clínicas e ambulatórios	-	-	-	4	-	5	6	-	-	-
comércio combustíveis	7	6	-	5	5	4	6	-	-	6,8
organizações esportivas	-	6	4	4	6	4	6	-	-	11,6
comércio vestuário	5	-	5	5	-	5	5	-	-	-
serviços de saúde pública	-	-	5	4	-	3	5	-	-	-
hospedagem	3	4	4	-	-	5	5	-	-	-
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Subtotal	393	438	424	496	472	521	579	5,0	4,9	***
Total	523	532	546	613	602	640	685	4,3	3,9	5,1

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusivo as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 67 – Evolução da População Oupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. PR, 1992-1999

ÁREA CENSITÁRIA /SE-TOR PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/97	1992/99	1995/99
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(%aa)	(%aa)	(%aa)
NAO-METROPOLITANO										
RURAL EXCLUSIVE										
Não-agrícola										
emprego doméstico	19	18	26	24	31	43	32	13,3	11,0	9,8
indústria de madeiras	13	16	13	12	15	14	14	-1,6	-0,4	3,3
estab. ensino público	15	20	13	13	11	19	14	-11,1	-2,6	5,6
construção	6	6	5	10	5	11	12	4,7	10,6	18,5
comércio alimentos	8	13	3	8	-	11	11	-	-	-
administração municipal	-	3	5	-	5	7	8	-	-	-
indústria transformação	3	5	5	6	8	4	5	19,6	5,0	-9,0
fabr. móveis	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
comércio ambulante	3	-	-	4	-	-	5	-	-	-
restaurantes	4	-	4	5	4	-	5	-	-	-
indústria alimentos	4	-	4	-	4	-	5	-	-	-
transporte de carga	-	10	5	8	9	12	5	-	-	-12,1
agenc. de mão-de-obra	-	-	-	4	-	4	5	-	-	-
alfaiataria	-	8	-	4	-	4	4	-	-	-
organizações esportivas	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
assist. técnica - veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
comércio vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arte e decoração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
indústria vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
transporte público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
telefones	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
associações civis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
comércio art. construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
supermercados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
clínicas e ambulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mineração não especific.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
indústria - metais	-	-	4	-	6	4	-	-	-	-
equip. mecânicos	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
Subtotal	74	99	86	99	94	133	133	-	-	-
	116	132	123	131	137	182	167	5,0	7,3	12,2
Total								3,4	5,5	9,8

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: a) Estimativa das famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações dos. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos da-

Tabela 68 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. SC, 1992-1999

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/97	1992/99	1995/99
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(%aa)	(%aa)	(%aa)
NAO-METROPOLITANO										
RURAL EXCLUSIVE										
Não-agrícola										
construção	15	15	18	23	19	20	25	8,9	*	5,2
emprego doméstico	18	15	19	24	17	17	24	3,8		1,5
indústria vestuário	4	5	7	6	6	12	16	9,9	*	27,3
indústria alimentos	6	3	10	12	8	9	13	20,8		2,5
indústria de madeiras	11	9	12	11	14	9	12	6,8		-2,5
produtos de fibra	15	19	17	19	20	12	10	5,4	**	-14,6
produtos plásticos	3	6	7	8	3	10	10	3,5	*	9,6
administração municipal	5	5	5	5	7	7	8	--		--
indústria transformação	5	8	4	6	7	9	7	6,7		16,3
fabr. móveis	5	-	5	5	8	-	6	--		--
alfaiataria	-	-	-	4	6	6	6	--		--
estab. ensino público	6	9	9	12	6	7	6	1,6		-13,0
transporte de carga	4	6	5	6	5	-	5	1,8		-
comércio alimentos	6	8	6	6	6	6	5	--		-5,7
indústria - metais	4	-	5	6	-	4	4	--		--
comércio art. construção	-	-	-	-	-	-	4	--		--
assist. técnica - veículos	-	4	-	-	-	-	3	--		--
transporte público	-	-	-	-	-	-	-	--		--
restaurantes	4	-	5	12	3	-	-	--		--
equip. mecânicos	-	-	-	-	-	-	-	--		--
agenc. de mão-de-obra	-	-	-	-	-	-	-	--		--
serviços de saúde pública	-	-	-	-	-	-	-	--		--
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	--		--
papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	--		--
comércio combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	--		--
comércio de varejo	-	3	-	-	3	-	-	--		--
serviços de segurança	-	-	-	-	-	-	-	--		--
jardineiro	-	-	-	-	-	-	-	--		--
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	-	--		--
clínicas e ambulatoriais	-	-	-	-	-	-	-	--		--
Subtotal	105	114	122	158	137	127	168	8,9	**	4,4
Total	149	152	177	219	190	182	218	8,9	***	2,4

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
 ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 69 – Evolução da População Ocupada segundo a Área Censitária, Situação dos Domicílios, o Ramo e Setores de Atividades. PEA Restrita. RS, 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1993 (1.000)	1995 (1.000)	1996 (1.000)	1997 (1.000)	1998 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 (%aa)	1992/99 (%aa)	1995/99 (%aa)
NÃO-METROPOLITANO										
RURAL EXCLUSIVE										
Não-agrícola										
emprego doméstico	37	37	39	44	38	46	36	2,2	1,2	-1,0
Indústria de calçados	26	32	20	22	26	31	34	-4,1	2,0	15,5
construção	18	18	15	19	30	28	28	11,3	8,7	17,9
comércio alimentos	9	12	14	20	12	10	17	12,5	5,0	-3,4
indústria alimentos	7	10	10	12	14	14	14	16,7	9,8	8,2
estab. ensino público	25	18	17	12	19	13	12	-8,4	-7,4	-5,0
indústria transformação	8	16	10	8	6	7	12	-13,0	3,8	3,8
administração municipal	7	6	6	9	6	7	12	2,6	6,2	10,8
indústria de madeiras	6	6	7	8	3	7	11	-6,3	5,6	7,7
transporte de carga	5	7	7	7	7	7	8	--	--	--
indústria - metais	4	-	-	-	5	4	8	--	--	--
restaurantes	4	-	4	3	8	4	5	--	--	6,3
pedras preciosas	7	-	5	4	-	-	5	--	--	--
hospedagem	-	-	-	-	-	-	5	--	--	--
assist. técnica - veículos	3	6	8	6	7	-	5	15,2	--	--
comércio combustíveis	4	-	-	-	-	-	4	--	--	--
alfaiataria	8	7	10	13	6	4	4	-1,3	-10,0	-26,8
comércio ambulante	4	-	6	-	-	4	3	--	--	--
clínicas e ambulatórios	-	-	-	-	-	4	3	--	--	--
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
pedras	5	-	6	6	6	4	-	--	--	--
fabr. móveis	4	-	3	5	6	5	-	--	--	--
indústria vestuário	-	-	-	5	3	-	-	--	--	--
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
biscates	-	-	3	-	-	-	-	--	--	--
comércio art. construção	-	4	-	-	-	4	-	--	--	--
comércio de varejo	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
serv. contabilidade e ecn	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
serviços de saúde pública	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
polícia militar	-	-	-	-	-	-	-	--	--	--
Subtotal	188	177	192	198	195	208	226	1,8	2,7	3,9
Total	258	248	247	263	275	276	300	1,8	2,2	4,5

Fonte: Elaboração do Autor Baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE.

Nota: Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Tabela 70 – Estrutura do PIB Total e por Setores, 1992-1998

Regiões	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Estrutura do PIB total							
NORDESTE	12,20%	11,90%	12,50%	12,50%	12,40%	12,30%	12,70%
SUL	16,70%	17,40%	17,20%	16,70%	15,90%	15,80%	15,90%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Agropecuária							
NORDESTE	17,50%	14,10%	15,70%	16,80%	17,00%	16,00%	16,40%
SUL	26,70%	26,90%	26,60%	27,20%	27,40%	27,70%	27,20%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Indústria Geral (Extrativa e Transformação)							
NORDESTE	7,60%	6,90%	7,60%	7,60%	7,70%	7,70%	7,90%
SUL	17,00%	17,60%	15,80%	14,90%	15,30%	15,90%	16,10%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Construção							
NORDESTE	15,80%	16,80%	16,60%	14,90%	14,20%	16,00%	17,60%
SUL	11,60%	12,50%	12,60%	14,20%	12,80%	12,80%	12,90%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)							
NORDESTE	12,50%	14,40%	12,30%	12,60%	12,90%	12,50%	13,50%
SUL	23,40%	22,20%	25,30%	23,90%	22,40%	21,40%	21,00%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB do Comércio							
NORDESTE	16,20%	16,80%	16,90%	17,20%	17,40%	16,80%	17,40%
SUL	21,20%	23,50%	22,80%	22,30%	21,30%	21,70%	21,40%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB do Transportes							
NORDESTE	8,90%	8,30%	8,50%	8,60%	8,60%	8,70%	9,10%
SUL	21,30%	22,70%	23,00%	22,30%	20,60%	20,70%	20,10%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB das Comunicações							
NORDESTE	11,20%	11,40%	11,60%	12,50%	13,20%	13,00%	12,60%
SUL	14,40%	15,10%	16,00%	15,50%	15,30%	15,20%	15,50%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB dos Outros Serviços							
NORDESTE	12,90%	12,90%	12,90%	13,00%	13,00%	13,10%	13,20%
SUL	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%	14,10%	14,10%	14,20%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IPEA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

Tabela 71 – Produto Interno Bruto per capita do Brasil, Nordeste e Sul, 1994 a 1999

BRASIL e GRANDES REGIÕES	1994 (R\$)	1995 (R\$)	1996 (R\$)	1997 (R\$)	1998 (R\$)	1999 (R\$)
NORDESTE	1.004	1.824	2.241	2.461	2.549	2.699
SUL	2.784	4.874	5.850	6.337	6.500	6.950
BRASIL	2.227	4.064	4.830	5.327	5.518	5.800

Fonte: IBGE (2004).

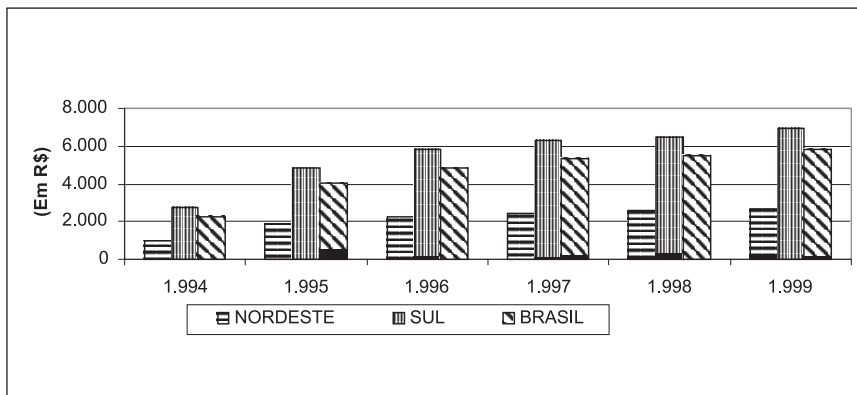


Gráfico 10 – Distribuição e Evolução do PIB per capita, 1994-1999

Fonte: IBGE (2004).



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2007-08/2.264 - Tiragem: 2.100